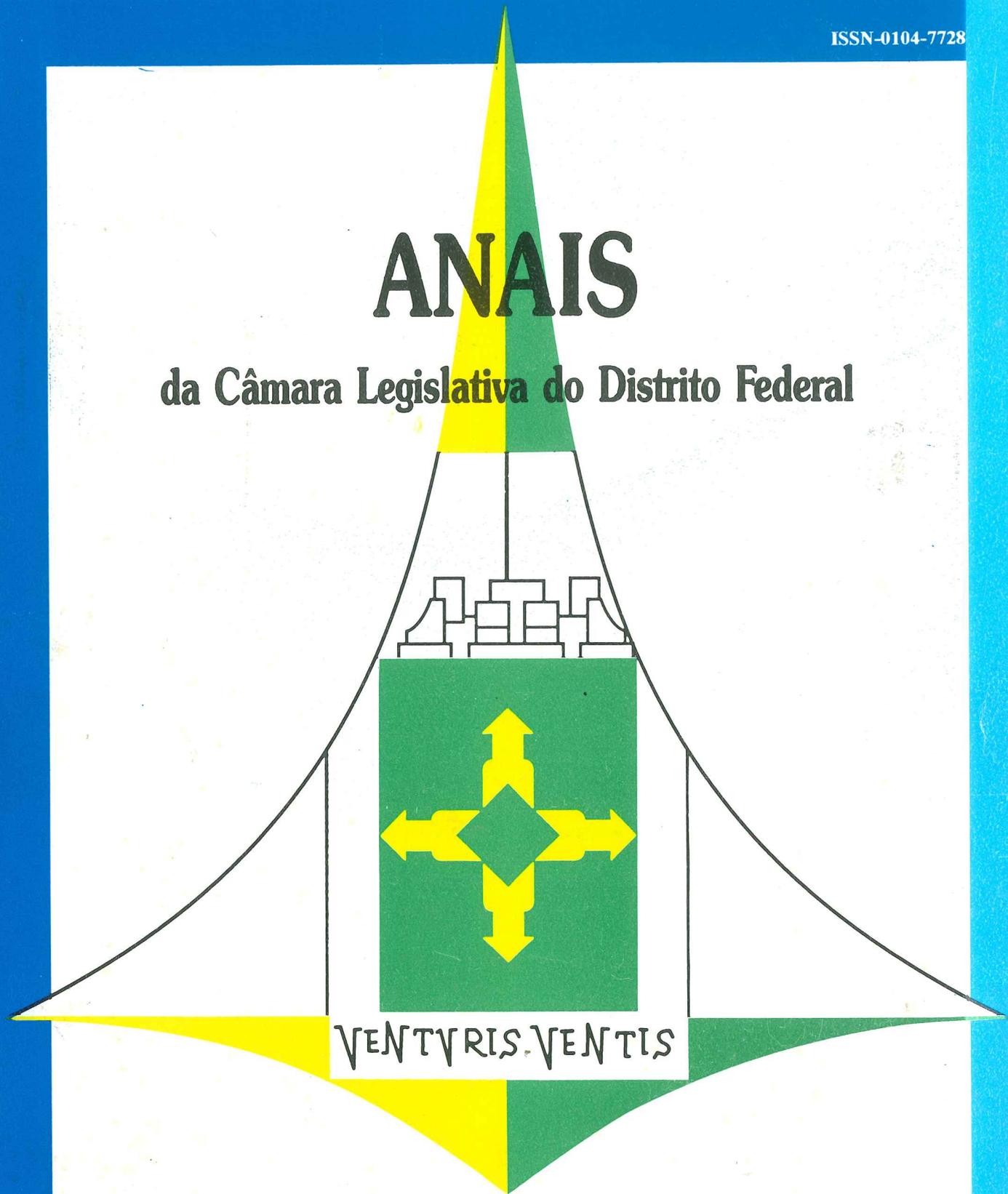


ANAIIS

da Câmara Legislativa do Distrito Federal



Anais da CLDF

Brasília

Vol.1

Nº 2

p.1-60

16 a 21 de jan. 1991

**Câmara Legislativa do Distrito Federal
Primeira Legislatura**

Mesa Diretora

Deputado **Salviano Guimarães**, Presidente
Deputado **Tadeu Roriz**, Vice-Presidente
Deputado **Pedro Celso**, 1º Secretário
Deputado **José Ornellas**, 2º Secretário
Deputado **Benício Tavares**, 3º Secretário
Deputado **José Edmar**, Suplente
Deputado **Fernando Naves**, Suplente

Deputados Distritais

Deputado **Agnelo Queiroz**, PC do B
Deputado **Aroldo Satake**, PDS
Deputado **Benício Tavares**, PDT
Deputado **Carlos Alberto**, PCB
Deputado **Cláudio Monteiro**, PRP
Deputado **Edimar Pireneus**, PDT
Deputado **Eurípedes Camargo**, PT
Deputado **Fernando Naves**, PDC
Deputado **Geraldo Magela**, PT
Deputado **Gilson Araújo**, PTR
Deputado **Padre Jonas**, PDT
Deputado **Jorge Cauhy**, PL
Deputado **José Edmar**, PTR
Deputado **José Ornellas**, PL
Deputada **Lúcia Carvalho**, PT
Deputado **Manoel Andrade**, PTR
Deputada **Maria de Lourdes Abadia**, PSDB
Deputado **Maurílio Silva**, PTR
Deputado **Pedro Celso**, PT
Deputado **Peniel Pacheco**, PST
Deputada **Rose Mary Miranda**, PTR
Deputado **Salviano Guimarães**, PDT
Deputado **Tadeu Roriz**, PSC
Deputado **Wasny de Roure**, PT

**Anais
da
Câmara Legislativa do Distrito Federal**

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 1ª Legislatura

(Sessões de 16 a 21 de janeiro de 1991)

Vice-Presidência

Vice-Presidente: José Edmar Cordeiro

Chefe de Gabinete: Reinaldo Mendes

Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica

coordenador: Nelson Pantoja

Francisco Nóbrega

Henrique José Pinto

José Antônio de Brito

José Carlos de Souza

Luci Cardoso Furtado da Silva

Márcia Ramos Machado

Nelci Maria Stein

Sebastião Antônio M. Peres

Chefe da Seção de Editoração: João Francisco Neto

Equipe: Antônio Eufrauzino de Souza Neto

Apolo Gino da Silva Guandalini

Cláudio Antônio de Deus

Claudio Luiz Gardin

Francisco Dino Moraes Souza

Hélio Lourenço de Araújo

Marcelo Perrone Campos

Marcos Antônio de Souza Lisboa

Sebastião Luís Rocha dos Santos

Documento Normalizado
pelo Setor de Documentação Legislativa
da Diretoria Legislativa

Anais da Câmara Legislativa do Distrito Federal - 1ª Sessão da 1ª Legislatura (1991) -
Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal , 1991 - ,

v.
ISSN 0104-7728

1. Distrito Federal. Câmara Legislativa - Anais. 2. Discurso Parlamentar. I Título

CDU 328(817.4)(093.2)

SUMÁRIO

1- ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA, 16 de janeiro de 1.991.001

1.1- ABERTURA

1.2- PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1- COMUNICADOS DE LÍDERES

Deputado Peniel Pacheco, em nome do Bloco Solidariedade

- Apoio ao projeto de construção do Metrô de superfície no Distrito Federal.

Deputado Manoel Andrade, em nome da Bancada do PTR
- Manifestação de indignação pela apresentação de projeto que visa a conceder isenção do ICMS aos motoristas de taxi, de autoria do Deputado Benício Tavares.

Deputado Fernando Naves, em nome do Bloco Progressista
- Crítica a discriminação com que foi tratado um policial nas dependências desta Casa.

1.2.2 - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

Deputado Carlos Alberto (PCB)
- Referências ao projeto de resolução nº 002, que prevê a instalação da comissão que tratará da estruturação da Câmara Legislativa do DF.

Deputado Peniel Pacheco (PST)
- Pronunciamento em solidariedade aos agricultores do Distrito Federal.

Deputado Manoel Andrade (PTR)
- Parabenização à Associação dos Chacareiros do Distrito Federal, presentes na galeria desta Casa.

Deputada Lúcia carvalho
- Críticas à política salarial adotada pelo Governo do Distrito Federal

Deputado Pedro Celso (PT)
- Solicitação de registro, nos Anais desta Casa, da matéria publicada pelo jornal "BSB Brasil" intitulada "PT pode bloquear Metrô na Câmara", assinada pela jornalista Isabel Braga

Deputado Benício Tavares (PDT)
- Apresentação do Projeto de Lei que estende ao ICMS a isenção relativa ao IPI para aquisição de veículos por profissionais autônomos e deficientes físicos.

1.3 ORDEM DO DIA

- Projeto de Resolução, em regime de urgência, que propõe o detalhamento da dotação orçamentária destinada à Câmara Legislativa para 1991 e respectivo cronograma de desembolso. Aprovado com 18 votos favoráveis.

1.4 GRANDE EXPEDIENTE

Deputado Manoel Andrade (PTR)
- Comentário sobre a situação dos funcionários da NOVACAP.
- Preocupações com a articulação de um movimento para

neutralizar um sindicato combativo, como o dos rodoviários, patrocinado pelo PDT do Distrito Federal

Deputado Pedro Celso (PT)
- Registro da presença dos rodoviários de Brasília que visitam esta casa
- Discurso de apoio ao Sindicato dos Rodoviários, que reivindicam reposição salarial para toda a categoria a partir de janeiro de 1991.

Deputado Aroldo Satake (PPR)
- Pronunciamento em defesa dos pequenos chacareiros de Águas Claras.

Deputado Wasny de Roure (PT)
- Referências ao uso indiscriminado de agrotóxicos em áreas de produção agrícola, causando danos irreparáveis àqueles que lidam com a terra.

Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)
- Leitura de nota oficial do Partido Comunista do Brasil com relação à guerra do Golfo Pérsico.

Deputado José Edmar Cordeiro (PSL)
- Comentários sobre a criação da CPI que investigará o assentamento de produtores rurais do Distrito Federal.

1.5 - ENCERRAMENTO

1. ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 17 DE JANEIRO DE 1991019

1.1 ABERTURA

1.2 PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1 COMUNICADOS DE LIDERANÇA

Deputada Lúcia Carvalho, em nome da bancada do PT.
- Pronunciamento em protesto pela forma com que a Rede Globo de Televisão vem fazendo os noticiários, caracterizando como espetacular o ataque ocorrido em Bagdá nesta madrugada.
Deputado Peniel Pacheco, em nome do bloco solidariedade.
- Parabenização a Deputada Lúcia Carvalho pelo seu pronunciamento no dia 13 de janeiro, que trouxe importantes informações sobre as atividades das escolas do Distrito Federal.

1.2.2 COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

Deputado Edimar Pireneus (PDT)
- Apresentação do Projeto de Lei, que implanta eleições diretas para Administradores Regionais do DF.
Deputado Wasny de Roure (PT)
- Comentários sobre o assentamento da Vila do Varjão.
Deputado Pedro Celso (PT)
- Pronunciamento em repúdio à manipulação de informações sobre a guerra do Golfo Pérsico e menção ao pedido de substituição do Diretor administrativo da T.C.B efetuado por todos ex-diretores superintendentes desta empresa.
Deputado Jorge Cauhy (OL)
- Discurso de solidariedade ao Presidente desta Casa.
Deputado José Edmar Cordeiro (PSL)
- Apresentação de Projeto de Lei, que autoriza o governo do Distrito Federal a celebrar convênio com o governo de Goiás, ministério da Infra-estrutura e a Rede-Ferrovária visando ao transporte de passageiros.
Deputado Geraldo Magela (PT)
- Comentários sobre a apresentação do projeto de Lei, que

estabelece eleições diretas para os administradores Regionais no prazo de 180 dias após a publicação da respectiva Lei.

1.3 ORDEM DO DIA

Votação em 2º turno do Requerimento de urgência para o Projeto de Resolução nº 12, de 1991, sobre a aprovação do detalhamento da dotação orçamentária prevista no Orçamento do DF, para o exercício de 1991 respectivo cronograma de desembolso. Aprovado.

1.4 GRANDE EXPEDIENTE

Deputado Fernando Naves (PDC)

- Apresentação de Projeto de Decreto Legislativo, "que dispõe sobre a privatização de entidades públicas do Distrito Federal", de Projeto de Lei, que estabelece critérios e abre concessão de cotas para distribuição de casas ou lotes semi-urbanizados no Programa de Assentamento do Distrito Federal", requerimento dirigido ao Sr. Presidente desta Casa solicitando ao Sr. governador do Distrito Federal que encaminhe a esta Câmara Legislativa, Projeto de Lei propondo a criação da Secretária de Defesa do consumidor do DF.

Deputado Geraldo Magela (PT)

- Discurso em repúdio às acusações que responsabilizam o PT pelo atraso dos trabalhos desta Casa.

Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)

- Pronunciamento em protesto pela demora da elaboração do Regimento Interno desta Casa.

- Registro do "Dia do Farmacêutico" comemorado no dia 20 de janeiro.

Deputado Peniel Pacheco (PST)

Comentários sobre inúmeras obras inacabadas no Distrito Federal, que vem comprometendo o projeto urbanístico desta Capital.

Deputado Benício Tavares (PDT)

- Apresentação de projetos de lei;

Nº 021, de 1991, que "Determina ao poder Executivo do Distrito Federal a adoção progressiva do horário integral nas escolas da Rede Pública, na forma que especifica, e dá outras providências".

Nº 022, de 1991, que "Determina ao poder executivo do Distrito Federal a construção de estabelecimento escolares específicos para o atendimento à faixa de zero à seis anos, na forma que consiga e dá outras providências".

1.5 COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

- Convocação dos membros da Comissão de Constituição e Justiça para reunião informal.

- Convocação de sessão ordinária para amanhã, às 09 horas e 30 minutos.

1.6 ENCERRAMENTO

1. ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 18 DE JANEIRO DE 1991.....035

1.1. ABERTURA

1.2. PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1. LEITURA DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES

1.2.2. COMUNICADOS DA MESA

- Ofício da Predidência desta Casa ao Sr. governador do DF, comunicando aprovação do requerimento da deputada Lúcia Carvalho que "solicita o envio a esta Casa do Plano de Governo do Distrito Federal".

- Pedido de informações ao governo do Distrito Federal sobre a Sociedade de Habitação e Interesses Sociais - SHIS, solicitando esclarecimentos sobre os critérios utilizados para distribuição de lotes residenciais nos assentamentos de Santa Maria, Riacho Fundo, Areal e outros existentes em Brasília.

- Requerimento de autoria do deputado Gilson Araújo, que "solicita seja designada a Comissão de Constituição e Justiça

desta Casa como responsável pela elaboração e apresentação, no prazo de cinco dias, de um Projeto de Regimento Interno para esta Câmara Legislativa".

- Requerimento de autoria do deputado Padre Jonas, que "solicita tramitação em regime de urgência para o Projeto de Resolução nº 014/91, que estabelece prioridades para discussão e votação de matérias pela Câmara Legislativa do Distrito Federal".

- Projeto de Resolução de autoria do deputado José Edmar, que "cria cargos em comissão e funções de confiança na Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências".

- Projeto de Resolução de autoria de do deputado Cláudio Monteiro, que "cria o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal".

1.2.3. COMUNICADOS DE LIDERANÇA

- Deputada Rose Mary Miranda, em nome do PTR.

Comentários sobre matéria publicada no "Jornal de Brasília", no dia 08 de janeiro de 1991, com referência ao abate e à comercialização de carne sem inspeção dos órgãos de defesa da saúde pública e comunica a elaboração do projeto de lei instituindo a criação de abatedouros públicos e projeto tratando do programa de creches comunitárias.

- Deputado José Edmar, em nome do PSL

Apresentação de Pedido de Informação ao governo do Distrito Federal, acerca do critério utilizado para distribuição de lotes residenciais nos assentamentos existentes no DF pela Sociedade de Habitação e Interesses Sociais-SHIS.

-Deputado Tadeu Roriz, em nome do PSC

Apelo à NOVACAP e DETRAN para que tomem providências em relação ao trecho 3, no Setor de Industrias, onde vem ocorrendo vários acidentes. Alerta sobre as invasões e desmatamentos às margens do Lago Paranoá e solicita ao governo do Distrito Federal prioridade para recuperação do lago.

-Deputado Gilson Araújo, em nome do PTR

Encaminha à Mesa requerimento a propósito do Regimento Interno desta Casa.

-Deputado Carlos Alberto, em nome do PCB

Transmite apoio ao deputado Gilson Araújo em relação ao requerimento apresentado.

Deputado Aroudo Satake, em nome do PDS

Comentários sobre o Projeto Águas Claras, apoiando os produtores de hortifrutigranjeiros no DF.

Repúdio a toda e qualquer intervenção em relação aos conflitos ocorridos no Golfo Pérfico.

Deputado Edimar Pireneus, em nome do PDT

-Solicita ao governo do DF a instalação de Juizados de Pequenas Causas nas cidades satélites.

Reitera protestos e preocupação em relação à grave situação do Sistema Hospitalar do DF.

Menção à matéria publicada pelo Jornal Correio Braziliense em relação à sua pessoa.

-Deputado Padre Jonas, em nome do PDT

Encaminha à mesa requerimento que "estabelece prioridade para apreciação do Projeto de Resolução nº 014/91.

1.3. GRANDE EXPEDIENTE

-Deputado Wasny de Roure (PT)

Denúncia em relação ao quadro de grave e aguda carência nutricional no DF e sugere uma reforma agrária sob o comando dos trabalhadores.

-Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)

Explicação referente ao seu posicionamento em relação às instituições públicas de saúde para efeito de discussão na Lei Orgânica.

-Deputado Manoel de Andrade (PTR)

Parabeniza o Sr. Governador pelas decisões de Construir passarelas nos Eixos Rodoviários Sul e Norte e de assentar o Varjão.

-Deputado José Edmar (PSL)
Comunica sua presença em reunião em Samambaia para discutir programas de atendimento àquela cidade.
Apresenta à Mesa Projeto de Resolução que "cria cargos em comissão e funções de confiança na Câmara Legislativa do DF e dá outras providências".

1.4. COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Convocação para a próxima sessão a realizar-se segunda-feira às 14:30h.

1.5. ENCERRAMENTO.

1- ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA, 21 de janeiro de 1.991.047

1.1- ABERTURA

1.2- PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1- COMUNICADOS DA MESA

-Projeto de Lei nº 198/83, de autoria do Senador Mauro Borges, que "estabelece a Região Metropolitana de Brasília e disciplina o respectivo sistema administrativo metropolitano"

-Projeto de Lei nº 001/89, de autoria do Senador Pompeu de Souza, que "regulamenta para o Distrito Federal o princípio da gestão democrática do ensino público" estabelecido pelo art. 206, item VII, da Constituição Federal."

-Projeto de Lei nº 002/89, de autoria do Senador Pompeu de Souza, que estabelece diretrizes, critérios e conteúdos mínimos para elaboração do Plano Diretor do Distrito Federal para sua aprovação e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 023/89, de autoria da Comissão do Distrito Federal, (apresentado em atendimento à sugestão do Deputado Augusto Carvalho) e que "dispõe sobre a participação popular no Processo Legislativo do Distrito Federal."

Projeto de Lei nº 044/89, de autoria da Comissão do Distrito Federal, (apresentado em atendimento à sugestão do Deputado Valmir Campello) que "autoriza o Governo do Distrito Federal a instituir a Fundação Universidade Regional do Distrito Federal e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 049/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "dispõe sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 053/89, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "dispõe sobre o código de penas do distrito Federal."

-Projeto de Lei nº 058/89, de autoria do Senador Pompeu de Souza, que "dá a denominação de "Parque da Cidade" ao "Parque Recreativo Rogério Pithon Farias."

-Projeto de Lei nº 060/89, de autoria do Senador Áureo Mello, que "regulamenta o tratamento acústico em casas de diversões que funcionam com músicas ao vivo ou eletrônicas no Distrito Federal."

-Projeto de Lei nº 068/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "limita a execução orçamentária durante o exercício financeiro de 1.990."

-Projeto de Lei nº 017/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "cria a carreira de Administração Pública da Fundação de Amparo ao Trabalhador Pleno do Distrito Federal e seus empregos permanentes, fixa o valor de seus salários e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 025/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "autoriza desafetação de domínio de bens de uso do povo, situado entre as quadras QNN 11 e QNM 13-Administração Regional de Ceilândia- RA 9-DF."

-Projeto de Lei nº 035/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "dispõe sobre o fornecimento gratuitos de uniformes escolares."

-Projeto de Lei nº 036/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "autoriza a desafetação de domínio de bens de uso do povo, situado na Região Administrativa de Ceilândia, dentro dos limites territoriais do Distrito Federal."

-Projeto de Lei nº 037/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "autoriza o Poder Executivo de Distrito Federal a conceder isenção de impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias na aquisição de automóveis e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 042/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que cria empregos em Comissão na Tabela de Empregos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 044/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "autoriza a desafetação de domínio de bens públicos de uso comum do povo, situada no Setor Hoteleiro Norte - Região Administrativa do Plano Piloto RA-1-Distrito Federal."

-Projeto de Lei nº 052/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "dispõe sobre a utilização de cercas nos terrenos adjacentes a imóveis residenciais, localizados nos Setores de Habitações Coletivas e Germinadas Norte - SHCGN e Individuais Germinados Sul - SHIGS - e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 061/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "dispõe sobre a alteração da denominação dos cargos de Assistentes Jurídicos, de que trata a lei nº 64, de 14 de dezembro de 1.989, para Defensor Público de Distrito Federal."

-Projeto de Lei nº 068/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "autoriza a Fundação Hospitalar a compensar dias de serviços não prestados em função de greves e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 054/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "cria a Ouvidoria Geral do Distrito Federal."

-Anteprojeto de Lei, de autoria do Deputado Francisco Carneiro, que "dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas Regionais de Ceilândia - RA 3."

-Anteprojeto de Lei de autoria do Deputado Valmir Campello, que "cria, em caráter permanente, no efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal, o Batalhão de Polícia de trânsito."

-Projeto de Resolução nº 021/87, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "dispõe sobre a autorização prévia do Senado Federal a viagens do Governador do Distrito Federal."

- Projeto de Resolução nº 46/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "susta os efeitos do Decreto 11.569, de 17.05.89, do Governador do Distrito Federal, que institui normas para a concessão de Direito real de uso de terreno."

- Mensagem nº 32/90, de 15.02.90 (6/90 na origem) , "encaminhado ao Senado Plano de Governo de 1990."

- Mensagem nº 33, de 15.02.90 (ofício nº 239/90 na origem) "encaminhando relatório das atividades do Governo relativo a 1989."

- Mensagem nº 55, de 15.04.90 (nº 28/90 na origem), "encaminhando prestação de contas do Governo relativa ao exercício de 1989."

- Ofício do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nº 5/39, de 14.09.87 (nº 1349/87 na origem), "encaminhando parecer do Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre contas relativas ao exercício de 1986."

- Denúncia de 08 de agosto de 1989, do advogado Pedro Maurício Calmon, que " solicita a CPI para apreciar irregularidades que menciona."

- Projeto de Lei nº 019/91, da Deputada Rose Mary Miranda, "instituinto o sistema de creche e pré-escola comunitária no âmbito do Distrito Federal."

- Projeto de Lei nº 022/91, do Deputado Benício Tavares, estabelecendo a construção de estabelecimentos escolares específicos para atendimento da faixa etária de zero a seis anos."

- Projeto de Lei nº 021/91, do Deputado Benício Tavares, "determinando a adoção progressiva do horário integral para as escolas da rede pública do Distrito Federal."

- Mensagem do Gabinete do Governador, encaminhando o

Plano do Governo do Distrito Federal referente ao quadriênio de 1991/1994.

- Projeto de Resolução, que "cria cargos, comissões e gratificações na CLDF, e dá outras providências."
- Projeto de Resolução nº 015/91, do Deputado Benício Tavares, que "estabelece normas para a realização das sessões legislativas."

-1.2.2- Comunicado de Líderes

- Deputada Lúcia Carvalho- em nome da Bancada do PT.
 -Registra a entrada no protocolo de Projeto de Regimento da Câmara Legislativa do distrito Federal, de autoria do Partido dos Trabalhadores.
 Deputado Fernando Naves- em nome do Bloco Progressista
 -Leitura de itens do artigo 37 da Constituição, que fala sobre o ingresso de pessoas no serviço público através de concurso.

1.2.3- Comunicado de Parlamentares

- Deputado Manoel Andrade (PTR)
 -Apresentação de lei que "visa a autorizar o Governo do distrito Federal a fazer convênios com os Estados da Federação, com o objetivo de conceder isenção de ICMS dos motoristas de taxi.
 Deputado Aroldo Satake (PTR)
 .Comentários sobre a campanha que o Governo do Distrito Federal juntamente com segmentos da nossa sociedade estão fazendo a favor da "criança abandonada em Brasília."
 .Registros e Cumprimentos pelo Dia da Religião.
 .Observações sobre os pequenos produtores que enfrentam no seu dia-a-dia obstáculos impostos pela cidade no atendimento ao cidadão.
 Deputado Padre Jonas (PDT)
 .Agradecimentos a imprensa, ao Deputado Aroldo Satake
 .Apresenta a mesa Requerimento de voto de aplauso, louvor e incentivo à atleta Carmen de Oliveira Furtado, pela segunda colocação na 66ª Corrida Internacional de São Silvestre.
 Deputado Wasny de Roure (PT)
 .manifesta preocupação com o evento ocorrido na Câmara Legislativa do DF, por ocasião do encontro de produtores rurais com o Secretário da Agricultura.
 .Apelo ao Governador Joaquim Roriz com relação aos servidores públicos federais colocados em disponibilidade.
 Deputado Jorge Cauhy (PL)
 .Discurso sobre Educação, onde aproveita o espaço e solicita ao Governo do DF que determine a criação, na Região do Núcleo Bandeirante de algumas unidades escolares.

- .Registra a inauguração de um prédio no Núcleo Bandeirante que conta com uma escola de capacitação profissional no 1º andar.
 Deputado Agnelo Queiroz
 .Apresenta Projeto de Resolução nº 003, que trata do quadro administrativo provisório da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

1.3- Grande expediente

- Deputada Rose Mary Miranda (PTR)
 .Apresenta Projeto de Lei, que institui o sistema de creches e Pré-Escolas Comunitárias no âmbito do Distrito Federal.
 .Registra a presença de crianças excepcionais nas galerias.
 Deputado Benício Tavares (PDT)
 .Comentários a favor da construção de creches para as crianças, em especial crianças deficientes.
 Deputado Padre Jonas (PDT)
 .Parabeniza a Deputada Rose Mary Miranda pela idéia de apresentar o projeto que defende a construção de creches.
 Deputada Maria de Lourdes Abadia
 .Parabeniza a Deputada Rose Mary Miranda pelo projeto apresentado.
 Deputado Agnelo Queiroz
 .Coloção sobre a posição oficial do PC do B em relação à guerra do Golfo Pérsico.
 Deputado José Edmar
 .Apresenta requerimento de urgência urgentíssima para apreciação do Projeto de Resolução nº 3, que cria cargos em comissão e funções na Câmara Legislativa do distrito Federal e dá outras providências.
 Deputado Pedro Celso
 .Comentários sobre a matéria publicada no "Jornal de Brasília" de 20 de janeiro, intitulada "Roriz tenta neutralizar oposição"
 Deputado Carlos Alberto
 .Parabeniza os companheiros da Unidade Sindical pelo encontro em Santa, onde os sindicalistas resolveram agregar-se à CUT.

1.4-Comunicados da Presidência

- Convocação da sessão extraordinária para hoje às 17h30min para votação dos seguintes projetos:
 1) Projeto de Resolução nº 002/91, de autoria do Deputado Fernando Naves.
 2) Projeto de Resolução nº 003/91, de autoria do Deputado Carlos Alberto.

1.5- Encerramento

SUMÁRIO

TERCEIRA SECRETARIA DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

1 - ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 16 DE JANEIRO DE 1991

1.1 - ABERTURA

1.2 - PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1 - COMUNICADOS DE LÍDERES

Deputado Peniel Pacheco, em nome do Bloco Solidariedade

- Apoio ao projeto de Construção do Metrô de Superfície no Distrito Federal.

Deputado Manoel Andrade, em nome da Bancada do PTR

- Manifestação de indignação pela apresentação de projeto que visa a conceder isenção do ICMS aos motoristas de táxi, de autoria do Deputado Benício Tavares.

Deputado Fernando Naves, em nome do Bloco Progressista

- Críticas à discriminação com que foi tratado um policial, nas dependências desta Casa.

1.2.2. - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

- Deputado Carlos Alberto (PCB)

- Referências ao projeto de resolução nº 002, que prevê a instalação da comissão que tratará da estruturação da Câmara Legislativa do DF.

- Deputado Peniel Pacheco (PST)

- Pronunciamento em solidariedade aos agricultores do Distrito Federal

- Deputado Manoel Andrade (PTR)

Parabenização à Associação dos Chacareiros do Distrito Federal, presentes na galeria desta Casa.

- Deputada Lúcia Carvalho (PT)

- Críticas à política salarial adotada pelo Governo do Distrito Federal.

- Deputado Pedro Celso (PT)

- Solicitação de registro nos Anais desta Casa, da matéria publicada pelo Jornal "BsB - Brasil" intitulada "PT pode bloquear o Metrô na Câmara", assinada pela jornalista Isabel Braga.

- Deputado Benício Tavares (PDT)

- Apresentação de projeto de lei que estende ao ICMS a isenção relativa ao IPI para aquisição de veículos por profissionais autônomos e deficientes físicos.

1.3 — ORDEM DO DIA

- Projeto de Resolução, em regime de urgência, que propõe o detalhamento da dotação orçamentária destinada à Câmara Legislativa para 1991 e respectivo cronograma de desembolso. Aprovado com 18 votos favoráveis.

1.4 — GRANDE EXPEDIENTE

- Deputado Manoel Andrade (PTR)

- Comentário sobre a situação dos funcionários da NOVA-CAP.

Preocupações com a articulação de um movimento para neutralizar um sindicato combativo, como o dos rodoviários, patrocinado pelo PDT do Distrito Federal.

- Deputado Pedro Celso (PT)

- Registro da presença dos rodoviários de Brasília que visitam esta Casa.

- Discurso de apoio ao Sindicato dos Rodoviários, que reivindicam reposição salarial para toda categoria a partir de janeiro de 1991.

- Deputado Aroldo Satake

- Pronunciamento em defesa dos pequenos chacareiros de Águas Claras.

- Deputado Wasny de Roure (PT)

- Referências ao uso indiscriminado de agrotóxicos em áreas de produção agrícola, causando danos irreparáveis àqueles que lidam com a terra.

Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)

- Leitura de nota oficial do Partido Comunista do Brasil com relação à guerra do Golfo Pérsico.

- Deputado José Edmar Cordeiro (PSL)

- Comentários sobre a criação da CPI que investigará o assentamento de produtores rurais do Distrito Federal.

1.5 - Encerramento.

Ata da 8ª Sessão Ordinária, em 16 de janeiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa Ordinária, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) Salviano Guimarães e Tadeu Roriz Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) Pedro Celso

Às 15 horas e 05 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)

- Deputado Aroldo Satake (PDS)

- Deputado Benício Tavares (PDT)

- Deputado Carlos Alberto (PCB)

- Deputado Cláudio Monteiro (PDT)

- Deputado Edimar Pireneus (PDT)

- Deputado Eurípedes Camargo (PT)

- Deputado Fernando Naves (PDC)

- Deputado Geraldo Magela (PT)

- Deputado Gilson Araújo (PTR)

- Deputado Padre Jonas (PDT)

- Deputado Jorge Cauhy (PL)

- Deputado José Edmar (PTR)

- Deputado José Ornellas (PL)

- Deputada Lúcia Carvalho (PT)

- Deputado Manoel Andrade (PTR)

- Deputada Mª de Lourdes (PSDB)

- Deputado Maurílio Silva (PTR)

- Deputado Pedro Celso (PT)

- Deputado Peniel Pacheco (PST)

- Deputada Rose Mary Miranda (PTR)

- Deputado Salviano Guimarães

- Deputado Tadeu Roriz (PSC)

- Deputado Wasny de Roure (PT)

O SR. PRESIDENTE (SALVIANO GUIMARÃES) - Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Solicito aos Srs. Deputados, ao público presente, aos Srs. jornalistas, um minuto de silêncio para pedirmos que haja paz no mundo.

Que Deus nos abençoe.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa Diretora desta Casa, através desta Presidência, consciente de suas responsabilidades quanto à necessidade da rápida implantação do processo legislativo, para o que necessita de um mínimo de organização administrativa, vem, mais uma vez, concitar todos os Deputados para, num esforço conjunto, estudarem o projeto de resolução que está sendo elaborado por uma equipe técnica indicada pela Mesa e que será examinado amanhã por esta mesma Mesa, sendo nosso desejo apreciá-lo ainda na sessão de amanhã, em regime de urgência urgentíssima.

Quero lembrar aos Srs. Deputados a preocupação que tivemos desde o primeiro momento, na primeira sessão, quando assumimos a Presidência desta Casa, de fazê-la funcionar com uma estrutura mínima necessária. Porém, antes mesmo que a proposta da Mesa viesse a Plenário, levantaram-se vozes que ainda não desceram do palanque para tentar lançar dúvidas sobre a nossa proposta. Hoje assistimos a uma situação dramática: de um lado, os gabinetes dos Deputados com um quadro de livre provimento aprovado, e de outro, a Mesa sem funcionamento, ou em funcionamento precário; as comissões já instaladas, igualmente em condições precárias; vários projetos e documentos aguardando o curso normal do processo legislativo e administrativo, ainda sem nenhuma condição.

Como Presidente, solicito que o exame da matéria seja feito com a maior responsabilidade e competência, pois temos a certeza de que não é difícil administrar esta Casa, se todos os Deputados que a compõem souberem colocar os interesses do povo do Distrito Federal acima de quaisquer interesses pessoais, ideologias ou partidos políticos.

Esta Presidência reafirma a necessidade de se cumprir, antes do prazo, a resolução que determina a realização de concurso público para o provimento dos cargos de carreira efetivos, pois não permitirá, em hipótese alguma, que este Legislativo seja diminuído por nenhum tipo de "trem da alegria" ou qualquer outra forma de admissão que não seja a da mais absoluta transparência e obedecendo às normas constitucionais e às leis que disciplinam a matéria.

Repudiamos também todas e quaisquer manifestações panfletárias que tendenciosamente desejem criar um vácuo administrativo para tentar desmoralizar o Legislativo, como forma de inviabilizar seu pleno e democrático funcionamento, pois sabemos que existem interesses não explícitos que ainda não se conformam com a autonomia política do Distrito Federal. Não admitiremos que forças do autoritarismo, aliadas às do patulhamento ideológico, inviabilizem ou dificultem o processo democrático.

Não há matéria sobre a mesa. Passamos ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Oradores inscritos no Pequeno Expediente:

- Carlos Alberto
- Peniel Pacheco
- Manoel Andrade
- Lúcia Carvalho
- Pedro Celso

— Benício Tavares

Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentei um Projeto de Resolução, que recebeu o nº 002 e que previa a instalação de uma comissão para tratar da estruturação da nossa Câmara Legislativa. Não quis, por critério e em respeito às Comissões que se vinham instalando e à própria Mesa, solicitar regime de urgência para aprovação desse projeto. Agora, tomo conhecimento, pela leitura do Sr. Presidente, de que será apresentado um Projeto de Resolução, a tramitar em regime de urgência, tratando, exatamente, dessa estrutura provisória.

Quero manifestar, inclusive como professor de Administração que sou, minha convicção de que não existe estrutura provisória que possa ser concebida sem que se tenha uma visão da estrutura permanente da própria Casa.

As se estabelecer uma estrutura provisória, estão-se lançando as raízes da estrutura definitiva. Evidentemente, quando propus uma Comissão com três Parlamentares, em momento algum pensei que esses três Parlamentares fossem auto-suficientes de tal forma que não lançassem mão de técnicos e especialistas em organização, em estruturação administrativa.

Quero deixar a minha preocupação a este Plenário. Estou disposto a discutir com a máxima responsabilidade o projeto, que, agora tomo conhecimento, tramitará em regime de urgência. Entretanto, não me parece que o método que acabou sendo adotado pela própria Mesa seja o mais adequado.

Também, Sr. Presidente, há 15 dias a Câmara Legislativa vem desenvolvendo normalmente seus trabalhos e, acredito, já avançou em questões importantes e básicas, como a eleição da Mesa e a instalação das Comissões. Entretanto, um outro fato muito me preocupa neste momento: a definição do método de discussão, da apresentação de emendas e a aprovação da Lei Orgânica do Distrito Federal, principal tarefa desta legislatura.

Quando digo que me preocupa o processo de aprovação da Lei Orgânica é porque todos nós conhecemos profundamente as distorções históricas nas relações entre Legislativo e Executivo, sempre com uma tendência à supremacia do segundo, em função de seu forte poder de cooptação, viabilizado pelo favorecimento no preenchimento de cargos públicos e por outras benesses nem sempre transparentes. Devemos iniciar imediatamente os trabalhos constituintes e, antes de tudo, reafirmar a soberania desta Casa, que tem tudo para dar grandes exemplos neste campo a todo o País.

A independência de um Legislativo não se dá apenas com discursos, mas com atitudes práticas que devem ser comuns à Presidência da Mesa, às Comissões e a cada Parlamentar. Se, por um lado, não se deve nutrir nenhum preconceito ante qualquer projeto ou matéria originada do Executivo, a Câmara precisa ser afirmativa na relação com o Governador, com os Secretários e representantes da Administração Direta.

Se os procedimentos constituintes não forem rapidamente aprovados, a Câmara pode acabar estrangulada por um movimento de duas mãos: de um lado pela avalanche de projetos e de decretos constantes de um prolapado programa de Governo e, de outro, por movimentos legítimos, mas de caráter corporativo. Corremos o risco de todas as comissões e o plenário ficarem submersos na análise de inúmeros projetos em tramitação, sem que se dêem passos concretos na direção da Lei Orgânica.

Temos exemplos concretos à nossa volta, no plano da União. A Constituição Brasileira demorou quase dois anos para ser aprovada, por injunção direta do Governo Sarney, e as Medidas Provisórias do Governo Collor simplesmente impediram o Congresso Nacional de discutir e aprovar toda a legislação complementar. Não queremos estas mesmas dificuldades para a Câmara, para a sociedade e para o Distrito Federal.

Algumas questões parece-me estão de cabeça para baixo nesta Casa. Já existem candidatos para o cargo de Relator - pleito legítimo, diga-se de passagem - sem que uma proposta concreta sequer de

Regimento Interno, dos trabalhos da Lei Orgânica, tenha sido aprovada.

Já está em mãos da Mesa projeto de resolução de minha autoria - de número 002 - que pretende agilizar o procedimento legislativo desta Casa, sem maiores delongas. Por ele, seriam criadas três comissões temporárias, que teriam duas semanas apenas para apresentar normas de Regimento Interno, dos trabalhos da Lei Orgânica, e de projeto de organização administrativa também da Casa.

A presente proposição, que não colide com as funções específicas dos membros da Mesa e das comissões, procura resgatar a experiência positiva realizada antes mesmo da instalação da nossa Casa, quando instituímos grupos de trabalho que, sem dúvida, proporcionaram efetiva contribuição para os bons resultados que temos obtido até agora.

A Câmara Legislativa não pode perder-se no varejo. Ela tem de acertar, fundamentalmente, no atacado, através da elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal. De nada adianta elaborarmos bons projetos conjunturais se a Lei Maior de Brasília for protelada e preterida por questões meramente circunstanciais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra, o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de lembrar, nesta oportunidade, um aspecto interessante da nossa cidade, Brasília, que foi construída e idealizada para ser a Capital do Poder no Brasil.

Brasília foi toda constituída com o objetivo de transformar-se numa cidade apenas administrativa.

Todas as pessoas que vieram a Brasília tinham em mente arranjar um emprego ou uma função num cargo público e ganhar os altos salários prometidos para aqueles que viessem trabalhar na esfera pública federal.

Hoje a realidade é bem diferente.

Brasília não pode mais ser vista como uma Ilha da Fantasia, porque ao redor do Plano Piloto, este centro elitista do Distrito Federal, se instalaram muitas e muitas cidades, algumas delas adotadas, muitas vezes, numa contingência de assentar o homem em vilas suburbanas, sem as menores condições de vida.

Com o advento de uma política agrícola para o Distrito Federal começaram a verificar-se os grandes problemas que a cidade enfrentava no sentido de alimentar esta enorme população que cresceu ao redor do Plano Piloto.

Descobriu-se que os gêneros alimentícios para alimentar a mesa do brasiliense tinham de vir de fora, tinham de ser importados de outros centros, de outras regiões. Iniciou-se, então, uma busca cada vez maior de estabelecer o homem no campo, como única alternativa de fazer o campo produzir e fazer com que os próprios gêneros alimentícios consumidos pelos brasilienses nascessem aqui mesmo no cerrado do Planalto Central.

O desafio era enorme, mas muitos, vencendo obstáculos aparentemente intransponíveis, conseguiram instalar-se no solo, e pequenas glebas, e realizar a alquimia da agricultura, transformando cascalho em repolho, transformando chão bruto em alface, em tomate, em comida para o brasiliense.

Esse processo, desenvolvido à revelia, começou a ser visto pelos governos que se instalaram no Distrito Federal. Diga-se de passagem, foi o Governador José Ornellas, hoje um colega de bancada, quem deu abertura ao processo de assentamento do homem no campo. Esse projeto se desenvolveu em muitas cidades-satélites. Temos visto crescer cinturões verdes que proporcionam alimentos para a mesa do brasiliense.

Quero congratular-me com os chacareiros, com aqueles que estão trabalhando e desbravando o campo, que são os membros do projeto Águas Claras, que estão participando da nossa sessão nesta oportunidade.

Eu, pessoalmente, ontem pela manhã, às 7h, estava visitando aquele projeto, Sr. Presidente, e fiquei comovido ao ver aquelas terras, pois cheguei a Brasília em 1964, e observava, ainda garoto, as queimadas

naquela região. Sei também que era esconderijo de delinquentes, marginais, e que hoje o homem está ali assentado produzindo mamão, manga, abacaxi, frutas e verduras, sendo hoje o Distrito Federal auto-suficiente em hortaliças.

Qualquer alternativa de desacreditar esse projeto é demagogia, e não aceitaremos. Lutaremos nesta Casa com intuito não apenas de instalar o homem no campo, mas de propiciar condições e titularização para que ele possa produzir com maior vigor e entusiasmo.

Todos sabem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que para transformar a terra bruta do Distrito Federal em terra produtiva é necessário investimento. Investimento que muitas vezes o Governo não quer fazer, mas que o lavrador, o agricultor, o homem comum faz, e esse merece o nosso louvor.

Quero destacar, Sr. Presidente, que meu sonho não é ver o produtor agrícola morando em choupanas, em casinhas de tapera; meu sonho é ver o produtor agrícola, aquele que produz comida para o povo da cidade, assentado em casas dignas, com telefone, aparelho de televisão, e podendo gozar um pouco de lazer, o que é garantido pela Constituição Federal.

Se o produtor desenvolve seu projeto agrícola e consegue construir uma casinha e comprar um carro, já dizem que ele é empresário, dono de grande latifúndio.

Sras. e Srs. Deputados, vamos ser realistas. O homem que produz merece o benefício do seu trabalho, pois a própria Bíblia afirma: "Digno é o trabalhador de seu salário".

Finalizando, Sr. Presidente, quero enfatizar que em muitas das críticas lançadas a este Plenário talvez até haja uma parcela de razão, tendo em vista que há também aqueles que são aproveitadores. Não quero entrar nesse mérito, não discuto esse mérito. Todas as profissões, todos os setores têm pessoas estranhas, agindo entre os verdadeiros trabalhadores. Isso pode acontecer também entre os produtores rurais, sejam eles pequenos ou médios produtores. Acho que não podemos tomar o todo pela exceção. A parte que não está agindo corretamente deve ser condenada, mas a parte que está agindo condignamente, que está produzindo alimento para o brasiliense, tem de ser aplaudida, dignificada, e merece o apoio do Governo e de todos os que estão trabalhando pelo bem do povo do Distrito Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra o nobre Deputado Manoel Andrade.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero parabenizar a Associação de Chacareiros, na pessoa do companheiro Arnóbio, e todos os demais, pela sua disposição e pela sua luta. Quero também cumprimentar o Deputado Peniel Pacheco pelo seu brilhante discurso, pois foi pautado em uma realidade. Eu somo às minhas, as palavras do Deputado Peniel Pacheco.

Acredito que o pensamento deste colegiado é dar a devida atenção aos homens que procuram, com seu trabalho, gerar o bem-estar de sua família e da comunidade.

Quero repetir que estou com V.Ex.^a. nessa luta.

Sr. Presidente, trago ao conhecimento deste colegiado um fato referente ao debate sobre o transporte de massa do Distrito Federal. Foram feitas algumas alusões ao não-comparecimento de autoridades do Governo a evento de tamanha envergadura. Houve, de certa forma, recriminação pela ausência do Secretário dos Transportes. Quero passar ao público a nota do Governo a respeito desse não-comparecimento.

Para quem não sabe, o Governador Joaquim Roriz assumiu o Governo no dia 1º de janeiro e já no dia seguinte convocou todo o Secretariado para uma reunião de trabalho, estabelecendo que cada Secretaria teria de apresentar alguns quesitos para o plano de Governo. Assim, o Secretário dos Transportes, Dr. Marcelo Perrupato e Silva, já havia, desde o dia 2 de janeiro, convocado uma reunião com todos os membros da sua Secretaria exatamente para o dia em que seria realizado o referido debate.

Ao receber o convite dos organizadores, datado do dia 7 de janeiro,

S.Ex.^ª ficou sensibilizado e preocupado em função da sua impossibilidade de comparecer. No dia 11, através do Ofício nº 002, do Gabinete da Secretaria dos Transportes, comunicou essa impossibilidade de comparecimento a evento tão importante.

Sr. Presidente, quero, em nome da Liderança do PTR, explicar a V.Ex.^ªs. que não houve nenhum descaso do Governo. Houve, sim, um acúmulo de compromissos, porque o Governador Joaquim Roriz, ao assumir o Governo, no dia 1º de janeiro, já se preocupou em dar andamento às propostas apresentadas na sua campanha eleitoral.

De resto, quero deixar bem entendido que não é nossa vocação, não faz parte do nosso pensamento fugir das responsabilidades e do debate democrático.

Quero dizer isto para que todos saibam que o Governo quer participar da discussão com a comunidade sobre a questão do transporte de massa e da implantação do metrô de superfície.

Sr. Presidente, eu gostaria também de comunicar a esta Casa que, no brilhante discurso da Deputada Rose Mary Miranda, quando S.Ex.^ª fez referência às péssimas condições de sinalização de Taguatinga, reconheço que o fez com razão. Hoje estive conversando com o Sr. Diretor do Detran, que elogiou a Deputada pelo levantamento da questão. Neste momento, quero justamente transferir à comunidade a informação de que neste ano de 1991 o Detran já terá as condições ideais para que a cidade de Taguatinga e todo o Distrito Federal tenham a sua sinalização horizontal e vertical devidamente restabelecida, a fim de diminuir o desastroso número de acidentes verificados.

Sr. Presidente, no momento, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, neste momento queremos usar da palavra para falar das negociações salariais das categorias profissionais do Distrito Federal, ligadas ao GDF, e da postura que o Governador vem adotando em relação a esses segmentos.

Mas, antes disso, quero reafirmar, enquanto líder da bancada do PT, que estamos solidários com os companheiros da área rural na sua luta pela legalização da terra. Reafirmamos o nosso compromisso de apoio à luta dos pequenos e médios produtores, para que Brasília realmente seja por eles abastecida e que tenham condições dignas de trabalho. Não vemos nisso nenhum tipo de mordomia.

Quero dizer aos companheiros rodoviários, aqui presentes, que serão eles que garantirão que esta Casa realmente represente os interesses dos trabalhadores nas negociações salariais.

Gostaria de continuar citando uma pequena anedota: o leão encontrou o caçador, em plena selva, desprovido de qualquer armamento. O leão, então, disse ao caçador: "Bem, estamos aqui, só nós dois, no meio da selva, eu aqui, você aí, sem nenhuma arma. Vamos negociar?"

A anedota não tem graça nenhuma, mas ilustra bem a intenção do GDF quanto às negociações trabalhistas que quer realizar com os segmentos organizados.

Contestando a representatividade dos Sindicatos e, através do Secretário do Trabalho, na tentativa de desarmá-los, decidiu que só negociará e assinará acordos com comissões das empresas públicas. E, alegando o Regime Jurídico Único, tenta esvaziar completamente a luta dos servidores das Fundações.

Assim, em cada empresa pública com o peso das demissões caindo sobre suas cabeças, os funcionários negociarão em pior situação que o caçador em relação ao leão, instaurando-se nas negociações trabalhistas, com este Governo, um clima de intimidação.

A tentativa — inócua — de esvaziar a luta dos sindicatos, seja do Sindser — Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do GDF, seja dos representativos de Sindicatos dos funcionários das Fundações, dá o tom de como o Governo deseja negociar e fazer pactos com a sociedade. Está bem negociar com os trabalhadores, desde que estes estejam de mãos atadas.

Desconhecer esses sindicatos, que estão entre os mais combativos de Brasília, na hora de negociar, é pisar em mais de 30 anos de lutas e conquistas dos trabalhadores no Distrito Federal.

Essa atitude não pode ser e nem será aceita pelos servidores públicos, seja da administração direta, fundacional ou autárquica.

Que o Governo do Distrito Federal reveja imediatamente essa posição completamente em desacordo com os princípios democráticos que ele próprio tanto se empenhou em se autoatribuir.

Quanto aos servidores, continuarão sua luta em defesa de um serviço público digno, de qualidade, e voltado para os reais interesses da população.

É muito fácil para o GDF achatar salários dos funcionários públicos, negar-lhes condições de trabalho e depois vir com propostas de privatização como essa, absurda, estampada nas manchetes dos jornais de sábado, 12.1.91, anunciando a possibilidade de se privatizar a Rodoviária.

Como se já não bastasse os cofres públicos subsidiarem, através do Caixa Único, as empresas de transporte, para que seus proprietários enriqueçam à custa da concessão de um serviço público e possam, com exorbitantes lucros, auferir vãos mais altos, como foi o caso da aquisição da Vasp pelos proprietários da Viplan.

Essa atitude do GDF pode comprometer de maneira irremediável todo o serviço público no Distrito Federal, prejudicando toda a população.

Alerto, portanto, Sras. e Srs. Deputados, esta Assembléia para os perigos decorrentes dessa atitude. Que a Câmara Legislativa faça gestões junto ao GDF para revisão dessa posição e retomada das negociações com os sindicatos.

Aproveito a oportunidade para convidá-los para um encontro, hoje, quarta-feira, ao término desta sessão, com a direção da CUT/DF, Sindicatos ligados ao GDF e parlamentares, para tratar desta questão.

Essa reunião será feita para explicar a situação de negociação para que esta denúncia, que acabei de fazer, não caia no vazio. Convido todos os parlamentares do PT, do PDT, do bloco governista, da Frente Liberal, do PCB e do PC do B.

A reunião se realizará, aqui, na Câmara Legislativa, no auditório, ao final desta sessão plenária.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Lembro a todos que é permitido a qualquer pessoa assistir às sessões públicas, no lugar que lhe foi reservado, desde que se encontre desarmada e que permaneça em silêncio, sem dar qualquer sinal de aplauso ou reprovação ao que se passar. Solicito, portanto, a atenção de todos para as palavras que o Deputado Pedro Celso irá proferir.

Com a palavra o Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO — (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aqui saudar os meus companheiros rodoviários que estão em campanha salarial e vêm a esta Casa pedir apoio e fazer com que a Câmara Legislativa cumpra o seu papel de mediação e também sua responsabilidade com as questões sociais desta cidade.

Lembro que esta brava e combativa categoria está em campanha para repor as perdas ocasionadas pelo vergonhoso Plano Collor, que mais miséria e arrocho salarial trouxe a toda classe trabalhadora brasileira.

Gostaria de alertar e dizer aos companheiros, trabalhadores rurais e pequenos produtores rurais, que terão o apoio deste Deputado e também do Partido dos Trabalhadores para as suas reivindicações. Mas não se iludam com aqueles que vêm aqui fazer discursos emocionados, porque fazer discurso é uma prática muito comum e muito fácil.

Lembro que aquele Deputado, que há pouco me antecedeu, possui pares que, no Congresso Nacional, se posicionaram contra a reforma agrária, e hoje vem aqui fazer alusões e promessas. É bom deixar isto bem claro, porque os militantes, ativistas do campo e os trabalhadores sem terra do Partido dos Trabalhadores tombam assassinados pelas balas da UDR. Eles é que estão sendo assassinados no campo.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de dizer que é com muita honra que

volto a esta tribuna para solicitar que se inclua nos Anais desta Casa, coisa que não pude fazer ontem, a matéria intitulada: "PT pode bloquear o metrô na Câmara", publicada ontem na página 3 do jornal "BsB Brasil", e assinada pela jornalista Isabel Braga.

A matéria ressalta muito bem o pensamento dos técnicos da Universidade de Brasília que antontem aqui estiveram. Ressalta também o receio daqueles técnicos ante a promessa do Governador Joaquim Roriz de construir o metrô, custe o que custar.

Este receio, nobre Presidente, é o mesmo o meu Partido, do Partido dos Trabalhadores. Todos nós tememos uma medida autoritária do Governo do Distrito Federal no sentido de se construir uma obra que é uma verdadeira "caixa-preta" para todos nós.

Por isso, peço o registro dessa matéria, para que fique memorizado este nosso temor.

Quero, ainda, dizer que causou estranheza a declaração dos Deputados governistas, no sentido de que apoiarão a proposta do Governador Joaquim Roriz. E eu pergunto: qual é a proposta? Onde está o projeto? Por onde passará o metrô? Quanto irá custar? Qual a percentagem de população usuária do sistema de transportes a ser beneficiada?

Como se pode apoiar às cegas o projeto do Governador Joaquim Roriz, que ninguém conhece e que é uma verdadeira "caixa-preta"?

Portanto, reforçamos nossa reivindicação de que o projeto seja discutido nesta Casa, seja discutido pelo conjunto da sociedade, para que não construamos um "elefante branco".

Sr. Presidente, se ainda me restar algum tempo, desejo dizer aos nobres colegas desta Casa, que recebi uma denúncia que considero grave. Hoje, às 13h15 min, uma pessoa ligou para o meu gabinete e ameaçou explodir a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Esse telefonema anônimo, nobres colegas, é a primeira ameaça concreta que os setores insatisfeitos com a representação popular promovem. Mas não tememos nada deles. O Partido dos Trabalhadores já está acostumado a essas ameaças de bombas; já está acostumado a enfrentar a repressão. O meu Partido lutou contra a ditadura militar e seus asseclas. A sociedade brasileira repudia esses fascínoras foras-da-lei, que agem na calada da noite e através de telefonemas anônimos.

Vamos continuar a lutar para que esta Casa se transforme na Casa dos trabalhadores do Distrito Federal, e para que haja participação popular na elaboração da Lei Orgânica. Não permitiremos que ameaças de bombas, ou que alguns fascistas, nos usem como massa de manobra para impedir que esta Casa continue a ser um território livre para as manifestações populares. Não aos terroristas. Abaixo o atentado à cidadania. Viva a democracia, a liberdade e a paz.

No Grande Expediente, vou pronunciar-me sobre as reivindicações salariais e condições de trabalho dos rodoviários de Brasília, e também sobre as propostas trazidas pelo sindicato, para transformação e melhoria do sistema de transportes coletivos de Brasília.

Muito obrigado.

ISABEL BRAGA

O deputado distrital Pedro Celso (PT) pretende usar todos os meios jurídicos à disposição para bloquear o projeto do metrô de superfície, caso o governador Roriz insista na idéia da implantação antes de uma discussão mais intensa com a Câmara Legislativa e a própria sociedade. Pedro Celso criticou a ausência de representantes do GDF no debate sobre o transporte de massa promovido ontem por setores da UnB. "Nos parece, com esta atitude, que o Governo se recusa a debater a questão com a sociedade", argumentou.

O primeiro secretário da Câmara Legislativa do DF lembrou ainda que, dias antes da posse, em um debate promovido por uma emissora de TV, pediu ao atual chefe do Gabinete Civil, José Roberto Arruda, uma cópia do projeto do metrô de superfície. "A cópia foi negada sob a alegação de que ainda não a possuía. Agora, quinze dias depois, o Governo dá declarações de que o projeto está em fase de execução", salienta o deputado do PT. "Seria preciso pelo menos seis meses para se elaborar um projeto desta amplitude. Que Governo democrático é este?", indaga.

Para Pedro Celso há distorções sérias por trás deste empenho em se implantar o metrô em Brasília. "Alguém está querendo vender esta

idéia e o Governo está se prontificando em comprar, sem a discussão com os segmentos organizados da cidade", enfatiza. "Até mesmo as empresas de ônibus defendem esta idéia, pois irão explorar o filão de transporte dos terminais do metrô até os vários pontos de cada satélite", alerta Pedro Celso. "Esta é uma iniciativa que vai atingir 20 por cento da população de Brasília, sendo que deste percentual, 10 por cento terão ainda que fazer o transbordo. Isto é prioridade?", questiona.

O deputado elogiou a iniciativa da UnB em promover o debate com os distritais. "Este é um intercâmbio que tem que acontecer", comentou o deputado. O reitor Antônio Ibanez também ressaltou a importância desta contribuição.

Técnicos condenam o projeto

As experiências no Brasil e em nível mundial de utilização do sistema ferroviário como alternativa viária — como o metrô de superfície — mostram que se trata de uma opção inviável, operacional e financeiramente. Este foi o principal ponto abordado ontem, durante o seminário sobre o transporte de massa em Brasília, promovido pelo Decanato de Extensão e o Núcleo de Estudos em Transporte, ambos da UnB, no auditório da Câmara Legislativa do DF.

Técnicos e professores da Universidade de Brasília, com formação acadêmica e estudos na área, debateram durante toda a manhã de ontem com deputados distritais e segmentos da sociedade interessados na questão, as dificuldades de viabilização do projeto de implantação do metrô de superfície em Brasília, uma das principais promessas de campanha do governador Roriz. Uma das palestrantes, Ieda Maria de Oliveira, técnica do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas do Ministério da Economia, chegou a manifestar o desânimo em discutir a questão, "que é política e não técnica quando se sabe que existe uma firme decisão, para a sua implantação", afirmou Ieda.

Segundo a técnica do Ipea a opção pelo metrô como alternativa para o sistema viário da cidade poderá trazer sérios problemas as finanças públicas do DF, principalmente depois que a Constituição de 1988 tirou a obrigação do Governo Federal com o transporte urbano. "Mesmo depois de implantado, o metrô necessitará de subsídios para a sua manutenção, como demonstram as experiências do Rio de Janeiro e São Paulo", afirma. Ieda ressalta o caso do metrô do Rio de Janeiro, onde a receita do sistema cobria em 1980 apenas 30 por cento dos custos de manutenção ou em São Paulo, onde este percentual atinga 42 por cento.

Capacidade — Um dos principais argumentos de quem defende a implantação do sistema de metrô é a capacidade de transportar muitas pessoas em um curto espaço de tempo. Enquanto através do sistema de ônibus circulam 15 mil pessoas por hora, este número sobe para 50 mil nos metrôs. Segundo o professor da UnB, Chales Wright, do mestrado em transportes da instituição, pesquisas recentes demonstram a queda neste mito. "Em vários metrôs do mundo, com exceção de dois que se aproximam muito dos números estimados, o número de pessoas atendidas é aproximadamente um terço do previsto nos estudos de viabilidade", salienta o professor.

Charles Wright cita o metrô construído em Detroit, Estados Unidos, que carrega em média 15 mil pessoas por dia, quando muitos ônibus — no Brasil — atingem este número em uma hora. "Os sistemas ferroviários atuais são em geral verdadeiros fracassos (total ou parcialmente). Eles não levaram em conta as características espaciais da cidade, com funções espalhadas", explica o professor. Wright ressalta a inflexibilidade dos sistemas ferroviários, de implantação linear e salienta que não poderão resolver nenhum problema de transporte a não ser em locais onde existam um corredor de função da cidade.

"Aqui no Brasil, só conheço um lugar onde o metrô poderia dar certo: a Zona Sul do Rio, onde os moradores, as lojas e os serviços urbanos se concentram em torno de um corredor", afirma o professor. Wright lembra a peculiaridade do Plano Piloto, cuja maior dificuldade é a ligação do setor leste ao setor oeste (dos eixos L, aos eixos W). "Nós temos que estudar quais as alternativas e a que custo resolveremos o problema de transporte de Brasília. A idéia de que só pode ser resolvida com o metrô não tem fundamento técnico", alertou.

Alternativas — Algumas alternativas já utilizadas no País, como o

sistema de troleibus ou mesmo a volta da tecnologia de tração — ônibus Romeo e Julieta um ônibus que puxa outro foram levantadas pelo professor da UnB e técnico do Ipea, José Alex Santana. Mas a principal questão levantada pelo técnico é que um investimento público só deve ser feito após a exaustão do investimento anterior. “É preciso saber primeiro, se o antigo sistema já atingiu a sua capacidade máxima, para que se respeite o investimento público, o dinheiro do cidadão gasto com o antigo sistema”, analisa.

Para Alex Santana, deve-se investigar, antes de mudar o sistema de transportes do DF, se o sistema de ônibus está esgotado e ainda, qual a vocação da cidade. “O próprio governo empossado defende a industrialização das satélites, sua autonomia e independência. Isto deverá gerar um fenômeno de contra-urbanização, diminuindo a importância do Plano Piloto”, comentou.

O SR. PENIEL PACHECO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — V.Exa. tem a palavra.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente Sras. e Srs Deputados, gostaria de prestar um esclarecimento em relação a duas questões. Uma, diz respeito à citação feita pelo Deputado que me antecedeu, quando disse que alguns Deputados, aqui, não sei quantos, teriam pares no Congresso Nacional. Não entendi muito bem se essa afirmação se refere a mim, mas se for este o caso, devo lembrar que não tenho nenhum par no Congresso Nacional.

Fui eleito Deputado Distrital. Tenho pares, sim, nesta Casa, inclusive o nobre Deputado Pedro Celso. Estou ao lado dele, na luta em favor de melhores condições de trabalho para os rodoviários e para todos os trabalhadores das categorias aqui presentes.

Trago outro esclarecimento com relação ao metrô de superfície. Somos conscientes de que Brasília foi construída de modo a não privilegiar as camadas mais carentes da população. Aqueles que residem no Plano Piloto, no Lago Sul ou nas adjacências dos setores elitizados da cidade têm de ser contra o metrô. Já os que conhecem a realidade da Ceilândia, Gama e periferia sabem da precariedade dos transportes coletivos.

O projeto da construção do metrô de superfície, transporte sobre trilhos utilizado nos países mais desenvolvidos e de tecnologia mais avançada, é uma exigência da realidade do Distrito Federal.

É ridículo criticar o apoio a esta proposta sem conhecê-la, porque esta é uma proposta plausível para o Distrito Federal.

Portanto, deixo este registro dirigido ao nobre Deputado Pedro Celso, que, por certo, deve ter-me confundido com outro Parlamentar com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Sr. Presidente, levanto uma questão de ordem. Na primeira sessão foi apresentada uma proposta para os trabalhos, na qual não estava incluído o horário destinado à Comunicação de Líderes. Haveria o período do Pequeno Expediente, para os quais todos nos inscreveríamos. Nesse horário, falaríamos seis oradores. Depois, passaríamos ao Grande Expediente, caso não existisse nenhuma matéria para ser discutida, ou votada, nesse plenário.

Sr. Presidente, reivindico a V. Ex.^a, por oportuno, que no Pequeno Expediente não haja pronunciamentos de lideranças. O Regimento Interno do Senado, a propósito, dispõe sobre períodos diferentes na sessão, para essas manifestações. Existe o Pequeno Expediente e horário especificamente destinado às Comunicações de Líderes. Não acho correto que só alguns possam se manifestar.

Com o devido respeito ao nobre deputado Peniel Pacheco, não considero correto que V. Ex.^a, neste período, fale duas vezes, pois deve haver igualdade entre nós.

Por outro lado, Sr. Presidente, também solicito que não seja permitida a concessão de apartes em discursos no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Sra. deputada, quando aprovamos o provisório Regimento Interno desta Casa, ainda

não havíamos escolhido os líderes. Dispõe o art. 14, item II, do Regimento Interno do Senado Federal:

“Art. 14.”.....
I —

II — Se líder:

a) por cinco minutos, em qualquer fase da sessão, excepcionalmente, para comunicação urgente de interesse partidário”.

De modo que esta Mesa deve seguir o Regimento que esta Casa aprovou. Daremos a palavra a todos os líderes, em qualquer momento. A proposta de V. Ex.^a deverá ser considerada quando formos elaborar o Regimento definitivo.

Com a palavra o nobre deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, Sras. e srs deputados. Estamos apresentando um projeto de lei com o objetivo de estender os ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) a isenção concedida pela União, relativa ao IPI, para a aquisição de veículos por profissionais autônomos, que dele se utilizem para o seu sustento.

Não ignoramos o fato de que a origem da isenção tinha como intenção paralela — além de beneficiar os motoristas autônomos — beneficiar a indústria automobilística, que vivia àquela época uma fase de dificuldades de vendas de seus produtos.

Mas não é lícito deixar de reconhecer que os profissionais puderam melhorar suas condições de trabalho e, salvo problemas surgidos na etapa de implantação da medida, o controle imposto à compra dos veículos impediu distorções significativas.

Impõe-se também salientar o sentido positivo da iniciativa na renovação das frotas de táxis de todo o País, sendo aí os usuários a aplaudirem a inovação. Segundo as autoridades federais, por outro lado, a isenção não resultou em evasão tributária significativa.

Nada mais lógico, então, que ampliar a isenção, alcançando o ICMS, ainda mais que se trata de veículos de uso urbano, explorados mediante concessão do Poder Público e aliviando a demanda sobre outros meios de transportes.

Quando apresentamos o projeto, não deixamos de discuti-lo com o deputado Manoel de Andrade, que conhece a problemática, pois presidiu o sindicato da categoria, contando com os votos dos taxistas para chegar a esta Casa. Tivemos a satisfação de contar com seu integral apoio, inclusive porque nos informou que está em vias de apresentar proposição no mesmo sentido.

Na nossa iniciativa incluímos também veículos de profissionais autônomos que transportam carga e ônibus escolares. A necessidade da renovação da frota do transporte escolar é, aliás, uma evidência no Distrito Federal. Inclui-se aí a nossa preocupação com a segurança das crianças e com a eficiência do serviço.

Também estamos propondo a isenção para veículos de paraplégicos e pessoas impossibilitadas, em razão de deficiência física, de utilizar veículos comuns. No particular, ressaltamos que os veículos que lhes servem exigem adaptações que os tornam muito mais caros que os utilizados por outras pessoas. Ninguém desconhece as dificuldades de locomoção destas pessoas em transportes coletivos ou o fato de que estão fortemente concentradas nos setores de menor poder aquisitivo.

Com a certeza de poder contar com o apoio dos meus nobres pares para a proposição, quero informar também da apresentação de outra iniciativa: um projeto de resolução impedindo o porte de qualquer tipo de arma no interior desta Casa. Trata-se de iniciativa de caráter preventivo, que deverá contar com o apoio unânime de todos nós, com exceção apenas para os trabalhadores que, por imposição do seu exercício profissional, precisem tê-la consigo.

Muito obrigado.

O SR. MANOEL ANDRADE — Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE — (Salviano Guimarães) — Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, quero lamentar que tenhamos começado, nesta Câmara Legislativa, a corrida e o atropelamento de idéias.

Há dois dias usei a tribuna para informar à Mesa e à sociedade que

eu já estava com um projeto, que visava a conceder isenção do ICMS aos motoristas de táxi, praticamente acabado. E avisei também que não tinha apresentado esse projeto porque faltavam alguns contornos, inclusive porque o Governo Federal só ontem encaminhou uma mensagem ao Congresso propondo a isenção de IPI para os táxis.

Vejo aqui que o decoro parlamentar, a lealdade, o respeito às categorias não são considerados, porque falei sobre esse assunto por mais de uma vez.

Ninguém melhor do que eu conhece a profissão de taxista, porque sou motorista de táxi há mais de 12 anos.

Todas as isenções concedidas aos motoristas do Brasil inteiro, particularmente a do ICMS, tiveram nossa participação.

Ontem mesmo fui conversar com o Sr. Governador, ocasião em que S. Ex^a convocou o Secretário da Fazenda para acertarmos a aprovação de projeto que visa a autorizar o Governo do Distrito Federal a isentar de ICMS os táxis.

Mas não é só isso, Sr. Presidente. Para quem não sabe, a concessão da isenção do ICMS só poderá ser feita mediante entendimento nacional, através do Conselho de Política Fazendária — Confaz, devendo todos os governadores estar a favor dessa aprovação.

Estamos carregando há 10 anos esse trabalho, e agora, por um ato de oportunismo vergonhoso, que merece o repúdio desta Casa, um companheiro, para marcar ponto com uma categoria da qual não participa, apresenta um projeto, atropelando minha iniciativa.

Lamento que isso aconteça, Sr. Presidente. Quero chamar a atenção de meus Pares e da comunidade para o fato de que o PDT não correspondeu com a lealdade necessária.

Mesmo assim, apresentarei meu projeto, consubstanciado naquilo que entendo ser do interesse para minha categoria, isto é, os motoristas de táxi.

E quero dizer mais uma coisa: eu não ousaria apresentar nenhum projeto visando a beneficiar os paraplégicos se não conversasse antes com o companheiro Benício Tavares. Não faria uma coisa dessas, porque acho que S. Ex^a, melhor que eu, representa os sofridos paraplégicos, os deficientes físicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BENÍCIO TAVARES — Sr. Presidente, peço a palavra porque fui citado nominalmente pelo deputado Manoel Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. BENÍCIO TAVARES — (PDT - Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, gostaria de esclarecer ao deputado Manoel Andrade que minha intenção não foi, sem dúvida, a de abocanhar os votos de sua categoria.

Nosso projeto já estava pronto, havia sido entregue ao Protocolo Legislativo e vinha tramitando na Casa. Não posso, de repente, retirar uma proposição.

Acho que se V. Ex^a tem proposições que possam subsidiar essa questão, deve apresentá-las, e os companheiros irão decidir qual a melhor.

Quero deixar registrado que não pretendo ter como direito apresentar todos os projetos referentes às pessoas portadoras de deficiências, assim como também não acho que alguns companheiros que pertencem a outros setores — como os deputados Pedro Celso, Lúcia Carvalho e Agnelo Queiroz, representantes dos rodoviários, do setor da educação e da saúde, respectivamente — detenham o monopólio de apresentar projetos com relação a suas áreas.

Apresentarei projetos que beneficiem a todos os segmentos da sociedade. E mais: apresentarei todos os que acho que devo e a que tenho direito.

Como qualquer outro deputado, posso apresentar projetos e acho que este de agora é justo, e os companheiros taxistas o merecem.

Uma coisa não entendi: por que o deputado Manoel Andrade acha que houve atropelamento? Ao contrário, nosso projeto está para ser discutido. Se S. Ex^a tem um melhor, que o apresente.

Estas as palavras que gostaria de dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Deputados, gostaria de fazer um alerta a esta Casa, em especial ao Sr. Presidente. No Capítulo V do Regimento Interno do Senado Federal referente ao uso da palavra, art. 14, inciso II, temos:

“Se Líder... letra a: poderá fazer uso da palavra por cinco minutos, em qualquer fase da sessão, excepcionalmente, para comunicação urgente, de interesse partidário.”

Por não ter visto isto acontecer, pediria ao Sr. Presidente que verificasse esse assunto, pois a meu ver está havendo um atropelamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Nobre Deputado Pedro Celso, não posso adivinhar o que os outros irão dizer.

O SR. FERNANDO NAVES — Sr. Presidente peço a palavra para fazer uma Comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO NAVES (PDC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Deputados, é um comunicado de interesse partidário, não fugindo, portanto, do Regimento.

Em nome do nosso bloco e do partido, quero deixar aqui o repúdio pelo comportamento de um companheiro que, talvez por engano, tenha feito com que um policial, que também é um cidadão, que tem direitos como qualquer outro trabalhador, fosse retirado desta Casa, mesmo não estando a serviço; estava apenas nos visitando. Da mesma maneira que todo cidadão tem o direito de frequentar esta Casa, o policial também o tem. Por ter acontecido esse fato, deixo registrado o meu repúdio, para que fatos como este não voltem a acontecer. Não estamos aqui para privilegiar a ou b, e tampouco causar discriminação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Terminado o Pequeno Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA

Há sobre a mesa projeto de resolução, em regime de urgência urgentíssima, que propõe o detalhamento da dotação orçamentária destinado à Câmara Legislativa para 1991, e respectivo cronograma de desembolso. O projeto de resolução contém vinte e duas assinaturas.

Convido o Deputado José Ornellas para que profira parecer oral sobre a matéria.

O SR. JOSÉ ORNELLAS — Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Deputados, o Projeto de Resolução nº 012/91 foi ontem distribuído para todos os Deputados, para conhecimento e apreciação. Cabe aqui uma primeira explicação: para 1991, como não existia, ainda, em 1990, a Câmara Legislativa, o Governo do Distrito Federal inseriu no seu próprio orçamento um elemento de despesa (4130), colocando-o como verba para estruturação da Câmara Legislativa. Então cabe a nós detalhar esse montante, que, como V. Ex^s. sabem, é de cinco bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros. Fizemos uma proposta, e queria dizer que ela não é como deve ser. Montado um orçamento, ele tem de ser feito de baixo para cima. O deste ano, excepcionalmente, é feito dessa maneira. Para 1992, vamos desencadear uma sistemática de montagem do orçamento do Distrito Federal, ouvindo todos os Deputados.

Para 1991, no entanto, não podemos proceder assim, porque este montante já está determinado e cabe a nós detalhá-lo. Este primeiro detalhamento tem de ser aprovado pelo Plenário, e colocamos cada uma das rubricas como se fosse uma meta. Como V. Ex^s. podem verificar, colocamos 40% para despesa de pessoal; 10% para material de consumo; 12% para despesas de aquisição de material e 20% para “outros serviços e encargos”. A maior quantia foi colocada para

“outros serviços e encargos”, porque estão inseridas algumas despesas essenciais em 1991, como, por exemplo, o concurso público.

Este quadro foi desenvolvido como meta a qual iremos tentar atingir. Reafirmo que para 1992 iremos proceder como a boa norma técnica manda: o orçamento nascerá de baixo para cima.

Por esta razão é que solicito ao Plenário que aprove o detalhamento da dotação orçamentária e, posteriormente, cada uma destas rubricas irá ser novamente detalhada e submetida aos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A matéria está em discussão. Cada Deputado poderá fazer uso da palavra apenas uma vez e pelo prazo de dez minutos. (Pausa.)

Não havendo Deputados inscritos, passaremos ao encaminhamento da votação. Os Deputados poderão usar da palavra uma vez, pelo prazo de cinco minutos, e até três Deputados a favor e três contra. (Pausa.)

Não havendo inscritos, convoco o Deputado Pedro Celso para fazer a chamada dos Deputados para a votação.

Aprovado o parecer com 18 votos “sim”.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

Oradores inscritos para o Grande Expediente:

— Manoel Andrade

— Pedro Celso

— Aroldo Satake

— Agnelo Queiroz

— José Edmar

— Wasny de Roure

Concedo a palavra ao nobre Deputado Manoel Andrade.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente. Srs. Deputados, gostaria, neste momento, de levantar uma questão de suma importância: a situação dos funcionários da Novacap, que estão com seus salários defasados, e que, há muito, vêm reclamando uma solução para o problema.

Tive a infelicidade de ver de perto a dificuldade daqueles funcionários. E o que eles pleiteiam não é muito, é apenas que sua data-base seja a mesma da dos funcionários da Terracap. Pleiteiam — já têm isonomia — também as vantagens que recebem os funcionários da Terracap.

A respeito desta questão, procuramos conversar com o Sr. Secretário do Trabalho, mas não foi preciso que fôssemos à sua procura. Ao tomar conhecimento da situação, ele nos procurou e forneceu as informações necessárias, dizendo que o Governo está vigilante e que nossa reivindicação é a mesma de todos os trabalhadores, e que todos estão recebendo tratamento especial por parte do Governo Joaquim Roriz.

Mas, por falarmos no Governador Joaquim Roriz, vi, nesta tribuna, ainda se duvidar da legitimidade e do apoio que ele possui nesta cidade. Joaquim Roriz conseguiu provar que é um eficiente engenheiro político, pois possui liderança e visão de estadista.

Quero dizer que quando se reporta que Joaquim Roriz não discute com a comunidade, isto não é verdade. Em seu primeiro mandato provou que era um Governo itinerante, conversando com todas as camadas da população.

Então, quero, aqui, deixar transcrito nos Anais desta Câmara que temos como base um Governador que o povo ungiu e que a democracia fez.

Mas, meus amigos, quero voltar a tecer comentários a respeito dos motoristas de táxi, motorista de táxi que também sou há quinze anos. E quero provar, através desta farta documentação, por que não é o Sr. Maurício Corrêa o defensor da categoria. A única coisa que ele fez e que o PDT fez em Brasília, foi tentar rachar a categoria, patrocinando uma dissidência, patrocinando um sindicato paralelo. E agora, o companheiro e Deputado Benício Tavares, recomendando talvez pelo Sr. Maurício Corrêa, está tentando articular um movimento para, mais uma vez, distanciar um sindicato combativo, como é o dos motoristas de táxi, de suas bases. Esta é uma questão que merece repúdio. Já

disse aqui que não compactuei e que jamais apresentaria projeto de lei de igual teor. Se qualquer par tivesse de ser antecedido, se tivesse vindo à tribuna e fosse parte legítima. Se tivesse um compromisso de representá-lo, jamais tomaria à frente para abocanhar uma pseudo-influência da categoria. A questão merece ser debatida. Isto é um ato de traição, um ato desleal. Os Anais têm esta gravação e vamos trazê-la a público.

Há poucos dias encontrei companheiros dissidentes do grandioso sindicato dos Rodoviários. Procuraram-me e perguntaram-me o que iria fazer para ajudá-los a fundar o sindicato, e disse-lhes que o único caminho que lhes restava era o de disputar a eleição em seu próprio sindicato. E que se perdessem, que se dessem por convencidos, porque só assim é rito democrático pode ser exercitado. Não defendemos a divisão dos sindicatos. Condenamos todos aqueles que procuram enfraquecer os trabalhadores, aqueles que chegam na tribuna e dizem uma coisa, mas, por fora, na calada da noite, apresentam outra.

Tenho o comportamento, meus amigos, de assumir publicamente as minhas posições. Defendo o Governo Joaquim Roriz, porque Joaquim Roriz está à frente daqueles que se dizem progressistas. Joaquim Roriz foi o político mais progressista que chegou a Brasília.

Então, meus amigos, digo a vocês e aos ilustres pares que não será assim que este Plenário realizará um trabalho profícuo, enquanto estivermos acompanhados de caroneiros.

Vamos fazer com que a democracia se realize, mas se realize em sua plenitude. E que o decoro parlamentar seja a obra-prima desta Casa. Que o respeito ao companheiro seja um mandamento inviolável. E que haja respeito aos demais colegas profissionais.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar, neste momento, a visita que os Rodoviários de Brasília fazem a esta Casa. Eles vieram solicitar apoio para a Campanha Salarial de Emergência que ora promovem e divulgar as suas sugestões para melhorar e moralizar o sistema de transporte desta cidade.

Essa iniciativa, promovida pelo Sindicato dos Rodoviários, a meu ver, merece o nosso aplauso, por se tratar de um esforço que visa a popularizar o Poder Legislativo do Distrito Federal, conhecer os nossos trabalhos no Plenário e também transformar esta Casa numa verdadeira Casa do Povo de Brasília, que eu e o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, esperamos seja sempre democrática e aberta à participação popular.

Gostaria também de registrar que esta categoria é uma das mais combativas e organizadas do Distrito Federal. Já enfrentou a repressão, apanhou da polícia, sofreu com muitas demissões, mas nunca parou de lutar pela democracia, pela justiça e, principalmente, contra essa política de arrocho salarial que está a massacrar os trabalhadores de Brasília e do País.

Vejam só, nobres companheiros, a corrosão salarial dos rodoviários; somente no Governo Collor de Mello, é enorme. Hoje, a reposição salarial necessária para devolver o poder de compra dos salários já chega a 219,19%. Como pode uma categoria vital para a cidade trabalhar sem ganhar o essencial para viver e sustentar suas famílias?

Como podem os trabalhadores que carregam vidas no seu dia-a-dia não ser valorizados, ser perseguidos com demissões por justa causa e, além do mais, ser punidos quando denunciam as irregularidades no sistema de transporte?

Esta Casa não pode fechar os olhos para estas questões. Se assim o fizer, terá de assumir mais tarde o ônus por esse grave erro.

Desde já, reafirmo que o meu mandato — e também os de meus companheiros de partido — seguirá pelo rumo mais difícil, que é o de combater as injustiças sociais e trabalhistas. Dessa forma, estarei cooperando para a criação de uma nova mentalidade, para a criação de uma nova sociedade.

Estarei atento, diariamente, para denunciar no plenário desta Casa as irregularidades cometidas pelos empresários do setor de transporte. É

um setor que não cumpre os acordos coletivos nem os direitos trabalhistas. Promove a indústria da demissão por justa causa, cujo objetivo é lesar economicamente os rodoviários. Assim, a cada dia que passa, eles ficam mais ricos. Compram a Vasp e investem em fazendas, gados e em outros setores da economia, e são hoje os empresários mais poderosos do setor de transporte de passageiros do Brasil.

Por serem gananciosos, esses empresários vivem solicitando — e o pior é que sempre conseguem — sucessivos aumentos dos preços das passagens, que são as mais caras do País. Os sacrificados por causa dessa ganância nefasta são os trabalhadores assalariados que deixam grande parte de seus salários nas roletas dos ônibus, que não oferecem nenhum conforto, pontualidade e segurança.

Esta Casa, nobres companheiros, precisa agir com muita determinação para atender aos anseios dos trabalhadores brasileiros, a fim de afirmar a confiança e a credibilidade daqueles que lutaram para que ela existisse de fato e também daqueles que nos elegeram no último dia 3 de outubro.

Para concluir, quero louvar, mais uma vez, a iniciativa do Sindicato dos Rodoviários, parabenizar os rodoviários por suas lutas e dizer que esta é uma Casa que sempre deve ser do povo trabalhador do Distrito Federal.

Ouçõ o nobre Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES — Gostaria de trazer não só a V.Ex.^a, mas também a toda a classe dos rodoviários, o nosso apoio integral à luta por melhores salários para a categoria. Portanto, quero somar em favor da luta de todos eles e de V.Ex.^a.

O SR. PEDRO CELSO — Ouçõ o nobre Deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES — Nobre Colega, gostaria também de saudar a categoria dos rodoviários e fazer um agradecimento especial a todos eles pelo tratamento que vêm dispensando aos nossos companheiros deficientes. Agradeço ao Deputado Pedro Celso, ao sindicato, a todos os companheiros, e presto-lhes minha homenagem. Espero que essa luta tenha êxito dentro desta Casa e junto à sociedade como um todo. Parabéns aos rodoviários.

O SR. PEDRO CELSO — As reivindicações dos rodoviários são as seguintes: 219,19% de reposição salarial para toda a categoria, a partir de janeiro de 1991, para repor as perdas provocadas pelo Plano Collor; a segunda é uma reivindicação histórica dos trabalhadores brasileiros, uma política salarial verdadeira, com reajuste mensal e automático, conforme o ICV — Índice de Custo de Vida do Dieese; reajuste do ticket-refeição, no mesmo valor da reposição; implantação de um plano de cargos e salários unificado para todas as empresas; anuênio de 3%, estabilidade no emprego a partir do primeiro dia de serviço; fim da indústria da demissão com justa causa, que envergonha a nossa cidade; seguro de vida coletivo e gratuito para toda a categoria, como já existe na TCB; distribuição de troco diário, principalmente na madrugada, para os cobradores, a fim de que se evitem rusgas — como todos sabem, o problema do troco já causou até a morte de um cobrador no Gama; pagamento dos processos ganhos na Justiça pelo Sindicato, e foram ganhos vários processos contra a TCB, e até hoje não tivemos uma resposta definitiva por parte do Governo, quanto a pagar esses processos; outra providência para conter o desemprego que está afligindo a nossa categoria é a contratação imediata de todos os rodoviários demitidos recentemente em virtude da extinção dos ônibus de transporte especial.

Todos os Deputados receberam a pauta de reivindicações e nós pediríamos que a lessem e lhe dessem a devida atenção.

Vou conceder um aparte ao Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ — Deputado Pedro Celso, quero trazer aqui, em nome do PC do B, o nosso integral apoio a essa combativa categoria de rodoviários, que tanto tem lutado. Acompanhamos de perto essa luta brava e combativa pela recuperação da perda salarial. Acho que neste momento todos os trabalhadores no Brasil inteiro sofrem o maior arrocho da sua história, por conta de um plano econômico antinacional, antipatriota, antipovo, do Governo

Fernando Collor. Nada mais justo que as reivindicações dos trabalhadores rodoviários. Nós nos solidarizamos com o colega Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO — Muito obrigado. Concedo o aparte ao Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — Nobre Deputado Pedro Celso, sou um admirador do espírito de luta com que V.Ex.^a tem pautado sua conduta neste Plenário. Não sei por que às vezes recebo algumas farpas da parte de V.Ex.^a, mas mesmo assim continuo admirando a sua pessoa. Inclusive votei em V.Ex.^a para ocupar a 1ª Secretaria desta Casa e não me arrependo de tê-lo feito. Parabênzõ o PT pelo espírito de luta desenvolvido e principalmente pela luta do Sindicato dos Rodoviários do Distrito Federal. Condições dignas de trabalho e salário que possa propiciar à família o sustento necessário para uma vida equilibrada e sensata, é o que todos nós desejamos e, juntos, vamos lutar para conquistar isto, em futuro próximo, para que o povo do Distrito Federal se orgulhe desta Câmara Legislativa. Muito obrigado.

O SR. PEDRO CELSO — Muito obrigado pelas palavras do Deputado Peniel Pacheco.

Concedo um aparte ao Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA — Companheiro Pedro Celso, além de trazer a nossa solidariedade, nosso apoio à luta dessa brava categoria, eu gostaria de deixar registrado aqui o nosso posicionamento a respeito da estatização do transporte coletivo no Distrito Federal. Temos de impedir que um serviço público de primeira necessidade para a população continue sendo objeto de lucro de poucos empresários. E aqueles que dizem que não têm dinheiro para aumentar os salários dos seus empregados podem até comprar a Vasp. Temos de acabar com esse tipo de exploração, a dupla exploração, a exploração do trabalhador assalariado que paga uma alta passagem e do que trabalha nas empresas de ônibus e recebe um salário aviltado. Tem todo o nosso apoio, inclusive, na luta pela estatização do transporte coletivo no Distrito Federal.

O SR. PEDRO CELSO — Muito obrigado.

Concedo um aparte ao Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR — Companheiro Pedro Celso, quero trazer aqui o nosso apoio e dizer que o meu partido defende não só a melhoria salarial como também a participação do empregado nos lucros da empresa. Acho que, por ser esta matéria constitucional, não devemos resolver esse problema nesta Casa. Estaremos apresentando um projeto de lei nesta Casa para fazer constar na nossa Lei Orgânica que os empresários devem fornecer aos seus empregados balancetes mensais, a fim de que, aí sim, possamos cobrar salários justos para todas as categorias de trabalhadores.

O SR. PEDRO CELSO — Concedo um aparte ao Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — Nobre companheiro de luta, gostaria de deixar registrada nos Anais desta Casa a preocupação do nosso partido quanto à aplicação do Regimento Interno do Senado Federal a esta Casa, por entender que o mesmo está prejudicando o nosso partido, que na concepção da 1ª Secretaria, nas reuniões preliminares, tinha um papel bastante fortificado, mas no processo das negociações, teve sua função extremamente esvaziada. Como o companheiro Pedro Celso não poderá participar das comissões, entendemos, hoje, constituir isso um sério prejuízo político, não somente para o Partido dos Trabalhadores, mas para todo o Distrito Federal. E digo, Sr. Deputado, que a nossa preocupação decorre do grande mote do Governo do Distrito Federal, que, como é do conhecimento de todos os Srs. Deputados e de todo o público do Distrito Federal, será a questão do metrô. Entendemos que, na discussão da questão do metrô nas comissões, será de imensa perda a ausência do nobre companheiro nessa discussão. Portanto, nobre Deputado, em nome do Partido dos Trabalhadores, como Deputado, eu gostaria de registrar a nossa mais profunda preocupação, entendendo que os companheiros Deputados poderão reverter isso no Regimento a ser aprovado dentro dos próximos dias. Espero que esta Casa, compreendendo a necessidade da participação do nobre Deputado nesse projeto, possa garantir, efetivamente, no novo Regimento

Interno, a participação do 1º Secretário na Comissão de Assuntos Sociais, ou Assuntos Econômicos, para que esta questão do metrô seja discutida com mais profundidade, por entendermos que o companheiro, neste momento, é aquele capaz de polarizar efetivamente as opiniões sobre o projeto do metrô, que até agora não foi efetivamente discutido no seio da comunidade do Distrito Federal. Muito obrigado.

O SR. PEDRO CELSO — Concedo o aparte ao nobre Deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS — Sr. Deputado Pedro Celso, nós nos posicionamos aqui contra a privatização do transporte urbano do Distrito Federal. Na comunidade de Brazlândia, o serviço de transporte passou para a empresa privada, e isso não teve o efeito que se diz por aí. Pelo contrário, as reclamações aumentaram. Estamos ao lado do trabalhador no transporte, defendendo suas reivindicações quanto a salários, e contra a privatização. Muito obrigado.

O SR. PEDRO CELSO - Concedo o aparte à Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA - Companheiro, neste aparte, quero deixar registrada a minha solidariedade como Deputada Distrital de Brasília e também, eu não diria como líder, porque estamos discutindo aqui a questão, mas firmar a posição do PSDB junto ao pessoal dos transportes coletivos de Brasília. São indignos os salários que eles estão recebendo.

Há dias, discutindo com um grupo de rodoviários, eles mostravam que estão ganhando CR\$ 40.000,00, enquanto que um aluguel num barraco de fundos da Ceilândia ou em Taguatinga já passa de Cr\$ 50.000,00. E eles perguntavam: "Como podemos sustentar as nossas famílias e viver com este salário?"

Na verdade, a inflação subiu muito, o custo de vida subiu muito, e nunca, como foi dito aqui, os salários foram tão achatados como agora. E ouvimos discursos e mais discursos, principalmente na época da campanha, em que tivemos um candidato da área dos transportes coletivos pregando até a divisão de lucros com os trabalhadores. Acho que seria uma boa oportunidade, agora que eles estão lutando por esses salários, de cobrar aquelas promessas. Isso está gravado nos programas de televisão. Seria uma boa oportunidade de os trabalhadores requisitarem essas fitas e cobrarem dos donos de empresas esse compromisso. Fica aqui registrada a minha solidariedade à causa dos trabalhadores injustiçados de Brasília.

O SR. PEDRO CELSO - Muito obrigado, Deputada Maria de Lourdes Abadia.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Cláudio Monteiro.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO - Desejo ser breve e não ocupar o restante do seu tempo. Venho me solidarizar com V. Exa. pela colocação feita.

Ao longo dos anos, V. Exa. tem demonstrado firmeza e um caráter superior na disputa e na preservação dos direitos dos rodoviários. Gostaria de elogiar também o sindicato, bem como toda categoria que tem servido de exemplo e espelho às demais categorias de Brasília e do País na defesa de seus interesses. É só assim, com a união e a participação de todos, que nós, trabalhadores, conseguiremos tomar aquilo que nos retiram todos os dias. Espero e tenho certeza de que V. Exas. darão a demonstração a esse Governo que tem sempre se colocado na posição de Pilatos, de lavar as mãos. Uma categoria unida será sempre respeitada e conseguirá atingir os seus objetivos. Muito obrigado.

O SR. PEDRO CELSO - Muito obrigado, Deputado Cláudio Monteiro.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO - Em nome do PCB, gostaria de dizer que consideramos justa a reivindicação dos companheiros rodoviários de Brasília. O salário de fome que lhes têm imposto não é mais admissível nesta cidade. Sabemos que alguns dos empresários dos transportes rodoviários de Brasília possuem hoje algumas das maiores riquezas deste País.

O salário está baixo, e a tarifa está alta.

Simultaneamente com a nossa luta pelo aumento salarial, devemos passar a uma luta que exija neste instante o empenho do Governo do

Distrito Federal no que concerne à revisão das planilhas de custos, de tal forma que a tarifa para o povo desta cidade seja uma tarifa digna, e que o trabalhador possa pagá-la. Muito obrigado.

O SR. PEDRO CELSO — Muito obrigado, Deputado Carlos Alberto.

Vou concluir, Sr. Presidente, visto que o meu tempo está bastante exíguo. Os rodoviários não trazem aqui somente reivindicações corporativistas. Trazem também propostas de melhoria e moralização do sistema de transporte, inclusive acolhendo a proposição do Deputado Carlos Alberto no sentido da moralização e transparência desse sistema, como por exemplo a rediscussão do Conselho de Transportes e mudanças imediatas na estruturas e funcionamento do viciado DTU - Departamento de Transportes Urbanos, que permanece com a mesma estrutura, mesmo tendo mudado de governo e de secretário.

Ainda ontem, em conversa com o secretário de Transportes, Marcelo Perrupato, expusemos a ele a necessidade de mudar pessoas-chave dentro do DTU, porque aquele sistema está bastante viciado. Pedimos ainda a renovação, ampliação e fortalecimento da empresa pública TCB, que ao longo dos anos vem sendo sucateada. Suas melhores linhas e seus melhores rendimentos dados de graça à iniciativa privada.

Pedimos, ainda, a integração de todos os fiscais e despachantes, que trabalham na soltura e controle da operação, ao quadro do pessoal do GDF, com salários unificados, isso para a moralização e centralização da fiscalização do transporte da nossa cidade.

Vou conceder o aparte ao Deputado José Ornellas.

O SR. JOSÉ ORNELLAS — Sr. Deputado Pedro Celso, as palavras às vezes são mal-entendidas. Quando V. Exa. fala em "muitos anos", quero lembrar que no meu Governo, há oito anos, a TCB, ao contrário, foi dessucateada. Muita gente foi admitida, ela se recompôs, pois era deficitária, seus funcionários eram relativamente bem pagos e havia uma fiscalização constante. Não se dispensava multa que fosse contrária às determinações do Detran, da fiscalização. Quero repor aqui a verdade, porque os "muitos anos", ficam ao longo de muitos anos, e é preciso que se verifique por obséquio, faça-o V. Exa. - o que na época em que fui Governador aconteceu com a TCB. Ela foi recuperada.

O SR. PEDRO CELSO - Digo ao Nobre deputado que muitas vezes a expressão fica muito genérica. Esse levantamento que V. Exa. propõe vamos procurar fazer. A verdade é que a empresa hoje vive uma situação pré-falimentar, de bastante dificuldade.

Trazemos ainda algumas sugestões. Os arrecadadores deveriam ser funcionários do GDF. Refiro-me àqueles que arrecadam diariamente a fêria em todos os terminais e garagens, 24 horas por dia. Esse recolhimento seria feito diariamente ao caixa único, e não quinzenalmente, como o é hoje, o que dá grande margem de manobra às empresas para negociarem com o dinheiro, acompanhado de toda a documentação financeira do sistema. Ainda sugiro que seja adotada medida moralizante para acabar com uma série de dúvidas: a implantação de tacógrafos em todos os veículos, para controle de quilometragem, de velocidade, da quantidade de paradas, do visor das roletas etc. Esse instrumento passaria a integrar a fiscalização sob controle do GDF. Para controlar a regularidade dos horários, que se implantem relógios em todos os terminais e garagens. Haveria, controle pelo GDF da chegada e saída dos ônibus 24 horas por dia. Entre outras, essas são reivindicações extremamente importantes da categoria dos rodoviários. Essas medidas moralizariam o sistema de transporte na cidade.

Agradeço, dizendo aos companheiros rodoviários, como também aos trabalhadores e pequenos produtores rurais, que voltem mais vezes a esta Casa trazendo suas reivindicações, para fazerem pressão democrática e justa, para que tenhamos um Legislativo à altura da nossa comunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aroldo Satake.

O SR. AROLDO SATAKE (PDS. Sem revisão do orador.) — Sr.

Presidente, Sr^ªs e Srs. Deputados, a participação do Distrito Federal no volume comercializado de hortigranjeiros é de apenas 30%, sendo que os outros 70% são importados de outros Estados. Isto por falta de uma política agrícola mais ampla e mais objetiva e que realmente atenda às necessidades daqueles que se propuseram trabalhar a terra para que possamos ter diariamente em nossas mesas um alimento tão importante à nossa saúde.

Dentre os muitos núcleos e colônias rurais criados para assentar os trabalhadores agrícolas, merecem destaque especial as colônias Águas Claras, Vicente Pires, Samambaia, Governador, Vereda da Cruz, Arniqueira, Marcílio Sanches e Comunidade Urbano-Rural, que integram o Projeto Águas Claras, implantado no polígono formado pelas vias Estrada-Parque Ceilândia, Estrada-Parque Núcleo Bandeirante e cidades-satélites de Taguatinga e Guará I e II. Essa região é uma das pioneiras na produção agrícola do Distrito Federal, pois já produzia hortifrutigranjeiros, antes mesmo da inauguração de Brasília.

Durante os últimos 30 anos, os vários governos que passaram por Brasília promoveram estudos para a redistribuição das áreas ocupadas desordenadamente. Mas somente em 1983, após concluído o estudo preliminar das áreas rurais e de interesse ambiental do Projeto Águas Claras, por um grupo de trabalho, com participação de técnicos da Secretaria de Viação e Obras, Secretaria de Agricultura, Companhia de Águas e Esgoto de Brasília, é aprovado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal. Quando Governador o nosso companheiro José Ornellas, deu-se início à demarcação, pela Fundação Zoobotânica, das chácaras existentes na região. Esse processo foi concluído somente em 1988.

Após novo estudo, feito por uma comissão formada por técnicos do Departamento de Urbanismo, Companhia Imobiliária de Brasília, Secretaria Extraordinária para Assuntos de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Companhia de Eletricidade de Brasília, Companhia de Águas e Esgoto de Brasília, Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e Associação dos Produtores Rurais do Projeto Águas Claras e aprovado pelo Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente, respeitando também o disposto no Estatuto da Terra, quanto ao tamanho dos lotes.

É evidente que o cidadão que simplesmente transita pelas vias de escoamento de massa como a Estrada-Parque Taguatinga-Guará, Via Estrutural, etc., não pode ter idéia lúcida e justa acerca destas colocações. A verdade a respeito dos chacareiros do Projeto Águas Claras só pode ser colhida por aqueles que palmilham e convivem com o Projeto Águas Claras. Todas as pessoas que realmente conhecem este projeto e são isentas de preconceitos e não eivadas de segundos propósitos concluem que este é um autêntico modelo de reforma agrária, onde o Governo não gastou com eletrificação rural, abertura de estradas, correção e conservação do solo, implantação de rede telefônica, dentre outros. É preciso observar, ainda, que o Governo não deu terra, ele está regularizando o direito de posse.

Achou por bem o Governo, à época, colocar um desafio aos produtores: transformar aquelas terras áridas, verdadeiro esconderijo de marginais, em áreas produtivas. E assim realizou-se ali o assentamento dessas famílias oriundas das demais colônias agrícolas do Projeto Águas Claras e proximidades de Taguatinga, Guará e Núcleo Bandeirante. Não sendo suficiente, o Governo providenciou expansão, ainda, nas colônias onde foi possível. Todos os assentamentos foram criteriosamente implantados e desenvolvidos pelos órgãos competentes do Governo, conforme documentos que estão comigo à disposição de V.Ex^ª.

Ressalve-se, finalmente, que, se não bastasse a importância social que o referido projeto já comprovou, veríamos pela necessidade do cinturão verde que se está consolidando com a preservação dos mananciais num verdadeiro equilíbrio do ecossistema, formando um pulmão de oxigenação para as cidades próximas.

É preciso só se falar com conhecimento de causa, pois muitos são os fatores que emperram a produção no setor rural do Distrito Federal.

Concedo o aparte à companheira Deputada Rose Mary Miranda.

A Sr^ª. Rose Mary Miranda — Sr. Deputado Satake, sem querer atrapalhar o seu bonito discurso, quero dirigir-me aos chacareiros de

Águas Claras. V.Ex^ª., nobre companheiro, melhor do que ninguém, sabe do sofrimento dessa gente, porque V.Ex^ª. e eles vivem do que a terra produz. Com suas mãos calejadas — porque apertei a mão de alguns deles e pude sentir suas mãos calejadas — esses verdadeiros trabalhadores brasileiros, que levantam antes do sol nascer, trabalham com suas mãos e seu suor aquela terra, terra árida, e conseguem produzir alimentos para a mesa do brasileiro. V.Ex^ª., melhor do que ninguém, com suas belas palavras, está nesta Câmara Legislativa defendendo os seus direitos, graças a Deus, porque esses homens há muitos anos vivem sem ninguém para gritar por eles. Eram apenas jogados em pequenas áreas, trabalhando para outras pessoas — e ainda continuam assim — que exploram seu suor, seu trabalho. São homens, mulheres e crianças que vivem da terra e que não têm o menor reconhecimento, nem o direito de dizer: “Essa terra é minha; esse chão em que planto e produzo é meu”. Nem a isso eles têm direito. O pessoal de todas as áreas rurais é sofrido. São mulheres sofridas que têm no rosto a marca de um tempo que ainda não chegou para elas. São crianças que não têm o direito de frequentar uma escola. São jovens obrigados a saírem de lá e virem para as grandes cidades, onde muitos deles se transformam em marginais, porque ninguém se preocupa em beneficiar essas pessoas. Ora, sabemos, todo mundo sabe, que só através de uma reforma agrária e dando, realmente, um incentivo a esses homens, esses verdadeiros trabalhadores da terra, o País crescerá. Mas, infelizmente, ninguém se preocupa com isso. No entanto, vai ser aqui e agora, com a sua força, nobre Deputado, e com a nossa, que esses homens, essas mulheres, essas crianças e esses jovens terão o respeito e a dignidade que merecem. Parabéns a V.Ex^ª.

O SR. AROLDO SATAKE — Ouço o nobre Deputado Jorge Cauhy.

O Sr. Jorge Cauhy — Sr. Deputado, já acompanho, há mais de vinte anos, o sofrimento dos chacareiros de Águas Claras. Já estive muitas e muitas vezes, nos momentos mais difíceis, de mãos dadas com essas criaturas que passaram os maiores tormentos para poderem regularizar suas chácaras. Ali estão homens simples, trabalhadores, homens honestos que dedicam sua vida inteiramente à produção. Há ainda, Sr. Presidente, mais um fato importante. Os chacareiros daquele setor de Águas Claras já receberam três troféus: o primeiro, o segundo e o terceiro lugares em produtividade. Quem não conhece aquele setor deverá conhecê-lo. Quero aproveitar a oportunidade para convidar todos os deputados — marcemos uma data — a fim de, juntos, visitarmos o setor chacareiro de Águas Claras. Quero dizer também, Sr. Presidente, que o chacareiro trabalha dia e noite, enfrenta o sol, enfrenta a chuva, enfrenta dificuldades de toda espécie. Portanto, qual o chacareiro que, produzindo, ganhando dinheiro com seu suor, não tem o direito de construir uma casa melhor, com piscina, e dar conforto para a sua família? É um absurdo quando se contesta que o chacareiro tem de morar num barraco de madeira. Se eles trabalham, têm direito de fazer suas casas, com piscina, a fim de dar conforto para sua família, para seus filhos, que eles continuem trabalhando. Quero dizer aos chacareiros de Águas Claras que terão todo apoio desta Câmara Legislativa. Tenho certeza de que todos os deputados estão solidários com os chacareiros de Águas Claras. Contem conosco, estamos a seu lado. Já sofri muito ao seu lado, e quero continuar sofrendo junto até que um dia possam dizer: “Somos felizes porque vencemos a batalha”. Todo homem que tem fé vence as batalhas. E os chacareiros vão vencer essa batalha, porque nós estamos juntos com eles. Muito obrigado.

O Sr. José Edmar — Permite-me V.Ex^ª. um aparte?

O SR. AROLDO SATAKE — Nobre Deputado José Edmar, permita que eu conclua o meu raciocínio e, em seguida, eu lhe concederei o aparte.

Prossigo, Sr. Presidente.

Como podem observar, o assentamento dos produtores rurais no Projeto Águas Claras não foi feito aleatoriamente, como também foi criterioso o processo de arrendamento das áreas, só concedido a pessoas com real capacidade de trabalhar a terra ou investir na produção agrícola. A importância dessa atividade levou o atual Governo a determinar estudos no sentido de promover a posse

definitiva da área a todos os que estão cumprindo a finalidade do projeto, pois a atual situação de arrendatário tem dificultado os produtores na obtenção de financiamento para a compra de insumos, máquinas agrícolas e sistemas de irrigação, visando a aumentar a produção. Ao mesmo tempo, um levantamento indicará que quem não estiver produzindo ou estiver promovendo a exploração imobiliária terá sua área retomada pela Fundação Zoobotânica, o que achamos justo. A Secretaria de Agricultura informa que, dada a importância do assunto, vão participar dos estudos e do levantamento todos os órgãos envolvidos com a questão fundiária, como a Codeplan, a Terracap, a Fundação Zoobotânica, o Incra, a Embrapa, o Ibama, a CAESB, a Procuradoria Jurídica e as Secretarias de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

Por tudo isso, considero prematura a criação de uma CPI para tratar do assunto, como foi proposto pelo nobre Deputado Jose Edmar. Devemos aguardar o resultado do levantamento e as medidas que serão tomadas pelo Governo.

Quanto aos agricultores da Vila São José, o fato de restarem somente 57 famílias a terem suas áreas demarcadas, das 585 que ali residiam, prova que o Governo vem cumprindo fielmente o seu programa de assentamento, tanto na área urbana como na rural. Aproveito a oportunidade e solicito ao Presidente envidar esforços junto ao Governo do Distrito Federal no sentido de agilizar a demarcação dos lotes dessas 57 famílias.

Ouçõ o aparte do nobre Deputado José Edmar.

O Sr. José Edmar — Nobre Deputado Satake, fiquei feliz quando V.Exa. citou que, finalmente, depois de dez, quinze anos, vamos assentar aqueles humildes trabalhadores que estão com funções agrícolas naquela região de Vicente Pires, conhecida como Vila São José. Ali, tinham quinhentas e poucas famílias; destas famílias, mais de duzentas eram de produtores rurais. Pediria que os produtores rurais não saíssem, porque irei até o gabinete buscar uma documentação, onde vou ler nomes de pessoas que estavam lá, há 19 anos o Deputado Jorge Cauhy nos convida para visitar Águas Claras. Também faço um convite aos nobres Deputados para visitarem aquela localidade, verem chácaras que foram retomadas e que hoje estão nas mãos de pessoas que não têm nenhuma função agrícola. O meu pedido da criação de uma CPI visa, prioritariamente, a regularizar a situação das chácaras. Não sou contra o produtor rural; pelo contrário, pois sou um produtor rural. Porém, sou contra a especulação. V. Exa. cita a exploração imobiliária que é retomada pelo Governo. É por isso que vejo necessidade de instalarmos uma CPI. Esta CPI não visará a prejudicar nenhum produtor agrícola, porém, a corrigir as distorções, punir aqueles que estão cometendo irregularidades naquele determinado local. V. Exa. está em conformidade com o meu posicionamento. Por isso, tenho a convicção de que a CPI deve ser instalada, porque existe o problema da Estrutural, que também vai ser transformada em chacara, e lá ainda não há produtor rural. Existe uma área vazia que pode se transformar em área de mansões. Posteriormente, trarei uma farta documentação para consubstanciar o que disse.

O SR. AROLDO SATAKE — Nobre Deputado, parece que a Fundação Zoobotânica tem, no contrato de arrendamento, o plano de utilização do solo. Daqueles que não estiverem dentro deste plano acredito que o terreno possa ser retomado.

O Sr. Salviano Guimarães — V. Exa. me permite um aparte nobre Deputado Aroldo Satake?

O SR. AROLDO SATEKE — Concedo aparte ao nobre Deputado Salviano Guimarães.

O Sr. Salviano Guimarães — Deputado Aroldo Satake, ao ouvir palavras de V.Exa., recordei-me do meu tempo de estudante, em 1963/64, quando fui para o Núcleo Alexandre de Gusmão, hoje INCRA-8, INCRA-9, para trabalhar ali como estagiário, no primeiro projeto de reforma agrária deste País. Como estudante e pessoa consciente, defendo até hoje esse projeto de reforma agrária, que infelizmente foi paralisado por forças inexplicáveis, e o Distrito Federal passou a ser o grande detentor das terras. Os homens que trabalham no campo, como esses produtores e pequenos chacareiros de Águas Claras, Rajadinha, Capão Seco e de outros núcleos rurais de todo o

Distrito Federal não têm, ainda, possibilidade de produzir e de trabalhar com tranquilidade, porque colocam na terra não apenas o seu suor, mas sim suas próprias vidas, não tendo sequer o direito de serem proprietários dessas áreas. (Palmas).

Nós, que conhecemos profundamente a situação do campo no Distrito Federal e nos municípios do Entorno, que lutamos para que esses pequenos produtores tenham, finalmente, o direito de propriedade reconhecido, apresentaremos, nesta Casa, um projeto de lei, obrigando a Câmara do Distrito Federal a transferir para os pequenos produtores, para aqueles que estão há alguns anos trabalhando, o direito de propriedade, para que possam, finalmente ser proprietários daquele pequeno espaço onde trabalham, onde ganham a vida e onde produzem alimentos para sustentar o homem da cidade. De modo que estamos solidários com todos os trabalhadores rurais e com todos os produtores rurais que estão nessa luta, para que possam se fixar, definitivamente, no campo e ter reconhecidos os seus direitos. Muito obrigado.

O SR. AROLDO SATAKE — Gostaria de lembrar aos nobres Deputados que o Projeto Águas Claras é responsável pela produção de 60% das folhagens consumidas em Brasília.

O Sr. Wasny de Roure — V. Exa. me concede um aparte?

O SR. AROLDO SATAKE — Concedo o aparte ao nobre Deputado Wasny de Roure.

O Sr. Wasny de Roure — Sr. Presidente, nobre Deputado Aroldo Satake, companheiros de plenário, não tenho dúvida de que a questão fundiária do Distrito Federal vai ser o grande tema desta Câmara, e nós sabemos que, efetivamente, esse interesse está implantado nesta Casa. Para que esta matéria seja discutida, deverá começar por um processo de inquérito sobre como a Fundação Zoobotânica distribuiu as áreas rurais dentro do Distrito Federal. Não podemos nos silenciar, aqui, diante da distribuição equivocada, privilegiando, sobretudo, grandes empresários do Distrito Federal. Aqui coloco, para os companheiros de Águas Claras, uma grande preocupação que temos com a titulação das terras de 2, 3, 4 e 5 hectares que poderá ser, sem dúvida, uma grande segurança para os companheiros que lá residem há 20, 25 anos. Mas também representará um grande risco para os companheiros que serão atraídos pelos milhares de cruzeiros que lhes serão oferecidos, porque as terras, sobretudo as de Águas Claras e muitas outras próximas ao centro urbano, são altamente valorizadas. Há grandes interesses imobiliários por elas. Por parte do Partido dos Trabalhadores, queremos deixar a garantia aos trabalhadores rurais que encontrarão todo o apoio na defesa de seus interesses. E ainda lembro àqueles que há pouco mencionaram as Escrituras Sagradas como apoio à titulação de terras que estão tendo uma visão equivocada, porque o modelo judaico previa que a terra poderia ter apenas função social. Assim, entendo que a terra deve resgatar a sua função produtiva, de apoio à sobrevivência da população. Não é, sem dúvida nenhuma, detendo maior extensão de terra que teremos amparo e melhores condições de vida.

Portanto, nobres Deputados e caros companheiros trabalhadores rurais, pequenos e médios produtores, entendo que esta questão deve ser exaustivamente discutida e que se deve privilegiar aqueles que efetivamente estão produzindo ou estarão dispostos a produzir. Não pretendo, neste aparte, fazer um discurso para dar apoio, respaldo, nas suas entrelinhas, aos grandes especuladores imobiliários.

O SR. AROLDO SATAKE — Sr. Presidente, entendo que especulador é aquele que, tendo conhecimento do assentamento rural, invade uma determinada área ou compra a propriedade daqueles menos informados. No momento mais oportuno, ele vende esse terreno, sem nele investir.

Aproveito para registrar a presença, nas galerias desta Casa, de alguns dos produtores rurais assentados no Projeto Águas Claras, homens e mulheres que trabalham a terra com as mãos para que tenhamos diariamente em nossas mesas alimentos saudáveis. Mais que trabalhadores, são heróis e merecem todo o nosso respeito. Entre eles, alguns produtores premiados nas exposições e feiras agrícolas de Brasília e que são merecedores de ter seus nomes citados nesta tribuna: Melquiades Fonseca Aguiar, Henrique Horn, Adão Pedro,

João Gonzaga, Bernardino José Souza, Helena Sacuray, José Kubota, Inácio Veras, Tião do Norte, Mithiu Usaga, Robervaldo Decha e Natalício Decho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Com a palavra o Sr. Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno, os apartes não deverão exceder a dois minutos. No entanto, quando falava anteriormente, meu tempo foi prejudicado pelos apartes que recebi.

Quando, no meu discurso, citei a Bíblia Sagrada, não o fiz por demagogia. Apenas disse que a Bíblia preconiza que o trabalhador é digno do seu salário, não importa se trabalhador do campo ou não.

Quando se afirma que os trabalhadores aqui presentes nas galerias venderão suas terras em face de pressão de propostas de dinheiro, supõe-se que estarão dispostos a vender sua honra.

Não acredito nisto. Esses homens que aqui estão querem, de fato, o direito de plantar na terra e que esta seja sua propriedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Dando prosseguimento ao Grande Expediente, ouviremos agora o Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de tratar do tema que me traz à tribuna, concedo aparte ao nobre Deputado José Edmar, que deseja fazer uma comunicação aos que nos assistem das galerias.

O SR. JOSÉ EDMAR — Obrigado, nobre Deputado. Comunico aos que estão nos assistindo que aguardem meu pronunciamento. Tenho em mãos documentos que me facilitarão explicar o porquê da constituição da CPI. Não há motivos para terem medo. Os especuladores imobiliários, sim, podem temer, porque serão prejudicados quando a CPI apurar a existência de chácaras que estiverem irregulares.

Produtores rurais, fiquem tranquilos. Defenderemos a posse e a regularização da terra.

O SR. WASNY DE ROURE — Sr. Presidente, darei início ao meu pronunciamento, lembrando lamentável incidente ocorrido no início da sessão. No gabinete de um dos nossos Colegas do Partido dos Trabalhadores foi recebido um telefonema, através do qual se comunicava a existência de uma bomba nesta Casa. Acho que se trata de um trote, forma de questionar a capacidade que esta Casa tem de polarizar suas forças.

Sr. Presidente, desejo expressar minha preocupação com os trabalhadores rurais do Distrito Federal. Entre os muitos problemas que os afligem, desejo reportar-me, mais especificamente, à possível contaminação desses companheiros pelo uso inadequado e inescrupuloso de agrotóxicos. Poderia enfatizar, no tempo disponível, inúmeras situações indesejáveis causadas pelo uso descontrolado de agrotóxicos, mas prevaleceu minha preocupação com a vida do companheiro trabalhador rural. Quantos já morreram por crise aguda de intoxicação? Quantos tiveram suas vidas abreviadas por intoxicações crônicas? Quantos outros terão morte prematura por agrotóxicos? São indagações dessa natureza que me levaram ao uso da palavra.

O desenvolvimento da agricultura brasileira nos últimos vinte anos envolveu inúmeras transformações que alteraram profundamente tanto a composição das culturas como os processos produtivos e padrões tecnológicos até então em vigor. Estas mudanças ocorreram acentuadamente nos Estados do Centro-Sul do País, principalmente a partir da década de 70, quando vários fatores propiciaram o processo de modernização da agricultura. Fatores como as condições econômicas favoráveis para a expansão de determinadas culturas, associadas à disponibilidade de modernas tecnologias desenvolvidas para esses produtos — normalmente produtos ligados à pauta de exportação e explorados pelos grandes capitalistas do setor agrícola — e apoiados por incentivos específicos das políticas dirigidas ao setor agrícola, tiveram grande contribuição no impulso dado à agricultura neste período. No Distrito Federal, a modernização da agricultura ocorreu em função das políticas de redução da dependência no abastecimento

de hortigranjeiros e de transformação do Distrito Federal em pólo de produção de grãos para a agricultura de cerrados.

O processo de modernização da agricultura brasileira, entendido como uma série de transformações tecnológicas nos processos produtivos, intensificou o emprego de determinados fatores de produção, como os insumos modernos, entre eles os produtos agrotóxicos destinados ao controle de pragas, doenças e ervas daninhas. É devido a esse processo de modernização, cuja tecnologia disponível e políticas de apoio à produção beneficiavam quase exclusivamente a grande produção, que o consumo de agrotóxicos evoluiu, no Brasil, de 16 mil toneladas, em 1964, para 61 mil toneladas, em 1984. O ano de 1964 foi um marco para a indústria de agrotóxicos pela chegada ao poder de um regime afinado com os seus interesses. O general Golbery do Couto e Silva, um dos arquitetos do golpe militar, era Diretor da Dow Química, uma das principais firmas do ramo.

As consequências da aplicação indiscriminada dos agrotóxicos, principalmente nas grandes áreas de exploração agrícola, são avassaladoras:

- alguns herbicidas se volatilizam e são carregados pelo vento, alcançando e destruindo as plantações vizinhas;

- vários inseticidas organoclorados passam do solo para a atmosfera e contaminam outras áreas;

- aplicações aéreas de agrotóxicos afetam as populações de comunidades rurais próximas às culturas tratadas;

- poluição das reservas hídricas provocada principalmente pelos responsáveis pelas grandes plantações existentes;

- os inseticidas clorados orgânicos permanecem no solo por períodos longos e podem ser transferidos do solo para as culturas seguintes ou passam para a carne bovina ou para o leite de vaca através da alimentação;

- com o emprego de agrotóxicos, um certo número de pragas é combatido, enquanto aumenta o número de pragas resistentes aos agrotóxicos;

- surgem novas pragas que antes eram inatuentes pela existência de inimigos naturais agora destruídos pelos agrotóxicos;

- contaminação de alimentos com resíduos de agrotóxicos.

O Distrito Federal não é impune a esse processo de modernização capitalista selvagem. Possui uma área de 475.000 hectares, dos quais 250.000 hectares são terras desapropriadas e transferidas para o Governo. Nessas áreas existem 14 Núcleos Rurais, 9 Colônias Agrícolas, 1 Programa de Assentamento Dirigido — PAD/DF e 95 áreas especiais, totalizando 150.000 ha. Nas áreas mais próximas os lotes menores são destinados à produção de hortaliças: os lotes de 20 a 50 ha se ocupam com a produção de outros produtos alimentares básicos; os lotes de 50 a 300 ha são destinados à pecuária e produção de grãos. Nas áreas não desapropriadas existe grande número de pequenas chácaras, hoje em quantidade aproximada de 5.400.

Nessas áreas de produção agropecuária a população economicamente ativa é de aproximadamente 20.000 habitantes. São esses agricultores que se responsabilizam (dados de 1985) pela produção de mais de 70.000 toneladas de hortaliças, 14.000 toneladas de frutas e 65.000 toneladas de grãos, além da produção de carnes, ovos e leite. Os índices de produtividade obtidos, graças ao uso de técnicas agropecuárias por uns consideradas modernas, são bastante elevados. Exemplos: 2.000 Kg/ha de soja, 5.000 Kg/ha de alho e 26.800 Kg/ha de cenoura. Entre essas técnicas ditas modernas, porém de consequências que muitas vezes são desastrosas para a saúde humana e para o meio ambiente, encontram-se os agrotóxicos.

Os problemas causados à saúde dos trabalhadores rurais pelos agrotóxicos são amplamente conhecidos. Nos países do Terceiro Mundo, dados da Organização Mundial de Saúde indicam que cerca de 400.000 pessoas são envenenadas anualmente por agrotóxicos; nesses mesmos países, 10.000 pessoas morrem por ano.

As estatísticas sobre o Brasil também são bastante contundentes (com base em pesquisas realizadas):

- 500 pessoas morreram e mais de 8.000 foram envenenadas, no período de 1982 a 1984, nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo;

— o Centro de Intoxicações de Campinas, São Paulo, afirma que ao menos 280.000 brasileiros — 2% da população — são contaminados anualmente por agrotóxicos; afirma ainda que para cada caso registrado em hospitais há cerca de 250 vítimas não registradas;

— em 1983, a Universidade de Campinas, São Paulo, em pesquisa realizada na região de Campinas, constatou que de 1.073 trabalhadores rurais entrevistados, 133 já haviam sido envenenados por agrotóxicos e 47 foram internados pelo menos 1 vez; apenas 386 dos 1.073 entrevistados lidavam diretamente com os agrotóxicos;

— em outro levantamento, segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná, até 1981 morriam anualmente, em média, até 50 trabalhadores rurais paranaenses intoxicados por agrotóxicos;

— de 20 mulheres grávidas que trabalharam na safra de 1985 de fumo em município a 80 Km de Curitiba, 12 abortaram em consequência do uso indevido e excessivo de agrotóxico;

— em dez municípios do oeste do Paraná, de cada 100 agricultores, 35 estão com veneno no sangue, segundo pesquisa da Cooperativa Agropecuária de Cascavel;

— pesquisa realizada na região de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, revelou que entre 40 e 50% dos produtores rurais de hortigranjeiros apresentam níveis de intoxicação por agrotóxicos.

No Distrito Federal, informações disponíveis afirmam que até 1989 foram realizados apenas 772 exames de sangue, constatando-se, pasmem, que 17% se encontravam contaminados, por agrotóxicos. Em 1990, foram realizados apenas 90 exames de sangue, com dois casos de contaminação.

Face ao exposto, colegas Deputados Distritais, assusta-me a idéia de que muitos companheiros trabalhadores da área rural estejam contaminados, que estejam condenados à morte ou, no mínimo, a doença que os debilitem. Assusta-me a constatação de 17% de contaminação até 1988, cuja projeção para o número de produtores do Distrito Federal significa que existem aproximadamente 3.500 produtores contaminados os 17% da população economicamente ativa do setor primário. Assusta-me saber que apenas 90 exames de sangue foram realizados, em 1990. Sem dúvida, é número extremamente reduzido, face à existência de quase 19.000 produtores dentro do Distrito Federal. Assusta-me saber que ainda perdura a situação de ausência de uma lei de controle do uso de agrotóxicos no Distrito Federal.

Proponho que as Secretarias de Saúde e de Agricultura sejam solicitadas a desenvolver trabalho intensivo no meio rural brasileiro, através dos postos de saúde e dos escritórios da Emater, com o objetivo de diagnosticar e providenciar o tratamento dos casos identificados e desenvolver ação educativa sobre uso de agrotóxicos junto aos agricultores do Distrito Federal. Que o trabalho de diagnóstico e ação educativa seja realizado em estreita ligação com os grupos formais e informais de representação dos produtores e trabalhadores rurais do Distrito Federal.

O custo humano, pelo uso inadequado e inescrupuloso de agrotóxicos, é grande demais e precisa urgentemente ser eliminado. Não deixemos que o Distrito Federal sofra, a cada dois ou três anos, uma tragédia equivalente à de Bhopal, na Índia, com milhares de mortes causadas pelos agrotóxicos da Union Carbide. Que não esperemos, sobretudo, para contar os caixões para identificar se é verdade...

Tudo isso para que haja justiça.

Concedo aparte ao nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO — Quero parabenizar o companheiro pelo seu profundo discurso a respeito desse tema, lembrando-lhe que temos todas as condições de possuímos uma agricultura que signifique verdadeiro modelo agrícola, pelo tamanho e pela forma que é distribuída nossa área agrícola. Quero lembrar-lhe que essa questão dos agrotóxicos está vinculada a pensar-se numa agricultura que, efetivamente, não seja apenas instrumento de lucro, mas possa alimentar nossa população. Isto deve estar vinculado à concepção de humanidade, de meio ambiente, enfim, uma concepção ecológica. Lembro-me do tema anterior, que foi discutido pelo nobre Deputado Satake, algo que me preocupa. Parece-me que a proposta de titulação da nossa terra configura-se numa espécie de reforma agrária ac contrário. Está vinculada a essa questão de modelo agrícola do Distrito

Federal, que seja inovadora, uma proposta avançada e progressista para nossa sociedade. Enquanto no resto do Brasil, quando se fala em reforma agrária, está-se falando em considerar grandes áreas de terras latifundiárias e distribuí-las aos que nela moram, trabalham e produzem. Aqui se está falando em fazer a reforma agrária para criar grandes latifúndios, submeter esses pequenos produtores ao risco da especulação imobiliária, à pressão do poder econômico, para que vendam suas terras em áreas altamente valorizadas, porque nossas áreas agrícolas são praticamente dentro da cidade, tornando-as extremamente valorizadas.

Isso nos leva ao risco de, com este tipo de reforma agrária, ao invés de estarmos acabando com os latifúndios, estarmos criando os latifúndios no Distrito Federal. Essa é uma questão importante, como V.Exa. falou, e talvez seja uma das mais sérias nos debates e discussões quando examinamos a nossa Lei Orgânica. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. WASNY DE ROURE — Sr. Presidente, antes de encerrar a minha intervenção desta tarde, não poderia deixar de registrar o lamentável incidente ocorrido, porque esta matéria é de extrema importância, sobretudo para os companheiros trabalhadores rurais, pequenos e médios produtores que lidam com agrotóxico.

Sabemos que Brasília, recentemente, foi afetada. Este fato mereceu, ontem, pronunciamento do nobre Deputado Satake, com relação à contaminação dos tomates no Distrito Federal. Se verdade ou não, não entro no julgamento, mas esta matéria é extremamente relevante. Esta manifestação de hoje poderia ter sido mais produtiva se essa matéria tivesse sido tratada.

Entendo que a questão da titularidade da terra é extremamente polêmica dentro do Distrito Federal, e não podemos tratá-la de forma simplesmente corporativista e que envolve interesses outros.

Entendo, ainda, que os trabalhadores e produtores rurais merecem e têm todo o direito a uma garantia de trabalho e de vida, mas entre isto e uma titularização da terra, que nada mais vai representar a médio prazo do que a concentração da terra, conforme os indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que aponta que as pequenas e médias propriedades rurais do Brasil foram se aglutinando e se transformando em grandes propriedades rurais, creio que temos ainda de refletir.

O índice de concentração de terra no Brasil, hoje, é simplesmente alarmante.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Dando prosseguimento ao Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ — (PC do B — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, não pretendo utilizar todo o meu tempo.

Apenas gostaria de registrar duas questões muito rapidamente. A primeira diz respeito à atitude do atual Governador, que revogou a privatização dos serviços públicos funerários do Distrito Federal. É com grande alegria que registro este fato como a primeira grande vitória desta Câmara Legislativa. Denunciamos com veemência esta festa macabra do ex-governador com o dinheiro do contribuinte. Diversos parlamentares apresentaram o seu repúdio contra esta situação, como a deputada Maria de Lourdes Abadia, o deputado Manoel Andrade e a deputada Rose Mary Miranda. Inclusive apresentamos um projeto em comum acordo com os trabalhadores do Sindicato.

Mais do que uma vitória política, foi a comprovação do papel que deve desempenhar a Câmara Legislativa. Foi também uma lição para o movimento sindical. Logo que tomamos posse, fomos procurados por diversos companheiros sindicalistas que denunciavam a privatização. Fomos para a tribuna, denunciemos, mas não ficamos apenas no discurso vazio. Buscamos o contato permanente com as entidades sindicais, porque a nossa atuação, particularmente dos deputados progressistas, de esquerda, deve ser exatamente assim, com um estreito contato com o movimento popular organizado.

Só conseguiremos êxito dentro desta Casa, nas batalhas em defesa

dos trabalhadores, se as nossas ações corresponderem à mobilização concreta dos setores organizados.

Não fomos eleitos por esquemas de distribuição de dinheiro ou por propostas fisiológicas. O nosso compromisso é com o nosso passado de lutas e o futuro das idéias que defendemos. Nenhum dos dois será possível sem uma ampla e restrita organização e participação popular.

Por isso, quero ressaltar e corrigir a afirmação que fiz no começo, quando disse que essa foi a primeira grande vitória da Câmara Legislativa, que só ocorreu porque os trabalhadores se mobilizam e não ficaram esperando que os poderosos atendessem a seus desejos e defendessem os seus interesses.

Então, a reversão deste quadro da privatização foi uma vitória política da Câmara Legislativa.

Gostaria, também, de deixar nos Anais desta Casa a posição oficial, nacional, do Partido Comunista do Brasil com relação à guerra no Golfo Pérsico, lendo a nota oficial do Partido:

“A humanidade amanhece hoje ameaçada de viver os horrores de uma conflagração bélica cujas consequências são imprevisíveis.

A pretexto de desalojar tropas iraquianas que ocuparam o território do Kuwait em agosto do ano passado, o imperialismo norte-americano trata de iniciar a guerra. Conta para isso com uma jamais vista mobilização de tropas: meio milhão de soldados e artefatos de destruição altamente sofisticados, incluindo armas atômicas, condenadas mundialmente como instrumento de genocídio.

A fim de legitimar sua operação belicista no Oriente Médio, os Estados Unidos desencadearam uma grande campanha política, diplomática e propagandística. O presidente norte-americano, George Bush, espécie de novo Hitler, apresenta-se como defensor da “soberania” do Kuwait e como o líder mundial predestinado a salvar a humanidade da “ameaça tirânica” de Sadam Husseim. Os círculos imperialistas invocam inclusive falsos argumentos históricos, como se o mundo estivesse assistindo à repetição do confronto entre as civilizações do Oriente e do Ocidente. Com isso conseguiu uma certa unanimidade entre os Estados-membros da comunidade internacional que miseravelmente se curvaram, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) à diplomacia brutal do canhão e do dólar.

Mas, na verdade, o que ocorre atualmente no Golfo Pérsico é a continuação, por meios militares, da velha política expansionista do imperialismo norte-americano. Com suas imensas jazidas petrolíferas e posição geográfica estratégica, a região do Oriente Médio sempre foi alvo da cobiça dos grandes monopólios e da sociedade parasitária norte-americana. O que está em jogo no atual conflito não é nem de longe o território kuwaitiano, mas o controle político, econômico e militar de toda a região. Não é outra, senão esta, a razão por que o imperialismo sustenta há quatro décadas o estado expansionista e gendarme de Israel como ponta de lança contra os povos árabes e em particular contra a comunidade palestina.

O Partido Comunista do Brasil junta sua voz à de todos os democratas e pacifistas de todo o mundo e protesta energicamente contra a aventura bélica capitaneada pelo imperialismo norte-americano. Diante da terrível ameaça que se abate sobre povos, conclamamos a população brasileira a condenar em atos políticos e manifestações públicas a guerra de agressão dos Estados Unidos contra o Iraque, ao mesmo tempo em que repudiamos qualquer envolvimento do governo brasileiro na guerra, como caudatário dos interesses estadunidenses.

Firmes defensores da soberania nacional e da bandeira internacionalista de solidariedade com os povos agredidos, explorados e oprimidos, os comunistas brasileiros posicionam-se vigorosamente contra a guerra, em defesa de auto-determinação dos povos, do controle soberano sobre suas riquezas e integridade territorial.

Abaixo a guerra!

Abaixo o imperialismo norte-americano!

Pelo fim da intervenção militarista dos EUA no Oriente Médio!

São Paulo, 16 de janeiro de 1991”.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Tem a palavra o nobre deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR (PSL. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, está prejudicada a minha fala, ante a manipulação do

Presidente da Associação dos Produtores Rurais, que aqui estava junto com os associados. Ele fez questão de retirá-los das galerias, para que não ouvissem o que estou aqui pronto a proferir.

Quero, de público, agradecer as palavras do companheiro deputado Satake que em momento algum destoaram das minhas.

Sou favorável ao assentamento dos produtores rurais, mas não posso pactuar com as cooptações, muito menos com a corrupção que se verifica na Fundação Zoobotânica, praticada por técnicos e outras pessoas que manipulam essas áreas, fazendo com que parem nas mãos de pessoas que têm um grosso calibre financeiro ou político, e que, ali, ao invés de promoverem a produção agrícola, fazem suas áreas de lazer.

O companheiro deputado Satake citou, publicamente, que as chácaras sujeitas à exploração imobiliária serão retomadas. Após esta colocação do deputado Satake que realmente vem ao encontro do interesse que aqui manifesto quando peço a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as distorções e fazer as correções necessárias naquele programa.

O SR. SATAKE — V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ EDMAR — Com prazer, deputado Satake.

O SR. SATAKE — Lembro a V. Ex.^a, nobre deputado José Edmar, que hoje a quarta-feira dia de colheita das mercadorias que estão produzindo naquela região. ????? quinta-feira, o melhor dia para serem comercializadas na Ceasa, os produtores devem ter ido às suas propriedades rurais para providenciar que suas mercadorias sejam vendidas amanhã, a partir das 4h da manhã. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDMAR — Aceito as colocações do companheiro, porque sei que esses setenta produtores que aqui estiveram realmente são produtores rurais. Nada tenho, absolutamente, contra eles. Questiono, sim, os outros que não estiverem presentes nesta Casa e que estão com medo da CPI. Por que medo da CPI? A CPI não vai contra nenhum produtor rural. Aqueles que estiverem exercendo sua função agrícola, muito pelo contrário, terão aprovados os seus programas e um endosso da comissão para que se aprove um programa de assentamento, inclusive a titularidade de suas terras. Porque ter medo? Medo, sim, deve existir quando se manipula um programa, quando se obtém através de corrupção, de recursos ilícitos. Medo, quando se participa de uma distribuição de chácaras cooptando funcionários do governo.

Tenho aqui, em minha documentação, cartas nas quais me baseio para constituir esta CPI. Posso relatar para os srs. deputados uma carta, de próprio punho, feita pela sra. Helena Muci, quando coordenava o programa de assentamento na Samambaia. Ela diz, em um dos trechos: “A constatação desta problemática desnuda-se, seja pelas denúncias sistemáticas que nos chegam através de pequenos produtores que detêm a posse das áreas nos arredores de Taguatinga, Vila São José, Areal, Sobradinho, Núcleo Bandeirante etc, seja pela tentativa de cooptação de técnicos desta secretaria por instituições notoriamente vinculadas aos interesses dos grupos que se vêm apropriando dessas áreas para instalação de chácaras que em sua maioria, não detêm qualquer vínculo com produção rural. O que indica e destina estas chácaras como estância de lazer a custo de expropriação de numerosas famílias que garantem sua sobrevivência da pequena produção de subsistência e da venda dos excedentes”.

Mais adiante, reforça a instalação dessa CPI com a carta de fiscal de Zona Rural, do próprio punho. Tenho aqui uma xérox e posso passá-la a qualquer um dos companheiros parlamentares ou qualquer pessoa da imprensa que a deseje.

Concedo aparte ao nobre deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS — Sr. Presidente, sr. deputado, a situação da terra de arrendamento vem confirmar que esta é a forma mais apropriada para a nossa capital. O deputado está reivindicando uma CPI. Uma vez comprovado que ali, ao lado da Estrutural, não se instalou quem é produtor, a Fundação Zoobotânica poderá retomar as terras.

Essa é uma garantia para o povo de Brasília e devemos defendê-la. Entendo que só a aparência não é suficiente para fixar critérios, porque a existência de uma piscina não significa necessariamente lazer,

embora o produtor rural também mereça lazer. Acredito que devemos tomar a iniciativa de formar uma CPI, a fim de apurar a verdade. É importante e será o passo inicial para discutirmos a questão do solo. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDMAR — Agradeço ao nobre companheiro Edimar Pireneus, e continuo apresentando a V.Ex.^ªs. carta de um fiscal da zona rural. Estava ele fiscalizando a zona rural quando foi tirado de lá porque contestava a exploração daquelas áreas. O cargo lhe foi tirado. Ora, como poderia ele fazer a fiscalização na zona rural? Logo em seguida foi também aposentado a bem do serviço público. Trata-se do Sr. Antônio Arruda Frota, matrícula nº 4609.1, lotado na Administração Regional de Taguatinga. Na carta que tenho aqui, escrita de próprio punho, ele relata ao Governador os fatos que, mais uma vez, confirmam a minha posição no sentido de manter a CPI já instaurada para apurar essas denúncias de corrupção e de distorção do programa de assentamento de produtores rurais.

Mais adiante, no dia 17 de junho de 1989, o jornal "Correio Braziliense" estampa matéria com a seguinte manchete: "Venda ilegal de terreno provoca crise em Brasília". Na mesma época o Secretário de Agricultura, Carlos Alberto Barros Reis, foi demitido do cargo porque queria abrir inquérito para apurar essas irregularidades. Agora vejam bem, companheiros: por que demitir o Secretário que queria apurar a verdade? Quero ver me demitirem, quero ver me tirarem o mandato que o povo me conferiu. Não há motivo para ter medo. Queremos a verdade, caros companheiros. É pena que meus amigos, produtores rurais como eu, não estejam aqui presentes.

E quero dizer mais. Tenho aqui uma relação de pessoas que estavam na Vila São José, como é o caso do Sr. Vicente Cristiano, há quinze anos naquela localidade. E posso levar V.Ex.^ªs. para conhecerem a chácara, que hoje tem outros donos, onde verão que a única coisa que destoa ali é uma antiga plantação de mangueiras do Sr. Vicente Cristiano.

Tenho aqui também uma relação de pessoas que, após dez, onze, quatorze anos, foram expulsas para Samambaia com a desculpa de que não eram produtores agrícolas, e suas chácaras foram dadas a pessoas com maior poder aquisitivo, de modo a poderem corromper algum fiscal.

Também tenho aqui uma carta escrita pelo Sr. Barros, da Administração Regional de Taguatinga, órgão fiscalizador, à Secretaria de Serviço Social, quando eu lá estava lotado e trabalhando para o Sr. Governador Joaquim Roriz. Foi quando tive oportunidade de receber esse documento em minhas mãos. Diz ele: "Vila São José — Observação: Existem 75 barracos dentro das chácaras medidas pela Fundação Zoobotânica, prejudicando a entrega a seus legítimos ocupantes." Quem são os legítimos ocupantes? Aqueles que estavam lá há 10 ou 15 anos, ou os que iriam chegar? Quem são os legítimos ocupantes, meus companheiros? Quem detém a posse daquela terra, meus companheiros? Segue-se, abaixo, os números dos cadastros para providência junto à Secretaria de Serviços Sociais, ou seja, esse é um pedido para que ela repasse lotes em Samambaia para essas pessoas, para que elas possam desocupar a área, a fim de que possa ser entregue aos "legítimos ocupantes" — entre aspas.

Meus companheiros, essa luta não é de agora, ela vem de tempos, e, graças a Deus, graças a uma resistência quase sobre-humana, conseguimos manter alguns produtores rurais naquela região. Por isso é que digo hoje que meu mandato, minha vida e a própria Justiça passam por cima da Vila São José, porque, se existe justiça nesta terra, ela também passa pela Vila São José. E não entendo como se pode fazer justiça expulsando aquele povo e dando aquela terra a alguns falsários, a alguns aproveitadores, a alguns que têm grosso calibre financeiro ou grosso calibre político, o que lhes permite se apoderarem da terra de um verdadeiro produtor rural fazendo-se passar por produtor rural, quando na verdade são meros especuladores imobiliários que querem aquela terra para lazer, num local destinado especificamente à produção rural.

Ouço a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A Sr.^ª. Lúcia Carvalho — Nobre Deputado, o Partido dos Trabalhadores já confirmou, com a sua assinatura no pedido de CPI, a necessidade que vemos de a terra se tornar pública no Distrito Federal. Os embates que estão ocorrendo aqui mostram que o problema da terra no Distrito Federal será polêmico. Tenho a certeza de que, embora sofrendo pressões, V.Ex.^ª. irá adiante na sua iniciativa de constituir uma CPI para apurar as denúncias feitas. Quero dizer, desde já, que, vindo a plenário essa proposição, estaremos votando em seu favor e buscando apoio também nas outras bancadas, a fim de que nenhum de nós tema que a questão seja colocada às claras. Também acreditamos que o trabalhador rural deve ter melhores condições de vida. Mas acho que o principal trabalho dessa CPI vai ser tornar públicas essas terras agricultáveis e que agora estão nas mãos daqueles que pretendem ter ali apenas mansões com finalidade de especulação imobiliária. Isto é fundamental, e nós, do PT, mais uma vez nos solidarizamos com V.Ex.^ª. Acreditamos que houve hostilidade hoje aqui por parte de alguns moradores da área, que inclusive fizeram denúncias no sentido de que V.Ex.^ª. estaria impedindo que eles realmente obtivessem seus lotes naquela região. Então, desde já hipotecamos a V.Ex.^ª. nossa solidariedade, porque sabemos das pressões que serão feitas, não só por parte daqueles que estão lá de forma irregular, como também pela área governamental. O que eles pretendem é que essas terras tenham um uso indevido. Portanto, desde já conte V.Ex.^ª. com a nossa solidariedade, não esmoreça, não enfraqueça na sua luta.

O SR. JOSÉ EDMAR — Muito obrigado, nobre companheira Lúcia Carvalho. Ouço também o companheiro Carlos Alberto.

O Sr. Carlos Alberto — Acredito que a iniciativa de V.Ex.^ª. tem o mérito de nos permitir fazer um levantamento global do Distrito Federal, neste momento em que estamos elaborando a Lei Orgânica, levantamento do uso indevido da terra, de loteamentos que evidentemente são ilegais, de pessoas que ocupam a terra sem ser produtores. Enfim, é todo um conjunto de situações que vamos precisar regularizar e corrigir. Então, espero que a iniciativa do nobre colega possa ser bem sucedida em nome da moralidade, em nome daquilo que nos trouxe para cá, que fez com que o povo depositasse sua confiança nos nossos mandatos. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDMAR — Muito obrigado, nobre Deputado Carlos Alberto.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de levar ao conhecimento desta Casa que estou recebendo manifestações de toda ordem. Tenho recebido telefonemas querendo intimidar-me, mas também tenho recebido inúmeros e inúmeros cumprimentos de pessoas do povo por onde quer que eu passe parabenizando-me por essa iniciativa.

E quero dizer, mais uma vez, ao Deputado Satake, que é um produtor rural e defende a produção agrícola nesta cidade, que estarei sempre com ele. Não estou contra nenhum produtor agrícola. Muito pelo contrário. O que quero é que retomemos aquelas mansões e as entreguemos aos verdadeiros produtores agrícolas. Entreguemos, então, aos produtores da Vila São José, aqueles que não tiveram a oportunidade de ter suas chácaras demarcadas, mas que estão lá há 15, 20 anos.

Termino meu pronunciamento dizendo o seguinte: famílias são de lá despejadas sob ameaça. Isto está publicado em matéria de jornal, que cita exatamente a Vila São José, quando da tentativa feita pela polícia, junto com alguns interessados, fiscais de área rural, em expulsar o pessoal para entregar a terra a outros.

Nobre Deputada Lúcia Carvalho, não terei medo. Nunca me furtei ao meu dever. O nobre companheiro Pedro Celso falou aqui que enfrentou a Polícia.

Também já a enfrentei, também já tive de defender produtores rurais na Vila São José, desde a retirada daquela Vila para a Vila São José de Brazlândia. Há mais de 20 anos que acompanho aquela gente, e em nenhum momento trocarei o meu mandato por medo. A população de Brasília será testemunha e valorizará muito os nossos mandatos. Ela perceberá a valorização do Parlamentar, quando fizermos impor a

justiça sobre Brasília, quando mostrarmos os desmandos e corrupções ocorridos nesta terra. Os nossos mandatos, tenho certeza, Sr. Presidente e nobres Deputados, serão reconhecidos pela população de Brasília, desde que não tenhamos medo, enfrentemos a verdade, fazendo com que prevaleça sobre todos os modos escusos, desde que não deixemos que a corrupção predomine e que não continuem as injustiças sociais que existem em nossa Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Não havendo mais oradores, declaro encerrada a presente sessão, convocando os Srs. Deputados para a sessão ordinária de amanhã às 14h30min.

Está encerrada a sessão.

MESA**Presidente**

Salviano Guimarães (PFL)

Vice-Presidente

Tadeu Roriz (PSC)

1º Secretário

Pedro Celso (PT)

2º Secretário

José Ornellas (PL)

3º Secretário

Benício Tavares (PDT)

Suplentes

José Edmar (PTR)

Fernando Naves (PDC)

SUMÁRIO

TERCEIRA SECRETARIA DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

1. Ata da 9ª Sessão Ordinária, em 17 de janeiro de 1991

1.1 Abertura

1.2 Pequeno Expediente

1.2.1 Comunicados de Liderança

Deputada Lúcia Carvalho, em nome da bancada do PT

— Pronunciamento em protesto pela forma com que a Rede Globo de Televisão vem fazendo os noticiários, caracterizando como espetacular o ataque ocorrido em Bagdá nesta madrugada.

Deputado Peniel Pacheco, em nome do bloco solidariedade

— Parabenização à Deputada Lúcia Carvalho pelo seu pronunciamento no dia 13 de janeiro, que trouxe importantes informações sobre as atividades das escolas do Distrito Federal.

1.2.2 Comunicados de Parlamentares

Deputado Edimar Pirineus (PDT)

— Apresentação de Projeto de Lei, que implanta eleições diretas para Administradores Regionais do DF.

Deputado Wasny de Roure (PT)

— Comentários sobre o assentamento da Vila do Varjão

Deputado Pedro Celso (PT)

— Pronunciamento em repúdio à manipulação de informações sobre a guerra do Golfo Pérsico e menção ao pedido de substituição do diretor administrativo da T.C.B, efetuado por todos ex-diretores superintendentes desta empresa.

Deputado Jorge Cauhy (PL)

— Discurso de solidariedade ao Presidente desta Casa.

Deputado José Edmar Cordeiro (PSL)

— Apresentação de Projeto de Lei que autoriza o governo do Distrito Federal a celebrar convênio com o governo de Goiás, Ministério da Infra-Estrutura e a Rede-Ferrovária visando ao transporte de passageiros.

Deputado Geraldo Magela (PT)

— Comentários sobre a apresentação do projeto de Lei, que estabelece eleições diretas para os administradores regionais, no prazo de 180 dias após a publicação da respectiva Lei.

1.3 Ordem do Dia

Votação em 2º turno do requerimento de urgência para o Projeto de Resolução nº 12, de 1991, sobre a aprovação do detalhamento da dotação orçamentária prévio no Orçamento do DF, para o exercício de 1991 e respectivo cronograma de desembolso. Aprovado

1.4. Grande Expediente

Deputado Fernando Naves (PDC)

— Apresentação de Projeto de Decreto Legislativo “que dispõe sobre a privatização de entidades públicas do Distrito Federal”, de Projeto de Lei que estabelece critérios e abre concessão de cotas para distribuição de casas ou lotes semi-urbanizados no Programa de Assentamento do Distrito Federal”, requerimento dirigido ao Sr. Presidente desta Casa solicitando ao Sr. governador do Distrito Federal que encaminhe a esta Câmara Legislativa projeto de Lei propondo a criação da Secretaria de Defesa do Consumidor do DF.

Deputado Geraldo Magela (PT)

— Discurso em repúdio às acusações que responsabilizam o PT pelo atraso dos trabalhos desta Casa.

Deputado Agnelo Queiroz (PCdoB)

— Pronunciamento em protesto pela demora da elaboração do Regimento Interno desta Casa.

— Registro do “Dia do Farmacêutico” comemorado no dia 20 de janeiro.

Deputado Peniel Pacheco (PST)

Comentários sobre inúmeras obras inacabadas no Distrito Federal, que vêm comprometendo o projeto urbanístico desta Capital.

Deputado Benício Tavares (PDT)

— Apresentação de projetos de Lei:

Nº 021, de 1991, que “determina ao Poder Executivo do Distrito Federal a adoção progressiva do horário integral nas escolas da Rede Pública, na forma que especifica, e dá outras providências”.

Nº 022, de 1991, que “determina ao Poder Executivo do Distrito Federal a construção de estabelecimentos escolares específicos para o atendimento à faixa de zero a seis anos, na forma que consigna e dá outras providências”.

1.5 Comunicados da Presidência

— Convocação dos membros da Comissão de Constituição e Justiça para reunião informal.

— Convocação de sessão ordinária para amanhã, às 09 horas e 30 minutos.

1.6 Encerramento.

Ata da 9ª Sessão Ordinária, em 17 de janeiro de 1991.
1ª Sessão Legislativa Ordinária, de 1ª Legislatura.
Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) Salviano Guimarães, Tadeu Roriz, Benício Tavares e Fernando Naves.
Secretário: Sr. Deputado Pedro Celso
Às 15 horas e 05 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:
— Deputado Agnelo Queiroz(PCdoB)
— Deputado Aroldo Satake(PDS)

— Deputado Benício Tavares(PDT)
— Deputado Carlos Alberto(PCB)
— Deputado Cláudio Monteiro(PDT)
— Deputado Edimar Pirineus(PDT)
— Deputado Eurípedes Camargo(PT)
— Deputado Fernando Naves(PDC)
— Deputado Geraldo Magela(PT)

- Deputado Gilson Araújo(PTR)
- Deputado Padre Jonas(PDT)
- Deputado Jorge Cauhy(PL)
- Deputado José Edmar(PTR)
- Deputado José Ornellas(PL)
- Deputada Lúcia Carvalho(PT)
- Deputado Manoel Andrade(PTR)
- Deputada M^a de Lourdes(PSDB)
- Deputado Maurílio Silva(PTR)
- Deputado Pedro Celso(PT)
- Deputado Peniel Pacheco(PST)
- Deputada Rose Mary Miranda(PTR)
- Deputado Salviano Guimarães
- Deputado Tadeu Roriz(PSC)
- Deputado Wasny de Roure(PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Não há matéria sobre a mesa.

Passamos ao Pequeno Expediente

Oradores inscritos no Pequeno Expediente:

- Wasny de Roure
- Edimar Pireneus
- José Edmar
- Pedro Celso
- Jorge Cauhy
- Geraldo Magela

Com a palavra o nobre Deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e demais membros da Mesa, caros colegas, é lamentável que, mais uma vez, os Estados Unidos, para justificar um crime, cometam um outro crime contra a humanidade.

Caros colegas, todos nós conhecemos as deficiências do transporte coletivo do Distrito Federal.

Brazlândia, uma das cidades-satélites mais distantes do Plano Piloto, ficou sem a linha executiva que ligava essas duas localidades e que servia aos seus trabalhadores e à população em geral.

Enderecei, hoje, à Mesa Diretora, duas indicações, solicitando ao Sr. Secretário de Transportes Públicos do Distrito Federal que seja restabelecida a linha de ônibus executivo Plano Piloto — Brazlândia, e outra no sentido de estender a linha Grande Circular até as imediações da Câmara Legislativa, para facilitar o acesso de seus funcionários, dos funcionários das repartições vizinhas e da população em geral.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Brasília tem-se consolidado, desde a antevisão de Dom Bosco e, especialmente, a partir da epopéia que representou o período de sua construção, como o símbolo da esperança, da liberdade e do bem-estar social. Esta posição assumiu uma feição nova com os movimentos pela restauração da democracia no País, que culminaram com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, a aprovação da Constituição e as eleições diretas para Presidente da República, após trinta anos de jejum político.

No Distrito Federal, a reconquista dos direitos políticos avançou no final do ano passado, com as eleições diretas para Governador e a formação da primeira Câmara Legislativa. No entanto, ainda resta um importante passo a dar, para que o caminho da democracia se complete e se assegurem à população os meios de lutar para a garantia de melhores condições de vida e bem-estar social. Este passo, Sr. Presidente da Mesa e caros colegas, é a implantação de eleições diretas para Administradores Regionais, uma medida que, sem dúvida, representa o anseio da população, dos partidos políticos, das instituições e entidades representativas da comunidade.

A democracia só existe efetivamente — e é importante destacar isto no pressene momento — quando a população exerce o direito de reivindicar, de dizer o que é melhor e que caminhos devem ser tomados para que se alcance o objetivo comum do bem-estar social. E este direito só pode ser exercido através do voto, que traduz a representatividade política da comunidade. Devemos lembrar, também, que este direito à representatividade e, portanto, à democracia, já

foi conquistado em Brasília com as eleições diretas para direção das escolas e até das administrações hospitalares, as quais defendemos.

Vamos, portanto, recuperar o direito à plena cidadania através do exercício da representatividade política, elegendo diretamente os nossos governantes em todos os níveis, a partir da administração que se encontra mais próxima do nosso dia-a-dia. Com a eleição direta para os Administradores Regionais do Distrito Federal, cujo projeto de lei tenho a satisfação de apresentar hoje, estaremos evitando que alguns grupos usurpem o direito que a população tem de exercer a administração através do representante que escolher. E, assim, estaremos dando um importante passo para a consolidação da democracia e, conseqüentemente, para a esperança de dias melhores para a população.

Sr. Presidente, caros colegas, o nosso não é um projeto acabado. Tenho a certeza de que outros colegas também irão apresentar à Casa sua contribuição com o mesmo objetivo. Meu propósito não é que meu projeto seja considerado o melhor. O que defendo é a eleição para a administração de todas as cidades-satélites. Espero que possamos discutir em minúcias todos os projetos que forem apresentados. Mas desde já declaro que defenderei o interesse maior da população das satélites e do Plano Piloto, e estou certo de que os demais representantes do povo nesta Casa irão fazer o mesmo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, os companheiros Deputados foram abordados hoje pela manhã por representantes da comunidade do Varjão. Isto é consequência da mobilização e ao mesmo tempo da preocupação que vive esta comunidade. Tal preocupação se justifica e também deve ser nossa, diante de uma série de fatos que passamos a enumerar.

Já denunciei desta tribuna que o Relatório de Impacto Ambiental, ao qual a Sematec deveria ter apresentado parecer em 15 dias, continha uma série de pareceres que poderiam, conforme interpretados, servir para expulsar a comunidade do Varjão de seu atual local. Há vários dias enviei um telex ao Sr. Secretário da Sematec solicitando tal parecer e não obtive resposta. Esse parecer, que deveria ser público, se encontra em mãos do Conselho de Arquitetura Urbanismo e Meio Ambiente — CAUMA, que hoje está discutindo o que dizem ser o destino daquela Vila. No entanto, podem ter certeza, quem já está traçando o destino do Varjão é a própria comunidade.

Uma outra preocupação que nos aflige é o fato de que, no dia seguinte à apresentação de nosso projeto de lei fixando o Varjão, houve uma verdadeira invasão policial àquela Vila, sem qualquer explicação à comunidade. O GDF iniciou um recadastramento das pessoas que ali vivem, sem, no entanto, levar em consideração o número real de famílias. Muitas famílias estão ausentes de seus barracos em horário comercial; há vários exemplos de duas, três ou mais famílias em um mesmo barraco e, principalmente, estão esquecendo dos moradores da margem direita do córrego, que sempre fizeram parte daquela comunidade.

Segundo a imprensa, o Governador Roriz criou o Grupo Executivo para Assentamento do Varjão. No entanto, a comunidade reivindica sua justa representação nesse Grupo, através de, pelo menos, 5 pessoas eleitas pelos moradores.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT-DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, quero relatar aqui alguns fatos e alguma preocupação que estão caminhando conosco.

Sr. Presidente, nobres Deputados, a crueldade da guerra não está sendo divulgada ao mundo. Porém, todos sabemos que a guerra fere, mata ou mutila crianças, jovens e adultos. E por que será que a face do terror não nos é mostrada?

A resposta é simples. Trata-se da manipulação da informação, uma arma que só beneficia os poderosos, além de ser uma estratégia

financiada pelos norte-americanos. Desta forma, os Estados Unidos evitarão a formação de uma opinião pública contrária à guerra contra o Iraque.

A guerra do Vietnã só foi repudiada internacionalmente porque as atrocidades cometidas pelos norte-americanos contra o povo daquele país foram fartamente divulgadas por todos os meios de comunicação.

É com pesar que registro nesta Casa o meu repúdio a essa nefasta manipulação da informação.

Trago ainda outro assunto.

Sr. Presidente, nobres Deputados foi com muito espanto que li uma nota publicada no "Jornal de Brasília" de hoje. Seu conteúdo assinala que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e a Terracap vão realizar, no dia 5 de fevereiro, a licitação para o metrô.

Muito me estranha essa atitude do Governador. S. Ex.^a. e seus Secretários evitaram um debate sobre o assunto na última segunda-feira, aqui nesta Casa. Agora, três dias depois, anunciam a licitação para as obras do metrô.

Muito me estranha, ainda, o interesse do Governador em esconder esse projeto do povo e do Poder Legislativo. Por enquanto, só posso comparar o metrô ao Plano Collor. E a culpa não é minha, é do próprio Governador, que se recusa a abrir a sua "caixa preta".

Desejo também registrar, Sr. Presidente, que todos os diretores-superintendentes que ocuparam o cargo na Sociedade de Transporte Coletivo de Brasília, a TCB, pediram ajuda à diretoria do Sindicato dos Rodoviários de Brasília para substituir o Sr. Gladston Liporacci da diretoria administrativa da empresa. Sou uma das testemunhas desses pedidos. O Sr. Gladston Liporacci emperra uma boa administração da TCB; é suspeito de corrupção e trata as questões relativas à empresa com absoluto descaso.

Os trabalhadores da TCB, a diretoria do Sindicato dos Rodoviários, e eu também estamos preocupados com a possibilidade de o Sr. Gladston se perpetuar no cargo. Inclusive, os trabalhadores da TCB estão dispostos a parar a empresa, caso essa possibilidade venha a ser confirmada.

O Governador Joaquim Roriz, se quiser concretizar-se de fato como um Governador democrático, não poderá confirmar, de forma alguma, uma pesoa execrável naquele cargo, em nome do bom desempenho do serviço público de transporte coletivo no Distrito Federal.

Sr. Presidente, Sr.^s. e Srs. Deputados, até que enfim, um estudo feito pelo próprio Governo Federal, via Ministério da Infra-Estrutura, coloca o Brasil no seu devido lugar de mau patrão.

Comparado com as economias de Cingapura, Índia, Malásia, Hong Kong, Tailândia, Taiwan, México, Indonésia e Coréia, o Brasil ficou em nono lugar. Ele perde apenas para a Índia. Só fica entre os primeiros quando o assunto é rotatividade no emprego e evasão de talentos.

Este estudo confirma as denúncias que o movimento sindical de Brasília faz há alguns anos. O comércio, o setor de construção e as empresas de ônibus promovem intensas levas de demissões. Há no Distrito Federal uma verdadeira indústria de demissões. Dela fazem parte o Governo Federal e também o do Distrito Federal.

O pior de tudo é que muitas dessas demissões são por motivos políticos. Entre os demitidos encontram-se muitos diretores e delegados sindicais, além de ativistas que lutam pelos direitos da classe trabalhadora.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho manifestar a V.Ex.^a., Sr. Presidente a solidariedade e o apoio, meus e do Bloco Liberal Progressista, à sua preocupação sobre incisivas declarações, publicadas hoje na imprensa, a respeito das dificuldades que esta Casa vem enfrentando, para implantar condições mínimas de funcionamento.

Conhecemos V. Ex.^a. Sr. Presidente, e o sabemos homem íntegro, político correto e honrado, e temos na sua eleição para a Presidência desta Casa a garantia de uma administração idônea, baseada nos mais sólidos princípios de competência e probidade.

Democrata como sempre foi, vem preferindo conduzir a sua recém-iniciada gestão em harmonia com todos os Deputados, procurando ouvir a cada um, seja individualmente, seja através do plenário.

Todavia, Sr. Presidente, esta qualidade de homem aberto ao diálogo, que deseja buscar o consenso dos seus pares, não tem encontrado ressonância junto a pequenos grupos, que tentam fazer de sua fraqueza uma força, arrogante e prepotente, se posicionando sempre, contra qualquer medida que vise ao melhor funcionamento desta Casa.

Da manifestação verbal virulenta, até a denúncia caluniosa de que V.Ex.^a pretendia instalar nesta Casa um "trem da alegria", todos os meios tem sido bons, para que se tente atrasar o pleno funcionamento da Câmara Legislativa.

Vejo nesta conduta, Sr. Presidente, o renascimento de doutrinas políticas exóticas, que em passado não muito distante procederam do mesmo modo, com o sacrifício de milhares de vidas e o derramamento de rios de sangue, para usurpar o poder.

Assim aconteceu na Rússia, nas repúblicas do Báltico, na Albânia, em Cuba, e em dezenas de outros países. Recentemente assistimos, estarecidos, o massacre da Praça da Paz Celestial na China.

Sr. Presidente, a doutrina é a mesma, o lema é o mesmo: "O fim justifica os meios".

Hoje, estas forças da escuridão e da maldade se apresentam sob outras siglas, mas se revelam pelo método que usam, que é o mesmo.

Usam as palavras democracia e liberdade para compor frases de ordem e "jogar para as arquibancadas". Atuam de todos os modos para desmoralizar os poderes constituídos, como tentam fazer com esta Casa.

No entanto, Sr. Presidente, os Parlamentares desta Câmara Legislativa, que têm compromisso com o povo do Distrito Federal, com a democracia e a liberdade, calcados no mais sólido princípio cristão, estão ao lado de V.Ex.^a nos atos indispensáveis ao pleno funcionamento desta Casa.

Não queremos que ela seja um Parlamento nanico, submisso ao impatriotismo de uns poucos extremistas, cujo compromisso não é com a sua Pátria, nem com o povo, usado como massa de manobra para sua eleição a cargos parlamentares ou executivos, que pensam fazer de trampolins para, se surgir a oportunidade, assaltar o poder e matar as liberdades.

Sr. Presidente, pedimos e esperamos de V.Ex.^a que, a partir de hoje, com o apoio da maioria lúcida e patriótica desta Casa, determine a contratação de pessoal qualificado que atenda ao princípio de probidade e competência, para assessoria da Presidência, das Secretarias e das Lideranças, bem como para os serviços essenciais ao seu pleno funcionamento.

Esta, Sr. Presidente, é uma prerrogativa de V.Ex.^a legítimo representante de um dos três Poderes da administração desta unidade da Federação, Poder que tem de contar com todos os instrumentos, pessoal e equipamentos necessários, ao desempenho de sua grande missão, até para que ostente a dignidade da sua colocação entre os outros Poderes.

Não se admite um Poder Executivo forte e bem equipado, um Judiciário corretamente servido em todas as suas necessidades, e um Poder Legislativo mendicante, sem estrutura de móveis, sem papel, sem máquinas e principalmente sem servidores para movimentá-lo, só porque alguns dos seus próprios integrantes pensam "pequeno", e ainda não se deram conta da grandeza de sua missão, da majestade do Poder Legislativo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não era político até decidir disputar o mandato de Deputado Distrital. Hoje, no exercício deste mandato empenhei minha honra em bem servir a Brasília e ao seu povo. E vou cumprir essa decisão lutando pela dignidade desta Câmara. E esta dignidade passa pelo seu posicionamento altaneiro no tripé de Poderes em que está inserida.

Tenho dito. Obrigado.

O Sr. Presidente (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR (PSC. Sem revisão do orador.) — Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje trago a esta Casa projeto de lei que dispõe sobre um "trem da alegria" para Brasília. Mas não se trata do "trem da alegria" de que se tem falado aqui na Câmara Legislativa.

Faço questão de ler o projeto e a justificativa:

“PROJETO DE LEI DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Nº 016 DE 1991.

AUTORIZA O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL A
CELEBRAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DE GOIÁS, O
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA E A REDE
FERROVIÁRIA FEDERAL, VISANDO AO TRANSPORTE
DE PASSAGEIROS.

Art. 1º — Fica o Governo do Distrito Federal autorizado a celebrar Convênio com o Governo de Goiás, o Ministério da Infra-Estrutura e a RFFSA, visando à implantação de transporte ferroviário de passageiros entre as cidades de Luziânia/GO e Brasília/DF.

Art. 2º — O GDF, o Governo de Goiás e o Ministério da Infra-Estrutura, devem dotar as seguintes localidades próximas à ferroviária já existentes para estação de passageiros: Luziânia, Quilômetro 21, Posto Ipê, Cidade Ocidental, Valparaíso, Quilômetro 7, Catetinho, Núcleo Bandeirante e Rodoferroviária de Brasília.

Art. 3º — Fica a cargo do GDF e do Governo de Goiás a aquisição das locomotivas e dos vagões necessários ao transporte de passageiros.

Art. 4º — A RFFSA cederá a linha ferroviária existente entre as localidades citadas no Art. 1.º, nos horários de melhor conveniência para os passageiros.

Art. 5º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A finalidade deste projeto de lei é dotar a população das localidades citadas de um transporte acessível e barato. De início, este projeto visa a melhor atender aos passageiros das cidades supramencionadas, facilitando-lhes o acesso ao trabalho, de uma maneira mais rápida e confortável. Este tipo viável de transporte atenderá a uma demanda populacional grande de trabalhadores; donas-de-casa, estudantes, idosos etc., que precisam se deslocar a Brasília, facilitando também o trânsito e locomoção a todo o DF. Há de se enfatizar também que os moradores destas localidades são brasilienses que foram afastados das cidades pelas dificuldades imobiliárias que a mesma apresenta. Este projeto justifica-se ainda pelo retorno imediato dos investimentos, pois, o leito ferroviário já existe, havendo só a necessidade da construção de algumas estações e compra das composições de transporte, evitando-se, assim, somas vultosas e sendo também uma solução de curtíssimo prazo.

Diante do exposto, submeto aos meus caros colegas o presente Projeto de Lei, contando com o apoio de todos para a sua aprovação, tendo em vista o seu alcance social.

Sala das Sessões, Em de de 1991.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR

Sr. Presidente, nobres Deputados, esse projeto também vai ao encontro do apresentado pelo Governador Joaquim Roriz, com o qual tenta promover a região do Entorno. Se, realmente, agora a intenção de todo o Governo é também dar apoio à região do Entorno, esse projeto manifestará a pronta disposição para atender àquela gente que lá reside e que vive à mercê de transporte caro, difícil, sem que haja participação do Governo do Distrito Federal nesse tipo de dificuldade social.

Ressalto que procurei informações quanto às possibilidades de viabilidade desse projeto e esbarrei em argumentações no sentido de que as bitolas da linha ferroviária não eram apropriadas para a

colocação de um trem de passageiros na linha. Entretanto, todas as quintas-feiras sai um trem de passageiros daqui para São Paulo. Então, a linha comporta trem de passageiros. As afirmações do órgão competente não me satisfizeram.

Se agora estamos propensos a estudar projeto que visa à colocação do metrô de superfície em Brasília, este poderia sinalizar para toda a população o que seria um transporte de massa nesta Capital. Assim, o povo de Brasília poderia considerar o custo da passagem, a diminuição das dificuldades, as vantagens que um transporte como esse poderia trazer.

De mais a mais, posso garantir a V.Ex.^a. que encontraremos obstáculos para aprovar esse projeto e fazer com que o Executivo também o aprove, pois irá prejudicar demasiadamente as empresas de transporte que fazem a linha Luziânia-Plano Piloto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, caros companheiros Deputados Distritais, ocupo hoje a tribuna para apresentar meu primeiro projeto de lei, elaborado em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores. Trata-se de projeto que estabelece eleição direta para administradores regionais 180 dias após a publicação da respectiva lei.

Ressalto que é mera coincidência o fato de estarmos apresentando esse projeto no mesmo dia em que um companheiro do PDT, o nobre Deputado Edimar Pireneus, encaminha idêntica proposição.

Nós, do PT, temos adotado nesta Casa uma postura de lealdade. No Grande Expediente terei oportunidade de pronunciar-me sobre essa questão. Aliás, para isso estou inscrito.

Ontem estive com o companheiro Edimar Pireneus e informei a S.Ex.^a. que em breve apresentaríamos projeto no mesmo sentido do que já tínhamos conhecimento de que S.Ex.^a. apresentaria. Então, o fato de ambos apresentarmos idêntica proposta mostra que convergimos, pelo menos em parte, sobre esse assunto.

Sr. Presidente, V.Ex.^a. teve a oportunidade de ocupar cargo de direção na administração regional, mas infelizmente, naquele momento, sem ser eleito pelo povo, e sabe muito bem da importância dos administradores regionais, como também o sabem os companheiros Deputados Distritais.

Muitos dos que aqui estão como Deputados Distritais têm no seu currículo, na sua história, a luta pela representação política, pela democratização do Distrito Federal, e o Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação esteve inserido nessa luta.

Muitos dos que fundaram o PT já vinham dessa luta dos movimentos democráticos, porque entendemos que os cidadãos que moram em Brasília não podiam permanecer com o seu direito político cassado.

E nós conseguimos isso aos poucos. Conseguimos eleger Deputados Federais e Senadores para o Congresso Constituinte.

Na Constituição conseguimos avançar um pouco mais e eleger o Governador e os Deputados Distritais, mas sem dúvida alguma a autonomia que conquistamos é relativa, Sr. Presidente. Por que relativa? Porque existem milhões de pessoas que não podem ainda influenciar nos locais de moradia, pois os administradores continuam sendo biônicos continuam sendo indicados pela vontade política do Sr. Governador, e temos de alterar isso. Temos de estabelecer a democracia plena, e sabemos disso. Defendemos a municipalização do Distrito Federal, mas esse assunto não está em discussão agora, até porque existe uma vedação constitucional, e a respeitamos. Mas entendemos que ocupante de um cargo público da envergadura do administrador regional não pode continuar sendo indicado na cozinha do Governador, de acordo com os interesses de poucos que controlam o Governo e muitas das vezes seguindo a política que eu espero que rejeitemos — a do “E dando que se recebe”, da troca de favores, das benesses pessoais. A população de Ceilândia, a população de Taguatinga, do Plano Piloto, os milhares de cidadãos que moram nessas cidades têm o direito de fiscalizar e de opinar sobre a administração dessas localidades. E a forma de fazer isso é elegendo o seu administrador

regional. Mas não basta eleger o administrador regional; temos a proposta para que se fiscalize a administração regional; que se avalie; que se acompanhe.

Criamos o Conselho Comunitário com a participação direta da população, porque também não adianta eleger o administrador e a população não poder fiscalizá-lo, não poder participar, não poder acompanhar os seus atos. É nesse sentido que nesse projeto apresentamos a existência do Conselho Comunitário, e, o que é importante, não queremos a eleição daqui a 4 anos; queremos a eleição, no máximo, 180 dias após a publicação dessa lei, prazo suficiente para que organize o processo eleitoral, porque não queremos que a população das cidades-satélites e do Plano Piloto permaneçam por mais 4 anos com parte dos seus direitos de cidadãos cassados.

O PT, portanto, convoca V.Ex.^a, Sr. Presidente, que bem conhece a situação do administrador regional, e os Srs. Deputados Distritais a apoiarem esse projeto, que não interessa a um ou a outro partido, por isso a feliz coincidência de serem apresentados hoje, conjuntamente, dois projetos. Eles interessam sobretudo à população do Distrito Federal que paga impostos, e por isso deve fiscalizar a sua aplicação, começando pela eleição daqueles que vão administrar esses impostos.

O Partido dos Trabalhadores registra hoje seu projeto na 3ª Secretaria e pede a todos, quando da votação, o voto a favor da eleição direta para administradores regionais. Não vai ser ainda o estabelecimento da democracia plena, não vai ser ainda o estabelecimento da cidadania plena, mas sem dúvida vai constituir mais um passo para eliminar a cassação a que estamos sujeitos hoje. E temos certeza de que a população do Distrito Federal espera a aprovação desse projeto pela Câmara Legislativa.

A SRA LÚCIA CARVALHO — Sr. Presidente, peço a palavra no Pequeno Expediente para fazer um pronunciamento em nome da liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — V.Ex.^a está autorizada.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT, sem revisão da oradora). — Para ser bastante sucinta, queria fazer uma leitura sobre o pronunciamento do PT em relação ao que ocorreu hoje pela madrugada no Brasil, e na madrugada da região do Golfo Pérsico.

Desejamos manifestar a V.Ex.^s o nosso luto pelo que está ocorrendo, e colocar de público o nosso protesto pela forma com que a Rede Globo, através de seu núcleo de imprensa, vem fazendo os noticiários da Guerra do Golfo Pérsico, como se estivesse falando no **Rock in Rio**, do carnaval, inclusive caracterizando como espetacular o ataque ocorrido em Bagdá.

Registro o nosso repúdio a este tipo de conduta jornalística, que se caracterizou principalmente pelos pronunciamentos do corpo de jornalistas da Rede Globo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, poucas horas depois de estourado o conflito no Golfo, o mundo inteiro se mantém em estado de angústia, com a violência do mesmo.

Infelizmente, o que aparece na televisão é a imagem dos Estados Unidos como um verdadeiro "super-homem", lutando contra as forças do mal para defender o mundo livre.

Sobre este episódio, só temos a lamentar, de parte a parte. No entanto, Sras. e Srs. Deputados, é preciso que fique claro para a população que o que está em jogo não é a vitória do bem contra o mal;

Está em jogo a continuidade do domínio dos Estados Unidos sobre uma parcela do Golfo. Tendo perdido o poderio econômico e a primazia do mundo capitalista para o Japão e países da Europa, tenta agora retomar, à custa de seu poderio militar, o controle.

Os Estados Unidos da América não foram para o Golfo defender o Kuwait, como disse o presidente Bush. Fossem eles tão grandes defensores da liberdade dos outros países, não teriam invadido o Panamá e mantido com mão de ferro regimes militares na América Latina durante todos esses anos.

Está certo também que o Iraque é um Estado militarizado e que mantém seus adversários sob controle a qualquer custo, e que não se justifica qualquer ataque à soberania de um país, mesmo sendo o Kuwait um país dirigido por uma família, como se fosse uma empresa

privada, e onde 65% da população são de estrangeiros, sem direitos políticos.

O que está em jogo, senhoras e senhores, é o preço desta guerra para a Humanidade: além das centenas de milhares de mortes de civis e militares, nos campos de combate e cidades, a fome, o desemprego e a ruína para os países dependentes, como é o caso do Brasil. A conta da guerra é paga por nós.

O pior já aconteceu. Dezenas de milhares de pessoas já estão mortas agora. E muito mais morrerão.

O Partido dos Trabalhadores vem a público, através de sua bancada no Distrito Federal, repudiar com veemência esta guerra e todos os horrores dela advindos.

Conclamamos toda a população a participar de atos, passeatas, **shows**, caminhadas e todas as formas que sirvam para pressionar no sentido da paz.

Temos um convite de uma vigília cultural pela paz a se realizar no domingo, dia 20, na Torre de TV. O início da programação está marcado para as 9h, com ato ecumênico e político contra a guerra. Todos os Deputados, companheiros do plenário, e a imprensa, sintam-se convidados para esse primeiro ato, promovido por várias entidades culturais e sindicatos de Brasília.

A paz só será efetivamente assegurada quando desaparecem as grandes diferenças sociais existentes entre os distintos países e no interior dos próprios Estados do Oriente Médio. Da mesma forma, a paz será consequência de um efetivo processo de democratização dessas sociedades que permita, através de eleições livres, pluralidade de partidos e liberdade de opinião, ampla expressão de todos os setores sociais e políticos. A paz será finalmente atingida quando cessarem todas as formas de fanatismo religioso e nacionalista presentes em muitas das manifestações dos fundamentalistas israelenses e árabes.

Conclamamos, portanto, a população a pressionar o governo brasileiro no sentido de que interceda visando a uma solução a ser negociada na região, solução esta que passa pela negociação de um território pelo povo palestino.

Por fim, advertimos a população para que esteja atenta e não se deixe levar por afirmações que atribuem à guerra a causa de muitos de nossos problemas intern-s.

O PT não tem nenhuma lição a dar aos povos em sua luta pela liberdade, paz e progresso no Oriente Médio. Tem apenas a oferecer sua solidariedade para a construção de uma ordem mundial democrática que assegure a cada povo o direito de construir autônoma e soberanamente seu futuro.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Terminado o Pequeno Expediente, antes de passar à Ordem do Dia, atendendo à sugestão da Liderança do PDT, a Mesa deseja convidar todos os Srs. Deputados, a imprensa e o público em geral, para a solenidade de hasteamento do Pavilhão Nacional e do Pavilhão do Distrito Federal, amanhã, dia 18 de janeiro, às 8 horas, na entrada principal da Câmara Legislativa.

A Mesa informa também que recebeu, hoje pela manhã, para análise, projeto de resolução que cria cargos em comissão e funções gratificações na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O trabalho deverá ser concluído amanhã e, em seguida, será trazido a este Plenário para sua apreciação e votação.

No sentido de agilizarmos e orientarmos as discussões dos projetos de resolução, a Presidência, acatando sugestão do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça — que providenciou fotocópias de todos os projetos de resolução em tramitação na Casa, para conhecimento dos Srs Deputados (resolve que essas fotocópias ficam sendo consideradas avulsos, ou seja, ficam valendo provisoriamente como publicações.

Com a palavra o deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST, Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome do Bloco Solidariedade, manifesto aqui a minha alegria pelo pronunciamento da deputada Lúcia Carvalho, no dia 13 de janeiro, neste plenário. Tal pronunciação trouxe informações importantes em relação às atividades das

escolas no Distrito Federal, mais precisamente ao trabalho da Fundação Educacional.

Sabemos do conhecimento profundo da Deputada nos assuntos relacionados a esta área. Elogiamos todas as posições e proposições apresentadas através daquele seu discurso. Entre elas, destaca-se a questão fundamental de se eliminar o quarto turno nas escolas, utilizando estratégias e espaços alternativos.

Ademais, salienta que, pelo grande conhecimento demonstrado pela Deputada, há perfeita consonância entre as solicitações, as reivindicações apresentadas por S.Ex.^a e o que hoje o Governo do Distrito Federal, juntamente com a Secretaria de Educação, está adotando para o seu plano de Governo.

Sabe-se, através da imprensa, que nos próximos dias será iniciada a construção de catorze escolas, localizadas em Samambaia, em Planaltina, em Ceilândia e outras cidades-satélites. Além disto, equipamentos indispensáveis para o funcionamento das escolas da rede oficial estão sendo adquiridos.

Citamos, ainda, que está sendo aberto concurso para o cargo de professor, a fim de atender às necessidades do pessoal docente, geradas por cerca de seiscentas aposentadorias, e, ao mesmo tempo, pela ampliação da rede de escolas oficiais.

Tendo em vista essas informações, e percebendo que elas representam exatamente aquilo que tinha sido apresentado por ocasião do pronunciamento da Sra. Deputada Lúcia Carvalho, é que a parabênizo, por estarem plenamente corretas as suas afirmações e reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PT. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, com relação ao projeto de resolução que será apresentado pela Mesa, fixando critérios para contratação de cargos de livre provimento e requisições, acredito merecer esta matéria especial atenção da Casa. Portanto, deverá tramitar eo regime de urgência.

Assim, para nós é fundamental, dada a importância deste tema, que recebamos o projeto com tempo suficiente para examiná-lo, mais ou menos dentro dos tempos regulamentares.

Mesmo que se trate de regime de urgência, estou manifestando previamente esta nossa preocupação, pois creio que devemos votar celeremente, mas, ao mesmo tempo, sem atropelar uma discussão aprofundada do tema, dada a sua importância e nossa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) Quero prestar a V.Ex.^a e a todos os Deputados um esclarecimento. A Mesa deverá concluir amanhã o trabalho. Após concluído, serão tiradas vinte e quatro cópias do projeto e distribuídas a todos. A votação da matéria deverá processar-se na terça-feira próxima.

O SR. CARLOS ALBERTO — Muito obrigado pela informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Passamos à Ordem do Dia.

Há sobre a mesa requerimento de urgência para o Projeto de Resolução nº 12, de 1991, sobre a aprovação do detalhamento da dotação orçamentária prevista no Orçamento do Distrito Federal para o exercício de 1991 e respectivo cronograma de desembolso.

A matéria já foi apreciada na sessão de ontem. Hoje, entraremos em regime de votação em segundo turno.

Convido o Sr. 1º Secretário para proceder à chamada.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Aprovada a urgência por maioria solicito aos relatores da Comissão de Constituição e Justiça e Assuntos Econômicos que cada um designe o seu relator para emitir parecer oral sobre a matéria.

Solicito ao deputado Peniel Pacheco que proceda à leitura do seu relatório.

O SR. PENIEL PACHECO (PST, lê o parecer). — Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Resolução nº 12, de 1991, anexoado ao respectivo requerimento de urgência aprovado por este Plenário, de autoria do 2º Secretário — deputado José Ornellas — que trata do detalhamento da dotação orçamentária de Cr\$ 5.600.300.000,00

previstos no Orçamento do Distrito Federal para o exercício de 1991 e seu respectivo cronograma de desembolso. É indispensável ao funcionamento desta Câmara Legislativa.

Este Projeto de Resolução visa a cumprir determinação legal, no sentido de detalhar o Orçamento do Governo do Distrito Federal destinado à Câmara Legislativa, para 1991, visto que antes não existia oficialmente esta Casa.

Os percentuais aplicados para detalhar o Orçamento foram os seguintes:

1 — Despesas com pessoal: 40% do Orçamento global.

2 — Despesas com obrigações patronais: 40% das despesas com pessoal.

3 — Despesas com material de consumo: 10% do Orçamento global.

4 — Despesas com outros serviços e encargos: 20% do Orçamento global.

5 — Despesas com equipamentos e material permanente: 12% do Orçamento global.

6 — Na rubrica 4250 foram previstos Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) para aquisição de linhas telefônicas essenciais à Câmara Legislativa.

O Cronograma de Desembolso foi estabelecido por trimestre. O valor correspondente ao primeiro trimestre já está disponível, pois o GDF liberou 12% do Orçamento, no valor de Cr\$ 672.000.000,00 (seiscentos e setenta e dois milhões de cruzeiros). Os demais trimestres são previsões passíveis de reformulação.

Sala das Sessões, de janeiro de 1991”

Por falta de estrutura, nesta fase de instalação, não foi possível, com a rapidez necessária, imprimir os avulsos, para distribuição aos colegas Parlamentares, para discussão e votação.

Assim, diante do exposto, considerando jurídico-constitucional a matéria alvo do presente projeto, uma vez que foi aprovada a Lei Orçamentária do Distrito Federal pelo Congresso Nacional e a proposição trata apenas do detalhamento das verbas da Câmara Legislativa, somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Convido o deputado Aroldo Satake, da Comissão de Assuntos Econômicos, para proceder à leitura de seu relatório.

O SR. AROLDO SATAKE — A leitura será feita pela deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (PSDB — Pronuncia o seguinte discurso). — Sr. Presidente, Sras e Srs deputados, por determinação do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, deputado Aroldo Satake, que me designou para dar o parecer a este projeto, vou ler seu texto.

“PARECER DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Após a análise do Projeto de Resolução nº 012, de 1991, somos pela sua aprovação com a emenda do Relator, que corrige a tabela de cronograma de desembolso em suas quotas trimestrais.

1º trimestre — Cr\$ 672.036.000,00 (12%)

2º trimestre — Cr\$ 1.680.090.000,00 (30%)

3º trimestre — Cr\$ 1.680.090.000,00 (30%)

4º trimestre — Cr\$ 1.568.084.000,00 (28%)

Total: Cr\$ 5.600.300.000,00 (100%)

Comissão de Assuntos Econômicos

Deputado Aroldo Satake”

“Voto

Em face do regime de urgência que o Plenário desta Casa aprovou, e, considerando que o projeto assinala que os demais trimestres são passíveis de reformulação, voto pela aprovação, com as seguintes correções no projeto original: onde está escrito, nas cotas trimestrais, Cr\$ 672.000.000,00, leia-se Cr\$ 672.036.000,00; na segunda, onde está escrito 1.680.000.000,00, leia-se Cr\$ 1.680.000.090,00; na terceira, onde está escrito Cr\$ 1.680.000.000,00; leia-se Cr\$ 1.680.000.090,00; e, na quarta, onde está escrito Cr\$ 1.568.000.000,00, leia-se Cr\$ 1.568.084.000,00. O total fica em Cr\$ 5.600.300.000,00, obedecendo a esse percentual, essas cotas são trimestrais”.

O SR PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A Mesa coloca a matéria em votação, com as correções propostas pela Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Econômicos.

Convido o Sr. 1º Secretário para proceder à chamada.

(O Sr. 1º Secretário procede à chamada).

O SR PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A matéria está aprovada, com 20 votos a favor.

Passamos ao Grande Expediente

Oradores inscritos no Grande Expediente:

— Peniel Pacheco

— Fernando Naves

— Geraldo Magela

— Agnelo Queiroz

— Benício Tavares

Convido o deputado Tadeu Roriz para assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Concedo a palavra ao nobre deputado José Edmar.

O SR JOSÉ EDMAR — Sr. Presidente, solicito à Mesa que minha inscrição seja transferida para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Concedo a palavra ao deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PDC. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, a propósito da privatização de empresas, caso do cemitério e da rodoviária, apresento projeto que dispõe sobre privatização, transformação, fusão e/ou extinção de entidades públicas do Distrito Federal. A fim de que os companheiros o conheçam e lhe dêem apoio, lerei seu texto:

“PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL N.º DE 1991

Dispõe sobre a privatização, transformação, fusão e/ou extinção de entidades públicas do Distrito Federal.

A Câmara Legislativa decreta:

Art. 1º — A privatização, a transformação, fusão e/ou extinção de entidades públicas do Distrito Federal dependerá de prévia autorização da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Decreto Legislativo visa a submeter à apreciação desta Casa matérias referentes a Bens Públicos pertencentes ao Distrito Federal.

No caso do Distrito Federal, que até então não tinha o seu Poder Legislativo próprio, ato dessa natureza poderia ser decretado pelo Excelentíssimo Senhor governador do Distrito Federal, ou por ele submetido ao Senado Federal.

Nos dias atuais, com a instalação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, entende-se que competirá a esta Casa decidir sobre matéria desta natureza.

Sala das Sessões em .. de de 1991
DEPUTADO-FERNANDO NAVES

Após o pronunciamento feito na última sexta-feira e diante das grandes necessidades que nos foram expostas, resolvemos, juntamente com o nobre Deputado Cláudio Monteiro, apresentar projeto de lei que estabelece o seguinte:

Projeto de Lei do Distrito Federal
Nº 020 de janeiro 1991

Estabelece critérios e abre concessão de cotas para distribuição de casas ou lotes semi-urbanizados no Programa de Assentamentos do Distrito Federal.

Art. 1º — Fica estabelecido que o Governo do Distrito Federal deverá dispor de cotas de casas ou lotes semi-urbanizados em todos os assentamentos urbanos, que estão sendo implantados pelo Executivo, na área do Distrito Federal, com a finalidade de serem distribuídos aos servidores integrantes da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, do Departamento de Trânsito e da Polícia Civil do Distrito Federal.

Parágrafo Único — São incluídos neste Projeto de Lei os reformados e/ou aposentados, e pensionistas.

Art. 2º — Os servidores dos órgãos mencionados nesta Lei ficarão sujeitos às exigências constantes nos itens II e III do art. 2º do Decreto-GDF nº 11.476 de 09 de março de 1989, e arts. 4º e 5º do mesmo Decreto.

Art. 3º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo do presente Projeto é de oferecer meios mais dignos, de moradia, aos servidores integrantes dos órgãos de Segurança.

Visa, ainda, a retirá-los de fundos de quintais, onde residem muitas vezes em condições precárias, não possibilitando sua atuação para coibir fatos de vizinhos residentes no mesmo lote que vivem à margem da Lei. Fato este que dificulta a segurança até mesmo de sua própria família.

Este projeto vem ao encontro do Programa de Valorização do Servidor, instituído por Decreto do GDF, em 08 de setembro de 1989, o qual estabelece como prioridade I a habitação para o Servidor Público do Distrito Federal.

Por isso, é de se esperar que a Câmara Legislativa aprove o presente Projeto de Lei, haja vista que existe um grande número de servidores dos Órgãos referidos neste Projeto, que além de residir nas condições mencionadas, ainda arcam com despesas de alugueis, sem ter um salário que possa fazer frente a essas despesas, sendo obrigados a residirem em cidades fora do Distrito Federal.

Assim, com a aprovação do projeto de lei em tela, estará o Governo resolvendo um grave problema de moradia dos servidores referenciados, sem contudo onerar despesas para o Governo do Distrito Federal.

Salas das Sessões em de de 1991

**DEPUTADO FERNANDO NAVES
BP/PDC**

Decreto nº 11.476 de 09 de março de 1989

Fixa critérios para o Assentamento de residentes em invasões em áreas do Distrito Federal e dá outras providências.

Art. 2º — A transferência fica condicionada à disponibilidade de lotes e a que o residente em área invadida preencha os seguintes requisitos:

I —

II — não ser, nem ter sido proprietário, promitente comprador ou cessionário de imóvel no Distrito Federal;

III — não ter sido beneficiado, anteriormente, em programas similares do Distrito Federal.

Art. 3º

Art. 4º — Verificada falsidade no preenchimento dos requisitos constantes do art. 2º, fica o infrator obrigado à devolução de imóvel, sujeito ainda a sanções administrativas, cíveis e penais.

Art. 5º — A concessão de Uso obriga ao concessionário residir no imóvel, importando seu descumprimento na rescisão do contrato e imediata retomada do bem.”

Apresento, também, juntamente com o Deputado Cláudio Monteiro, requerimento ao Sr. Presidente com o seguinte teor:

“Brasília-DF., 16 de janeiro de 1991

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência, a fim de que seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal que encaminhe, a esta Câmara Legislativa, projeto de lei propondo a criação da Secretaria de Defesa do Consumidor do Distrito Federal, que deverá absorver os serviços do atual Procon.

Esta solicitação, Senhor Presidente, prende-se ao fato de haver uma progressiva lesão dos direitos do Consumidor do Distrito Federal, o que nos leva a entender que tal ocorrência se propaga por não haver, no Distrito Federal, um órgão fiscalizador com estrutura própria para o combate a esse tipo de abuso.

A população do Distrito Federal, atualmente, conta com os serviços do Procon, que por mais que se empenhe na defesa do Consumidor

não consegue ampliar seus serviços, por ser apenas um grupo de trabalho pertencente ao Gabinete do Senhor Governador, que já tem tantas outras atribuições, também de grande importância.

A criação da Secretaria de Defesa do Consumidor do Distrito Federal, Senhor Presidente, seria para, dentre outras atribuições, que a exemplo da Secretaria de Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo, prestar à população do Distrito Federal atendimento e orientação permanentes em matéria de direitos, interesses e garantias do consumidor, e ainda executar a política do Governo do Distrito Federal de defesas desses direitos, bem como criar normas coibitivas à lesão dos direitos e interesses do consumidor, providenciando junto ao Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar, Procuradoria-Geral do Distrito Federal e outros órgãos Governamentais medidas cabíveis em defesa do interesse público ou de direitos individuais do Consumidor.

Atenciosamente,

DEPUTADO-FERNANDO NAVES

Excelentíssimo Senhor

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES BORGES**

Digníssimo Presidente da Câmara Legislativa do DF

NESTA

Finalizando, creio que deve ser do conhecimento de todos, líderes de blocos e líderes partidários, que hoje recebemos ofício do Senalba — Sindicato dos Empregados de Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social e de Orientação de Formação Profissional de Brasília — no qual fazem um alerta e pedem ao Governo do Distrito Federal para que dê maior atenção aos empregados que prestam serviços ao SINE. Esses funcionários foram contratados pela Fundação do Serviço Social, cedidos à Secretaria do Trabalho, a fim de prestarem serviços ao SINE. Posteriormente, um decreto do Governo do Distrito Federal transferiu esses funcionários que prestavam serviços ao SINE para outra Secretaria, mas o próprio decreto foi julgado inconstitucional porque houve transposição de uma Secretaria para outra. Os funcionários, porém, até agora estão sem ter reconhecido o seu direito de permanecer na Secretaria de Serviços Sociais.

Assim sendo, gostaria de pedir aos líderes de blocos e líderes parlamentares que se empenhassem junto ao Sr. Governador, no sentido de que atenda ao Ofício nº 03, enviado à Secretária do Desenvolvimento Social, Sra. Maria do Barro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Solicito ao nobre Deputado Benício Tavares que assuma a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Com a palavra o nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados é lamentável que seguidamente o nosso plenário, em especial durante o Grande Expediente, venha sendo esvaziado. Acredito que precisamos caminhar rapidamente para a aprovação do nosso Regimento Interno porque, fazendo uma autocrítica da forma como estamos trabalhando, sinto-me de certa forma responsável também, como acredito que somos todos. É verdade que temos apresentado muitos projetos, mas temos tido poucas oportunidades de aqui discuti-los, e a seqüência dos nossos discursos tem colocado uma dinâmica que não tem despertado o interesse do conjunto dos Srs. Deputados. Acredito que no momento da aprovação do Regimento Interno tenhamos como corrigir essa falha.

Hoje faço uso do meu tempo para buscar recolocar algumas questões que têm sido abordadas aqui, nas galerias, na imprensa, de uma forma que já acreditamos estarem vencidas.

Quando o processo de libertação das classes trabalhadoras se iniciou em alguns países, principalmente na União Soviética, e para isso foi preciso usar da força contra os opressores, naquele momento, os czars, os imperialistas de então, alardearam pelo mundo que aquela autodefesa dos trabalhadores tinha um sentido que passou, muito tempo depois, a ser entendida pelos setores mais reacionários, mais atrasados, mais retrógrados até como lenda. Quem não ouviu dizer que os comunistas comiam crianças? Que não se podia deixá-las andar nas ruas porque os comunistas que passassem as comeriam?

Isto faz parte da triste memória dos autores do Golpe de 64, ou, quem sabe, não só deste.

Mas esse tipo de postura não é exclusividade dos autores daquele golpe, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Depois da criação do PT em plena década de 80, num determinado momento, os policiais militares do Estado de São Paulo assassinaram barbaramente dois canavieiros em Leme. E porque os parlamentares do PT estavam ali para se solidarizar com as suas lutas, a primeira versão que saiu era de que os tiros tinham partido do automóvel de José Genoíno. A imprensa tratou de divulgar isso em letras garrafais de primeira página. A seguir, houve aqui em Brasília, em 27 de novembro de 86, após a histórica passada de perna do Governo Sarney com o Plano Cruzado, aquilo que ficou conhecido como badernaço. A imprensa, principalmente a Rede Globo, e as autoridades, inclusive o Ministério da Justiça, naquele momento usaram das suas prerrogativas para dizer que a CUT e a CGT provocaram o badernaço. Depois, tiveram a oportunidade de, na apuração pericial, inclusive feita pela Polícia Federal, verificar que muitos dos autores vinham dos órgãos de repressão. E não se conseguiu prova absoluta contra nenhum militante do Partido dos Trabalhadores, muito menos contra qualquer militante sindical ou contra essas duas entidades.

Eu considerava que, com a conquista das liberdades democráticas, essa prática seria varrida e teríamos, ao invés de acusações deste porte, um espaço no Parlamento, um espaço que conquistamos, inclusive, com a vinda de muitos de nossos companheiros do PT e de outros partidos. Achem que esse espaço poderia ser usado para o livre debate das idéias, onde os argumentos valessem mais do que a força, onde as idéias valessem mais do que as mentiras, principalmente as oficiais.

É lamentável que o Presidente desta Casa não esteja em plenário, pois poderíamos debater — e eu lhe concederia um aparte com a maior honra S.Ex.^a e outros líderes parlamentares lamentavelmente usem da imprensa ou mesmo do parlatório para dizer que o PT é o responsável pela não existência de estrutura desta Casa, porque o partido denunciou o “trem da alegria”. Eu gostaria de dizer o seguinte. Esses mesmos Deputados não conseguem ver que a responsabilidade pelo não-funcionamento da nossa Casa deve ser creditada, em parte, ao Senado Federal, que se omitiu na aprovação do concurso para ingresso nesta Casa. Depois das eleições, nós, do PT, inclusive, fomos os primeiros a convidar — e tive a honra, como Presidente do PT, de fazer isso — todos os 24 Deputados Distritais para nos reunirmos, informalmente, e começarmos a discutir os nossos problemas. Nós, do PT, em todos os momentos, estivemos propondo soluções e encaminhamentos inclusive para que o concurso pudesse ser realizado até o final de janeiro. Poderíamos ter a perspectiva de, dentro de pouco tempo, estar com o quadro permanente desta Casa. O Senado Federal se omitiu, e denunciámos isso à época. O Governo do Distrito Federal nomeou uma Comissão para estruturar, instalar a Câmara Legislativa, mas eles entenderam que instalar era comprar móveis, fazer a reforma do prédio, pelo que mereceu, inclusive, o nosso aplauso, pela situação em que assumiram o prédio e o entregaram. Mas a estruturação da Casa não dependia só disso, precisava também de ter o quadro de funcionários.

Aqui, o PT, com toda a sua bancada, durante todos os momentos este contribuindo nessa discussão e para este processo. Será que os companheiros se esqueceram de que dos 23 votos que aprovaram o projeto de contratação dos funcionários de gabinetes cinco foram do PT, e o único voto contra não foi da bancada do PT? Teve as suas justificativas formais, mas não foi da bancada do PT. Na Mesa, a posição do nosso companheiro de partido tem sido no sentido de agilizar a requisição dos funcionários. É preciso dizer aqui que já poderíamos ter votado hoje, mas a Mesa não trouxe nenhum projeto de resolução. Aquele que tivemos a honra de denunciar parece que foi abortado, porque a Mesa não o trouxe para votarmos e não apresentou até hoje um projeto de resolução. E na Mesa, há só um Deputado do PT.

Sr. Presidente, sabemos que V.Exa. também é membro da Mesa, e se esforça neste sentido. Até podemos reconhecer que toda a Mesa tem-se esforçado neste sentido.

Mas não podemos deixar de reconhecer que é leviano o membro da Mesa, que tem sob sua responsabilidade trazer a plenário um projeto para apreciarmos e votarmos, usar de sua prerrogativa para acusar uma bancada que tem sido leal no debate e nas votações nesta Casa, e que continuará a sê-lo, porque vamos relevar as acusações que nos são feitas. Não queremos acreditar que pessoas de boa índole, de boa formação, inclusive religiosa, sob o pretexto de atacar pseudo-extremistas, se aliem a extremistas do outro lado. Não vamos admitir que aqui dentro queiram nos colocar nos extremos para justificar o extremo do outro lado.

Vamos buscar o entendimento pautado na lealdade. O companheiro Edimar Pireneus é testemunha de que nós, conhecedores de que ele era autor de um projeto idêntico ao da bancada do PT, tivemos a lealdade de procurá-lo, sem passar por cima, sem apresentar antes dele o projeto, que tem o mesmo sentido. Vamos divergir, mas vamos ter essa lealdade sempre, como vamos denunciar as falcaturas que qualquer dos companheiros queira aqui praticar, seja ele ou não membro da Mesa, porque nosso compromisso não é só com os 24 que se encontram nesta Casa. Com estes temos compromissos de lealdade mesmo nas divergências. Mas temos compromisso com os milhares de cidadãos que votaram no PT, e não é à toa que o PT tem a maior bancada nesta Câmara; é exatamente por essa postura, que ele tem tornado pública. Vamos continuar leais não só aos que votaram em nós, mas a todos aqueles que querem ver construído um outro tipo de poder, diferente do que temos. Por isso não podemos calar diante das acusações feitas de forma gratuita, leviana e irresponsável ao PT.

Não era nossa intenção ocupar esta tribuna para este tipo de pronunciamento, porém deve competir àqueles que dirigem esta Casa inclusive a responsabilidade de cessar com as provocações, para que possamos fazer desta uma Casa onde prevaleça o debate das idéias e a força do convencimento, não a força do autoritarismo, da mentira, do pseudo-extremismo, não as forças estranhas à força do argumento.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — V.Exa. me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Antes, passo a Presidência ao Deputado Fernando Naves, porque preciso retirar-me por alguns minutos.

O SR. GERALDO MAGELA — Concedo o aparte à companheira Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Nobre Deputado Geraldo Magela, desejo solidarizar-me com V.Exa. por seu pronunciamento, e, como Líder do PT e Deputada desta Casa, faço minhas as palavras de V. Exa., acrescento que fiquei bastante surpresa com duas matérias publicadas pela imprensa, uma no "BsB Brasil", em que o nobre Deputado Jorge Cauhy diz que cabe ao PT a culpa pelo atraso nas nossas atividades, por ter denunciado um "trem da alegria" que de fato nunca existiu, outra, uma reportagem do "Jornal de Brasília", de 17 de janeiro, em que o Deputado Salviano Guimarães, Presidente da Casa, também responsabiliza o PT por dificultar a contratação de pessoal sem concurso, o que faz com que a Mesa não tenha condições de funcionar. Pedimos que esses Deputados, em suas entrevistas à imprensa, sejam leais para com a atitude do Partido dos Trabalhadores. Reportamo-nos inclusive às reuniões informais nas quais demos nossa contribuição. Também após a nossa investidura como Deputados mantivemos esse tipo de conduta. Para concluir este pequeno aparte, digo que igualmente me surpreenderam as posições do Deputado Jorge Cauhy, hoje, quando declara que nesta Casa existe uma maioria lúcida. Quero lembrar que a maioria também erra, e que essa maioria, que existe agora em função de alguns companheiros, amanhã pode existir em função de outros. Não existe maioria nesta Casa para todos os assuntos.

O Sr. Geraldo Magela — Ouço o Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — Também me solidarizo com as palavras de V.Exa., nobre Deputada Lúcia Carvalho, especialmente quando enfatiza a importância de não se lançar críticas, de não se iniciar esse processo de acirramento de tensões entre pessoas que compõem o Plenário e aqueles que hoje estão investidos nos cargos da Mesa. É importante, Deputado Magela, que todos nos pautemos pelas críticas, sim, mas críticas construtivas aquelas que buscam consolidar o

trabalho já difícil que todos enfrentamos nesta Casa. Os desafios são grandes, e se não houver solidariedade — desculpe-me por citar o nome do meu bloco neste momento — nesta Casa, não vamos ter a lucidez que o Deputado Cauhy mencionou. Diga-se de passagem que, em se tratando de lucidez, temos também a "lúcida" Carvalho, que tem assento neste plenário. Enfatizo que os ataques devem ser condenados de parte a parte. Essa guerra teve um princípio, e V.Exa. sabe perfeitamente onde ela nasceu. Trata-se de uma guerra que já deveria ter acabado, porque estamos condenando os atos hediondos da guerra cometida no Golfo Pérsico e muitas vezes fomentamos uma guerra ideológica que não trará benefício algum para esta Casa. Assim, sou solidário com o chamamento, inclusive quando a Deputada Lúcia Carvalho diz "vamos colocar um ponto final nisso". Sim, é importante às vezes reposicionar nossas atitudes e redefinir nossos ideais. Todos procuramos trabalhar dignamente. E, se for preciso fazer alguma crítica, condenar alguma atitude, que isso seja feito com lealdade, para que esta Casa receba da população que nos elegeu a melhor impressão possível. É o que todos desejamos. Muito obrigado por ter-me concedido a oportunidade de apartear-lo.

O SR. GERALDO MAGELA — Ouço a Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA — Nobre Deputado Geraldo Magela, tenho observado, com minha experiência, prática política e militância que quando algo dá certo todos querem assinar embaixo, mas quando dá errado é aquele deus-nos-acuda, todos procuram os culpados. Neste momento aparteio V.Exa., aproveitando sua fala muito lúcida, para dizer o seguinte: precisamos de organização nesta Casa. É a segunda vez que uso da palavra para cobrar isto. Temos uma proposta para estruturar a Casa, temos um projeto de estrutura do Regimento Interno da Câmara Legislativa e temos uma proposta de Regimento Interno para a Assembléia Constituinte que apreciará a Lei Orgânica. Tenho receio de não termos estrutura por falta de contratações, porque não querem criar o que chamam de "trem da alegria". Assim, fica um jogo de empurra, e tudo fica difícil. Peço à Mesa que apresente uma proposta ao Plenário para que possamos trabalhar definitivamente, porque nosso tempo é muito precioso. É preciso que, através de um projeto de resolução, se crie uma estrutura provisória, por meio de contratações, para a Casa funcionar. Depois aprovaremos a estrutura definitiva, talvez aproveitando recursos humanos.

Sr. Presidente, a Casa está começando de uma maneira errada. Faço aqui este registro, e vou cobrar isto sempre. Não sei o que está faltando para a Mesa tomar as providências necessárias a fim de que possamos aprovar o Regimento desta Casa, a estrutura definitiva e o Regimento da Assembléia Constituinte que apreciará a Lei Orgânica. Pois, da maneira que as coisas estão, ficaremos em um jogo de empurra-empurra, colegas contra colegas. Não viemos para cá para assistir a brigas da bancada do Governo com a bancada da Oposição. A nossa responsabilidade é muito maior, porque o povo de Brasília lutou muito pela autonomia política e pela consolidação de uma Câmara Legislativa. Temos o privilégio e a responsabilidade de representá-lo historicamente nesta primeira Casa. Ontem fui procurada por pessoas da Câmara dos Deputados que fizeram concurso para o Legislativo. São altamente especializadas, não foram e não vão ser aproveitadas. Elas poderiam fazer uma rápida prova. As alternativas são muitas, e não gostaria de ficar apenas cobrando. Questiono votar qualquer coisa improvisada, paliativa, que depois venha a comprometer esta Casa.

Coloco-me à disposição da Casa para procurarmos soluções definitivas.

O SR. GERALDO MAGELA — Concedo aparte ao Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY — Nobre Deputado, V.Exa. deve saber que desde o primeiro momento, na nossa primeira reunião, minhas primeiras palavras foram a favor da unificação. Muitas vezes falei que aqui não deveríamos ter cor partidária para solucionar os problemas de organização administrativa desta Casa. Sempre os alertei. A Mesa é composta por um representante de cada partido, e a responsabilidade

maior pelo quadro de pessoal cabe ao 1º Secretário, que representa o PT. A Mesa, por outro lado, decidiu contratar, temporariamente, dezesseis funcionários, assim como todos os Deputados tiveram o direito de contratar pessoal com uma verba especificada para cada um de nós, para funcionamento dos gabinetes. Portanto, deveríamos ter bom senso para aceitar o fato de a Mesa ter uma equipe contratada, temporariamente, para que funcionasse o que não foi aceito por nós. Conclamo mais uma vez pela unificação. Nossa primeira reunião, quando se discutiu a propósito da Lei Orgânica, levantei-me e disse: "Estamos esquecendo, nobres colegas, de fazer o Regimento Interno desta Casa. E uma Casa não funciona sem o seu Regimento Interno. Nada funciona, nem clubes recreativos, nem entidades assistenciais, sem um regimento, pois esse documento é a base. Peço que tenhamos maior entendimento, que passemos a pensar mais no Regimento Interno, para que não funcionemos baseados no Regimento do Senado, que é muito diferente da nossa realidade, mas sim com o nosso próprio Regimento, para que terminem essas acusações. Já vi alguns petistas subirem à Tribuna para apresentar projetos maravilhosos, mas também os vi agredindo os companheiros da Mesa. Quero conclamar a todos para que acabemos com isso. Vamos trabalhar unidos. A Casa está começando do zero, nada temos, estamos elaborando tudo. Para que possamos reequer esta Casa, fazer com que ela tenha uma apresentação, como espera o povo de Brasília que nos elegeu, temos de trabalhar unidos. Se houver essas divergências de acusações, estaremos fugindo aos nossos compromissos. O meu discurso de hoje foi um alerta para dar força à Presidência, que tem sido bombardeada constantemente, sem compreenderem que o Presidente é o maior responsável por esta Casa e que devemos respeitá-lo, como também respeitar a todos os companheiros, para quando subirmos à tribuna evitarmos as agressões, como tem acontecido. Peço ao nobre Deputado que demos as mãos mais uma vez. Vamos unir as nossas forças e, a partir de agora, solicitar que o Regimento Interno seja feito o mais rapidamente possível, para termos um roteiro seguro de como proceder nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Nobre Deputado Geraldo Magela, informo a V.Ex.^a, que o seu tempo está esgotado. Os próximos inscritos são os Deputados Agnelo Queiroz, Peniel Pacheco e eu próprio. Concedo a V.Ex.^a, mais um minuto para a conclusão.

O SR. GERALDO MAGELA — Sr. Presidente, concedo apartes, com a condição de que os companheiros sejam objetivos. Concluo em seguida. Ouço o Deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS — Caro Deputado, venho até aqui para confirmar as palavras de V.Ex.^a. De fato, o PT e o companheiro Geraldo Magela foram muito leais. Quero também unir-me a V.Ex.^a quando critica os companheiros ausentes no Grande Expediente. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MAGELA — Concedo aparte ao nobre Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO — Depois da eleição de 3 de outubro, antes da nossa posse, os 24 deputados, voluntariamente, reuniram-se em instalações precárias e durante quase três meses foram desenvolvendo, com grande desenvoltura e eficiência, trabalhos relativos a esta Casa. Hoje estamos aqui razoavelmente bem instalados, e deveríamos priorizar a elaboração do Regimento Interno, procurando, inclusive, suspender o encaminhamento de projetos que dele vão depender inicialmente. Seria conveniente, para que houvesse um entendimento com a quantidade de funcionários que já se encontra instalada nesta Casa, que os deputados retornassem à mesma metodologia empregada entre o período de 3 de outubro a 1º de janeiro e que em reuniões discutíssemos imediatamente, priorizando e detalhando o Regimento Interno. Portanto, que se suspenda qualquer encaminhamento de projeto, porque eles, os projetos, dependerão do Regimento Interno. Seria preciso haver entendimento, para que esta Casa não se perca da forma como se está encaminhando. Portanto, companheiro, acredito que o Regimento Interno tem prioridade sobre o encaminhamento de projetos aqui apresentados, que já são em torno de vinte. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MAGELA — O Deputado Cláudio Monteiro

será o último aparteante. Logo em seguida concluirei, Sr. Presidente.

O SR. CLAUDIO MONTEIRO — Companheiro, somo-me à posição inicial de V.Ex.^a, resgatando tudo aquilo que o PT tem assumido com o compromisso sério de fazer funcionar esta Casa. Refiro-me a uma questão colocada em seu pronunciamento quanto à comissão constituída pelo Governo para dar condições de funcionamento a esta Casa. Ao darmos o tratamento devido e distribuímos a culpa, temos de assumi-la, porque em reuniões informais dissemos, e aprovamos, que não aceitaríamos ingerências do Poder Executivo na requisição de servidores. Aprovamos medidas salutares. Esta Casa hoje só funciona neste local porque para aqui trouxemos a posse do Sr. Governador, pois, caso contrário, estaríamos ao relento, em qualquer uma das árvores desta cidade, ou em um prédio emprestado, como foi sugerido.

Todos estamos a criticar uns aos outros e à Mesa, sem que, no meu entender, medidas concretas venhamos a tomar. Ao longo das reuniões plenárias, esta Casa tem se desvirtuado do seu papel precípua, tornando-se um grande circo. Estamos aqui a propor comissões, a, b, c, d, e, e todo o alfabeto, infelizmente. Temos em mãos um instrumento regimental, a proposta de uma resolução, visando à estrutura ou a um Regimento Interno para a Assembléia que apreciará a Lei Orgânica. Propomos a constituição de comissões pensando em um processo democrático, mais amplo, mas esquecendo que, a este propósito, este Plenário vai discutir e dar legitimidade. Não tomamos medida concreta no sentido de apresentar projeto que propicie o devido funcionamento a esta Casa para que não tenhamos apenas essa colcha de retalhos — o Regimento que ora utilizamos — que pouco se presta àquilo que devemos desenvolver. Informo a V.Ex.^a, neste breve aparte, que estaremos apresentando, amanhã, projeto de Regimento Interno e um projeto com um capítulo específico para a elaboração da Lei Orgânica, por ser essa, no meu entender, a função precípua para que nos dispusemos estar aqui: fazer a Lei Maior do Governo, da sociedade do Distrito Federal, esse ordenamento Estado-Sociedade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Lembro aos deputados aparteantes que o tempo do deputado Geraldo Magela está esgotado.

O SR. CARLOS ALBERTO — Sr. Presidente, contarei com a bondade da Presidência e também vou abusar um pouco do orador, que está com seu tempo esgotado. Concordo com V.Ex.^a, quando afirma que devemos dar uma meia trava, para que possamos nos organizar definitivamente, discutir e aprovar os projetos que já deram entrada nesta Casa. O Projeto de Resolução nº 02 trata exatamente da formação de comissões para elaborar o Regimento Interno desta Casa e o Regimento Interno da Assembléia Constituinte, que tratará da elaboração da Lei Orgânica, assim como da estruturação da Casa. Insisto na questão das comissões, até mesmo porque existem projetos de Regimento da Constituinte, que vai elaborar a Lei Orgânica. Provavelmente entrarão projetos de iniciativa parlamentar para o Regimento Interno da própria Casa. Penso que esses regulamentos são mais gerais, que antecedem o próprio projeto e vão disciplinar toda a tramitação. Desejo apresentar e discutir com os companheiros a forma própria e correta para elaborarmos um trabalho coletivo. As comissões são os instrumentos apropriados. A comissão seria formada em plenário e, com a ajuda de especialistas, levaria em consideração os subsídios que já surgiram na forma de projetos e resoluções que foram apresentados por vários colegas e devem ser examinados. Essa é a forma adequada para tratarmos, do aumento, senão ficaremos com um difícil problema, porque haverão projetos de Regimento apresentados como resoluções que terão de passar pela Comissão de Constituição e Justiça, receber parecer do relator, emendas e depois virem a plenário, obedecendo a um processo bem mais demorado. O método adequado, realmente, é o da formação de comissões. Estou insistindo e aproveitando a oportunidade para dizer que realmente precisamos aprovar imediatamente a constituição dessa Comissão. Daremos entrada, em regime de urgência, a proposta com essa metodologia, na próxima semana.

O SR. GERALDO MAGELA — Sr. Presidente, agradeço a V.Ex.^a.

pela paciência e boa vontade, como também ao aparteante, pela intervenção.

Eu gostaria de usar este minuto final para discordar do bravo companheiro Deputado Jorge Cauhy. Afirmando a S.Ex.^a, que não é do meu conhecimento que algum companheiro do PT tenha, da tribuna, feito ataques a qualquer membro deste Parlamento. A nossa firmeza nas críticas caracteriza a coerência e a lealdade com que nos queremos pautar nesta Casa.

Nunca abrimos mão, caros companheiros Deputados Distritais, de fazer todas as críticas que entendemos devam ser feitas, no campo da política, e sempre lealmente.

Precisamos, no entanto, que a Mesa, como a comissão coordenadora dirigente desta Casa, dê o exemplo político e não faça provocações, via imprensa, para que possamos efetivamente trabalhar. Se necessário for, que repensemos, inclusive, a forma de organização dos nossos trabalhos, a fim de que façamos funcionar as comissões, o plenário, enfim, que tomemos decisões. A responsabilidade pelo não-funcionamento da Casa é dos 24 Deputados Distritais que a compõem.

Era isto o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Concedo a palavra ao nobre colega Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha intenção, hoje, era usar a tribuna apenas para prestar uma homenagem.

No entanto, gostaria de aproveitar este tempo para emitir minha opinião sobre um assunto de grande importância, ao qual o Deputado Geraldo Magela se referiu no pronunciamento que acaba de fazer. Foi também fruto do discurso do Deputado Jorge Cauhy, no Pequeno Expediente. Portanto, também gostaria de manifestar minha posição. Percebemos escondido num discurso, aos moldes dos defensores da liberdade, os Estados Unidos — que agora estão dando um grande exemplo de defensores da liberdade — algo muito arraigado, atrasado, reacionário, em relação às concepções que existem de sociedade.

Mesmo nesses ataques a determinados países, e até na própria experiência socialista no mundo, há vários erros, e muito graves, aos quais temos de fazer severas críticas.

Em nosso País, porém, não há espaço — mesmo porque há muito desemprego — para cuidarmos da miséria, das dificuldades dos desassistidos, de quem não come, não estuda e assim por diante.

Achamos que certos argumentos usados não estão corretos. Repetidas vezes ouvimos com insistência dizerem que esta Casa não está funcionando, que precisa funcionar e que há certos setores querendo inviabilizar nossos trabalhos. Esses argumentos colocam mácula na questão central, que é a condução transparente dos nossos trabalhos. Se tivesse havido essa condição transparente nos trabalhos desta Casa, os assuntos poderiam ter sido discutidos e poderíamos ter avançado muito mais nas soluções dos problemas que hoje estamos enfrentando. Já poderiam ter sido tranquilamente resolvidos. Neste período do Grande Expediente, em que estamos discutindo diversos assuntos, quando o plenário quase se esvazia, poderiam estar os Deputados reunidos — ou à noite, ou pela manhã, como todos já se colocaram à disposição — debruçados sobre as questões centrais.

Estão impedindo o andamento desta Casa, a começar pelo Regimento Interno. Como se pode trabalhar sem haver o Regimento Interno da Casa? Sr. Presidente, ficamos seguindo o Regimento Interno do Senado Federal, que nada tem a ver conosco, fazendo interpretações de acordo com certos interesses.

Esta questão das contratações de pessoal, por exemplo, já poderia ter sido resolvida há muito tempo. Há um aspecto de incompetência da Mesa para encaminhar o projeto ou de vontade política para fazer o encaminhamento de outra maneira. Hoje, o projeto de resolução sobre o assunto seria encaminhado a este plenário, e não o foi. É um absurdo. É uma imoralidade pública o que estão tentando fazer, ao criar-se condições para que haja esse "trem", sim, "da alegria", condições para fazer-se barbaridades nesta Casa. É o que não podemos permitir. Por isso esse projeto não veio à tona no plenário da Câmara Legislativa.

Precisamos ter coragem de ver o que está atrás disso tudo, o que

está inviabilizando o projeto para criar condições de favorecimentos, de apadrinhamentos. Colocam aqui pessoas com salários absurdos, de uma forma completamente escusa, que não é o concurso público. Não se pode comparar isso com os cargos de confiança dos gabinetes, já definidos.

É preciso não fazer confusão. Considero verdadeiro sofisma a argumentação de que são necessários, porque isso está emperrando o processo e por isso têm de ser admitidas pessoas competentes. Têm de ser competentes para servir a quem? A melhor forma de averiguar a competência é o concurso público. Se essas pessoas são competentes, que, no momento oportuno, façam concurso público. Tais pessoas podem, inclusive, se querem prestar contribuição ao funcionamento desta Casa, ser requisitadas. Depois, repito, se quiserem ficar nesta Casa trabalhando, podem prestar concurso. Esta é a melhor forma de averiguar competência.

Esta é a questão central sobre o assunto aqui discutido. Se é para funcionar a Casa, tenho certeza de que é possível. Podemos constituir uma comissão e, no outro dia, começarmos a fazer o Regimento. Num prazo de cinco dias, no máximo, pode ser apresentada uma proposta de Regimento de forma consensual nesta Casa. Por que esta proposta não aparece? O Regimento Interno define globalmente todo o funcionamento da Câmara Legislativa e não permite que fiquemos aqui discutindo questões regimentais de acordo com interesses.

É um absurdo muito grande a indefinição que aqui existe. Não há em Casa parlamentar alguma. Isto pode inviabilizar todo um processo. Quando formos fazer o Regimento, que tem de ter uma coluna vertebral, se continuarmos agindo assim, será impossível — já que tantas questões regimentais foram aprovadas de acordo com interesses fisiológicos de grupos e assim por diante — será inviável que ele seja participativo, simples, como se pretende.

Não depende de decisão política a designação desta comissão passar pela Comissão de Constituição e Justiça. A constituição da comissão tem de ser aprovada por este Plenário e o assunto tem de ser discutido aqui, pois o Plenário é soberano. Não

podemos ficar amarrados nas questões fundamentais, o que está ocorrendo. Se necessário, façamos como hoje, por ocasião da discussão do projeto de resolução. As três comissões apresentaram oralmente seus pareceres neste plenário. Não adianta mais escondermos o sol com a peneira. As discussões têm de ser transparentes, ou então será melhor dizer publicamente o que está acontecendo por trás disso tudo.

Finalmente, Sr. Presidente, eu gostaria de prestar uma homenagem justa aos colegas da nossa área.

No próximo domingo, dia 20 de janeiro, transcorre mais um Dia do Farmacêutico. Como profissional da área da saúde, parlamentar preocupado com a melhoria da qualidade de vida da população, não poderia deixar de registrar a nossa homenagem a esses trabalhadores.

Os profissionais dessa área têm dado grande contribuição à saúde pública do povo brasileiro, particularmente através de suas entidades, como o Conselho Regional de Farmácia e o sindicato da categoria. Hoje, quando as ações de saúde estão extremamente mercantilizadas, é indispensável que se resgate a imagem do farmacêutico como um profissional promotor da saúde, com grande responsabilidade social na execução da política de saúde da população, que se procura qualificar cada vez mais.

A saúde não pode ser tratada como mais um objeto de consumo. Por isso, nesse dia dedicado ao farmacêutico, devemos refletir sobre a importância do fortalecimento cada vez maior da saúde pública, especialmente neste momento, quando registramos o retorno de epidemias que já haviam sido consideradas extintas.

Destacamos a necessidade de criação de regras para o funcionamento de farmácias, com o objetivo de torná-las centros promotores de saúde.

Precisamos discutir em profundidade com toda a categoria e a sociedade qual a forma para que esses estabelecimentos melhor contribuam para a elevação da qualidade de vida da população. Mais do que isso, precisamos resgatar o relevante papel daquele profissional de farmácia, mais o produtor de remédios, o analista de exames

clínicos, o controlador da qualidade do sangue, o analista de registro de produtos na área de alimentos, cosméticos e medicamentos, pesquisador de farmácias, o técnico em vigilância sanitária e o professor universitário. Nenhum desses profissionais pode ficar fora do processo de elaboração dos programas do Sistema Único de Saúde. Eles e suas entidades representativas cumprirão, tenho certeza, destacado papel no capítulo "Da Saúde", da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Como vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais, à qual está vinculada a área de saúde, coloco-me, desde já, à disposição desta importante e combativa categoria. No entanto, faço questão de manifestar-me, neste momento, a favor da proposta que vem sendo defendida pelo Conselho Regional de Farmácia, representado pelo seu presidente, Dr. Mário Altoff, pela criação do Curso de Farmácia na UnB. Não só pela carência do número de profissionais no Distrito Federal, mas por se tratar de uma justa reivindicação e uma elogiável iniciativa. Espero contar com o apoio dos demais colegas da Câmara Legislativa para esta proposição.

A formação de profissionais competentes e com elevado nível técnico é condição indispensável ao desenvolvimento do País, bem como é necessária para o controle de moléstias e a melhoria da qualidade de vida do brasileiro e do brasileiro.

Neste momento, em particular, quando o governo Collor novamente promete baixar a cabeça para os Estados Unidos e reconhecer a patente dos produtos farmacêuticos, esta questão assume proporções de defesa da soberania nacional.

A saúde da população é um bem essencial a qualquer país que pretenda ser soberano. A saúde de nossa população não pode ficar à mercê de laboratórios e indústrias estrangeiras, onde o conhecimento acumulado pela humanidade pode ficar submetido a pagar royalties a meia dúzia de empresários e banqueiros.

É preciso investir na pesquisa e em soluções que fortaleçam o profissional brasileiro. É condição indispensável à soberania e à dignidade do Brasil como Nação independente. Acredito que a luta pela dignidade da categoria e pela melhoria da saúde do brasileiro é a melhor homenagem que posso prestar aos farmacêuticos do meu País.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Concedo a palavra ao nobre deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, em primeiro lugar, com a concordância da Mesa, cedo parte do meu tempo ao nobre deputado Gilson Araújo, a fim de que S. Ex^a faça uma afirmação importante a este Plenário.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estou encaminhando um ofício às comunidades do Paranoá e da Agrovila, e gostaria de deixá-lo registrado nesta Casa: "Brasília, DF, 16 de janeiro de 1991.

Of. n^o 01/91 — Gab. n^o 20.

Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz.

Assunto: instalação da agência bancária na satélite do Paranoá e Agrovila São Sebastião.

Sr. Governador. Cumprimentando-o, cordialmente, venho solicitar a V. Ex^a a instalação de uma agência do Banco de Brasília — BRB, na satélite do Paranoá e estudar alternativas de atendimento bancário à comunidade agrovilense. Tal medida, além de corresponder aos anseios destas comunidades, proporcionará aos beneficiários meios para impulsionar o desenvolvimento regional e o progresso sócio-econômico das comunidades. Confiando no alto e nobre espírito que preside as atitudes de V. Ex^a para com os habitantes de Brasília, e em especial das comunidades carentes, fico na expectativa de sua aquiescência para que sejam tomadas as providências necessárias, visando acolher esta solicitação.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo a V. Ex^a protestos da mais alta estima e distinta consideração. Atenciosamente. Gilson Araújo".

Sr. Presidente, na qualidade de administrador regional, devo dizer que levamos 3 anos de luta para a instalação dessa agência no

Paranoá. O Paranoá, cidade registrada em 24 de outubro de 1988, já tem os requisitos básicos para a instalação de uma agência bancária.

Muito obrigado, nobre deputado Peniel Pacheco, pela cedência de seu tempo.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados...

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Deputado Peniel Pacheco, a deputada Maria de Lourdes pede a palavra, pela ordem.

O SR. PENIEL PACHECO — Mas, Sr. Presidente, a palavra já me havia sido garantida.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Estará garantida, assim que a deputada fizer sua questão de ordem.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (PSDB — Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, eu gostaria, até pedindo desculpas ao deputado Gilson Araújo, de dizer que não podemos abrir o precedente de conceder a palavra para deputados lerem aqui ofícios sobre reivindicações da comunidade de Brasília, no Grande Expediente.

Isso não existe em Parlamento algum.

É meu dever evitar que isso aconteça, senão amanhã teremos vários deputados querendo fazer o mesmo, inclusive eu estaria lendo todos os ofícios que me são dirigidos ou os que eu envio.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Com a palavra o nobre deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados...

O SR. GILSON ARAÚJO — Companheiro Peniel Pacheco, solicito um aparte.

O SR. PENIEL PACHECO — Antes de conceder aparte a V. Ex^a, o que farei com muito prazer, quero dizer que agora há pouco presenciamos um fato do qual foi participante a deputada Maria de Lourdes Abadia.

O deputado Geraldo Magela estava fazendo seu discurso, seu tempo estava esgotado há mais de 5 minutos, havia 4 ou 5 deputados pedindo-lhe apartes e S. Ex^a os estava concedendo. No final, o deputado Geraldo Magela ainda se deu ao luxo de dizer: "Aproveitando o um minuto de encerramento...".

Pois bem, acho que todos somos tolerantes. Concordo com a sugestão da deputada Maria de Lourdes Abadia no sentido de valorizar o quanto possível o tempo que nos é destinado.

No meu caso, estou inscrito para falar no Grande Expediente, e cedi parte do meu tempo ao deputado Gilson Araújo. Tenho o direito de conceder aparte a quem quiser, e concedi aparte a ele.

O SR. GILSON ARAÚJO — Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho pela deputada Maria de Lourdes Abadia, quero deixar claro que há dois dias venho tentando inscrever-me para o Pequeno e para o Grande Expediente e não consigo, por falta de normas a nortear esta Casa. Tenho compromisso com as comunidades, tenho obras a defender. É preciso que o Regimento desta Casa seja elaborado, para que disponhamos de normas de conduta. Pedi 2 minutos do tempo do deputado Peniel Pacheco para registrar a realização de uma obra. Eu poderia até ter elaborado um projeto de lei sobre esse assunto. O que podemos observar é que a Casa está engessada, por falta de um Regimento Interno. Apesar de todo o respeito e admiração que tenho pela deputada Maria de Lourdes Abadia, acho que não se justificam atitudes desse tipo, deselegantes. Muito obrigado pelo aparte, deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, temos assistido, através da mídia, reportagens dando conta de obras faraônicas inacabadas, em várias partes do território nacional. São pontes que não partem de lugar algum e não levam a lugar algum...

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a solicitasse silêncio ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Eu pediria aos companheiros que fizessem silêncio para ouvirmos o deputado Peniel Pacheco. Ao companheiro Gilson Araújo solicito que dê suas declarações à imprensa após o pronunciamento do deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — Tais reportagens mostram quanto

desperdício tem havido ao longo dos anos, em várias partes do País.

Como eu dizia, há pontes que não levam a lugar algum, são apenas pilstras colocadas dentro de rios, pontes que não foram concluídas.

Temos visto equipamentos, muitas vezes caros, colocados em depósitos, estragando-se com o correr do tempo.

Também tivemos informação sobre a existência de uma fábrica, construída com recursos do Governo Federal, que não chegou a ser concluída, consumindo, entretanto, verbas vultosíssimas sem atingir a finalidade precípua.

Tais casos não estão acontecendo apenas nos outros Estados do Brasil. Aqui mesmo, no Distrito Federal, temos visto algumas construções inacabadas, que não só comprometem o projeto urbanístico de Brasília, como, acima de tudo, constituem uma verdadeira afronta.

Recentemente, a imprensa publicou que na chamada Pira, monumento construído no ano de 1987, na gestão do governador José Aparecido, são gastos, de 3 em 3 dias, dez botijões de gás de 90 quilos cada um. O fornecimento do gás é feito pela empresa Onogás, e o pagamento efetuado pela Petrobrás como cortesia ao Governo do Distrito Federal.

Hoje os jornais informaram que a Petrobrás resolveu suspender o fornecimento, uma vez que desde a construção da Pira nenhum documento oficial foi assinado para a manutenção do chamado "fogo simbólico da paz".

Segundo o administrador do monumento, Sr. Cláudio Teles, a suspensão é por tempo indeterminado, mas ele garante que já estão sendo tomadas providências para que a Pira volte a ficar acesa.

Segundo cálculos, são gastos mensalmente 600 mil cruzeiros com aquela chama, em pleno centro do Distrito Federal.

Sr. Presidente, acho um absurdo tal quantia queimada, sem nenhuma utilidade prática.

Sugiro às autoridades competentes, especialmente àqueles que administram o monumento — tendo em vista que ele representa, quem sabe, o símbolo daquilo que representou Tancredo Neves, homem que trouxe inspiração para todos os brasileiros — que a Pira só fosse acesa temporariamente, em datas solenes, em celebrações oficiais, em datas representativas da História do Brasil, ao invés de ser mantida acesa permanentemente, gastando tão vultosa quantia.

Outro fato que quero salientar é que há 10 anos convivemos com um centro comercial inacabado, situado na Av. W3-Sul, principal via da cidade. Ali há uma obra de arquitetura faraônica inacabada. O espaço foi designado para um centro comercial, e hoje está fadado a ser apenas um grande esqueleto com tapumes e mato ao seu redor. Essa construção foi embargada em 1982, e hoje quem responde por ela é a Terracap. Em face do embargo, nenhuma posição pôde ser tomada quanto a uma destinação mais justa daquele espaço e do dinheiro consumido naquela construção que, por sinal, denigre a imagem da nossa capital.

Não muito distante daquele prédio, mas precisamente a 100 metros de distância, há um outro edifício, destinado a mais um shopping, que mofa e perde parte de sua estrutura a cada ano que passa, à espera de uma medida quanto à sua definição.

O que mais me preocupa é o fato de essas obras estarem inacabadas, sem nenhuma aplicação para a população do Distrito Federal, ocupando espaços que poderiam abrigar projetos e programas de cunho social, mas, ao contrário, esses edifícios abrigam a marginalidade e encobertam, muitas vezes, práticas criminosas de traficantes de tóxicos, como se constatou há bem pouco tempo, com a descoberta de plantação de maconha no esqueleto do Bi-Ba-Bô Shopping. Com a adoção de medidas pelos órgãos competentes, a cidade não teria o seu visual comprometido, e não apenas isso, porque não se trata de manter uma fachada, mas, principalmente, pontos privilegiados não estariam abandonados e entregues à mercê do tempo para serem destruídos.

Uma outra obra que caracteriza o desperdício de dinheiro público é o hotel construído às margens do Lago Sul, que chegou, inclusive, a incomodar o Presidente da República, que se sentiu afetado pela imagem desolada de uma única construção à beira do Lago, totalmen-

te abandonada e sem destino definido, tendo o Presidente, aliás, determinado ou sugerido a implosão daquele prédio.

Gostaria de sugerir, pois não compete a mim tomar outra decisão, que, ao invés da implosão, essa construção fosse destinada à realização de um projeto que desse maior oportunidade de trabalho, que oferecesse atividades, que contribuísse para o progresso e desenvolvimento da nossa cidade.

Poder-se-ia pensar em instalar naquele prédio o projeto social, quem sabe até um hospital geriátrico.

Brasília tem sido muitas vezes apresentada como símbolo da luta pela defesa dos direitos das pessoas da terceira idade. Seria perfeitamente possível aproveitar essa construção, caso sua estrutura ainda não esteja comprometida, para transformá-la em algo útil à nossa cidade, evitando, assim, que dinheiro sem qualquer aplicação prática seja jogado ao relento, em consequência de processos judiciais que nunca chegam a uma conclusão justa.

Preocupa-me, Sr. Presidente, que necessitamos usar esta tribuna, não apenas como forma de trazer nossas preocupações, mas como fiscalizadores do patrimônio público e até mesmo da destinação das áreas públicas. Entretanto, somos atentos a esta situação e, se possível, queremos cobrar das autoridades as medidas cabíveis, a fim de que essas práticas não voltem a acontecer.

Concedo aparte ao nobre deputado Cláudio Monteiro.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO — Sr. deputado, fico sensibilizado com a preocupação de V. Ex.^a em relação à parte social. É relevante, digna de elogios por todos nós. Não sei se me faltam conhecimentos, porém não consegui captar seu intuito. O prédio ao lado do Venâncio 2000 foi construído por uma empresa privada, a Bi-Ba-Bô, que faliu e não conseguiu levar adiante essa obra. Portanto, não teríamos ali dinheiro público. Aquela obra está embargada, e adequadamente, porque dessa forma estamos preservando a nossa cidade de empresários inescrupulosos que avançam na área pública, sem que essa lhe pertença.

O prédio às margens do Lago Paranoá também é da iniciativa privada. Gostaria de entender se V. Ex.^a, ao propor a utilização desses prédios, deseja que o Governo do Distrito Federal os compre, ou se será investido dinheiro público na reconstrução e no apoio a empresários — a uns porque faliram, a outros porque não tiveram a capacidade de construir em tempo hábil, a outros ainda porque, usando a palavra até no melhor sentido, desconheciam a área que lhes pertencia e cresceram à mesma uma área pública. Gostaria de entender a proposta de V. Ex.^a, para que pudéssemos, juntando o elogio à preocupação, saber se V. Ex.^a propõe a compra ou a desapropriação dessas áreas ou outra medida nesse sentido, para que pudéssemos formular aqui uma legislação que fizesse vigorar no Distrito Federal uma outra forma de pacto de retrovenda.

O SR. PENIEL PACHECO — Tentarei esclarecer V. Ex.^a. Talvez envolvido no diálogo com o companheiro Carlos Alberto, V. Ex.^a não percebeu que eu disse muitas vezes "construídas com recursos públicos". E recursos públicos no sentido de captação de empréstimos dos órgãos governamentais, de investimentos que são feitos, e esses empréstimos não podem ser pagos porque a obra foi concluída. É claro que a obra poderá ser retomada caso seja confirmada a aplicação de recursos públicos captados junto às instituições financeiras do Governo Federal. Então, nesse particular é que chamei a atenção para o fato de que muitas vezes são aplicados recursos públicos.

Quanto à finalidade social a que me refiro, não se trata apenas de criar creches ou orfanatos. Acho que quando estivermos dando ao homem a oportunidade de acesso ao trabalho, com a implantação de lojas, de um comércio competente e atrativo, estaremos prestando um serviço relevante do ponto de vista social, ou seja, propiciando emprego para essa massa de desempregados que hoje é enorme no Distrito Federal.

Então, quando falei da finalidade social que poderia ser dada a esses prédios, eu me referia ao aspecto da oportunidade de se promoverem mais e mais empregos para a população do Distrito Federal.

Além do mais, gostaria de esclarecer ue, como não tenho conhecimento do pé em que se encontram as coisas no terreno

judicial, porque não foi possível obter esta informação junto aos órgãos competentes, não pude trazer nenhuma proposta concreta. Nisso concordo com V. Ex.^a, mas trago a minha preocupação com o assunto, e foi o que deixei bem claro.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO — E eu somo às suas também as minhas preocupações. Terei prazer em somar mais ainda quando as propostas forem concretas.

O SR. PENIEL PACHECO — Muito grato a V. Ex.^a.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Passo a Presidência dos trabalhos ao nobre colega Fernando Naves, porque vou fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Naves) — Com a palavra o nobre Deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT.)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, desde que me entendo como gente, não me lembro de outra unanimidade poética, retórica, administrativa ou política tão reiterada quanto a preocupação prioritária com a criança brasileira. Difícilmente algum Presidente, Governador ou Prefeito, antes ou depois de investido no cargo, terá deixado de comprometer-se com um atendimento privilegiado às crianças, abundantemente referidas como "o futuro do Brasil", "os futuros dirigentes do País", ou qualificações do gênero.

Acontece que, de forma cada vez mais dramática, "os futuros dirigentes" estão perambulando pelas ruas das nossas cidades. Aliás, perambulam os que têm a ventura de sobreviver, pois a morte não demora para alcançá-los. Milhares deles não chegam a completar o primeiro ano de existência, colocando o Brasil com a terceira maior taxa de mortalidade infantil da América Latina, somente superado pelo Peru e a Bolívia. Naturalmente, esta não é somente uma chaga brasileira: dados do insuspeito Unicef informam que 14 milhões de crianças com idade até cinco anos morrem, a cada ano, nos países em desenvolvimento.

Parece incrível, mas enquanto falo morrem nada menos de 2.400 destas crianças. Entre os que perdem a vida nesta meia hora estão 60 irmãos brasileiros, os mesmos que são tratados em discursos como "futuros dirigentes do País", perfazendo uma perda de 350 mil crianças de menos de cinco anos.

Ninguém desconhece que são mortes geradas pela miséria do nosso povo. E eu pergunto: tem-se observado um esforço político considerável para reverter tal situação? Um empenho correspondente às promessas dos nossos governantes? Não é o denunciado em relatório do Banco Mundial conhecido em agosto passado. A tão rejubilada 8.^a economia do mundo coincide com a terceira pior concentração de renda, logo atrás de Honduras e Serra Leoa.

Esta absurda concentração de rendas resulta diretamente de políticas de governos sucessivos. Registra-se hoje no Brasil a nada desprezível marca de 30 milhões de menores carentes, nada menos de 15 milhões simplesmente jogados nas ruas. São vítimas de um modelo econômico e social excludente, reforçado por planos econômicos que se apresentam variáveis de forma, tendo em comum a crescente marginalização da sua parcela mais debilitada.

É verdade que a inflação representa um confisco para os salários dos trabalhadores. Mas será com arrocho salarial, recessão e desemprego que se resgatará da miséria esses milhões de brasileiros? Dados do próprio IBGE indicam uma redução de 4,2% do produto bruto no ano passado. Em São Paulo, somente a indústria demitiu 225 mil trabalhadores e, aqui, a situação tende a ser proporcionalmente mais perversa. A inflação, não obstante, resiste. A cruzeza com que este plano anunciado como de salvação nacional atinge o povo humilde é mais do que visível. Mas a situação tende a piorar, sabe-se lá até que ponto, com a eclosão do conflito no Golfo Pérsico.

Nos países desenvolvidos, quando se adota receituário semelhante, mesmo contando seus trabalhadores com seguro-desemprego real, medidas sociais compensatórias são tomadas. E aqui? Quantos serão os menores abandonados nas ruas depois da recessão do Plano Collor?

Pois bem, ao serem lançadas nas ruas, nossas crianças, fisicamente

frágeis, ainda ingênuas, sem qualquer preparação para a vida, afetivamente carentes, são mais órfãs do Estado e da sociedade que de pais. Obrigadas a enfrentar a fome e o desabrigo, deparando-se com toda sorte de violências, como elas resistem? O mais comum é que a mão estendida a elas seja a de delinquentes, amadurecidos precocemente nas ruas também. Será este o destino ao qual continuaremos condenando milhares de crianças brasileiras?

De acordo com o entendimento do meu partido, o PDT, cuja prática é de todos conhecida, penso que lugar de criança não é a rua, mas a escola. Isto não é novidade, estabelecida constitucionalmente a educação fundamental como obrigatória é dever do Estado. O que nós assumimos, além disso, é que o Estado deve garantir a permanência das crianças na escola, criando inclusive as condições para que possam efetivamente ter o aproveitamento escolar desejável, o que, pensamos, poderá futuramente reduzir a distância social entre estas e as crianças de classes elevadas.

Defendemos igualmente que a criança deve chegar à escola em condições de aprender, sem esta capacidade comprometida pela sua vida anterior.

Mas a realidade brasileira, apontada pelo próprio IBGE, é que 8 milhões de jovens e crianças entre 10 e 17 anos são economicamente ativos. Na faixa de escolarização obrigatória (entre 7 e 14 anos) 3,5 milhões estão fora do sistema de ensino e apenas 13, em cada centena de crianças que ingressam na 1.^a série do 1.^o grau, concluem o seu curso. O principal gargalo da evasão (e da repetência) é no 1.^o ano, o que confirma as causas da nossa apreensão.

A escola não consegue reter os alunos, estes já não possuem suficiente capacidade de aprendizado, e a condição de vida de suas famílias convoca a deixarem os estudos e ingressarem no mundo do trabalho.

Não podemos admitir que esse quadro persista, alimentando a violência, a marginalidade, a prostituição e a delinquência. Quando o próprio Ministro da Saúde denuncia que o extermínio de crianças está sendo adotado como a absurda saída para o problema, a procura de uma solução justa é mais que uma obrigação para nós.

Estou apresentando hoje dois projetos de lei com este objetivo. Com um pretendemos assegurar que, até 1994, o sistema de ensino em tempo integral esteja implantado em todo o Distrito Federal, os estudantes dispoem de alimentação, orientação pedagógica e de higiene, assistência médica e odontológica, recreação e formação cultural.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — Nobre companheiro de luta Benício Tavares, em primeiro lugar gostaria de cumprimentar V. Ex.^a, por abordar matéria bastante atual, tendo em vista o novo Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas gostaria de fazer três pequenas observações. A primeira refere-se ao termo menor. Se V. Ex.^a concordar comigo, gostaria que o termo fosse substituído por criança e adolescente, visto que hoje os técnicos da área consideram menor um termo de natureza pejorativa. Em segundo lugar, gostaria de enaltecer a sua compreensão da matéria, porque não me parece ser esta a plena compreensão do ponto de vista da crítica ao Plano Brasil Novo por parte dos demais pares do seu partido. Ressalto especificamente o Deputado César Maia, que tem sido um ardoroso defensor da política do Presidente Collor. Além disso, preocupa-me, nobre Deputado, o projeto do ensino integral, isto diante da situação calamitosa que o ensino do Distrito Federal vive, no sentido de que não tem ainda condições de oferecer ensino nem mesmo em tempo parcial. Gostaria que V. Ex.^a se sensibilizasse também com esta preocupação, até porque entendo que o ensino integral é um projeto bastante arrojado e bastante comprometedor. Entendo que o modelo educacional deva ser esse, mas gostaria que fosse garantido, em primeiro lugar, o ensino escolar a todas as crianças e adolescentes dentro do Distrito Federal.

O SR. BENÍCIO TAVARES — Esclareço ao nobre Deputado Wasny de Roure que o termo que tenho usado neste discurso é criança. Não usei em momento nenhum a palavra menor ou adolescente. Mas, se por acaso estou enganado, faço a correção para criança, conforme pede S. Ex.^a.

Quanto às declarações do meu colega Deputado Federal César Maia, não tenho o endosso do nobre colega para dizer se ele defende o Plano Brasil Novo do Governo Collor. Acho que, muito pelo contrário, ele tem criticado, tem assumido posição de crítica aberta ao plano econômico e apresentado sugestões para reverter esse quadro de miséria que aí está.

Outro projeto, determinando a criação de um sistema público de creches e pré-escola, junto às unidades escolares da Fundação Educacional, propõe-se a garantir que as crianças cheguem à idade escolar usufruindo de saúde física e mental e das condições sociais e culturais necessárias para que possam obter efetivo êxito.

Estou certo de que os dois poderão retirar as crianças do detestável abandono em que se encontram, interrompendo o ciclo de violência no qual estão envolvidas e em que se integram setores dos quais se deveria esperar um mínimo de responsabilidade social. Antes que essas crianças encontrem a mão que as conduz a marginalidade (de difícil retorno), espero que encontrem as mãos solidárias da representação do povo de Brasília. Espero contar com o apoio desta Casa.

Há mais alguma coisa que considero importante refletir junto com os demais membros desta Casa. Acabo de apresentar um projeto vinculado à área de educação. Reavivando um debate inesperado em que fui envolvido ontem, faço questão de esclarecer que, sabendo das ligações da Deputada Lúcia Carvalho com os profissionais do setor, não me sinto, sob qualquer hipótese, invadindo um território que lhe seja exclusivo. Estou convencido de que S.Ex.^ª se sente, ao contrário, reconfortada por perceber que, numa perspectiva também progressista e de firme compromisso popular, pode contar com a nossa companhia na sua luta para tentar superar os graves problemas do setor.

Afirmar ontem que vou receber com entusiasmo todas as contribuições que possam beneficiar as pessoas deficientes. Deve ficar claro que a diferença entre nossas proposições e as de outros Parlamentares não será o setor de atividade a que se referem, mas o compromisso com setores sociais tradicionalmente marginalizados, com o avanço social, com o desenvolvimento do Distrito Federal.

Até porque toda decisão política tem vários lados, interesses diversos, um aspecto que parece não estar suficientemente evidente para todos. Ao defender a isenção do ICMS, ontem, esclareci que pensava no interesse dos profissionais, dos usuários, das crianças (no caso do transporte escolar, por exemplo). Claro que nem mesmo todos os taxistas, mas, principalmente, ninguém pode acreditar que todos os envolvidos na questão tenham sufragado um mesmo Deputado.

Todos nós chegamos aqui pela via do voto secreto, cada um sabendo os compromissos assumidos na campanha. Vou cumprir os meus. Esta é a essência da nossa representatividade. Podia ser diferente, mas não é, o que precisa ser entendido por todos para não serem distorcidos os objetivos desta Câmara.

O modelo político fascista, por exemplo, está baseado na representação corporativa, os eleitores votando exclusivamente em candidatos do setor econômico ao qual estão ligados. É uma discussão sumamente importante, pois tenho a mais absoluta certeza de que os próprios taxistas ficariam profundamente decepcionados se soubessem que 23 dos membros da Câmara estariam impedidos de solidarizar-se com as reivindicações da categoria. Acabariam forçosamente concluindo que, ao apresentar uma proposta, posso ser mais ágil, talvez por não ter de consultar previamente outros interessados, entre eles o Governo.

No caso específico, além de pessoalmente sensibilizado para a situação dos beneficiados pela iniciativa, entre eles os taxistas, pude debruçar-me sobre o assunto, já objeto de proposta anterior do Senador Maurício Corrêa, meu companheiro de partido. Por outro lado, o projeto busca reparar uma dificuldade sofrida por deficientes, o que significou mais uma motivação para apresentá-lo. Reitero a convicção de que poderei contar com o apoio dos meus Pares, inclusive do Deputado ontem inconformado com minha iniciativa, mesmo que, por algum acaso, ela não esteja nos termos da preferência do Governo local.

Por uma questão de justiça, porém, não posso deixar de informar

que, antes de protocolar meu projeto, recebi solicitação neste sentido de entidade representativa dos taxistas.

Felizmente o equívoco de ontem parece não contaminar outros Deputados, assim como não parece haver aqui alguém que se julgue detentor exclusivo dos votos das crianças a serem beneficiadas pelo projeto apresentado hoje, referente ao sistema de creches do GDF.

Aproveito para reafirmar que não só os deficientes, mas podem contar com a minha solidariedade ativa os meus eleitores taxistas, rodoviários, policiais, profissionais de saúde e educação, trabalhadores e pequenos produtores rurais e bancários, entre outros, sejam inquilinos ou não, evangélicos, católicos ou que outro credo tenham, morando em Taguatinga, Sobradinho, Brazlândia, Planaltina ou qualquer outro local do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PROJETO DE LEI Nº --- DE 1991.

(DO DEPUTADO BENÍCIO TAVARES)

Determina ao Poder Executivo do Distrito Federal a adoção progressiva do horário integral, nas escolas da rede pública, na forma que

específica, e dá outras providências.

Art. 1º — Fica o Governo do Distrito Federal obrigado a implantar progressivamente, em todo Distrito Federal, o horário integral de atendimento escolar em todas as unidades da rede pública.

§ 1º — A implantação do horário integral de que trata este artigo será realizada, prioritariamente, nas unidades escolares da rede das cidades-satélites e dos assentamentos rurais e urbanos.

§ 2º — Para os efeitos desta lei, entenda-se como horário integral aquelas atividades didático-pedagógicas desenvolvidas em dois turnos, diariamente, compreendendo os aspectos intelectual e físico.

§ 3º — Além das atividades previstas no parágrafo anterior, o aluno receberá na escola de tempo integral toda a assistência médico-odontológica e psicológica bem como fará três refeições leves, às 08:00, 10:30 e 17:00 horas, e uma principal às 12:30 horas.

Art. 2º — O Governo do Distrito Federal terá um prazo não superior a quatro anos para a total implantação do horário integral nas unidades escolares de sua rede pública.

Parágrafo Único — A implantação a que se refere esta lei obedecerá a uma escala progressiva, de tal forma que, em 1992, não menos que 20% dos alunos da rede pública deverão cumprir o horário integral; em 1993, 30%; e, até o final de 1994, a totalidade dos alunos matriculados na rede pública deverá estar cumprindo a jornada integral.

Art. 3º — Na programação das atividades da Secretaria de Educação do GDF, de 1991, deverão estar previstos todos os levantamentos, estudos e planejamentos necessários à implantação progressiva do horário integral em sua rede escolar, com as respectivas previsões de necessidades em recursos humanos, materiais e financeiros, para a adequada consignação orçamentária.

Art. 4º — As despesas com a execução do programa a que se refere esta lei deverão estar consignadas no Orçamento Geral do GDF, a partir de 1992.

Art. 5º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Brasileira, no seu artigo 208, afirma que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de, entre outros, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos. No mesmo artigo, afirma, ainda, que o não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

Claro está que o Poder Público ainda se encontra muito longe de poder oferecer ensino regular e obrigatório a todas as crianças e adolescentes brasileiros. No entanto, embora essa carência escolar, é fundamental não nos afastarmos mais ainda da criança que se encontra abandonada e do menino de rua. O fortalecimento da rede pré-escolar e a implantação de uma rede pública de creches é fator vital para superar estas dificuldades que maculam nossa dignidade e nos envergonham perante nós mesmos.

O Governo do Distrito Federal tem como uma de suas principais metas o atendimento à criança carente, especialmente àquela criança

que carece de assistência materno-infantil e à faixa etária em que o Estado passa a ser constitucionalmente responsável, a idade compreendida pelo ensino fundamental.

Este projeto visa, então, não apenas oferecer um apoio explícito a tudo o que o Governo fizer para beneficiar a criança de zero a seis anos, mas, vai além: busca apoiar institucionalmente, tornando a Câmara Legislativa participante e co-responsável por essa cruzada para salvar a infância brasileira do descaminho, da prostituição, da marginalização crescente e cujo fim, em geral, se dá no crime.

Sala das Sessões, 15 de janeiro de 1991.

BENÍCIO TAVARES
DEPUTADO DISTRITAL

PROJETO DE LEI Nº ... DE 1991.

(DO DEPUTADO BENÍCIO TAVARES)

Determina ao Poder Executivo do Distrito Federal a construção de estabelecimentos escolares específicos para o atendimento à faixa etária de zero a seis anos, na forma que consigna, e dá outras providências.

Art. 1º — Fica o Governo do Distrito Federal obrigado a dotar cada unidade escolar da rede pública, que atenda até a 4ª série do ensino fundamental, das cidades-satélites e assentamentos urbanos e rurais, de instalações próprias para o atendimento da faixa etária compreendida entre zero e seis anos.

§ 1º — As instalações a que se refere este artigo terão divisões internas e adequadas a possibilitar o atendimento diferenciado a crianças de zero a quatro anos, na forma de creche, e de quatro a seis anos, na forma de pré-escola.

§ 2º — Quando a unidade escolar a que se refere o caput deste artigo tiver espaço físico insuficiente para as necessárias adaptações ou construções, a Secretaria de Educação e órgãos jurisdicionados diligenciarão para que estas sejam construídas dentro dos limites ou o mais próximo possível da unidade escolar existente.

Art. 2º — O Governo do Distrito Federal fará constar nos estudos e planejamentos de construção, reforma ou expansão da rede pública dados e outras informações necessárias à implantação de rede de creches e ampliação do atendimento da pré-escola.

Art. 3º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É do nosso conhecimento que, no mundo de hoje, país forte é aquele que detém avançados processos tecnológicos. Sem tecnologia, não há futuro e o presente é sempre submetido a agruras e sofrimentos. O fator fundamental, básico, para o desenvolvimento de uma tecnologia própria é o fator educação. Assim é e foi em todos os países do mundo, sem uma única exceção para justificar esta regra. Todas as nações dominantes do planeta, que praticamente monopolizam o poder econômico, dispõem, também, de conhecimentos científicos, que levam a nós, brasileiros, retrocedermos no tempo e recuarmos na justiça, na distribuição da riqueza nacional e na paz social.

É urgente, pois, queirmos etapas e investir tudo, todas as forças produtivas, num adequado programa de desenvolvimento educacional. A educação, como também é de nosso conhecimento, é o ponto basilar, a principal estrutura que sustenta e garante o surgimento de uma tecnologia brasileira.

Educação começa no berço. Educação escolar, de responsabilidade do Estado, começa na creche, segue com a pré-escola, entra pelo ensino fundamental, atinge o segundo grau e chega à universidade. O desenvolvimento tecnológico depende de todas essas instâncias do ensino regular. Sem uma educação básica de qualidade, não há ensino universitário digno deste nome. O que haverá será um arremedo, uma ficção, um fazer de conta que ensina, pelo professor, e um fingir que aprende, pelo aluno. A pesquisa na universidade, sem educação básica, não pode dar o rendimento que se espera, pois o aluno não tem informação adequada e suficiente para oferecer suporte à pesquisa.

Toda esta argumentação acaba por confirmar que sem a oferta de formação educacional, alimentar e de saúde, desde o ventre materno, o Brasil não conseguirá superar o terreno movediço em que se encontra, onde vem patinando há séculos, para alcançar outros patamares de terra firme, de progresso com justiça social.

Sala das Sessões, 15 de janeiro de 1991.

BENÍCIO TAVARES
DEPUTADO DISTRITAL

O SR. PRESIDENTE (Fernando Naves) — Devolvo a Presidência ao nobre Deputado Benício Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Transmito aos Srs. Deputados informe do Deputado Peniel Pacheco. S.Exª. convoca os membros da Comissão de Constituição e Justiça para reunião informal, na qual tratará de decisão que precisa tomar junto aos companheiros.

A Presidência convoca sessão ordinária para amanhã, às 9h30min.

Está encerrada a sessão.

MESA

Presidente
Salviano Guimarães (PFL)
Vice-Presidente
Tadeu Roriz (PSC)
1º Secretário
Pedro Celso (PT)
2º Secretário
José Ornellas (PL)
3º Secretário
Benício Tavares (PDT)
Suplentes
José Edmar (PTR)
Fernando Naves (PDC)

SUMÁRIO

TERCEIRA SECRETARIA DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

1— Ata da 10ª sessão ordinária, em 18 de janeiro de 1991.

1.1 — Abertura

1.2 — Pequeno Expediente

1.2.1 — Leitura das atas das sessões anteriores

1.2.2 — Comunicados da Mesa

- Ofício da presidência desta Casa ao Sr. governador do DF, comunicando aprovação do requerimento da deputada Lucia Carvalho que “solicita o envio a esta Casa do Plano de Governo do Distrito Federal”.
- Pedido de informações ao Governo do Distrito Federal sobre a Sociedade de Habitação e Interesses Sociais-SHID, solicitando esclarecimentos sobre os critérios utilizados para distribuição de lotes residenciais nos assentamentos de Santa Maria, Riacho Fundo, Areal e outros existentes em Brasília.
- Requerimento de autoria do deputado Gilson Araújo, que “solicita seja designada a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa como responsável pela elaboração e apresentação, no prazo de cinco dias, de um Projeto de Regimento Interno para esta Câmara Legislativa”.
- Requerimento de autoria do deputado Padre Jonas, que “solicita tramitação em regime de urgência para o projeto de resolução nº 014/91, que estabelece prioridades para discussão e votação de matérias pela Câmara Legislativa do Distrito Federal”.
- Projeto de resolução de autoria do deputado José Edmar, que “cria cargos em comissão e funções de confiança na Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.
- Projeto de resolução de autoria do deputado Claudio Monteiro, que “cria o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

1.2.3 — Comunicados de Liderança

— Deputada Rose Mary Miranda, em nome do PTR

Comentário sobre matéria publicada no “Jornal de Brasília” no dia 08 de janeiro de 1991, com referência ao abate e à comercialização de carne sem inspeção dos órgãos de defesa da saúde pública e comunica a elaboração de projeto de lei instituindo a criação de abatedouros públicos e projeto tratando do programa de creches comunitárias.

— Deputado José Edmar, em nome do PSL

Apresentação de Pedido de Informação ao Governo do Distrito Federal acerca do critério utilizado para distribuição de lotes residenciais nos assentamentos existentes no DF pela Sociedade de Habitação e Interesses Sociais-SHIS.

— Deputado Tadeu Roriz, em nome do PSC

Apelo à NOVACAP e DETRAN para que tomem providências em relação ao trecho 3, no Setor de Indústrias, onde vêm

ocorrendo vários acidentes. Alerta sobre as invasões e desmatamentos às margens do Lago Paranoá e solicita ao Governo do Distrito Federal prioridade para recuperação do lago.

— Deputado Gilson Araújo, em nome do PTR

Encaminha à Mesa requerimento a propósito do Regimento Interno desta Casa.

— Deputado Carlos Alberto, em nome do PCB

Transmite apoio ao deputado Gilson Araújo em relação ao requerimento apresentado.

— Deputado Aroldo Satake, em nome do PDS

Comentários sobre o Projeto Águas Claras, apoiando os produtores de hortifrutigranjeiros no DF.

Repúdio a toda e qualquer intervenção em relação aos conflitos ocorridos no Golfo Pérsico.

— Deputado Edimar Pireneus, em nome do PDT

Solicita ao governo do DF a instalação de Juizados de Pequenas Causas nas cidades-satélites.

Reitera protestos e preocupação em relação à grave situação do Sistema Hospitalar do DF.

Menção à matéria publicada pelo Jornal Correio Braziliense em relação sua pessoa.

— Deputado Padre Jonas, em nome do PDT

Encaminha à Mesa requerimento que “estabelece prioridade para apreciação do projeto de resolução nº 014/91.

1.3 — Grande Expediente

— Deputado Wasny de Roure (PT)

Denúncia em relação ao quadro de grave e aguda carência nutricional no DF e sugere uma reforma agrária sob o comando dos trabalhadores.

— Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)

Explanção referente ao seu posicionamento em relação às instituições públicas de saúde para efeito de discussão na Lei Orgânica.

— Deputado Manoel Andrade (PTR)

Parabeniza o Sr. governador pelas decisões de construir passarelas nos Eixos Rodoviários Sul e Norte e de assentar o Varjão.

— Deputado José Edmar (PSL)

Comunica sua presença em reunião em Samambaia para discutir programas de atendimento àquela cidade.

Apresenta à Mesa projeto de resolução que “cria cargos em comissão e funções de confiança na Câmara Legislativa do DF e dá outras providências”.

1.4 — Comunicado da Presidência

Convocação para a próxima sessão a realizar-se segunda-feira às 14:30 hs.

1.5 — Encerramento

Ata da 10ª Sessão Ordinária, em 18 de janeiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa Ordinária, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): sr(s) deputado(s) Salviano Guimarães, Benício Tavares e Tadeu Roriz.

Secretário(s): sr(s) deputado(s) Benício Tavares e José Ornelas

Às 09 horas e 50 minutos, encontravam-se presentes os srs. deputados: — deputado Agnelo Queiroz (PC do B) — deputado José Edmar (PTR) — deputado Aroldo Satake (PDS) — deputado José Ornelas (PL) — deputado Benício Tavares (PDT) — deputada Lúcia Carvalho (PT) — deputado Carlos Alberto (PCB) — deputado Manoel Andrade (PTR) — deputado Cláudio Monteiro (PDT) — deputada M^a de Lourdes (PSDB) — deputado Edimar Pireneus (PDT) — deputado Maurílio Silva (PTR) — deputado Eurípedes Camargo (PT) — deputado Pedro Celso (PT) — deputado Fernando Naves (PDC) — deputado Peniel Pacheco (PST) — deputado Geraldo Magela (PT) — deputada Rose Mary Miranda (PTR) — deputado Gilson Araújo (PTR) — deputado Salviano Guimarães — deputado Padre Jonas (PDT) — deputado Tadeu Roriz (PSC) — deputado Jorge Cauhy (PL) — deputado Wasny de Roure (PT).

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Havendo número regimental declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Vamos passar à leitura do expediente.

Convido o sr. 3º Secretário a tomar assento à Mesa e proceder a leitura do expediente.

O Sr. 3º Secretário (Benício Tavares).

Requerimento da deputada Lúcia Carvalho, aprovado pela Mesa em 15.01.91, solicitando ao sr. governador do Distrito Federal o envio a esta Casa do Plano de Governo do DF, conforme prevê o art. 5º da Resolução nº 157/88, do Senado Federal.

Ofício da Presidência da Casa ao sr. governador do DF, comunicando que a Mesa aprovou requerimento da deputada Lúcia Carvalho solicitando o envio do Plano de Governo do DF.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Convido o nobre deputado Benício Tavares a assumir a presidência.
(Assume a presidência o sr. Benício Tavares).

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Passemos ao pequeno expediente.

Oradores inscritos no Pequeno Expediente

- 1 — Rose Mary Miranda
- 2 — José Edmar
- 3 — Tadeu Roriz
- 4 — Gilson Araújo
- 5 — Carlos Alberto
- 6 — Aroldo Satake
- 7 — Edimar Pireneus
- 8 — Padre Jonas

Com a palavra, primeira oradora inscrita, deputada Rose Mary Miranda.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA (PTR. Sem revisão da oradora).
Sr. Presidente, sras. e srs. deputados, o que me traz a esta tribuna é um tema por demais importante para a saúde pública do Distrito Federal. No último dia 8 de janeiro, o "Jornal de Brasília" publicou, no seu caderno "Cidade", matéria do jornalista Arthur Herdy, denunciando que cerca de 60% da carne consumida em Brasília não são inspecionados pelos órgãos de defesa da saúde pública. Segundo a matéria publicada pelo jornal, o produto, em grande parte contaminado e longe das condições mínimas de higiene, vem de abatedouros de

gado e de suínos localizados na periferia de Brasília, em localidades do Estado de Goiás, principalmente dos núcleos do Pedregal, Céu Azul e Novo Gama.

Essa carne clandestina vai principalmente para as feiras livres nas cidades-satélites, onde será consumida pela população de baixa renda, a preços elevados, colocando em risco a saúde daqueles que já enfrentam problemas de habitação, água, esgotos, atendimento médico precário, e ganham salário mínimo ou pouco mais que isto.

Como essa população não dispõe de poder aquisitivo alto, como as famílias do Plano Piloto, para adquirir o produto para o consumo diário em boutiques de carnes, com as melhores técnicas para a preservação da qualidade do alimento, ela é penalizada diversas vezes: compra um produto caro, sem a qualidade devida; corre o risco de contrair doenças, e quem já sobrevive com um salário de fome não dispõe de dinheiro suficiente para comprar remédios que estão com preços altíssimos. Além do mais, a nossa rede hospitalar pública já está operando acima da sua capacidade de atendimento.

A Secretaria de Agricultura, através do secretário Renato Simplício, precisa urgentemente se pronunciar sobre essa grave denúncia e dotar a Secretaria de funcionários e dos veículos necessários para que a fiscalização proceda à certificação de qualidade da carne para o consumo da população do DF e impeça que o produto chegue à mesa da família brasileiro. É preciso que se criem as condições adequadas para que a Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal (Dipova) atue com energia e eficiência, reprimindo o comércio ilegal de carnes no Distrito Federal, apreendendo a carne de gado e suína, fruto de abates sem a menor higiene e controle sanitário, geralmente em abatedouros a céu aberto.

Sr. Presidente, srs. deputados, essa situação não pode continuar a ocorrer na capital da República, por isso quero comunicar à Mesa e ao Plenário desta Casa que, para solucionar de uma vez por todas, já estamos elaborando um projeto de lei instituindo a criação de abatedouros públicos, dentro da melhor técnica e condições de higiene, para que a população do Distrito Federal não coma carnes impróprias para o consumo.

Sabemos que o nobre deputado Edimar Pireneus também tem projeto idêntico. Vamos tentar chegar a um acordo, de modo a entrarmos juntos com projeto no mesmo sentido, a fim de evitar que um tome o projeto do outro. O que queremos é trabalhar juntos nisto.

Para isso queremos colocar-nos à disposição dos técnicos da Secretaria de Agricultura, principalmente da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal, para que possamos oferecer as melhores condições tecnológicas para a criação de abatedouros públicos no Distrito Federal.

Portanto, Sr. Presidente, sras. e srs. deputados, já é chegada a hora de acabarmos com o abate clandestino de animais, realizado no meio do mato ou em galpões, sem as mínimas condições de higiene. É preciso disciplinar essa atividade, definindo as áreas para implantação de abatedouros no menor tempo possível em nome da saúde da família brasileiro, principalmente daquelas de baixa renda que compram o produto nas feiras livres.

Quero informar à Mesa e aos nobres colegas que na segunda-feira estarei dando entrada a um projeto que representa um compromisso de campanha. Portanto, não é desconhecido da população do Distrito Federal nem dos companheiros desta Casa, até porque foi anunciado através do meu programa e da imprensa. Trata-se do programa de creches comunitárias. O meu projeto já está pronto. Sei que o nobre deputado Benício Tavares entrou ontem com projeto semelhante, mas, como é compromisso de minha campanha, não vou, de maneira nenhuma, privar-me de apresentá-lo, na próxima segunda-feira. Portanto, nessa data estarei cumprindo uma promessa de campanha ao apresentar o projeto que cria as creches comunitárias.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Concedo a palavra ao nobre deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR (PSL-DF. Sem revisão do orador.) — Sr.

Presidente, sras. e srs. deputados, desejo apresentar um pedido de informações ao Governo do Distrito Federal, mais especificamente à Sociedade de Habitação e Interesses Sociais — SHIS no sentido de que informe a esta Casa os critérios que estão sendo levados em consideração para a distribuição de lotes residenciais nos assentamentos de Santa Maria, Riacho Fundo, Areal e outros existentes em Brasília. Esta solicitação tem a finalidade de esclarecer a opinião pública sobre como são distribuídos esses lotes.

Desde o início da criação da SHIS pessoas e mais pessoas não têm acesso às suas informações. Não sabemos como são distribuídos esses lotes. Existe determinada pontuação que não é clara, não está dentro do texto constitucional, e não é divulgada. Portanto, ao mesmo tempo em que faço esta solicitação ao Poder Público, pergunto: como está sendo divulgada a pontuação das pessoas inscritas no cadastramento oficial da SHIS? Também quero informar a esta Casa que a CPI cuja instalação foi por nós solicitada nesta Casa está causando medo a muita gente, pois há muitas pessoas que têm mansões nos lugares das chácaras.

Estou sendo pressionado por pessoas que têm chácaras naquelas localidades, pedindo que eu retire o pedido de instalação da CPI ou que eu examine o assunto.

Quero reafirmar perante os companheiros, perante todo o mundo: acredito que nenhum dos companheiros irá se deixar enganar por aqueles setenta produtores rurais que estiveram aqui. Tenho conhecimento de que mais de 10.000 chácaras foram entregues em Brasília. E cito nominalmente, por exemplo, o dono da Madeford, em Taguatinga, que é a primeira chácara vindo de lá para cá — aliás, a segunda, porque a primeira foi ocupada agora há 15 dias. Se os companheiros quiserem verificar, irão notar que o terreno está limpo, as bananeiras ainda pequenas, plantadas há 15 dias, a fim de esconder a irregularidade quanto à ocupação daquela área. E cito mais uma vez o dono da Madeford. Será que ele é produtor rural? Será que ele vive daquela produção rural? Construiu naquela chácara uma casa de 1.500m² de área. Posiciono-me em apoio ao companheiro deputado Jorge Cauhy, quando diz que o nosso produtor rural tem de ter conforto. Estou de acordo. Mas a área de arrendamento é para o produtor rural que vive daquela produção, pode produzir e tirar dali o seu sustento. O produtor rural, no caso, como o dono da Madeford, pode muito bem comprar a sua fazenda, a sua chácara. Ele não precisa recebê-la como dádiva, como favor, não precisa receber benesses do Governo, nessa corrupção desastrosa, absurda, que existe em Brasília, nesta participação de chácaras dadas a pessoas que não têm nenhum vínculo com a produção rural. Quero registrar: aquilo não é chácara, trata-se de MSPW disfarçado em chácara. Conclamo os companheiros a não se curvarem diante de tal corrupção que existe em Brasília. Não me afastarei desta luta, não renunciarei à CPI nesta Casa. Não adianta ameaçar e nem pressionar, pois irei até o fim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) com a palavra o nobre Deputado Tadeu Roriz.

O SR. TADEU RORIZ (PSC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, companheiros da Imprensa, eu queria primeiramente fazer um apelo à Novacap e ao Detran, porque há mais de seis meses foi construído no Setor de Indústria, Trecho 3, principalmente na interligação do Setor de Indústria, com o Setor de Abastecimento, um cruzamento entre duas avenidas. Trata-se de um local perigoso, onde já ocorreram várias batidas de veículos, inclusive ocasionando uma morte. Há uma empresa próxima que colocou por conta própria uma placa alertando para o perigo que existe neste cruzamento. Só esta semana já houve capotagem de uma kombi e uma batida que teria envolvido veículos, inclusive de grande porte.

Faço aqui um apelo para que a Novacap e o Detran, conjuntamente, possam resolver este problema no Setor de Indústria, especificamente no Trecho 3, e que tomem providências, porque já temos assistido várias colisões e poderão certamente ocorrer mais mortes no local.

O segundo ponto, Srs. Deputados, que eu gostaria de enfatizar é

com relação ao Lago Paranoá. O aumento da população, o esgotamento e mau aproveitamento dos solos, florestas e rios fez com que, de uns tempos para cá, o mundo despertasse para um cuidado maior com a ecologia.

Os estragos nela perpetrados repercutem e são devolvidos aos seres vivos dilapidando as qualidades de vida.

Em Brasília, para falar diretamente sobre o ambiente em que vivemos, é conhecida a situação calamitosa do lago Paranoá.

Criado para ser o oxigênio e a pureza de Brasília, como cidade avançada em seu tempo e com alto nível de saúde de seu povo, tornou-se, com o passar do tempo, de área de esporte e pesca, em agente de preocupação e poluição.

O seu nível de poluição vem aumentando ano a ano, em razão dos detritos e dejetos nele lançados.

Os Governos do Distrito Federal, em várias manifestações e projetos, têm procurado encarar o problema, que, se não for equacionado com projetos viáveis, bem elaborados e bem-executados, pode ser um grande sumidouro das verbas públicas.

São conhecidos os exemplos de outros países que souberam recuperar recursos hídricos, como o caso do Tâmis, totalmente poluído, e que veio a ficar inteiramente limpo, a ponto de os pescadores voltarem às suas margens.

Mas não é apenas a poluição — que segundo alguns técnicos já foi maior — o único problema do Paranoá. O assoreamento também o está atingindo, sendo a ponte do Braqueto o local mais afetado. Nesta parte, já chega a 18%, o que nos faz prever que, a continuar este ritmo, dentro de um certo número de anos, o assoreamento terá conseguido eliminar partes importantes do lago.

A principal causa do assoreamento é a retirada da cobertura vegetal, deixando a terra exposta à chuva que tudo lava e leva para o fundo, diminuindo a profundidade do lago.

Toda a bacia do Paranoá, que envolve Plano Piloto, Guará, Cruzeiro, Mansões Park Way, Catetinho, Setor de Chácaras Núcleo Bandeirante e Parque Nacional, sofre com o problema, em face dos desmatamentos, das cascalheiras e dos aterros que ocorrem nos rios tributários do lago.

Para agravar ainda mais, existe a ocorrência das invasões nas beiras destes rios, jogando dejetos, sujeiras, causando a remoção de terras para seu interior.

Precisamos proteger logo a vida do lago. Talvez nem todos os erros cometidos possam ser integralmente reparados, mas temos a obrigação de procurar uma solução imediata, evitando o desmatamento e reflorestando as áreas atingidas.

Faço aqui um apelo ao Governador Joaquim Roriz e às Secretarias e órgãos envolvidos na questão, no sentido de que incluam entre as maiores prioridades do Governo a recuperação do lago Paranoá, destinando recursos suficientes e bem direcionados e gerenciados. Esse não é apenas um apelo pessoal, mas voz de toda Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — com a palavra o nobre Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador.) — Sr. presidente, Sras. e Srs. Deputados, encaminho à Mesa requerimento a propósito do Regimento Interno desta Casa, com o seguinte teor:

REQUERIMENTO N^o , DE 1991

Ex. Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Solicito de V. Ex^a. que seja designada a Douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa como responsável pela elaboração e apresentação, no prazo de cinco dias, de um projeto de Regimento Interno para esta Câmara Legislativa.

Inicialmente, o projeto seria apresentado, em reunião, aos líderes de partido ou bloco parlamentar; em seguida seriam distribuídas cópias aos Deputados, abrindo-se um prazo de três dias para recebimento de emendas na CCJ. Após aprovação na CCJ, seria encaminhado ao Plenário para discussão e deliberação. As emendas rejeitadas no CCJ poderão ser reapresentadas em Plenário pelo Parlamentar.

O Regimento Interno do Senado já cumpriu sua finalidade e está na

hora de termos o nosso próprio, urgentemente. Não é possível mais admitir improvisações no Processo Legislativo desta Casa.

A aprovação do Regimento Interno deverá ser prioridade nº 1. Para tanto, proponho que seja suspenso o recebimento de novas proposições pelo Protocolo Legislativo, fazendo exceção apenas a projeto de resolução que trate de assuntos relativos ao funcionamento desta Casa, até que seja aprovado o Regimento Interno.

Peço que submeta à votação, em Planário, ainda hoje, esta nossa proposição.

Atenciosamente,

Brasília, 18 de janeiro de 1991.

DEPUTADO GILSON ARAÚJO

SR. PRESIDENTE, desejo fazer uma observação. Seria oportuno que se pudesse imediatamente apresentar um projeto de Regimento Interno para ser discutido e votado nesta Casa.

Em segundo lugar, registro que existem matérias que são colocadas em discussão e, normalmente, nós, Deputados, delas não temos conhecimento, pois as conhecemos pela imprensa, quando antes deveríamos possuir cópias nos nossos gabinetes para não chegarmos aqui com desconhecimento do assunto, e votarmos o projeto. Este procedimento está criando choques entre Deputados, pois, repito, conhecemos as matérias aqui no Plenário quando já foram publicadas pela imprensa.

O SR. PRESIDENTE — (Benício Tavares) — concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO — (PCB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este requerimento apresentado pelo Deputado Gilson Araújo, evidentemente, parte da preocupação de agilizar as questões básicas de funcionamento da Câmara Legislativa. Então, neste sentido, é altamente louvável a iniciativa do nosso nobre colega.

Apenas desejo lembrar o seguinte: a Comissão de Constituição e Justiça, ontem, tomou a decisão de apresentar, em regime de urgência, todos os projetos de resolução que lá estavam, tendo dado entrada na 3ª Secretaria, com a finalidade de estabelecer o funcionamento da Casa, inclusive criando comissões, estabelecendo prazos para elaborar o Regimento Interno etc. Então, quero ressaltar que, evidentemente, vamos ter de ordenar todas as iniciativas convergentes, para que, no final, os responsáveis por essa iniciativa sintam-se contemplados naquilo que foi resolvido.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — com a palavra o nobre Deputado Aroldo Satake.

O SR. AROLDO SATAKE (PDS. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há dois dias, fiz um pronunciamento sobre as chácaras Águas Claras, o Projeto Águas Claras. Não estou contra a CPI solicitada com referência ao assunto. É prematura, uma vez que existem órgãos competentes do Governo que podem apresentar um plano de utilização do solo, e este estudo vem sendo realizado há oito anos. Não se trata de um projeto feito aleatoriamente.

Sou a favor de quem produz, de quem coopera para o abastecimento adequado do Distrito Federal, no tocante a hortifrutigranjeiros. Quanto a granjeiros, ovos e frangos de corte, Brasília está auto-suficiente. No tocante a hortifrutif, hortaliças e frutas, temos um índice bem abaixo do que poderíamos ter. Estamos com 30% de produção do real abastecimento. Os restantes 70% vêm de fora. Então, estou a favor de quem produz, de quem coopera com o abastecimento do Distrito Federal. Não estou contra a CPI. Apenas acho-a prematura uma vez que existem órgãos competentes. Queria apenas completar o raciocínio da nobre Deputada, para que não fique isso vazio, e nem, se ache que estou contra a CPI, somente isso.

SR. PRESIDENTE, apesar de compreender que no momento passamos por uma fase de adaptação administrativa, regimental e de

ordenamento nesta Câmara Legislativa, a Secretaria incumbida de dotar esta Casa de todos meios necessários ao seu bom funcionamento, deve priorizar a questão da segurança interna, principalmente no que tange às normas de acesso fora do período normal de funcionamento.

Temos notado que, atualmente, a segurança é feita por apenas 3 vigilantes e que segundo eles, apesar de pertencerem à Empresa Fiança, não sabem a quem são subordinados, e que normas devem seguir, o que pode colocar em risco os bens móveis existentes e a segurança das pessoas que trabalham em período noturno prolongado.

Assim, proponho que sejam tomadas providências urgentes no sentido de dotar esta Casa de pessoas especializadas em segurança legislativa, haja vista que atualmente contamos com apenas uma pessoa do Senado Federal, que, espontaneamente, tem controlado o acesso do público a este plenário.

SR. PRESIDENTE, vou falar sobre o conflito no Golfo Pérsico.

A humanidade somos nós. A preservação da nossa espécie só depende de nós, e apesar de tal conhecimento envolvemo-nos na nossa destruição.

Repudio toda e qualquer intervenção na soberania de países, assim como vitórias de irmãos matando irmãos, sendo comemoradas e até comparadas a filmes de ficção, conforme declaração de soldados em luta, e até mesmo a divulgação, pela imprensa, da declaração do líder como se nada estivesse acontecendo.

Somos todos, independentemente de estarmos distantes do local em conflito, responsáveis por esta abominável guerra que nos humilha, sendo que todos os recursos empregados nesta luta maligna poderiam ser canalizados para extinguir a fome e a doença.

Peço a Deus que nos ilumine na busca do caminho que dignifique o homem, para a preservação da nossa espécie.

A paz não é uma obrigação a ser conquistada, mas um direito de todos, inclusive de não morrermos de fome.

Estamos no caminho da autodestruição. Precisamos reverter essa força que nos impulsiona para a finalidade de sermos dignos de nós mesmos.

Convido todos para lutarmos principalmente pela extinção da fome, da doença, e pela preservação do amor entre os povos.

Agradeço, Sr. Presidente, à Mesa e aos membros do Corpo de Bombeiros que hastearam a bandeira do Brasil e do GDF, de acordo com observação deste parlamentar a propósito da importância deste ato, em respeito aos símbolos que dignificam e orgulham o brasileiro e o brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Com a palavra o nobre deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PDT. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos nós conhecemos as dificuldades enfrentadas pela Justiça brasileira, emperrada pela burocracia, pela morosidade dos processos e pelo acúmulo de trabalho. Estas dificuldades, que descaracterizam a Justiça naquela que deveria ser uma das suas principais qualidades — a rapidez —, muitas vezes resultam em prejuízos inestimáveis para a população, e o efeito torna-se maior quando o cidadão não tem recursos para investir na agilização do seu processo judicial. Assim, quanto mais pobre o cidadão, mais graves são as consequências da morosidade da Justiça.

O primeiro passo para a solução desta dificuldade foi dado com a criação dos Juizados de Pequenas Causas, uma instituição que, sem dúvida, veio beneficiar a população, principalmente a mais carente, que, sem recursos e sem orientação, deixa de recorrer à defesa dos seus direitos na Justiça. Os benefícios dos Juizados de Pequenas Causas, no entanto, ainda não se estenderam a toda a população, conforme determina a Constituição brasileira em seu art. 98.

No Distrito Federal, apenas o Plano Piloto, Taguatinga e Planaltina já têm Juizados de Pequenas Causas, enquanto a população das demais satélites, inclusive Brazlândia, permanece prejudicada pela

ausência desse benefício. Para sanar essa deficiência e permitir o atendimento a toda a população, sem exceções, estou encaminhando indicação à Coordenadoria do Juizado Informal de Pequenas Causas, solicitando a instalação, em todas as satélites, dos Juizados de Pequenas Causas.

Ocupo hoje esta tribuna, também, para reiterar o meu protesto e a minha preocupação com a grave situação do sistema hospitalar do Distrito Federal, ilustrada pelo número crescente de pessoas que morrem prematuramente de infecção hospitalar e outros tipos de imperícia e descaso. Este número foi engrossado, no último dia 5, com a morte de Rita de Cássia Lopes da Silva, no hospital da Asa Sul, para onde foi levada após contrair infecção no hospital de Brazlândia, onde se submeteu a uma cesariana.

Nobres Sras. e Srs. Deputados, sobre matadouro público, tenho projeto pronto. Pretendo discutir com os nobres colegas Deputados a maneira adequada para atendermos à população. Não é somente a questão da Saúde, também a sonegação, o imposto que o GDF deixa de arrecadar, que nos preocupa.

É importante que esta Casa vote os projetos que venham a defender a saúde, o cofre e o público da nossa sociedade.

Quanto ao artigo publicado hoje no "Correio Braziliense" sobre a minha ligação com o governador Joaquim Roriz, para ocupar um cargo nesta Casa, pretendo responder por escrito ao jornal, deixando bem clara a minha posição referente ao Governo, aos colegas, à minha postura, ao meu comportamento nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Com a palavra o nobre deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como líder da bancada, manifesto neste momento a minha satisfação em representar todos os parlamentares no hasteamento da bandeira, nesta manhã. Expresso com muita alegria e profundo respeito o acontecimento, esse fato histórico, nesta Casa, pois fui convidado pela Mesa a partilhar dessa solenidade altamente cívico-patriótica.

Agradeço aos companheiros que estão favoráveis a que eu apresente à Mesa um reforço. Aqui não se trata de alguém chegar primeiro; é preciso chegarmos juntos, com unidade, à expressão vital, para que qualquer projeto que venha a ter acesso a esta Casa possa receber a colaboração de todos, a fim de que seja enriquecido. Poderemos, assim, cada vez mais, expressar, através do trabalho árduo, mas altamente construtivo, uma resposta fecunda que atenda aos anseios da comunidade.

Sentimos que há necessidade de nos aprimorarmos cada vez mais e, assim, chegarmos a uma solução, como tanto apregoamos, através da paz, do amor, da harmonia e da felicidade.

Estou encaminhando requerimento, que estabelece prioridade para discussão e votação das matérias pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. Passo a lê-lo.

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº de 1991.

Nos termos do disposto no Artigo 338, itens II e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o Artigo 11 da Resolução nº 49, também do Senado Federal, requeremos a Vossa Excelência seja apreciada a Proposição em anexo.

Sala das Sessões, 18 de janeiro 1991.

PADRE JONAS
Deputado Distrital

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 014, de janeiro de 1991.

Estabelece prioridades para discussão e votação de matérias pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Art. 1º — Nenhuma matéria terá trâmite nesta Casa, enquanto não

for baixado Ato da Mesa editando o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Art. 2º — Excetuam-se do disposto no artigo anterior as matérias de alta relevância oriundas do Poder Executivo e Legislativo.

Art. 3º — Para o cumprimento no contido no Art. 1º, será criada Comissão Temporária para elaboração e discussão do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA

Os signatários entendem que a falta do Regimento Interno da Casa cria uma série de obstáculos ao seu desenvolvimento constante e crescente. Essa pendência, que se prolonga desde o início dos trabalhos legislativos, além de outras implicações restringe não só o vôo da criatividade quanto à originalidade de nosso Regimento Interno, como também deixa muito a desejar no que se refere à própria aplicação do texto em vigor que é o Regimento, a alma desta Casa. Enquanto não optarmos por um caminho certo a tomar, permaneceremos às margens do rio veloz do tempo, ficando à deriva dos acontecimentos.

É da mais alta relevância essa providência, pois que o Regimento é o estatuto que disciplina e estabelece as finalidades e obrigações para as quais aqui estamos.

Ante o exposto, submetemos à aprovação dos Parlamentares desta Casa a presente proposição.

Sala das Sessões, de janeiro de 1991.

PADRE JONAS
Deputado Distrital

Agradeço aos companheiros a oportunidade e assim, através das atitudes, diremos o que somos, porque estamos aqui e o que realizaremos em favor da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Passamos ao Grande Expediente

Oradores inscritos no Grande Expediente

1 — Wasny de Roure

2 — Agnelo Queiroz

3 — Manoel Andrade

4 — José Edmar

Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. sem revisão do Orador.)

SR. PRESIDENTE, Sras. e Srs., venho a esta Tribuna denunciar uma questão gravíssima, uma questão que compromete o futuro desta nação e do Distrito Federal. Senhores Deputados, a minha preocupação se prende a que uma parcela considerável da população brasileira, e também do nosso Distrito Federal, vive um quadro de grave e aguda carência nutricional. O volume e a composição da produção agrícola, o nível de concentração de renda, o funcionamento dos sistemas de distribuição de alimentos, como transporte, estocagem e conservação do produto, o custo da cesta alimentar, a incidência de impostos na cesta básica, o custo de outras necessidades básicas e vitais, são fatores que influenciam e determinam um quadro de enorme fragilidade social. A situação é tão grave, que merece de nossa parte uma investigação e aprofundamento maior. Senhores Deputados, diria que é uma situação tão grave que merece uma CPI.

— Comissão Parlamentar de Inquérito, a exemplo do pedido que o companheiro Deputado José Edmar apresentou recentemente.

Apesar das questões aqui tratadas serem pertinentes ao Distrito Federal, não posso deixar de esclarecer que são bastante semelhantes ao vivenciado no resto do País. O Distrito Federal, sua Metrópole, a região geoeconômica, e o entorno, se tornaram o espelho vivo da Nação. Assim, é necessário também analisar algumas questões do Centro-Oeste Brasileiro, para entendermos com precisão o que se passa no nosso Distrito Federal.

Segundo os estudos de Aécio Cunha e Charles Muller, a Região Centro-Oeste, nos últimos 20 anos, tornou-se palco de intensa expansão econômica, que a integrou definitivamente à economia nacional. O setor agrícola foi o carro-chefe desse processo. O ritmo de ocupação do Centro-Oeste, teria sido, certamente, menos intenso, não fosse a interferência governamental. Dentre as ações do Governo, destacam-se os vultosos subsídios ao crédito agrícola e os investimentos em infra-estrutura.

Embora tenha sido rápida a ocupação, o enorme potencial de recursos agropecuários do Centro-Oeste ainda está longe de ser plenamente utilizado. A região conta com 31% da área dos estabelecimentos agrícolas do País, representando 62% da superfície territorial. As terras de lavouras ocupam não mais que 6% da área dos estabelecimentos. Outro exemplo de subutilização de recursos é dado pela baixa lotação das pastagens: cada cabeça de bovino ocupava, em 1980, 2,00 ha contra 1,6 ha no País.

Não há dúvida de que o Centro-Oeste pode continuar expandindo sua produção agrícola. O que importa analisar são os custos sociais de uma agricultura voltada para a produção de exportáveis e necessitando de garantia de preços crescentes para pagar seus investimentos. São vários os componentes do "bem-estar social" negativamente afetados pelo crescimento da agricultura regional. O primeiro é a concentração da riqueza. A estrutura fundiária do Centro-Oeste é caracterizada pela crescente concentração da propriedade. Com a realização dos investimentos públicos em obras de infra-estrutura, os proprietários rurais auferiam expressivos ganhos de capital (valorização da terra); os especuladores fundiários são premiados e o acesso à terra torna-se cada vez mais restrito. Em segundo lugar, a tecnologia de exploração intensiva da terra (mecanização), resulta em concentração de renda, pois poucos empregos diretos são criados e a retenção de mão-de-obra no setor agrícola diminui a largos passos. Em terceiro lugar, há a questão ecológica. A produção agrícola desordenada, expandindo sem critérios, poderá trazer danos ainda insuspeitos, como proliferação de pragas, poluição de bacias hidrográficas, danos aos solos etc. Os reflexos se farão sentir em custos de produção mais elevados e agravarão a qualidade de vida das áreas urbanas e rurais.

Conquanto o Centro-Oeste ainda disponha de apreciável reserva de terras aproveitáveis, sua utilização pela agricultura importa custos sociais que exigem outras alternativas de aumento da produção. Além da superação do dilema "produção de alimentos tradicionais vs. produção de exportáveis", há necessidade de ser adotado um modelo de desenvolvimento rural que priorize, sem demora, a distribuição de renda, intensifique a utilização de mão-de-obra e produza acesso efetivo à terra, ao processo produtivo, aos empobrecidos.

Segundo a Emater-DF, dos 581 mil hectares de área total do DF, 475 mil hectares são áreas rurais. Para 250 mil hectares de áreas cultivadas, existem cerca de 130 mil hectares de áreas aproveitáveis e não exploradas.

No distrito Federal, apesar de 60% de suas terras serem públicas, os estabelecimentos rurais, de propriedade privada, totalizaram mais de 6 mil imóveis, perfazendo uma área total de 225 mil hectares. Pouco mais de 400 imóveis rurais (7% do total), cujas áreas são superiores a 100 hectares, detêm, aproximadamente, 154 mil hectares (68% das terras sob domínio privado).

Ao lado desta forte concentração de terras em poucas mãos — entre as maiores do País — existe um número significativo de proprietários, que não dão nenhuma utilização produtiva a seus imóveis. Entre os imóveis rurais com menos de 5 hectares, há quase 2 mil (certamente chácaras de lazer), que possuem áreas aproveitáveis para fins agrícolas, entretanto, sem qualquer uso. Nos imóveis com área igual ou superior a 100 hectares, existem mais de 42 mil hectares sem qualquer utilização produtiva.

As áreas públicas rurais foram subdivididas em lotes, que variam de 4 a 1.000 ha. Na realidade, temos hoje, também nas áreas públicas, enorme concentração fundiária, devido a transferências de contratos para um mesmo arrendatário, infelizmente administradas pelo Governo, através da Fundação Zoobotânica.

Os dois segmentos são ainda permeados por um terceiro, representado pelas ocupações irregulares, amplamente disseminadas.

Quanto à produção Agropecuária no Distrito Federal, a área aproveitada com culturas (de pequeno e grande porte e fruticultura), na safra 89/90, totalizaram cerca de 93 mil hectares. As áreas com reflorestamentos e pastagens perfizeram 140 mil hectares.

Observamos que na área aproveitada com culturas, somente 33 mil hectares são ocupados com produtos alimentícios tradicionais e 53 mil hectares são ocupados com soja (produto exportável por excelência — farelo e grão).

SITUAÇÃO DO ABASTECIMENTO NO DF -1989

Alimentos	Produção (t)	Demanda (t)	Déficit %
I Grãos (arroz, feijão, milho e trigo)	61.435	202.853	69,7
II Frutas (banana, laranja, limão, tangerina e manga)	15.645	59.840	73,9
III Olerícolas (25 produtos - exceto beterraba, chuchu e cenoura que são superavitários)	66.285	80.076	17,2
IV Carnes (bovinas, suínas e aves)	40.602	51.715	21,5
V Leite (mil L)	12.016	102.025	88,11

FONTE: EMATER/DF - nov/90

A situação do abastecimento alimentar no Distrito Federal é totalmente dependente de outras unidades da Federação, a despeito da grande extensão de terra da Federação não utilizada para fins produtivos.

No caso de grãos, só produzimos o suficiente para atender 30% das necessidades da população (excluindo-se a soja). Da mesma maneira, só atendemos 26, % das necessidades de frutas, 83% das necessidades de olerícolas, 78,5% das necessidades de carnes e 11,8% das necessidades de leite, no Distrito Federal.

Segundo estudos da Diretoria de Planejamento da extinta Cobal, a quantidade média consumida por habitante, nos alimentos básicos, carnes e olerícolas, diminuíram de 428 gramas por dia para 266 gramas por dia, representando uma redução de 38,0% na quantidade de alimentos ingeridos pela população de 1975 para 1988.

Vejam, Senhores Deputados, reduzimos de 428 gramas para 266 gramas de *per capita*.

A situação se torna mais grave ainda quando sabemos que o consumo de proteínas na primeira infância influenciará o desempenho das crianças e, conseqüentemente, o futuro da nação. A redução do consumo protéico no Distrito Federal caiu de 51 gramas/dia para 28 gramas/dia *per capita*, entre 1975 e 1988 45% de redução do consumo protéico na alimentação do povo da Capital da República!

Senhores Deputados, tenho mais dados, aqui, que mostram de maneira, incontestável, o estado de carência nutricional do nosso povo.

No Distrito Federal, onde a produção não atende à demanda, onde os empregos rurais e urbanos se restringem cada vez mais, onde as terras rurais públicas e privadas se concentram em poucas mãos; onde as classes de renda até 3,5 salários mínimos gastam de 43 a 63% do seu orçamento com alimentação, onde o custo de vida é escorchantes, onde o consumo de alimentos e principalmente de proteínas caiu assustadoramente, o que seria do futuro do povo do Distrito Federal?

Não quero trazer aqui, Senhores, somente estes dados que no envergonham; mas quero também sugerir-lhes a solução.

A situação agrícola agrária do Distrito Federal tem que mudar.

Temos de garantir o abastecimento alimentar. E isto, Sr: Presidente, só com uma reforma agrária, só com uma reforma agrícola e com uma reforma urbana, sob o comando dos trabalhadores.

**DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE
AGRICULTURA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

(Dados apresentados pelo IBER — Instituto Brasileiro de Estudos Rurais, no Encontro de Trabalhadores Rurais do DF, realizado na Contag e promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do DF).

I — Estrutura Fundiária

a) Dados do Incra

1. Área total e distribuição das áreas aproveitáveis dos Imóveis Rurais privados do DF.

CLASSES DE ÁREA TOTAL (ha)	IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (ha)	ÁREA APROVEITÁVEL (ha)	ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA
menos de 5	3.349	8.244	7.475	4.727
5 a menos de 10	667	4.711	4.128	2.003
10 a menos de 25	902	14.617	12.525	5.796
25 a menos de 50	514	18.051	14.921	5.861
50 a menos de 100	355	25.203	20.737	8.589
100 a menos de 200	231	32.527	26.270	9.829
200 a menos de 500	142	45.762	33.777	11.488
500 a menos de 1000	43	28.804	20.441	8.999
1000 a mais	26	46.699	32.115	12.102
TOTAL	6.229	224.618	172.389	69.394

FONTE: Cadastro de Imóveis Rurais — Incra — 1988 (teoricamente não inclui arrendamentos e concessão de uso de terras públicas).

b) Dados do IBGE

1. Número, área total e pessoal ocupado dos estabelecimentos agropecuários

GRUPO DE ÁREA TOTAL (ha)	ESTABELECIMENTOS	ÁREA TOTAL (ha)	PESSOAL OCUPADO
menos de 10	1.114	4.993	3.774
10 a menos de 100	1.700	60.179	7.450
100 a menos de 10000	554	146.117	3.665
1000 a menos de 10.000	47	94.640	1.695
10.000 e mais	---	---	---
Sem declaração	19	---	190
TOTAL	3.434	305.930	16.874

FONTE: Censo Agropecuário — IBGE — 1985

(Teoricamente exclui os Imóveis Rurais totalmente inexplorados e inclui as terras públicas com alguma exploração).

2. Condição do Produtor

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ESTABELECIMENTOS	ÁREA TOTAL (ha)
Proprietários	1.104	121.710
Arrendatários	1.406	149.211
Parceiro	35	551
Ocupante	858	28.677
Outra	15	240
Sem declaração	16	5.540
TOTAL	3.434	305.930

FONTE: Censo Agropecuário — IBGE — 1985

CONSUMO DOMICILIAR DE ALIMENTOS NO DF

ALIMENTOS	QUANTIDADE MÉDIA CONSUMIDA GRAMAS/DIA PER CAPITA		VARIACÃO PERCENTUAL
	74/75	87/88	
Básicos (arroz, feijão, macarrão, pão, biscoito e mandioca).....	283	178	-37,1
Carnes (bovina, suína, aves e peixes).....	90	55	-38,8
Olerícolas (tomate, chuchu, abóbora e abobrinha, couve, couve-flor, repolho e alface)	55	33	-40,0
TOTAL.....	428	266	-37,8

FONTE: Extraído de "A Situação Alimentar e Nutricional nas Regiões Metropolitanas — Comparativos dos anos 74/75 e 87/88" — Joracy Mendes Lima dos Reis — Outubro/90

CONSUMO DOMICILIAR DE ALIMENTOS NO DF

ALIMENTOS	QUANTIDADE PROTÉICO MÉDIO PER CAPITA GRAMAS/DIA		VARIACÃO PERCENTUAL
	74/75	87/88	
Básicos (arroz, feijão, macarrão, pão, biscoito e mandioca).....	29,76	16,14	-45,8
Carnes (bovina, suína, aves e peixes).....	18,73	10,59	-43,4
Olerícolas (tomate, chuchu, abóbora e abobrinha, couve, couve-flor, repolho e alface)	2,28	1,07	-53,1
TOTAL.....	50,77	27,80	-45,2

FONTE: Extraído de "A Situação Alimentar e Nutricional nas Regiões Metropolitanas — Comparativos dos anos 74/75 e 87/88" — Joracy Mendes Lima dos Reis — Outubro/90

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Com a palavra o nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem Revisão do Orador.)

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, nossa atuação nesta Casa Legislativa coincide com um dos mais ricos momentos históricos do País. A principal marca deste período é o entrelaçamento de interesses e concepções sociais distintas, que buscam a preponderância no processo dialético de evolução institucional. Neste contexto, nossa atuação visa a consolidar-se como instrumento principal da emancipação política do Distrito Federal.

A sociedade que hoje integramos é produto indissociável de antigas forças coloniais, que têm conseguido impor-nos a injustiça de seus privilégios. A contínua modernização de seus métodos de dominação e a dissimulação de seus objetivos lhes garante a predominância no processo de disputa pelo poder.

A realidade dramática em que vive a maioria do nosso povo e os sofrimentos em que se consome seu amargo cotidiano refletem, fielmente, o espectro deplorável que essas forças projetam como imagem pretensamente definitiva para nossa população. Trata-se da mais primitiva e abjeta forma de dominação. O atraso cultural, a miséria absoluta, a ignorância e as doenças são fontes rejuvenescedoras de seu diabólico poder. É a lógica medonha, descrita, com perfeição, pelo famoso economista sueco Gunar Myrdall: "Os povos

são pobres e doentes porque produzem pouco, e produzem pouco porque são pobres e doentes para produzirem mais".

A consequência inevitável desta viciosa interação que movimentava a macabra engrenagem de nossa elite dominante é a absurda concentração da renda nacional. Seus efeitos devastadores sobre os nossos indicadores sociais chegam a estarrecer até mesmo as figuras mais representativas do mundo imperialista.

Todavia, a irremediável insensibilidade dos grupos que sempre detiveram o poder no nosso País aguçou, acentuadamente, as diferenças de classes. Decorre desta contradição incontrolável a rápida e crescente conscientização política do nosso povo.

Todo este quadro evolutivo desenrolou-se na eleição presidencial de 1989. Tornou-se evidente, naquele instante de livre manifestação para nossa população, a respeitável dimensão assumida pelas forças populares, que chegaram a pôr em risco a própria continuidade do Projeto da classe dominante.

Ao constatarem o crescimento desta tendência política as equipes do atual governo tratam de acelerar a implantação do seu modelo econômico capitalista. Pretendem barrar os extraordinários impulsos transformadores que inspiram os movimentos de massa no Brasil. Os representantes das elites surgem, então, como paladinos de uma discutível modernidade. Agregam figuras das mais retrógradas. Desencadeiam a campanha de desprestígio das instituições públicas.

Abrem caminho ao regime privatizante. Concentram a riqueza nacional, alijando a maioria da nossa população.

É justamente nesse panorama de confronto que começamos a protagonizar, nesta Casa, o papel de representantes da população do Distrito Federal.

Na qualidade de profissional do setor saúde, gostaríamos de registrar algumas posições que consideramos de extremo relevo para as fases de elaboração, discussão e aprovação da Lei Orgânica.

Queremos, preliminarmente, refutar, com toda a veemência, as desonestas insinuações de autoridades do Governo Federal e seus agentes locais contra as instituições públicas de saúde. Executam uma campanha ostensiva e não escondem a intenção de desacreditar a coisa pública, fomentando a avalanche da iniciativa privada.

A insinuação é desonesta porquanto desvincula, deliberadamente, o sistema de saúde do contexto sócio-econômico em que vivemos. Não existe sistema de saúde nem organização hospitalar independentes das relações econômicas da sociedade que os concebeu e instalou. Embora possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida, o sistema de saúde e os hospitais atendem, necessariamente, aos interesses do modelo econômico do qual dependem. Em última instância, esta é sua real finalidade.

Vale dizer, nobres colegas Deputados, que a escandalosa deterioração das nossas instituições hospitalares públicas não é obra do acaso, não. Não é produto do desmazelo profissional dos seus servidores, não. Esta é a imagem que tentam vender, tendenciosamente, algumas personalidades do Governo.

Não há questão social mais abrangente que a da saúde. Seu conceito universal é o do completo bem-estar físico, mental e social do indivíduo. É preciso romper com a visão ingênua que desvincula a assistência à saúde do contexto das obrigações do Estado. Não podemos aceitar esta lógica opressora que, no intuito de impedir a transformação do todo, preconiza apenas a reformulação de suas partes.

Este tipo de mensagem, na verdade, gera soluções segmentadas, que negam a universalidade do conceito. É a construção de hospitais, quando os que atualmente existem estão em situação de penúria. É transformar a exploração do erro médico em programa de governo, quando não se tem resposta para os graves problemas de saúde da população — neste caso, seria ingenuidade, não fosse ausência de caráter.

Nenhuma análise da questão social será verdadeira se deixar de considerar a intrincada trama das forças conjunturais. Elas são responsáveis pelo ácido tempero em que se debatem o passado obscurantista da velha sociedade colonial burguesa e a nova nação brasileira. Enganam-se as elites, se acreditam no controle das forças que se organizam e emergem, gradualmente, dos destroços a que reduziram o País.

Este, a nosso ver, deverá ser o referencial para a intervenção no processo de elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal. Precisamos de um sistema da saúde identificado com as concepções mais modernas e democráticas do setor.

Dando sequência aos avanços consignados na área social pela Assembléia Nacional Constituinte, esta Casa deve incorporar as diretrizes que o Sistema Único de Saúde estabelece para o País.

As posições que, a seguir, enunciaremos representam conteúdos que surgem da realidade do sistema de saúde do Distrito Federal. Sua discussão pela comunidade de Brasília subsidiará a Câmara Legislativa, quando da apreciação e discussão das propostas que vierem a ser apresentadas.

A luta pelo desenvolvimento destes conteúdos é um dos grandes compromissos que assumimos com aqueles que nos elegeram, fato que lhe confere a legitimidade política.

São os seguintes os nossos compromissos de campanha:

1. descentralização administrativa e financeira dos serviços da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, com efetiva autonomia orçamentária das Regionais de Saúde;
2. implantação de Conselhos Populares destinados à real participação dos usuários nas decisões que dizem respeito à sua saúde;

3. implantação de uma Política de Recursos Humanos que valorize o trabalho dos profissionais, possibilitando-lhes a concentração das suas atividades num único emprego, mediante remuneração condigna;

4. estabelecimento de um Plano de Cargos e Salários que, realçando a competência e a dedicação dos servidores, permita a sua contínua progressão funcional e a realização de uma carreira dignificante;

5. modernização das instalações e equipamentos das nossas unidades assistenciais, a fim de que todos os avanços científicos e tecnológicos, destinados à promoção da saúde, sejam democraticamente assegurados à população;

6. gerenciamento único do Sistema de Saúde do Distrito Federal, com incorporação dos serviços prestados por todas as instituições sediadas em Brasília;

7. incentivo à qualificação profissional, com ênfase nas atividades de educação continuada dos servidores;

8. aproveitamento do grande potencial da Universidade de Brasília, em sua função e responsabilidade de executar programas de formação e treinamento de pessoal que atendam às necessidades do nosso sistema.

A discussão desses temas geradores é um exercício essencial à elaboração dos projetos para a formulação da nossa Lei Orgânica.

Não podemos prescindir, em nenhum momento, da intensa e decisiva participação dos trabalhadores da saúde, articulados com toda a comunidade.

Nosso compromisso com a população de Brasília coloca-nos na situação de não aceitarmos soluções que busquem, meramente, sustentar o falido discurso oficial, que isola a saúde do seu contexto. Rejeitaremos, de forma intransigente, qualquer tentativa do setor privado, explícita ou dissimulada, de impedir a implantação no Distrito Federal de um sistema de saúde condizente com a dignidade do nosso povo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Com a palavra o nobre Deputado Manoel Andrade.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna com o intuito de enaltecer a decisão do Governo do Distrito Federal de construir uma passarela nos Eixos Rodoviários Sul e Norte.

Conheço, profundamente, a dificuldade de circulação naquela via, e essa foi uma decisão que já deveria ter sido tomada há muitos anos, porque diversas vidas já foram ceifadas pelo trânsito ingovernável de Brasília.

Participamos de inúmeros concursos e discussões em relação a esse assunto, e a questão do Eixo sempre foi tomada de maneira especial. No último encontro, propus que fosse construído um divisor com uma estrutura de concreto sobre as pistas, a fim de evitar que continuassem ocorrendo mortes a cada dia. Sugeriram também a construção de passarelas, passagens subterrâneas, quebra-molas e sinais luminosos. Discordei dessas duas últimas, porque o Eixo é uma pista de trânsito rápido e não poderia ser sacrificada com a construção de quebra-molas, tampouco sinais luminosos, pois resultariam em engarrafamentos intermináveis.

Então, meus amigos, quero aqui enaltecer a atuação do Governador Joaquim Roriz e dos técnicos do CAUMA pela brilhante decisão de melhorar as condições de circulação nos Eixos Rodoviários Sul e Norte. Como o Eixo vai passar a ser via expressa, não mais serão permitidas manobras nos famigerados retornos, que tantos acidentes já provocaram. Graças a Deus a razão falou mais alto e o Eixo começará a ter nova configuração.

Mas o Governador Joaquim Roriz não recebe cumprimentos só por essas decisões. Merece ser parabenizado também pela decisão de assentar o Varjão. A decisão é a prova incontestável de que pretende cumprir a promessa de palanque, dando àquela população condições de vida e de moradia há tanto reclamadas. Por isso quero dizer aos companheiros Deputados que o Governo Joaquim Roriz continuará atendendo aos grandes anseios populares, firmando-se definitivamente

como governo democrático, um governo participativo, um governo ao qual a população vai ter também o direito de apresentar os seus pleitos.

Ouçó o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO — Nobre Deputado Manoel Andrade, Líder do PTR nesta Casa, a Constituição Federal diz que os poderes são autônomos e harmônicos entre si. E existem certas situações em que esse dispositivo constitucional se manifesta de forma muito clara. Acredito mesmo, nobre Deputado, que não podemos enfatizar excessivamente nem a autonomia nem a harmonia, porque, se a autonomia for excessivamente enfatizada, poderá perder-se a harmonia, e se a harmonia for excessivamente enfatizada, poderá perder-se a autonomia. Creio que isto é salutar e até indispensável. Quanto à questão do assentamento do Varjão, parece que há consenso dentro desta casa, pois, tendo em vista os movimentos de vários Deputados, concordamos com a decisão que ontem foi aprovada pelo CAUMA, de fixação do Varjão. Na Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia as recomendações apresentadas foram as seguintes: que para a implantação do Varjão não haja expansão da área hoje ocupada pelos moradores, e estimada pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano em 50 hectares. Estamos vendo que tudo está sendo feito de forma disciplinada e técnica. Que não haja expansão do número de domicílios, para impedir o inchaço e a especulação exacerbada, que normalmente surge quando se anuncia que uma região será assentada. Que sejam respeitadas as faixas de proteção do córrego que atravessa a área, criando-se ali um parque vivencial. A preocupação aqui é também com a preservação do meio ambiente e a oportunidade de lazer para os moradores daquela região. Que sejam adotadas medidas de proteção das encostas, evitando algum dano futuro. Também a implantação de infra-estrutura de águas e esgotos, inicialmente nos termos do projeto aprovado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Essa decisão do CAUMA, junto com o desejo manifestado por vários Deputados, mostra a vontade política do Governador Joaquim Roriz, denotando que essa harmonia, neste particular, foi benéfica para a sociedade brasileira. Muito obrigado.

O SR. MANOEL ANDRADE — Nem mar, nem sertão. Por que não o agreste? Muito bem. Mas, queria finalizar com uma recomendação. Li, com pesar, que há uma disputa a propósito de um projeto de lei, disputa entre o PT e o PDT. Gostaria de propor aqui que estabelecessemos uma trégua, a fim de que Deputados não assaltassem seus companheiros. Por que digo isto? Porque é a grande realidade. Acabamos de protestar contra a invasão do Iraque no Kuwait, acabamos de protestar contra o ataque americano ao Iraque, mas estamos invadindo as idéias, e o começo da invasão do espaço físico e domiciliar é a invasão das idéias.

Concedo aparte ao nobre Deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS — Agradeço a V. Ex.^a esta oportunidade. Estou sentindo, no espírito do nosso colega, a semente de uma verdade muito profunda, própria de uma pergunta inteligente. Colaborando com a sua filosofia, a proposta que quero acrescentar, e aproveitando a decisão do Governo de fazer a divisão do Eixão, é no sentido de facilitar o trânsito — a construção de parapeito desde o Posto Colorado até a Granja do Torto, onde há desnível entre as duas pistas. Nos últimos anos temos visto muitos acidentes com vítimas fatais. Então, sugiro que o DER, o DNER e o Detran estudem a possibilidade de colocar ali o parapeito a que me referi, a fim de que os veículos trafeguem com mais segurança.

O SR. MANOEL ANDRADE — Comungo com o ponto de vista de V. Ex.^a neste particular.

Ouçó o nobre colega Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — Nobre Deputado Manoel Andrade, cabe-nos aqui protestar quanto à referência feita por V. Exa. há pouco, no sentido de que estaria havendo um conflito, conflito que não existiu, não existe, apenas foi veiculado equivocadamente pela imprensa, entre os Deputados Edimar Pireneus e Geraldo Magela. Quero ressaltar que há similitude entre os projetos apresentados por ambos. Contudo, há diferenças básicas. Então, gostaria que V. Exa. reconsiderasse o juízo que faz, uma vez que não se trata do mesmo incidente envolvendo o nobre Deputado Benício Tavares.

O SR. MANOEL ANDRADE — Fico feliz, nobre Deputado. É um erro a menos, um confronto a menos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) — Convido o nobre Deputado José Ornellas para fazer parte da Mesa, tendo em vista que há leitura de projetos a ser feita.

Convido o Sr. Tadeu Roriz para assumir a Presidência.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR (PFL) (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente quero comunicar a este Plenário que, na noite do dia 16, estive em Samambaia reunido com um grupo de pessoas preocupadas com vários programas de atendimento àquela cidade. Dentre mais de vinte itens, relacionamos três que poderiam ser solicitados ao Poder Executivo para que fosse atendidos. Portanto, peço à Casa que envie ao Poder Executivo uma solicitação para que seja providenciado atendimento aos itens a que me refiro. Sabemos que Samambaia, hoje, constitui uma cidade com cerca de duzentos mil habitantes. Sabemos, também, que o comércio em Samambaia é muito difícil, e somente existe nas Quadras 405, 406 e 410, local antigo daquela comunidade, e a quem reside nas quadras novas, 500 e 300, nos assentamentos de Vila Roriz, torna-se impossível fazer qualquer tipo de compra.

Uma das reivindicações da comunidade é com relação à necessidade de de ônibus circular naquela cidade. Por isso, solicitamos à Mesa que se dirija ao Governo do Distrito Federal e peça explicações a propósito da inexistência de ônibus circular em Samambaia.

Também reivindico, com muita propriedade, a instalação de orlões nessas quadras citadas, visto que uma pessoa doente, ou que esteja passando mal, à noite, naquela localidade de difícil acesso, como é o caso de Samambaia, com buracos, com um grande índice de marginalização, não tem condições de deslocar-se às Quadras 406 e 408 para fazer uso de um telefone público. A comunidade também faz esta solicitação. Desejo saber, Sr. Presidente, se me dirijo à Telebrasil, se me dirijo ao Governo do Distrito Federal. Por outro lado, indago por que até hoje não foram instalados telefones públicos nas áreas mais distantes.

O terceiro pedido daquela comunidade foi feito por senhoras mães. A cidade, por ser nova, não dispõe de infra-estrutura que ofereça condições às mães, principalmente às mães solteiras, de deixarem seus filhos em casa para irem ao trabalho, em Taguatinga ou no Plano Piloto. Não existe qualquer organização que ampare aquelas crianças ou onde as mães possam deixá-las enquanto vão para o trabalho. O requerimento é dirigido ao Poder Executivo, para que transforme a Chácara Três Meninas, que antes serviu à coordenação dos trabalhos de assentamento da cidade de Samambaia, e que hoje perde a sua ação.

A referida chácara dispõe de infra-estrutura capaz de atender àquela comunidade no que diz respeito à instalação de uma creche, ou de um abrigo para pessoas idosas, com mais de 60 anos, que não trabalhem nem têm como passar o dia — é o caso da terceira idade.

Esse requerimento ao Poder Executivo visa a reivindicar a transformação da chácara Três Meninas num clube de vizinhança, ou numa creche para os filhos de mães solteiras que não têm com quem deixá-los, ou em algo que venha a atender àquelas famílias, ou, como disse, num abrigo para pessoas na terceira idade. Ficam aqui registradas essas reivindicações do Grupo dos Cinco, de Samambaia.

Sr. Presidente, estou apresentando à Casa projeto de resolução que cria cargos em comissão e funções de confiança na Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências.

Apresento esse projeto por ter ontem escutado as palavras da Deputada Maria de Lourdes Abadia, que, em tom de ansiedade, questionava o andamento dos processos nesta Casa. Estamos vendo a polêmica que há na Mesa quanto à estruturação da Câmara Legislativa, e quero apresentar esse projeto como colaboração no que tange à composição do quadro funcional da Mesa. Vou ler para os nobres Deputados a justificativa do projeto:

“O presente projeto de resolução visa a dotar esta Casa com o

mínimo indispensável de recursos humanos para o seu funcionamento. Estamos propondo provisoriamente um quadro mínimo de cargos em comissão e funções gratificadas. Tomamos esta iniciativa pois queremos ver o processo legislativo, atividade-fim desta Casa, funcionando imediatamente. Não dá mais para esperar. Diante do impasse existente na Mesa Diretora, resolvemos trazer a discussão da matéria para este Plenário.

Estamos propondo três diretores para as áreas de recursos humanos, administrativa e legislativa, com remuneração de 670 mil cruzeiros. Este valor resultou da aplicação do reajuste de 81% sobre o valor de 370 mil cruzeiros definidos na reunião informal dos Deputados Distritais nas dependências da Câmara dos Deputados, em dezembro do ano passado.

Está previsto dentro das áreas um total de sete coordenadores para desenvolver funções vitais na organização da Casa, com remuneração de 540 mil cruzeiros, equivalente à dos chefes de gabinete dos Deputados.

Na Comissão Diretora estamos propondo três Chefes de Assessoria, com remuneração também de 540 mil cruzeiros, e um Encarregado de Segurança Legislativa, com remuneração de 450 mil cruzeiros.

Estamos prevendo também para cada membro da Mesa um cargo de Chefe de Gabinete, um de Assessor e um de Secretário.

Todos esses cargos são de livre nomeação e exoneração da Comissão Diretora, devendo recair exclusivamente em servidores requisitados.

Para as atividades intermediárias estamos propondo a criação de seis níveis de funções gratificadas, as quais serão codificadas conforme as necessidades, por ato da Comissão Diretora.

Essas funções deverão recair também somente em servidores requisitados. Abrimos exceção apenas para a área legislativa, para os cargos e funções que requeiram conhecimentos específicos do processo legislativo, podendo ser nomeados ou designados servidores aposentados do Poder Legislativo da União e dos Estados, o que é perfeitamente justificado, uma vez que para essas funções não se encontram facilmente servidores na Administração Pública para serem requisitados.

Abrimos também a possibilidade de serem designados para funções gratificadas profissionais da Embrater que realizavam serviços de manutenção nas instalações e jardins das dependências desta Casa. São profissionais qualificados e com grande experiência na execução desses serviços e que por isso devem ser aproveitados.

Esclarecemos que, conforme está previsto no art. 11, assim que dermos provimento aos servidores concursados, automaticamente os servidores nomeados ou designados nos termos desta resolução serão

exonerados. Diante do exposto, submeto esta proposição aos nossos nobres colegas, na intenção de ver esta Casa funcionando a todo vapor, correspondendo, assim, à expectativa da população de Brasília."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Dando continuidade ao Grande Expediente, convido o Deputado Padre Jonas a ocupar a tribuna.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, companheiros parlamentares, de fato, estava inscrito para falar neste Grande Expediente, mas como houve oportunidade de a Liderança expressar-se sobre o assunto de que me ocuparia, declino de tratar do tema.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Convido o Deputado Benício Tavares a comparecer à Mesa para ler o Projeto de Resolução que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O SR. 3º SECRETÁRIO (Benício Tavares) — "Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Cláudio Monteiro e outros, que cria o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal."

Informo que o referido projeto será encaminhado à comissão competente, para análise.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Não havendo mais oradores inscritos, encerro esta sessão, convocando a próxima sessão ordinária para segunda-feira, às 14h30 min.

A pedido do Deputado Peniel Pacheco, aviso aos membros da Comissão de Constituição e Justiça que haverá uma reunião na sala das comissões.

Está encerrada a sessão.

Mesa

Presidente
 Salviano Guimarães (PFL)
 Vice-Presidente
 Tadeu Roriz (PSC)
 1º Secretário
 Pedro Celso (PT)
 2º Secretário
 José Ornellas (PL)
 3º Secretário
 Benício Tavares (PDT)
 Suplentes
 José Edmar (PTR)
 Fernando Naves (PDC)

SUMÁRIO

TERCEIRA SECRETARIA DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

1- ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA, 21 de janeiro de 1.991.

1.1- ABERTURA

1.2- PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1- COMUNICADOS DA MESA

-Projeto de Lei nº 198/83, de autoria do Senador Mauro Borges, que "estabelece a Região Metropolitana de Brasília e disciplina o respectivo sistema administrativo metropolitano"

-Projeto de Lei nº 001/89, de autoria do Senador Pompeu de Souza, que "regulamenta para o Distrito Federal o princípio da gestão democrática do ensino público" estabelecido pelo art. 206, item VII, da Constituição Federal."

-Projeto de Lei nº 002/89, de autoria do Senador Pompeu de Souza, que estabelece diretrizes, critérios e conteúdos mínimos para elaboração do Plano Diretor do Distrito Federal para sua aprovação e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 023/89, de autoria da Comissão do distrito Federal, (apresentado em atendimento à sugestão do Deputado Augusto Carvalho) e que "dispõe sobre a participação popular no Processo Legislativo do Distrito Federal."

Projeto de Lei nº 044/89, de autoria da Comissão do Distrito Federal, (apresentado em atendimento à sugestão do Deputado Valmir Campello) que "autoriza o Governo do Distrito Federal a instituir a Fundação Universidade Regional do Distrito Federal e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 049/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "dispõe sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 053/89, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "dispõe sobre o código de penas do distrito Federal."

-Projeto de Lei nº 058/89, de autoria do Senador Pompeu de Souza, que "dá a denominação de "Parque da Cidade" ao "Parque Recreativo Rogério Pithon Farias."

-Projeto de Lei nº 060/89, de autoria do Senador Áureo Mello, que "regulamenta o tratamento acústico em casas de diversões que funcionam com músicas ao vivo ou eletrônicas no Distrito Federal."

-Projeto de Lei nº 068/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "limita a execução orçamentária durante o exercício financeiro de 1.990."

-Projeto de Lei nº 017/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "cria a carreira de Administração Pública da Fundação de Amparo ao Trabalhador Pleno do Distrito Federal e seus empregos permanentes, fixa o valor de seus salários e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 025/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "autoriza desafetação de domínio de bens de uso do povo, situado entre as quadras QNN 11 e QNM 13-Administração Regional de Ceilândia- RA 9-DF."

-Projeto de Lei nº 035/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "dispõe sobre o fornecimento gratuitos de uniformes escolares."

-Projeto de Lei nº 036/90, de autoria do Governador do distrito Federal, que "autoriza a desafetação de domínio de bens de uso

do povo, situado na Região Administrativa de Ceilândia, dentro dos limites territoriais do Distrito Federal."

-Projeto de Lei nº 037/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "autoriza o Poder Executivo de Distrito Federal a conceder isenção de impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias na aquisição de automóveis e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 042/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que cria empregos em Comissão na Tabela de Empregos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 044/90, de autoria do Governador do distrito Federal, que "autoriza a desafetação de domínio de bens públicos de uso comum do povo, situada no Setor Hoteleiro Norte - Região Administrativa do Plano Piloto RA-1-Distrito Federal."

-Projeto de Lei nº 052/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "dispõe sobre a utilização de cercas nos terrenos adjacentes a imóveis residenciais, localizados nos Setores de Habitações Coletivas e Germinadas Norte - SHCGN e Individuais Germinados Sul - SHIGS - e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 061/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "dispõe sobre a alteração da denominação dos cargos de Assistentes Jurídicos, de que trata a lei nº 64, de 14 de dezembro de 1.989, para Defensor Público de Distrito Federal."

-Projeto de Lei nº 068/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que "autoriza a Fundação Hospitalar a compensar dias de serviços não prestados em função de greves e dá outras providências."

-Projeto de Lei nº 054/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "cria a Ouvidoria Geral do Distrito Federal."

-Anteprojeto de Lei, de autoria do Deputado Francisco Carneiro, que "dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas Regionais de Ceilândia - RA 3."

-Anteprojeto de Lei de autoria do Deputado Valmir Campello, que "cria, em caráter permanente, no efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal, o Batalhão de Polícia de trânsito."

-Projeto de Resolução nº 021/87, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "dispõe sobre a autorização prévia do Senado Federal a viagens do Governador do Distrito Federal."

-Projeto de Resolução nº 46/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que "susta os efeitos do Decreto 11.569, de 17.05.89, do Governador do Distrito Federal, que institui normas para a concessão de Direito real de uso de terreno."

- Mensagem nº 32/90, de 15.02.90 (6/90 na origem) , " encaminhado ao Senado Plano de Governo de 1990."

- Mensagem nº 33, de 15.02.90 (ofício nº 239/90 na origem) " encaminhando relatório das atividades do Governo relativo a 1989."

- Mensagem nº 55, de 15.04.90 (nº 28/90 na origem), " encaminhando prestação de contas do Governo relativa ao exercício de 1989."

- Ofício do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nº 5/39, de 14.09.87 (nº 1349/87 na origem), " encaminhando parecer do Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre contas relativas ao exercício de 1986."

- Denúncia de 08 de agosto de 1989, do advogado Pedro Maurício Calmon, que " solicita a CPI para apreciar irregularidades que menciona."

- Projeto de Lei nº 019/91, da Deputada Rose Mary Miranda, "

instituindo o sistema de creche e pré-escola comunitária no âmbito do Distrito Federal."

- Projeto de Lei nº 022/91, do Deputado Benício Tavares, estabelecendo a construção de estabelecimentos escolares específicos para atendimento da faixa etária de zero a seis anos."
- Projeto de Lei nº 021/91, do Deputado Benício Tavares, "determinando a adoção progressiva do horário integral para as escolas da rede pública do Distrito Federal."
- Mensagem do Gabinete do Governador, encaminhando o Plano do Governo do Distrito Federal referente ao quadriênio de 1991/1994.
- Projeto de Resolução, que "cria cargos, comissões e gratificações na CLDF, e dá outras providências."
- Projeto de Resolução nº 015/91, do Deputado Benício Tavares, que "estabelece normas para a realização das sessões legislativas."

-1.2.2- Comunicado de Líderes

Deputada Lúcia Carvalho- em nome da Bancada do PT.
-Registra a entrada no protocolo de Projeto de Regimento da Câmara Legislativa do distrito Federal, de autoria do Partido dos Trabalhadores.

Deputado Fernando Naves- em nome do Bloco Progressista
-Leitura de itens do artigo 37 da Constituição, que fala sobre o ingresso de pessoas no serviço público através de concurso.

1.2.3- Comunicado de Parlamentares

Deputado Manoel Andrade (PTR)
-Apresentação de lei que "visa a autorizar o Governo do distrito Federal a fazer convênios com os Estados da Federação, com o objetivo de conceder isenção de ICMS dos motoristas de taxi.

Deputado Aroldo Satake (PTR)
.Comentários sobre a campanha que o Governo do Distrito Federal juntamente com segmentos da nossa sociedade estão fazendo a favor da "criança abandonada em Brasília."
.Registros e Cumprimentos pelo Dia da Religião.
.Observações sobre os pequenos produtores que enfrentam no seu dia-a-dia obstáculos impostos pela cidade no atendimento ao cidadão.

Deputado Padre Jonas (PDT)
.Agradecimentos a imprensa, ao Deputado Aroldo Satake
.Apresenta a mesa Requerimento de voto de aplauso, louvor e incentivo à atleta Carmen de Oliveira Furtado, pela segunda colocação na 66ª Corrida Internacional de São Silvestre.

Deputado Wasny de Roure (PT)
.manifesta preocupação com o evento ocorrido na Câmara Legislativa do DF, por ocasião do encontro de produtores rurais com o Secretário da Agricultura.
.Apelo ao Governador Joaquim Roriz com relação aos servidores públicos federais colocados em disponibilidade.

Deputado Jorge Cauhy (PL)

.Discurso sobre Educação, onde aproveita o espaço e solicita ao Governo do DF que determine a criação, na Região do Núcleo Bandeirante de algumas unidades escolares.

.Registra a inauguração de um prédio no Núcleo Bandeirante que conta com uma escola de capacitação profissional no 1º andar.

Deputado Agnelo Queiroz
.Apresenta Projeto de Resolução nº 003, que trata do quadro administrativo provisório da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

1.3- Grande expediente

Deputada Rose Mary Miranda (PTR)
.Apresenta Projeto de Lei, que "institui o sistema de creches e Pré-Escolas Comunitárias no âmbito do Distrito Federal.
.Registra a presença de crianças excepcionais nas galerias.

Deputado Benício Tavares (PDT)
.Comentários a favor da construção de creches para as crianças, em especial crianças deficientes.

Deputado Padre Jonas (PDT)
.Parabeniza a Deputada Rose Mary Miranda pela idéia de apresentar o projeto que defende a construção de creches.

Deputada Maria de Lourdes Abadia
.Parabeniza a Deputada Rose Mary Miranda pelo projeto apresentado.

Deputado Agnelo Queiroz
.Colocação sobre a posição oficial do PC do B em relação à guerra do Golfo Pérsico.

Deputado José Edmar
.Apresenta requerimento de urgência urgentíssima para apreciação do Projeto de Resolução nº 3, que cria cargos em comissão e funções na Câmara Legislativa do distrito Federal e dá outras providências.

Deputado Pedro Celso
.Comentários sobre a matéria publicada no "Jornal de Brasília" de 20 de janeiro, intitulada "Roriz tenta neutralizar oposição"

Deputado Carlos Alberto
.Parabeniza os companheiros da Unidade Sindical pelo encontro em Santa, onde os sindicalistas resolveram agregar-se CUT.

1.4-Comunicados da Presidência

Convocação da sessão extraordinária para hoje às 17h30min para votação dos seguintes projetos:
1) Projeto de Resolução nº002/91, de autoria do Deputado Fernando Naves.
2) Projeto de Resolução nº 003/91, de autoria do Deputado Carlos Alberto.

1.5- Encerramento

- Deputado Cláudio Monteiro (PDT)
- Deputado Edmar Pirineus (PDT)
- Deputado Eurípedes Camargo (PT)
- Deputado Fernando Naves (PDC)
- Deputado Geraldo Magela (PT)
- Deputado Gilson Araújo (PTR)
- Deputado Padre Jonas (PDT)
- Deputado Jorge Cauhy (PL)
- Deputado José Edmar (PTR)

Ata da 11ª Sessão Ordinária, em 21 de janeiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa Ordinária, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) Salviano Guimarães e Tadeu Roriz.
Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) Pedro Celso.

Às 14 horas e 50 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)
- Deputado Aroldo Satake (PDS)
- Deputado Benício Tavares (PDT)
- Deputado Carlos Alberto (PCB)

- Deputado José Ornellas (PL)
- Deputada Lúcia Carvalho (PT)
- Deputado Manoel Andrade (PTR)
- Deputada M^ª de Lourdes (PSDB)
- Deputado Maurílio Silva (PTR)
- Deputado Pedro Celso (PT)
- Deputado Peniel Pacheco (PST)
- Deputada Rose Mary Miranda (PTR)
- Deputado Salviano Guimarães
- Deputado Tadeu Roriz (PSC)
- Deputado Wasny de Roure (PT)

O SR PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Havendo número regimental declarado aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há sobre a mesa ofício do Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Nelson Carneiro, encaminhando a esta Casa matérias, arroladas anteriormente à instalação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que se encontravam em tramitação no Senado Federal.

Passo a palavra ao Sr. 1^º Secretário, para que proceda à leitura dessas matérias.

O SR 1^º SECRETÁRIO (Pedro Celso) — Sr. Presidente, nobres Deputados, passo a ler matérias encaminhadas à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Projeto de lei n^º 198/83, de autoria do Senador Mauro Borges, que estabelece a Região Metropolitana de Brasília e disciplina o respectivo sistema administrativo metropolitano.

Projeto de lei n^º 001/89, de autoria do Senador Pompeu de Souza, que regulamenta para o Distrito Federal o princípio da “gestão democrática do ensino público”, estabelecido pelo art. 206, item VII, da Constituição Federal.

Projeto de Lei n^º 002/89, de autoria do Senador Pompeu de Sousa, que estabelece diretrizes, critérios e conteúdos mínimos para elaboração do Plano Diretor do Distrito Federal, fixa a competência da Câmara Legislativa do Distrito Federal para sua aprovação e dá outras providências.

Projeto de Lei n^º 023/89, de autoria da Comissão do Distrito Federal, (apresentado em atendimento à sugestão do Deputado Augusto Carvalho) e que dispõe sobre a participação popular no Processo Legislativo do Distrito Federal.

Projeto de Lei n^º 044/89, de autoria da Comissão do Distrito Federal, (apresentado em atendimento à sugestão do Deputado Valmir Campelo) que autoriza o Governo do Distrito Federal a instituir a Fundação Universidade Regional do Distrito Federal e dá outras providências.

Projeto de Lei n^º 049/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que dispõe sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Distrito Federal e dá outras providências.

Projeto de Lei n^º 053/89, de autoria do Governador do Distrito Federal, que dispõe sobre o Código de Penas do Distrito Federal.

Projeto de Lei n^º 058/89, de autoria do Senador Pompeu de Sousa, que dá a denominação de “Parque da Cidade” ao “Parque Recreativo Rogério Pithon Serejo Farias”.

Projeto de Lei n^º 060/89, de autoria do Senador Áureo Mello, que regulamenta o tratamento acústico em casas de diversões que funcionam com músicas ao vivo ou eletrônicas no Distrito Federal.

Projeto de Lei n^º 068/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que limita a execução orçamentária durante o exercício financeiro de 1990.

Projeto de Lei n^º 017/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que cria a carreira de Administração Pública da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal e seus empregos, permanentes, fixa o valor de seus salários e dá outras providências.

Projeto de Lei n^º 025/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que autoriza desafetação de domínio de bens de uso do povo, situado entre as quadras QNN 11 e QNM 13 — Administração Regional de Ceilândia — RA 9 — DF.

Projeto de Lei n^º 035/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que dispõe sobre o fornecimento gratuito de uniformes escolares.

Projeto de Lei n^º 036/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que autoriza a desafetação de domínio de bens de uso do povo, situado na Região Administrativa da Ceilândia, dentro dos limites territoriais do Distrito Federal.

Projeto de Lei n^º 037/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a conceder isenção de impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias na aquisição de automóveis e dá outras providências.

Projeto de Lei n^º 042/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que cria Empregos em Comissão na Tabela de Empregos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal e dá outras providências.

Projeto de Lei n^º 044/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que autoriza a desafetação de domínio de bens públicos de uso comum do povo, situado no Setor Hoteleiro Norte — Região Administrativa do Plano Piloto RA-1 — Distrito Federal.

Projeto de Lei n^º 052/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que dispõe sobre a utilização de cercas nos terrenos adjacentes a imóveis residenciais, localizados nos Setores de Habitações Coletivas e Geminadas Norte — SHCGN e Individuais Geminadas Sul — SHIGS e dá outras providências.

Projeto de Lei n^º 061/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que dispõe sobre a alteração da denominação dos cargos de Assistentes Jurídicos, de que trata a Lei n^º 64, de 14 de dezembro de 1989, para Defensor Público do Distrito Federal.

Projeto de Lei n^º 068/90, de autoria do Governador do Distrito Federal, que autoriza a Fundação Hospitalar a compensar dias de serviços não prestados em função de greves e dá outras providências.

Projeto de Lei n^º 054/90, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que cria a Ouvidoria Geral do Distrito Federal (já apresentado pelo Senado Federal, só dependendo da sanção final).

Anteprojeto de Lei, de autoria do Deputado Francisco Carneiro, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas Regionais de Ceilândia — RA 3.

Anteprojeto de lei de autoria do Deputado Valmir Campelo, que cria, em caráter permanente, no efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal, o Batalhão de Polícia de Trânsito.

Projeto de Resolução n^º 021/87, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que dispõe sobre a autorização prévia do Senado Federal a viagens do Governador do Distrito Federal ao exterior.

Projeto de Resolução n^º 46/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que susta os efeitos do Decreto n^º 11.569, de 17.05.89, do Governo do Distrito Federal, que institui normas para a concessão de direito real de uso de terreno.

Mensagem n^º 32/90, de 15.02.90 (6/90 na origem), encaminhando ao Senado Plano de Governo para 1990.

Mensagem n^º 33, de 15.02.90 (Ofício n^º 239/90 na origem), encaminhando relatório das atividades do Governo relativo a 1989.

Mensagem n^º 55, de 12.04.90 (n^º 28/90 na origem), encaminhando prestação de contas do Governo relativa ao exercício de 1989.

Ofício do Tribunal de Contas do Distrito Federal, n^º s/39, de 14.09.87 (n^º 1.349/87 na origem), encaminhando parecer do Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre contas relativas ao exercício de 1986.

Denúncia de 8 de agosto de 1989, do advogado Pedro Maurino Calmon, que solicita CPI para apurar irregularidades que menciona.

Projeto de Lei n^º 019/91, da Deputada Rose Mary Miranda, instituindo o sistema de creche e pré-escola comunitária no âmbito do Distrito Federal.

Projeto de Lei n^º 022/91, do Deputado Benício Tavares, estabelecendo a construção de estabelecimentos escolares específicos para atendimento da faixa etária de zero a seis anos.

Projeto de Lei n^º 021/91, do Deputado Benício Tavares, determinando a adoção progressiva do horário integral para as escolas da rede pública do Distrito Federal.

Projeto de Resolução n^º 015/91, do Deputado Benício Tavares, estabelecendo normas para a realização das sessões legislativas.

O Sr. Presidente (Salviano Guimarães). Passamos ao pequeno expediente

Oradores inscritos no Pequeno Expediente:

- Manoel Andrade
- Aroldo Satake
- Padre Jonas
- Wasny de Roure
- Jorge Cauhy
- Agnelo Queiroz

Com a palavra o nobre Deputado Padre Jonas, pela ordem.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, recebemos hoje o presidente da Associação dos Inquilinos de Ceilândia, que nos propôs um debate e um estudo conclusivo, o mais rápido possível, sobre a questão dos lotes de beco naquela cidade-satélite. Queremos enfatizar o perigo que trazem esses locais para a população, pois são quase um depósito de lixo, atraindo animais, tornando o ambiente indesejável, e onde se aglomeram pessoas que não estão voltadas para a cultura comunitária, mas para entorpecentes etc.

Então, estamos dispostos a levar adiante essa proposta, não só em Ceilândia, como também em Sobradinho, que padece do mesmo mal nas suas áreas abandonadas.

Era só o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Convido o deputado Manoel Andrade a fazer uso da palavra.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta minha vinda à tribuna é para finalmente apresentar projeto de lei que visa a autorizar o Governo do Distrito Federal a fazer convênios com os Estados da Federação, com o objetivo de conceder isenção de ICMS aos motoristas de táxi. Projeto bem parecido com este já foi apresentado antes, mas visava a conceder isenção do ICM. Como não mais existe essa figura, apresento projeto dando isenção do ICMS aos motoristas de táxi. E quero justificar a medida.

As concessões de isenções de impostos para que os motoristas autônomos de táxi pudessem comprar veículos novos datam de 1982, através do Decreto-Lei 1944 de junho/82, Decreto Lei 2026 de 1º de junho/83, Decreto 91.367 de 24/06/85, Leis 7.416, 7.613, 7.500 e 8.000, quando os Governos Estaduais também concederem o favor fiscal, isentando os profissionais do táxi do pagamento do ICMS.

Na última isenção do ICMS, pela exiguidade de tempo, aproximadamente de 2 meses, os motoristas não tiveram condições de adquirir seus veículos, uma vez que o convênio firmado no Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) não seguiu a finalidade da Lei Federal que isentou do IPI.

A presente proposta visa a garantir aos taxistas autônomos as condições mínimas necessárias para que possam atualizar seus veículos e, por consequência, oferecer à população um serviço de boa qualidade.

O serviço de táxi é público e carece de incentivos para atingir seu objetivo, portanto nada mais justo que o Estado oferecer meios para sua sustentação.

Temos certeza de que este projeto de lei atende aos mais altos interesses da sociedade brasileira. Enquanto permite a uma categoria profissional condições de melhoria de vida, ante maiores requisitos de segurança e conforto, favorece a toda a sociedade, pois a segurança e o conforto dos veículos são fundamentais para um eficiente transporte.

Por derradeiro, importante mencionar que o Poder Executivo Federal já encaminhou projeto de lei isentando o táxi do pagamento do IPI, quando adquirido por motorista autônomo.

Sala das Sessões, de janeiro de 1991.
Dep. Manoel Andrade

SR. PRESIDENTE, quero fazer alguns comentários sobre o retardamento da apresentação desse projeto. É bom que se diga que o Projeto de Lei nº 177, do deputado Francisco Dornelles, foi vetado totalmente. O projeto de lei visava a conceder isenção aos taxistas, aos caminhoneiros, aos utilitários e aos paraplégicos. Mas, infelizmente, o

Governo Federal vetou todo o projeto, e no dia 14 do corrente apresentou um projeto de lei concedendo isenção do IPI apenas aos motoristas de táxi. Então, isso fez com que demorássemos um pouco para apresentar um projeto, uma vez que um projeto que não tivesse a mesma ressonância que o projeto federal com certeza não teria resultado. Por esse motivo é que o nosso projeto, hoje, está sendo apresentado, inclusive, já com o aval do governador do Distrito Federal.

O Sr. presidente, era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o deputado Satake.

O sr. deputado Satake (PDS. Pronuncia o seguinte discurso).

SR. PRESIDENTE, Sras. e Srs. deputados, “Nossas crianças”. Este é o título da campanha que o Governo do Distrito Federal e diversas entidades representativas de vários segmentos da nossa sociedade patrocinam e divulgam através de todos os meios de comunicação, em favor da criança abandonada em nossa cidade.

Esta campanha merece, por parte de todos nós, a melhor das atenções e todo o apoio possível, pois seu objetivo é nobre. Ao tentar resolver o mais vergonhoso problema social de uma cidade, os resultados dessa campanha podem antecipar um futuro com mais segurança para a família brasileira. Não podemos deixar que, em Brasília, este problema alcance as proporções alarmantes já verificadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde as quadrilhas de delinquentes juvenis atuam de forma tão violenta que atraíram contra si a ação dos famigerados esquadrões de extermínio de marginais.

Em Brasília não podemos deixar isto acontecer. Criança precisa, antes de tudo, de carinho, de amor, de amparo, de proteção. Nós também somos responsáveis, precisamos assumir a responsabilidade de um futuro mais seguro para as nossas crianças.

SR. PRESIDENTE, Sras. e Srs. deputados, quero lembrar que hoje é o Dia Mundial da Religião.

O registro vem a propósito de cumprimentar aqueles que dedicam suas vidas à pregação, dos quais temos representantes nesta Casa, e que, pelo equilíbrio, pela sensibilidade e pela sensatez próprias dos homens que abraçam tão nobre missão, em muito têm ajudado no relacionamento entre os membros desta Casa.

SR. PRESIDENTE, Sras. e Srs. deputados, para finalizar, desejo dizer que os agricultores, principalmente os pequenos produtores, não bastassem as dificuldades naturais da árdua, mas nobre profissão que adotaram, enfrentam no seu dia-a-dia alguns obstáculos impostos pela cidade no atendimento do cidadão.

Entre essas dificuldades uma vem impondo ao nosso homem do campo prejuízos e até mesmo algum constrangimento, que é o serviço bancário. Não que não seja bem atendido pelo funcionário, mas, por absoluta falta de tempo o deslocamento até a agência bancária implica ausência prolongada da sua propriedade, e a plantação exige atenção nas 24 horas do dia, e a simplicidade do seu traje e a franqueza dos seus gestos e palavras nem sempre são bem entendidos.

Faço essas observações para destacar a importância da intenção do secretário de Agricultura do Governo do Distrito Federal, dr. Renato Simplicio Lopes, de promover gestões junto ao Banco de Brasília para a criação de um serviço móvel de atendimento bancário aos produtores rurais na sua própria região, medida que merece registro na tribuna desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS — (PDT. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, prezados companheiros deputados, inicialmente, quero agradecer o apoio incontestável que temos recebido da imprensa no que concerne à preocupação desta Casa quanto ao Regimento Interno que orientará os nossos trabalhos, como alma e expressão nossa, em prol da comunidade.

Desejo também agradecer ao companheiro Aroldo Satake por suas palavras de encômio à missão religiosa que desempenhamos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, sentimos que a cultura é a expressão íntegra e vivenciada de um povo que, ao longo do tempo, ocupa seu espaço com humanidade, com entusiasmo. Espero dentro em breve, com a colaboração dos companheiros, apresentar aqui um projeto que vislumbre a preocupação integrada com a cultura, o esporte e o lazer.

Por isso, neste momento, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal — que nos rege nos últimos momentos, espero — e na Resolução nº 49, de 1990, da mesma Casa, apresento à Mesa requerimento de um voto de aplauso, louvor e incentivo à pequena, mas imensa atleta, Carmem de Oliveira Furtado, pela honrosa conquista da 2ª colocação na 66ª Corrida Internacional de São Silvestre, realizada na cidade de São Paulo.

Ela estaria aqui hoje, mas foi chamada a um importante treinamento, para que possa habilitar-se a concorrer nas próximas competições.

É a seguinte a justificativa do requerimento:

“O presente requerimento objetiva fazer justiça à atleta sobradinhense Carmem de Oliveira Furtado pela sua honrosa segunda colocação entre renomadas atletas internacionais que participaram da 66ª Corrida Internacional de São Silvestre, realizada na cidade de São Paulo em 31 de dezembro próximo passado.

Carmem é uma evidência de pertinência do nosso povo. De origem modesta, asoberbada pelos deveres de dona-de-casa e mãe de duas filhas menores, a valente companheira encontrou tempo para aperfeiçoar-se no esporte de maratonista. Assim foi que, em julho e agosto de 1990, bateu o recorde dos 3.000 metros em Portugal e também o de 5.000 metros em Bologna, na Itália, e agora, colimando sua trajetória, superou a afamada corredora norte-americana Annete Petera, a favorita portuguesa Aurora Cunha e a atual campeã europeia dos 10.000 metros, a soviética Velená Romanóva.

Sinto-me à vontade para formular este registro, não só pelo fato de ter sido a atleta minha aluna, mas principalmente por tê-la incentivado no início de sua carreira, proporcionando-lhe uma pista de corrida no colégio para os seus treinos iniciais e, mais tarde, conseguindo junto ao BRB — Banco Regional de Brasília S.A, uma bolsa de estudos, graças à qual a atleta pôde aperfeiçoar-se em sua atividade de esportista, projetando, agora, o nome de Brasília no cenário nacional e internacional”.

Sou grato aos companheiros pelo apoio que derem a esta proposta, em nome de Sobradinho, de Brasília e do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, ocupo esta tribuna para manifestar minha preocupação com o evento ocorrido nesta Casa, no último sábado, por ocasião do encontro de produtores rurais com o secretário da Agricultura.

Nós, da Comissão de Assuntos Econômicos, já pretendíamos trazer S. Exa. a esta Casa, na próxima quinta-feira, para nos explicar diversos problemas referentes à agricultura no Distrito Federal.

Ficamos prejudicados com esse evento, pois somente fomos informados da sua realização através da imprensa.

Solicito que a Mesa, na eventualidade de futuros eventos dessa natureza, informe antecipadamente aos parlamentares, para que possamos ter oportunidade de estar presentes e fazer indagações pertinentes à Pasta pela qual o Secretário é responsável.

Sr. Presidente, utilizando ainda a oportunidade em que me encontro nesta tribuna formulo apelo ao sr. governador Joaquim Roriz relativamente aos servidores públicos federais colocados em disponibilidade.

A crise do desemprego no Distrito Federal, hoje, é bastante séria e tem causado diversos problemas familiares. O sr. Governador, em alguns momentos, manifestou interesse em aproveitar servidores públicos colocados em disponibilidade. Inclusive, no IDR há um cadastramento de servidores para possível aproveitamento pelo GDF.

Há anseio da categoria para retornar ao trabalho e dar resposta objetiva quanto aos serviços que poderá prestar à administração do

Distrito Federal. Portanto, apelo ao sr. Governador para que agilize a resposta, para que responda de modo favorável aos trabalhadores do Serviço Público Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Nobre Deputado, a Presidência apenas autorizou o uso do nosso auditório, mediante requerimento de uma entidade. Nada foi patrocinado pela Câmara. Pediram-nos a cessão do auditório para promoverem o evento, ao qual estive presente como convidado.

Com a palavra o nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem Revisão do Orador.). Sr. Presidente Sr^{as} e Srs. Deputados, a educação é a base de todo o progresso da Humanidade. Um povo educado é capaz de procurar os meios para obter a saúde, a cultura, os melhores meios produtivos e assim a melhor alimentação, o melhor caminho político e social.

Enfim, povo educado será sempre povo desenvolvido.

Confortam-nos as afirmações da Secretaria de Educação do Distrito Federal, em entrevista recente à televisão, de que não faltarão vagas nas escolas públicas para as crianças de Brasília e de que, no momento, ainda existem mais de sessenta mil vagas a serem preenchidas no primeiro e segundo graus.

Com a educação vamos criar o homem brasileiro honrado, honesto, com mais consciência de deveres do que mesmo de direitos, a fim de que ele cumpra o mais alto destino perante Deus e perante a Nação. Isto porque a educação conduz à cultura e a cultura conduz ao despertar da consciência civil e da cidadania.

A educação, Sr. Presidente, é a formação integral do homem, e o homem é o objetivo final de todas as ações do Estado.

Mesmo com as informações e as notícias tão otimistas da Sra. Secretária, que muito nos confortam, estamos cientes de que ainda falta bastante para que o ensino público nesta Capital alcance aquele ideal que queremos para a nossa infância e a nossa juventude.

Desta forma, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos propondo, através desta Casa, e com certeza com o apoio de V.Ex^{as}., solicitação ao Sr. Governador do Distrito e Federal, Dr. Joaquim Roriz, para que, com a maior brevidade, determine a criação, na região do Núcleo Bandeirante, das seguintes unidades escolares: uma Escola Normal, uma Escola Profissionalizante de 2º grau, uma Biblioteca Pública e um Jardim de Infância na Vila Metropolitana e na Candangolândia.

A comunidade do Núcleo Bandeirante, Sr. Presidente, com a ampliação do seu território, é hoje uma das mais destacadas do Distrito Federal, com uma densidade demográfica de mais de 60 mil habitantes, um comércio dos mais ativos e uma florescente industrialização, com a criação dos pólos da indústria de informática e de gemologia, em plena fase de implantação.

Sua população é estável, em sua maioria composta pelos autênticos pioneiros da construção de Brasília e dos seus descendentes, que continuaram residindo na antiga e saudosa Cidade Livre.

Destaque-se que aquela comunidade é uma das mais ordeiras, sendo poucas as ocorrências policiais mais graves.

Assim, justifica-se, Sr. Presidente, esta nossa preocupação em dotar o Núcleo Bandeirante dessas unidades de ensino, até como homenagem aos seus habitantes, que são parte da História do Distrito Federal.

Mas, certamente, Srs. Deputados, temos o objetivo de fazer de cada jovem daquela laboriosa comunidade, além de um cidadão educado, um verdadeiro homem dotado das qualidades capazes de torná-lo sério e digno, em benefício da Nação que queremos.

Lembro aqui, com a permissão de V.Ex^{as}., uma página do Evangelho de São Mateus, no capítulo do Sermão da Montanha, onde está escrito: “Cuidai primeiro das coisas do espírito, porque o resto virá por acréscimo”.

É uma grande verdade, Sr. Presidente, pois, não se cogitando primeiro das coisas do espírito, não haverá justiça, não haverá honestidade, não haverá padrão de vida moral.

Vamos, pois, envidar os nossos esforços para que estas que propomos e outras escolas sejam construídas, prioritariamente, em benefício das nossas crianças e dos nossos jovens, e, em última análise em nosso próprio benefício.

Sr. Presidente, meus caros colegas, ontem inauguramos um edifício muito importante para o Núcleo Bandeirante, onde temos instalada a nossa sede, no térreo. No 1º andar funciona uma escola de capacitação profissional com sete salas amplas destinadas ao ensino de cursos profissionalizantes, através de um convênio realizado com o SESC. V. Exª. e o Deputado Carlos Alberto nos deram a honra de fazer uma visita ao local, prestigiando a inauguração do edifício. V. Exª. pôde verificar que as instalações são das mais adequadas para um ensino atuante, quer na parte espiritual, quer na parte material.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Com a palavra o nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr-ªs. e Srs. Deputados, quero aproveitar este Pequeno Expediente para colocar uma questão que está na ordem do dia, preocupa muito a todos os Deputados e a toda a população do Distrito Federal e tem ocasionado muita matéria publicada em jornal.

O editorial de ontem do "Jornal de Brasília" refere-se a essa questão justa que também preocupa os Deputados. Acho que os companheiros devem ter lido esse editorial, que dá uma demonstração do empenho desta Câmara Legislativa no início dos trabalhos. Ela foi eleita, reuniu-se várias vezes informalmente, com o espírito aberto, tentando, de fato, marcar sua posição quanto a várias Casas legislativas. Esta Casa abriu mão do recesso a que teria direito, numa demonstração de que não era possível os Deputados tomarem posse num dia e entrarem em recesso no outro. Foi uma atitude coletiva, pois teve a unanimidade dos 24 deputados. E agora, neste momento crucial, em que a estrutura da Casa começa a ser definida, não pode haver dúvida alguma com relação ao empenho de antes.

Nesse sentido, estou apresentando hoje um projeto de resolução que trata do quadro administrativo provisório da Câmara Legislativa do Distrito Federal. A principal característica da minha proposta é o impedimento de qualquer contratação definitiva para o quadro. Todas as necessidades que temos poderão ser atendidas com a requisição de servidores da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

Acredito — e disso não vou abrir mão — que mesmo para os cargos de confiança poderiam ser requisitados servidores. Isso não impede que os cargos da Mesa, da Presidência, da Vice-Presidência, da 1ª. Secretaria sejam de confiança; sim, são de confiança, só se restringe um pouco o universo ao dar esses cargos de confiança aos funcionários requisitados. Explicarei por que isso é importante.

O fortalecimento da carreira do servidor público, dando-lhe possibilidade de ascensão, é condição básica para a melhoria dos serviços públicos do nosso País. Que incentivo pode ter um servidor para reciclar-se, aperfeiçoar-se, sabendo que sua progressão funcional tem como limite a política do apadrinhamento e do fisiologismo?

Os cargos de gabinete, de estrita confiança do Deputado, serão preenchidos pela contratação. Esses funcionários não farão, entretanto, parte da carreira nem do quadro permanente. Todos os funcionários dos gabinetes serão demitidos com a saída dos Parlamentares, ou seja, por decisão destes. O que não podemos admitir é que cargos da estrutura permanente da Câmara Legislativa sejam ocupados através de qualquer mecanismo, como o apadrinhamento. Enfim, não podemos admitir tal fato.

Defendo que a requisição seja feita inicialmente entre os servidores da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, mesmo para as funções de confiança — nesta situação, por indicação direta do Parlamentar.

No caso de ocupar função gratificada, a requisição deverá ser feita por um processo seletivo, através de uma comissão composta por cinco Deputados, aprovada por este Plenário. É uma proposta inicial que tínhamos feito, a de Nº 003, da Constituição da comissão que analisa os currículos.

Após o concurso, os ocupantes de cargos de confiança de cada gabinete e de membros da Mesa serão escolhidos entre servidores do quadro permanente da Câmara Legislativa. Agora, com essa limitação

temporária, os ocupantes de cargos de confiança da Mesa seriam escolhidos entre os requisitados, um universo, acredito amplo, do Município, do Distrito Federal, dos Estados, do GDF. Depois do concurso, caberia à Mesa requisitar, isto é, ter essa função de confiança, no quadro permanente, porque estariam ali as pessoas mais qualificadas, que passaram no concurso público e seriam do mesmo quadro. Isso constituiria um incentivo para que aqueles trabalhadores do quadro permanente se aperfeiçoassem, inclusive alçando a um cargo de confiança.

Até agora tem-se procurado retardar, protelar, postergar os trabalhos da Câmara Legislativa, com nítido objetivo político. Criadas as condições para o funcionamento, há necessidade de contratação de pessoas.

O Projeto de Resolução nº 003, de que falei há pouco, apresentado por mim no início dos trabalhos, regula a forma de requisição. Se houvesse, realmente, interesse em colocar a Câmara em funcionamento, ele já teria sido discutido e o processo de requisição iniciado.

O objetivo pretendido com o retardamento do processo legislativo é cristalino: jogar lenha na caldeira da ultrapassada máquina a vapor que puxa os "trensinhos da alegria".

Só existe, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, neste momento, uma maneira de convencermos a população do Distrito Federal de que essa não é a vontade da maioria da Casa: aprovando o projeto que agora estou apresentando, que não permite a contratação de nenhum servidor que não seja pela via legítima, honesta, a do concurso público.

Conclamo, portanto, todos os Deputados da Oposição, do bloco governista a apoiarem essa proposição que apresento, para derrotarmos as forças de obstrução que pretendem desmoralizar o Poder Legislativo do Distrito Federal. Sei que o objetivo dos 24 Deputados é o de não deixar, de forma alguma, que essa Casa seja desmoralizada.

Não podemos permitir que a Câmara do Distrito Federal já nasça com o símbolo do apadrinhamento, do fisiologismo. Tenho certeza de que muitos colegas, que defendem a contratação de pessoas para cargos de confiança, têm a idéia honesta de garantir ao Parlamentar o espaço necessário para implantar sua linha política ante a secretaria, ou outro cargo que ocupe. Entretanto, a solução da livre negociação garante essa possibilidade. Mais do que isso, essa estrutura é provisória. A estrutura definitiva será elaborada, posteriormente, após a aprovação do Regimento. Acredito que deva ser essa a base.

Aos Deputados da Mesa que pretendam contratar pessoas para o quadro de servidores sugiro que indiquem a seus escolhidos a participação no concurso. Se são pessoas de tão elevada formação, que mereçam ser contratadas em detrimento a todos os outros, com certeza terão uma aprovação destacada no concurso, e depois poderão ser requisitados para as funções que os nobres Deputados lhes reservarem.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados espero contar com apoio da maioria dos colegas para conseguirmos o regime de urgência urgentíssima para a proposição que ora apresento.

Com isso, conseguiremos, de uma vez por todas, garantir o prestígio e o respeito da população do Distrito Federal, e de todo o Brasil, para esta Câmara que agora está nascendo.

Solicito aos companheiros que também apresentaram sugestões para a aprovação em regime de urgência, que será colocado amanhã, que também façam essa proposta, e teríamos um universo mais amplo para poder discutir. Mesmo que a proposta não seja aprovada, que ela tenha a possibilidade de ser discutida amanhã, como as outras propostas aqui colocadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Há sobre a mesa; projeto de resolução de iniciativa da Mesa. Peço ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) — Projeto de Resolução que cria cargos, comissões e gratificações de funções na Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Para uma comunicação de Liderança, com a palavra a nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr^ªs. e Srs. Deputados, nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos dando entrada hoje no Protocolo de um projeto de Regimento da Câmara Legislativa do Distrito Federal. É composto de 104 páginas e contém 254 artigos.

Trata-se de toda a vida da Câmara Legislativa, e não de algo passageiro. É documento que estamos escrevendo para o futuro, a fim de que não tenhamos mais de nos utilizar de resoluções, de complementos do Regimento Interno do Senado Federal, ou seja, para que tenhamos nossa vida, nesta Casa, normalizada.

Eu gostaria que todos considerassem que estamos entrando na última década do século. Portanto, temos de apresentar idéias novas, sim. Temos de estar abertos à participação popular.

Um dos pontos principais do nosso Regimento tem como novidade o colegiado das funções, resultado do que temos estabelecido em nossos encontros. A própria Mesa também terá funções bastante colegiadas, fruto dos acordos aqui feitos e das discussões realizadas informalmente.

Este Regimento é austero em relação aos recessos. Extingue todo e qualquer recesso. Dá ao deputado a condição de trabalhador como qualquer outro, com um mês de férias. Extingue qualquer tempo para eventuais descansos, propostos em outros regimentos.

Da mesma forma, facultamos a presença de populares neste plenário. Quando houver um projeto de iniciativa popular, o primeiro subscritor do projeto poderá aqui comparecer no papel de defensor de sua proposição. Fará a defesa pública, transformando a sessão em uma assembléia democratizada.

Outro aspecto é quanto à democratização da tramitação dos projetos, ou seja, nenhum projeto dará entrada nesta Casa sem obedecer ao número de ordem, que também será obedecido na distribuição dos mesmos. Não será por apadrinhamento que os projetos terão andamento mais rápido. Será sempre respeitado o ordenamento, tanto nas comissões como no protocolo geral.

Há um assunto sobre o qual eu gostaria de consultar a Mesa. Aliás, acho que isso já foi respondido quando o deputado Cláudio Monteiro apresentou seu projeto de Regimento Interno.

Sr. Presidente, para que amanhã cada Parlamentar tenha acesso ao texto deste anteprojeto, seria necessário recorrermos ao IDR para que possamos obter, pelo menos, vinte e quatro cópias para distribuí-las aos deputados. Parece que esta Casa não tem equipamento que possa tirar mais de mil cópias por tarde. Então, parece que há a sugestão da Mesa para que se adote esse procedimento.

Minha consulta é no sentido de saber se a solicitação deve ser do deputado ou se é da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — A responsabilidade é da Casa.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Sr. Presidente, então, pediria a V.Ex^ª que fizesse tal solicitação, já que a iniciativa não é do deputado.

Estamos protocolando nosso projeto hoje e, assim, amanhã todos os deputados poderão ter uma cópia.

Há uma última questão, já que ainda tenho tempo. Tivemos o mérito e a felicidade de ter recolhido vinte e três assinaturas naquela solicitação — para que fossem reconhecidas as reivindicações dos sindicatos — a fim de que o Governador, através da sua Secretaria do Trabalho, recebesse os sindicatos de Brasília ligados ao GDF. Parabéns a todos os colegas aqui presentes, já que este fato será registrado nos Anais da Central Única dos Trabalhadores, e terá o agradecimento de todos os sindicatos. Publicamente, agradeço a V.Ex^ªs.

Estamos solicitando também, através do deputado Maurílio Silva, uma audiência com o Sr. Governador, o que deverá acontecer amanhã ou depois de amanhã. Cada representante dos Blocos Parlamentares, e quem mais quiser, poderá acompanhar-nos, na ocasião em que estaremos entregando ao Sr. Governador esse documento, com a nossa solicitação, assinado por todos. O deputado Maurílio Silva nos informará a data correta da audiência com o Governador para tratar dessa questão. O único a não fazê-lo foi o companheiro deputado Maurílio Silva. Como S.Ex^ª é nossa ponte entre o Parlamento e o Governo, não caberia, segundo sua opinião — e eu concordei — que

S.Ex^ª assinasse algo em relação ao que está apenas fazendo contato com o Governador. É como se S.Ex^ª desconhecesse o assunto. Como S.Ex^ª está fazendo esses contatos com o Governador publicamente, convindo-o também a participar dessa audiência.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE — (Salviano Guimarães) — Com a palavra o deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES — (PDC. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Sras, e Srs. deputados, em nome do Bloco Progressista, desejo fazer uma lembrança ao nosso companheiro deputado Agnelo Queiroz. Talvez pelo acúmulo de trabalho não tenha sido possível à Assessoria dar a S.Ex^ª uma informação precisa. O art. 37 da Constituição diz o seguinte:

“A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

.....
 II — a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para o cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

Então, a própria Constituição já proíbe isso, o que vem dar mais um respaldo ao projeto do nosso companheiro. É o bastante para que todos nós não deixemos que aconteça nesta Casa um “Trem da Alegria”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Oradores inscritos no Grande Expediente:

— Rose Mary Miranda

— Agnelo Queiroz

— José Edmar

— Pedro Celso

— Carlos Alberto

Convindo o deputado Tadeu Roriz a assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Dando início ao Grande Expediente, convindo a nobre deputada Rose Mary Miranda para ocupar a tribuna.

O SRA. ROSE MARY MIRANDA — (PTR. Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE, Sras, e srs. deputados, minhas atividades profissionais, exercidas através do rádio e da televisão, contaram sempre com uma audiência privilegiada de pessoas que me acompanharam em todas as jornadas, onde quer que eu estivesse.

Através da televisão, mormente no programa Brasília Urgente, nossas ações se voltavam sempre para os menos favorecidos.

Entretanto, dentre eles, uma parcela definida se encontrava religiosamente presente. E saibam V.Ex^ªs que tenho a convicção, não fosse essa parcela, dificilmente minha eleição teria alcançado êxito. É essa parcela constituída de mães, que infelizmente nem sempre contam com a permanente ajuda dos seus companheiros, muitas delas desacompanhadas, tendo sobre seus ombros a responsabilidade de criar e educar seus filhos.

Sou testemunha das dificuldades por que passam, por terem de trabalhar para promover o sustento da família, vendo-se desprovidas de apoio, notadamente de pessoas ou instituições que ficariam incumbidas de cuidar de seus filhos, enquanto se ausentassem do lar para o trabalho.

Meu compromisso com essa parcela da sociedade vem de longa data. Na televisão, eram objeto de minhas maiores preocupações; no rádio, enquanto executavam suas tarefas domésticas, me faziam companhia através do “Programa da Rose” que durante 12 anos assumimos, numa postura de complicitade, tal era a interação entre o programa e o ouvinte.

É evidente que compromisso dessa natureza não poderia morrer com a minha ausência do rádio e da televisão. Ao contrário, agora que disponho de uma tribuna, privilegiada, tribuna esta que me foi concedida através dos votos de considerável número de donas-de-casa, transfiro para esta Casa as preocupações e a busca de soluções dos seus problemas.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. deputados, aqui estou para, em nome do meu povo, apresentar projeto de lei que institui o Sistema de Creches Comunitárias no Distrito Federal. Com isso, venho reduzir o débito que fiz com minha consciência, o qual foi amplamente divulgado durante minha campanha eleitoral.

O Sistema de Creches Comunitárias, que hoje proponho, tem a participação efetiva da comunidade, tanto no desenvolvimento das tarefas que lhes estão afetas como na responsabilidade em sua direção.

Estamos propondo que o Poder Executivo construa, equipe e forneça material humano de nível técnico, tal como médicos, pedagogos, psicólogos e nutricionistas, ficando as atividades de apoio administrativo e de conservação sob responsabilidade e execução da comunidade. Com essa metodologia, conseguimos rebentar com uma das maiores humilhações a que a população de baixa renda é submetida, o paternalismo e o clientelismo que alimentam a subserviência, tão nociva à democracia e à independência do indivíduo e à moralidade dos costumes e da sociedade.

O SR. PRESIDENTE, Sras e Srs. deputados, a sociedade não precisa de benesses dos Poderes constituídos. Precisa, isto sim, de meios que propiciem o desenvolvimento econômico social, educacional e moral. Proporcionar educação pré-escolar e saúde física e mental às crianças de nosso País pode e deve ser entendido como o maior e mais importante investimento que se pode realizar.

Por isso mesmo, nos sentimos bastante confortáveis, pois estamos conscientes da importância do projeto ora apresentado para a sociedade brasileira, principalmente para aquela parcela de menor poder aquisitivo. Sentimo-nos também muito felizes, pois, ao darmos cumprimento a mais um compromisso de campanha, estamos certos de que podemos dormir com a consciência tranquila do dever cumprido.

Sabemos que os companheiros desta Casa foram eleitos com o compromisso de proporcionar à comunidade melhores condições de vida. Desta forma, conclamo todos a prestarem seu indispensável apoio à aprovação do Sistema de Creches Comunitárias que ora propomos. Só assim conseguiremos reduzir nosso débito para com essa sociedade tão sofrida.

Hoje tenho convidados especiais. Durante os anos em que apresentei meu programa eles me alegravam, porque dele participavam no auditório. Trata-se das crianças excepcionais, crianças sofridas da nossa terra, muitas vezes discriminadas até pelos próprios pais, que se envergonham de dizer que têm filhos com problemas. São essas as crianças que trago aqui, para que V.Ex.^{as} se sensibilizem com esses pequenos e assim, todos juntos, possamos lutar para que essas crianças e suas mães tenham o apoio necessário de um ensino especializado, tenham um lugar para onde possam levar seus filhinhos a fim de que recebam a assistência de que precisam.

Vou agora conceder um aparte ao companheiro Benício Tavares, com o qual, tenho certeza, levarei essa bandeira e, certamente, com o apoio dos demais Parlamentares.

O SR. BENÍCIO TAVARES — Nobre colega deputada Rose Mary Miranda, Sr. Presidente, Sras e Srs. deputados, é com muito prazer que vejo a iniciativa de V.Ex.^{as} de trazer ao conhecimento desta Casa o problema das pessoas portadoras de deficiências. Tenho dito aqui que todos nós, deputados eleitos, temos a responsabilidade de resgatar as questões sociais de Brasília e do Brasil. Acredito que a que se refere às pessoas portadoras de deficiências merece nossa atenção. V.Ex.^{as} conhece esses problemas porque vivenciou, durante muitos anos, através de seu programa, nossos apelos à comunidade e ao Governo no sentido de atender às nossas reivindicações. Hoje nós dois somos privilegiados por podermos ocupar esta tribuna para reclamar os direitos que achamos justos para essa população sofrida. Por isso parableno-a duplamente: primeiro, por abordar a problemática das pessoas deficientes; segundo, pela iniciativa de construção de creches,

o que, para mim, será a solução dos nossos problemas. No momento em que o governador Joaquim Roriz desencadeia uma campanha em favor da criança, entendemos que será pela creche comunitária, conforme propõe V.Ex.^{as}, e pública em todos os colégios que resolveremos esse problema. Aí, sim, nenhuma criança ficará sem abrigo, sem comida, sem atenção, e não mais perambulará pela rua. Coloco-me à disposição de V.Ex.^{as} para que possamos trabalhar juntos para encontrar solução para o problema de todas as crianças, em especial o das crianças deficientes.

A SRA ROSE MARY MIRANDA — Quero informar ao sr. Presidente e demais deputados que, há muitos anos, um jovem foi procurar-me, na rádio e na televisão, porque estava implantando em Brasília a Associação dos Deficientes. Ele foi várias vezes lá, porque não tinha uma sala para sediar a associação, que trabalhava no Hospital Sarah Kubitschek. Esse jovem é hoje o deputado Benício Tavares, que vejo com o maior prazer aqui.

Não quero que V.Ex.^{as} considerem este meu projeto e o convite para os meus amiguinhos excepcionais virem aqui como uma briga minha com o deputado Benício Tavares. Estou apenas querendo dar minha contribuição à sua bandeira. Desta forma, aproveito a oportunidade para parabenizar todos os brasilienses que depositaram sua fé no deputado Benício Tavares, porque conheço seu trabalho há muitos anos.

Concedo aparte ao deputado Padre Jonas.

O SR. PADRE JONAS — Agradeço penhoradamente a V.Ex.^{as} esta oportunidade. Na realidade, o que se passa é o seguinte: talvez mais deficientes sejamos nós, que não temos a paciência e o amor necessários para dar a essas pessoas. Quantas coisas acontecem nos bastidores da vida que independem da nossa participação? Devemos ter muito mais amor, maior devoção por essas pessoas. Parableno-a a companheira por sua brilhante idéia de apresentar esse projeto. Ele é uma retomada de consciência daqueles que, não sofrendo, deixam transparecer, muitas vezes, deficiências por falta de amor e paciência com essas pessoas. Sugiro a V.Ex.^{as} que em cada cidade-satélite seja desenvolvido um projeto pedagógico, contando com a atual tecnologia para os deficientes. Para isso seria aproveitado um terreno adequado, contando com boa infra-estrutura. Dessa maneira, eles poderiam preencher seu tempo acompanhados por pessoal altamente qualificado.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Agradeço a V. Ex.^{as}. o aparte.

Estive visitando algumas escolas de excepcionais e pude ver de perto o trabalho realizado por essas crianças. Há excepcionais em maior e menor grau. Essas pessoas são durante a vida inteira, crianças. Desenvolvem trabalhos maravilhosos, apenas carecem do interesse do Governo para dar-lhes um pouco mais, além de manter as escolas existentes em condições a fim de que mais excepcionais possam frequentá-las.

Sabemos que a Sra. Maria da Conceição Ferreira Cunha está com um projeto, já encaminhado ao Governador Joaquim Roriz e aceito por S. Ex.^{as}, para implantação de uma creche onde as crianças excepcionais receberiam toda a atenção. Esse projeto pode contar com nosso apoio.

Meu projeto é do seguinte teor:

PROJETO DE LEI

Institui o Sistema de Creches e Pré-Escolas Comunitárias no âmbito do Distrito Federal

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:

Art. 1º — Fica instituído o Sistema de Creches e Pré-Escolas Comunitárias no âmbito do Distrito Federal.

Art. 2º — O Sistema compor-se-á de unidades onde será desenvolvida a educação infantil para assegurar o desenvolvimento físico, emocional e intelectual, além da socialização da criança.

Art. 3º — As unidades do sistema serão instaladas no Plano

Piloto, cidades-satélites e, ainda, nos conglomerados urbanos e rurais.

Art. 4º — Incumbe ao Poder Executivo:

I — executar a construção ou adaptação de edifícios públicos para os fins desta lei;

II — dotar os edifícios referidos no inciso anterior dos equipamentos necessários;

III — proporcionar recursos humanos de nível técnico imprescindíveis ao funcionamento das unidades;

IV — fornecer produtos alimentícios, através do Programa de Merenda Escolar ou de outros meios.

Art. 5º — A responsabilidade pela administração das unidades do sistema será supervisionada e fiscalizada pelo Executivo, através das Secretarias de Educação e de Desenvolvimento Social, e ficará sob os encargos de cada comunidade interessada.

§ 1º — A administração referida no “caput” deste artigo será exercida por diretoria eleita pelos integrantes dos diversos segmentos da comunidade local, representados por associações de classe, movimentos religiosos, grupos comunitários, sindicatos, centros culturais e outras entidades afins.

§ 2º — Os demais recursos humanos serão exercidos pela Comunidade, mediante remuneração obtida através de contribuições dos usuários do sistema.

§ 3º — A diretoria referida no § 1º, que prestará contas periódicas ao órgão supervisor, será eleita bienalmente para mandato de dois anos, coincidente com o ano civil.

Art. 6º — O sistema será custeado com recursos de dotações orçamentárias, doações, contribuições e promoções desenvolvidas com esta finalidade.

Art. 7º — O sistema ora instituído destina-se a crianças da faixa etária de zero a seis anos de idade.

Art. 8º — Até que sejam construídos prédios próprios para o sistema, poderão suas unidades ser instaladas em outros já existentes, desde que procedida sua adequação aos fins previstos no artigo 2º.

Art. 9º — Cabe ao Poder Executivo estabelecer, através de Regulamento e no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os detalhes para cumprimento da presente lei.

Art. 10 — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 — Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A criança tem direito a um atendimento educativo, complementar ao de sua família e compartilhado com ela.

À mulher-mãe é exigido que cuide da educação de suas crianças e, paralelamente, seja mulher-trabalhadora para coadjuvar na manutenção da família.

As dificuldades para se conciliar essas duas circunstâncias levam-nos à creche — instituição surgida no século XVIII e que deve resultar da busca comum entre pais, comunidade e Poder Público, respeitadas as prerrogativas de cada um.

O reconhecimento dos direitos da criança à iniciativa e existência própria exige implantação desse instituto educacional, real e dinâmico, auxiliar da família e importantíssimo para o seu desenvolvimento.

É imperativo de cunho social instituir o Sistema de Creches e Pré-Escolas Comunitárias no Distrito Federal, com o fim de desenvolver a educação infantil, assegurando a socialização e o desenvolvimento físico, emocional e intelectual da criança.

Em suas unidades, o esforço conjunto família-comunidade-Poder Público, estará presente, proporcionando condições ao desenvolvimento global da criança, com participação dos familiares e das comunidades, no seu processo sócio-educativo, e nas atividades desse instrumento de bem-estar comunitário.

Na certeza dos benefícios que advirão para as crianças do Distrito Federal, bem como para as suas famílias e, especialmente para as mães trabalhadoras, julgamos do maior significado social que seja

instituído o “SISTEMA DE CRECHES E PRÉ-ESCOLAS COMUNITÁRIAS no âmbito do Distrito Federal”.

Brasília, 21 de janeiro de 1991.

ROSE MARY MIRANDA
DEPUTADA DISTRITAL

Ouço a nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA — Cara Deputada, gostaria de parabenizá-la por sua iniciativa e pela grande sensibilidade que demonstra ao apresentar esse projeto. Essa questão está muito ligada à mulher. As mães conhecem a dificuldade causada pela inexistência de creches, principalmente aquelas que trabalham. Na Assembléia Nacional Constituinte essa proposta contou com a assinatura de todas as representantes do sexo feminino, num total de 25 Deputadas, independentemente de partidos e ideologias V. Ex^a. deve ter observado que a Constituição de 1988, no Capítulo II, Dos Direitos Sociais, art. 7º, inciso XXV, diz o seguinte:

“Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;” Isso já está na Constituição; o que falta é vontade política dos governos para realmente operacionalizar. E nos Estados só será operacionalizado se houver iniciativa de lei como essa, bem como reivindicação da sociedade, principalmente das mulheres. Conte com meu voto favorável ao seu projeto. Quero muito estar ao lado de V. Ex^a. nesta luta em defesa de uma conquista das mulheres constituintes, consolidada no art. 7º; inc. XXV, da Constituição. Parabéns.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Concedo aparte ao nobre Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR — Não poderia deixar de manifestar meu apoio a esse projeto, parabenizando V. Ex^a. pela iniciativa e colocando-me à disposição para que possamos, logo, aprová-lo. Na última sexta-feira, apresentei proposta de aproveitamento da Chácara Três Meninas para a construção de uma creche, e o fiz porque lá existe muita carência de uma creche. Gostaria que V. Ex^a. a incluísse no seu projeto. Parabéns.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Concedo aparte à nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Também me solidarizo com a companheira, como mãe, mulher e trabalhadora, no que concerne à necessidade de creches. Tenho quatro filhos, como V. Ex^a., e neste momento eles estão com empregadas domésticas. Aqui já existe a quantidade mínima de servidoras, prevista na Constituição, para que se instale uma creche. E dela precisamos, pois em política não mais existe só o domínio dos homens. Temos de reivindicar à Mesa que crie uma creche para filhos de funcionárias e de Parlamentares. Tenho um bebê de um ano, e gostaria de vê-lo mais. Na minha área de atuação profissional — sou professora, e 90% dos professores são mulheres — existe um projeto para construção de uma creche em cada cidade-satélite, mas ainda não foi implantado. Temos de exigir o cumprimento deste nosso direito, já determinado na Constituição, de que, nos locais de trabalho, onde existirem mais de trinta mulheres, deve ser prevista a construção de uma creche. Deixo registrado essa manifestação para que seja somada ao projeto de V. Ex^a., a fim de que as mães professoras também possam cuidar, até como crecheiras, dos seus filhos e dos filhos alheios. Parabéns, a V. Ex^a.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA — Passarei meu projeto a V. Ex^a., nobre Deputada, para que o leia e veja que ele propicia essa possibilidade. Seriam criadas creches em várias cidades-satélites, nas quais, enquanto umas mães trabalhassem, outras cuidariam das crianças. Também envolve as professoras.

É bom lembrar que muitas empregadas domésticas passam necessidades por não ter com quem deixar seus filhos para irem trabalhar, porque muitas patroas não as aceitam se tiverem de levá-los para o local de trabalho.

Agradeço a solidariedade dos companheiros. E quero deixar um abraço aos amigos excepcionais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Com a palavra o nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador).

O Sr. Presidente, como ainda não disponho da prerrogativa de líder, vou aproveitar o tempo que me é reservado para colocar a posição oficial do PC do B com relação à guerra do Golfo Pérsico.

“Declaração emitida pelo Partido Comunista do Brasil — PC do B, sobre a guerra no Oriente Médio.

Os Estados Unidos, junto com a Inglaterra e a França, com o apoio da União Soviética e de outros países, desencadearam a guerra contra um pequeno país do Oriente Médio, o Iraque. Com requintes de selvageria, lançaram milhares de toneladas de bombas de alto poder destrutivo sobre Bagdá e outras cidades iraquianas. É um ato de banditismo intolerável, de matança indiscriminada de civis, de crianças, a destruição de bens indispensáveis à existência do povo do Iraque, ato que lembra a época de Hitler.

Causa profunda indignação a todas as pessoas de bom senso a descrição cínica que fazem os sistemas internacionais de TV dos Estados Unidos do massacre levado a efeito pela aviação militar norte-americana no Iraque. Até parece que a Humanidade voltou à era dos circos romanos.

O povo brasileiro, amante da paz e das causas, justas, não pode silenciar, nem ficar indiferente ao que se passa no Oriente Médio. Tem de repelir com indignação a política criminoso, sanguinária, imperialista dos Estados Unidos e de seus sócios que tentam pela força apoderar-se do petróleo dos povos árabes.

São incompletas e dúbias as declarações hoje feitas pelo Presidente Fernando Collor, depois de se haver omitido todo tempo, em face dos preparativos e ameaças guerreiras dos Estados Unidos. Ele quer que o Brasil reclame o cessar-fogo e negociações. Isso não é suficiente. O Brasil, pelo seu governo, precisa condenar energicamente a política de guerra dos Estados Unidos e suas ações de banditismo no Iraque, exigir a cessação dos atos de guerra norte-americanos e a convocação de negociações sérias e responsáveis de paz que envolvam os problemas conflitivos do Oriente Médio.

O PC do B, uma vez mais, conclama o povo brasileiro a protestar contra a guerra, a manifestar sua solidariedade às vítimas das hostilidades militares dos Estados Unidos e seus seguidores. A paz somente é possível com a luta de todos os povos.

São Paulo, 17 de janeiro de 1991”

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Com a palavra o nobre Deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR (PSD. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, há poucos instantes dei entrada nesta Casa a um requerimento de urgência urgentíssima para apreciação do Projeto de Resolução nº 3, que cria cargos em comissão e funções na Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências. Tal projeto foi lido na sessão de sexta-feira.

Sr. Presidente, antes de mais nada, quero ressaltar que esta Casa precisa funcionar. Minha intenção não foi entrar em choque com a Mesa, que hoje também apresenta seu projeto de resolução. Mas, em face do impasse que está havendo, desejo convocar para o Plenário da Casa a discussão da matéria em todos os seus detalhes. Por isso apresentei esse projeto de resolução, que estabelece uma estrutura mínima para atender às necessidades do momento, enquanto preparamos, logicamente, a organização do quadro de pessoal para que possa ser realizado o concurso público dentro do prazo que determinamos ser em maio. A aprovação desse projeto fará a Casa funcionar imediatamente. Não ficamos parados, não deixamos a Casa sem estrutura, o que impede o desenvolvimento dos nossos trabalhos. Por isso acredito que o passo mais importante agora é a aprovação desse Projeto de resolução. Nele propomos a criação de 14 cargos de direção, sendo três de diretoria — Legislativa, Administrativa e de Recursos Humanos, 7 para coordenadorias, subordinadas às diretorias, e 4 assessorias subordinadas às comissões diretoras. Quero chamar atenção para o fato de todos os cargos serem ocupados por servidores requisitados, com exceção para o processo legislativo, onde

abriríamos um parêntesis para aproveitar pessoas aposentadas do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Governo do Distrito Federal. Também abriríamos um parêntesis para resolver o problema da parte elétrica e de jardim da Casa. Sabemos que a EMBRATER tinha um quadro de pessoal que vinha dando manutenção a este prédio e achamos justo que esse pessoal seja aproveitado. Lembraremos mais uma vez que esta proposição de emergência é para a Casa funcionar até que seja aprovado o quadro de pessoal e a realização de concurso público.

Cedo um aparte ao companheiro Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — Nobre Deputado José Edmar, Sr. Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de dizer que já tive oportunidade de ler o projeto de resolução e achei-o bem mais avançado do que a primeira proposta, apresentada pela Mesa. Entretanto, gostaria de fazer, se S. Exa. me permite, algumas observações que creio vão contribuir em muito. Em primeiro lugar, o projeto tem um detalhe extremamente interessante. Ele valoriza tanto os servidores públicos do Distrito Federal como os servidores públicos federais, hoje colocados, muito deles, em disponibilidade. Isso naturalmente vai permitir muito ânimo, além de evitar um dispêndio maior que a Casa viria a ter criando cargos de livre provimento — ao que eu sou radicalmente contrário. Gostaria ainda, Sr. Deputado, de ressaltar que, apenas no caso do valor da remuneração dos Diretores, este fosse adaptado aos níveis hoje estabelecidos para chefes de gabinetes. Ainda com relação ao caso dos servidores da EMBRATER, isto está colocado no seu artigo 6º, §2. Acredito, sem dúvida nenhuma, que são servidores habilitados a trabalhar na manutenção e conservação desta Casa, mas acho que a melhor forma de resolver o problema funcional — uma vez que a Embrater está em processo de liquidação — seria o Governo do Distrito Federal absorvê-los, porque são servidores que já têm demonstrado, por diversas maneiras e em diversos momentos, competência e capacidade para permanecerem no serviço público, seja em nível federal, seja em nível distrital. Já são de comprovada habilidade na prestação de serviços, e entendo que o Governo do Distrito Federal poderia absorvê-los em alguma de suas empresas, que então os cederia a esta Casa sem nenhum problema. Isto porque, uma vez transferidos da Embrater para a Câmara Legislativa, e a Embrater ao mesmo tempo sendo liquidada, esses servidores teria seus contratos rompidos. Quero deixar esta preocupação com V.Exa. para que possa ponderar sobre ela e transformá-la em emenda, caso venha a ser votada amanhã essa matéria.

O SR. JOSÉ EDMAR — Agradeço a V.Exa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, que fará a leitura de uma mensagem do Poder Executivo.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Celso) — Mensagem do Gabinete do Governador, encaminhando o Plano do Governo do Distrito Federal, referente ao quadriênio de 1991 a 1994.

“Esse documento engloba os compromissos que assumi com a população do Distrito Federal no desenrolar da campanha eleitoral e as sugestões que a comunidade ofereceu após as eleições de 3 de outubro último, como sendo as suas reivindicações mais prementes. Evidente que, para colocar em prática as medidas propostas, o Governo do Distrito Federal não poderá prescindir da colaboração dessa augusta Câmara.

Solicito que V.Exa. dê conhecimento do documento aos ilustres Deputados Distritais, aos quais também transmito as minhas saudações pelo início dos trabalhos em prol da comunidade brasileira.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Joaquim Domingos Roriz — Governador do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Dando prosseguimento ao Grande Expediente, convido o nobre Deputado Pedro Celso a ocupar a tribuna.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço uso desta tribuna para estranhar matéria publicada no “Jornal de Brasília” de domingo, dia 20 de janeiro, intitulada “Roriz tenta neutralizar oposição”. São métodos que

queremos condenar, pois a matéria declara que o Governo do Distrito Federal patrulhará esta Casa, diuturnamente, conforme ali se lê, com a conivência dos deputados governistas, coisa que não quero acreditar de forma alguma.

A matéria refere-se à criação de uma assessoria parlamentar do Governo, que teria a função de fornecer subsídios aos governistas para as respostas a serem dadas aos deputados. Essa assessoria já se estaria instalando em uma sala da Câmara e estariam sendo montados equipamentos sofisticados, como computadores *fac-simile* e outros. Eu queria saber de onde partiu a autorização para instalação dessa sala de espionagem do Governo do Distrito Federal dentro desta Câmara, porque, como membro da Mesa, não tenho conhecimento e, neste plenário, também em momento algum isso foi colocado. A imprensa dá notícia de que a sala já está em construção e logo será entregue. Vai mais longe: foi relatada a pretensão dessa assessoria de possuir um assessor em cada órgão legislativo. Quero saber se, na Primeira Secretaria, da qual sou titular, trabalhará ao meu lado um agente do Governo do Distrito Federal para saber o que estou fazendo. Também quero saber se haverá agentes nas comissões. Enfim, quero saber exatamente do que se trata. Isso, para mim, é vexatório.

Diz mais a matéria:

“A assessoria está solicitando que os projetos dos governistas sejam submetidos à apreciação do GDF antes de serem apresentados pelos deputados em plenário”.

Não quero acreditar que os companheiros da Frente Liberal Progressista, da Frente Comunitária vão estar de acordo com isso. Acredito que não vou mais longe. Se já foi anunciado que se encontram em fase de conclusão os trabalhos para instalação dessa assessoria, deveria ter sido comunicado à Mesa e ao Plenário pela autoridade que autorizou essa concessão e a instalação dessa assessoria, inclusive para que isso fosse referendado pelos deputados em plenário. É impossível e descabida a pretensão de que essa assessoria tenha assessores em cada órgão do Legislativo, o que configuraria absurda interferência do Poder Executivo no Poder Legislativo. É absurdo, também, que os deputados governistas — no que não acredito, sinceramente — se submetam a essa revisão por parte do Poder Executivo, o que certamente poderia criar um sério comprometimento à imagem do Poder Legislativo. Vale ressaltar que os deputados não devem permitir esse tipo de interferência nesta Casa, colocando em risco a própria autonomia do Poder Legislativo. São atitudes que temos de estranhar e colocar de público. Ouço o deputado José Edmar.

O SR. JOSÉ EDMAR - É importante apartear o deputado Pedro Celso, porque é bom que se esclareça exatamente a posição de cada deputado. No meu pronunciamento, quando expus a minha posição ideológica, citei com bastante ênfase a frase “liberdade com justiça social”. É sobre esse ponto que estarei cumprindo meu mandato nesta Casa. Em momento algum estarei conivente com alguma ação do Executivo que possa coibir-me ou fazer-me subserviente. Declaro meu posicionamento ao nobre colega Pedro Celso: essa conivência não vai existir de minha parte. Os projetos de minha autoria apresentados a esta Casa não foram ao Executivo anteriormente. Muito pelo contrário. Hoje fui até à secretária de Serviços Sociais, D. Maria do Barro, dar ciência a S. Exa. daquele projeto da Cidade Estrutural. Acredito que muitos funcionários do GDF tenham se contrariado com aquele projeto. Nobre companheiro Pedro Celso, quero ir mais além. Ainda há pouco dei entrevista a um repórter dizendo da minha posição quanto à indicação do administrador regional de Taguatinga, com a qual não concordo. Deixei claro isso. Deixo registrada nos Anais desta Casa a minha discordância com a indicação do administrador regional de Taguatinga. Portanto, fica evidenciado meu posicionamento no sentido de que a liberdade e a independência do meu mandato são totais. Estou apoiando o Governador Joaquim Roriz porque acho que os seus programas sociais, quanto ao assentamento de famílias de baixa renda, vieram ao encontro da minha luta desde muito antes da minha vida pública em Brasília. Não tenho nenhum motivo para ser conivente com alguma coisa que ache errada por parte do Executivo.

Fica aqui meu protesto, acreditando que esta nota tenha saído dos gabinetes do Governador. Não posso crer, entretanto, que seja S. Exa. quem tenha dado essa nota à imprensa.

O SR. PEDRO CELSO - Parabéns pelo posicionamento. Concedo aparte ao nobre deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO - Nobre Deputado, agradeço a oportunidade de apartear V. Exa., Enalteço, também, preocupação de V. Exa. com a independência do Legislativo, especialmente em relação à chamada bancada governista no que tange à fiscalização do Executivo local sobre nossos projetos. Nossa situação é um pouco mais complicada, porque enquanto existe a “espionagem”, a que V. Exa. se refere, ocorre também a preocupação em verificar o andamento das atividades da Oposição. Portanto, a situação é delicada. Somos duplamente fiscalizados: pelo Poder Executivo e pelo governo paralelo, que também está com os olhos postos em nós, para acompanhar nossos trabalhos. Mas isso não nos assusta, não nos incomoda. Por uma razão muito simples: nosso trabalho é claro e transparente. Nossos projetos, à medida que tramitam nesta Casa, são do conhecimento da imprensa e de todo o público de Brasília. Não temos nenhum projeto escondendo - para usar uma linguagem comum no partido de V. Exa. - qualquer maracutaia. Colocamos tudo às claras, de maneira que o Executivo do Distrito Federal, o Governo Federal, até a CIA do Presidente Jorge Bush, se desejarem se preocupar com nossas matérias, tenham à sua disposição os projetos aqui apresentados. Não é preciso nenhum tipo de equipamento intrincado para conhecer essas proposições. Com muita tranquilidade, colocamos à luz do dia tudo que fizemos nesta Casa.

O SR. PEDRO CELSO - Concedo aparte ao deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES - Estava em meu gabinete, há pouco, relatando um projeto, mas fiz questão de vir até o plenário para dizer a V. Exa. que o Partido Democrata Cristão não aceitará, de maneira alguma, que projeto de nossa autoria seja primeiramente avaliado pelo Executivo para depois o apresentarmos. De maneira alguma aceitarei esse procedimento. Os projetos de nossa autoria são feitos conscientemente e atendem aos anseios da comunidade. Não aceitaremos projetos que primeiramente venham a atender a interesses particulares. Até este momento nosso partido não foi consultado em qualquer decisão do Governo quanto a nomeação. Sou o único deputado da bancada governista eleito pela Ceilândia. Nenhum administrador, quando pretendia continuar no cargo, veio procurar-me para perguntar se tinha meu apoio. Mas por isso nossa Ceilândia não vai ficar jogada fora, não. Ficaremos vigilantes e atentos a qualquer atitude que contrarie os interesses da comunidade, seja promovida por administrador ou lá quem for. Não temos compromisso com ninguém. Quero deixar bem claro que o que está escrito nesse jornal, se é que retrata a realidade do que aconteceu, não serve de recado para nós, porque não recebemos, nem mandamos recados. Se temos de dizer alguma coisa a alguém, o fazemos. Nobre deputado, teremos toda a independência para legislar e defender os interesses da comunidade, em qualquer momento e lugar. Era este o nosso ponto de vista. Muito obrigado.

O SR. PEDRO CELSO - Concedo aparte ao Deputado Maurílio Silva.

O SR. MAURÍLIO SILVA — Caro deputado Pedro Celso, como se trata de um editorial de jornal - se realmente o é - a opinião é do jornal, não do Governo. Disse V. Exa., claramente, que não acredita no que leu. Ora, se V. Exa. não acredita, certamente não existe essa intenção, mesmo porque homens de bem, que disputaram eleições, não seriam capazes de tomar atitudes como esta de redigir um projeto e levá-lo a esse ou àquele. Quanto à sala, vou me informar melhor e amanhã ou depois voltarei a esta tribuna para prestar mais esclarecimentos. Muito obrigado.

O SR. PEDRO CELSO - Ouço a nobre deputada Rose Mary Miranda

A SRA. ROSE MARY MIRANDA - Nobre deputado Pedro Celso, estava em meu gabinete quando ouvi uma denúncia séria. O nobre

deputado fala de uma entrevista que leu no jornal, onde há sérias acusações com relação à nossa atuação. O próprio deputado citou a Frente Comunitária, da qual faço parte. Quero deixar bem claro, nesta Casa, que em momento algum qualquer projeto meu foi submetido a apreciação. Além do mais, nem o próprio Governador Joaquim Roriz nem ninguém da sua assessoria perguntou quais os projetos que eu apresentaria nesta Casa. Acredito que, dos demais deputados que fazem parte do grupo governista, como o deputado Pedro Celso disse, nenhum fez essa consulta prévia. E, mesmo que houvesse essa solicitação, jamais permitiria, porque fui eleita por aquelas pessoas carentes, necessitadas - e o nobre deputado sabe disso - que esperam de mim um respaldo na área social. Isto é provado através dos três projetos que já apresentei, todos voltados para o âmbito social, e que realmente vão requerer verbas do Governo, e em momento algum consultei alguém do Governo com relação a estes projetos. O nobre deputado citou também a colocação de uma secretaria que estaria à disposição de todos nós, deputados. Não tomamos conhecimento ainda desta secretaria, mas, mesmo que ela ficasse aqui e fosse implantado nesta Casa, acredito que deveria ser uma assessoria, voltada para todos os 24 deputados, não só para um, dois ou três. Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.

O SR PEDRO CELSO - O deputado Agnelo Queiroz solicita um aparte. Pediria ao companheiro que fosse breve.

O SR. AGNELO QUEIROZ - Nobre deputado Pedro Celso, solidarizo-me com V. Exa. em sua estranheza com relação ao assunto. Realmente essa é uma preocupação legislativa, e nós, em nome do PCDoB, temos de ver essa questão. Também desejo dizer que fico satisfeito de ouvir vários companheiros do Bloco Governista manifestando sua independência, não aceitando isso. Queria aproveitar esta oportunidade para dizer que senti uma grande estranheza com relação a essa matéria, e, se isso se confirmasse, seria um desastre muito grande que esta Casa fosse tutelada por assessores. Muito obrigado.

O SR. PEDRO CELSO - Se a Mesa permitir, queria conceder ao menos um minuto ao deputado Cláudio Monteiro.

O SR CLÁUDIO MONTEIRO - Sr. Deputado Pedro Celso, em nome do Movimento Liberal Progressista, gostaria de somar-se à posição de estranheza manifestada por V. Exa., e dizer que não acredito que nenhum de nossos Pares, nesta Casa, se prestaria a este papel de traí-lo seu eleitorado e a sociedade do Distrito Federal. A quem unicamente, devem ser prestadas contas. Portanto, qualquer interferência no Poder Executivo ??? Poder Legislativo, e assim permitíssimos, estaríamos abrindo mão de muitas coisas que nos propusemos a defender. Portanto, somo-me a essa estranheza colocada por V. Exa. e, de antemão, reafirmo que nosso compromisso é com toda a sociedade; não é com "a", "b" ou "c", mas com toda a sociedade do Distrito Federal, indistintamente.

O SR. PEDRO CELSO - Quero, em primeiro lugar, dizer da minha satisfação ante as colocações feitas pelos deputados do chamado Bloco Governista, que demonstraram sua independência, deixando-nos mais aliviados. Na minha colocação inicial, não queria acreditar, e os próprios deputados fizeram uso da palavra desmentindo o caso. Acontece que a matéria está assinada - é do "Jornal de Brasília" de 20 de janeiro deste ano - por Marco Túlio Alencar, e também menciona a Assessoria Parlamentar do GDF citando o nome do assessor Legislativo Leonel Paiva do Distrito Federal como fonte destas notícias.

Queria registrar a estranheza, e que isso não vá adiante. Complementando o que disse a deputada Rose Mary Miranda sobre a assessoria, a serviço dos 24 deputados se o GDF também quer ter assessores e equipamento dentro, que se dê o mesmo tratamento ao movimento sindical, ao movimento popular, para que esses setores possam usufruir da tecnologia e da estrutura a ser oferecida.

Para finalizar, vou apresentar projeto que regulamenta a lotação da estrutura provisória da nossa Casa, como já o fizeram os deputados Agnelo Queiroz e José Edmar.

Quero apresentar projeto de nossa autoria, para que tenhamos uma discussão mais rica, mais ampla, e possamos deliberar sobre esse delicado assunto com a maior quantidade de informações possíveis, a

fim de que façamos aquilo que a comunidade realmente espera.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Oposição

Marco Túlio Alencar

Ao ocupar a tribuna da Câmara Legislativa para fazer uma crítica, um apelo, uma reclamação ou mesmo um elogio ao Governo do Distrito Federal, os deputados de oposição vão conviver, dentro dos próximos dias, com uma situação que vai virar rotina: os seus colegas governistas vão responder a todos durante a própria sessão.

A Assessoria Parlamentar do GDF está concluindo um projeto que norteará os seus trabalhos e dotando as suas salas do Palácio do Buriti, Câmara Legislativa, Senado e Câmara dos Deputados de um equipamento que será largamente utilizado: o fac-símile, conhecido por fax.

Respostas

Utilizando este aparelho, que permite enviar mensagens fotocopiadas de um ponto a outro através de uma linha telefônica o GDF vai receber informações sobre tudo o que está sendo feito ou dito nos diversos locais onde vai atuar a Assessoria Parlamentar, quase que imediatamente. Após receber as informações, entrará em funcionamento um fluxograma específico para cada tipo de questão.

"Ao se encaminhar à Mesa da Câmara, por exemplo, um requerimento solicitando informações de algum órgão do governo, nós, da Assessoria, iremos trabalhar para que a informação chegue ao deputado antes do final da sessão", explica o coordenador do projeto, Leonel Paiva, um dos membros da equipe de Joaquim Roriz e ex-secretário do Trabalho.

Acompanhamento

"Respondendo aos deputados distritais, estaremos dando uma resposta à comunidade", observa. A idéia central desse projeto é acompanhar a atuação de cada deputado junto ao GDF. "Nosso trabalho será de justificar, desmentir e de dar informações imediatas", destaca. Além da análise que será feita diariamente sobre a relação governo-Câmara, a Assessoria Parlamentar vai acompanhar o contexto político em que as observações dos deputados são colocadas. "Tudo será feito de forma a estabelecer uma relação de absoluto respeito a todos", disse.

A Assessoria Parlamentar que vai trabalhar com um coordenador-geral e um assessor, no Palácio do Buriti, e mais um assessor em cada órgão do Legislativo, pretende implantar uma rotina de trabalho, a partir dos próximos dias, faltando apenas a conclusão das obras de adaptação de uma sala da Câmara Legislativa para o início das atividades. Atualmente, este trabalho já está sendo feito, mas de forma precária. Somente em alguns casos, as respostas estão sendo imediatas aos deputados e a maioria das informações está sendo organizada, via computador, no final de cada expediente, quando os assessores retornam ao Palácio do Buriti.

Mesmo com a rapidez com que se pretende estabelecer este trabalho de resposta aos distritais, "o importante é que nós vamos nos preparar para que as respostas sejam seguras". Por isso, será designado em cada Secretaria de Estado e órgãos da administração direta e indireta do GDF um funcionário para servir de contato com a Assessoria Parlamentar. Será através desse servidor, possivelmente o assessor de imprensa de cada órgão, que este trabalho será desenvolvido.

Assessoria estará atenta

Para cada tipo de projeto, apresentado pelos deputados distritais durante os trabalhos legislativos, a Assessoria Parlamentar vai tomar providências diferentes. Foram desenvolvidos, observando-se as especificidades de cada projeto, fluxogramas variados que serão

acompanhados. Se o projeto de lei apresentado vier da oposição o GDF vai inicialmente observar se o texto vem ou não ao encontro do Plano de Governo Joaquim Roriz (pela sua abrangência se espera que a maioria das mensagens seja objeto das metas governamentais para os próximos quatro anos de mandato).

Se o projeto de lei não interessar ao GDF, a idéia é obstruir a votação ou mesmo derrotá-lo através do voto. Em todo caso, as mensagens passarão por diversas análises, das áreas competentes, para extrair a essência do texto. Para não correr riscos, a Assessoria Parlamentar está solicitando a todos os deputados governistas (que somam 13 parlamentares) que submetam as matérias ao GDF, antes de apresentá-las ao Plenário da Assembléia. "Nós queremos evitar que haja incorreções ou que os projetos se repitam, e ainda subsidiar os parlamentares através de dados que possam dar um melhor acabamento ao projeto", explica Leonel Paiva, assessor parlamentar do GDF, observando que isso não significa interferência no trabalho dos distritais. (M.T.A.)

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Dando prosseguimento ao Grande Expediente, convidamos o nobre Deputado Carlos Alberto a ocupar a tribuna.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, caros colegas, os dias que estamos vivendo têm colocado os trabalhadores, os assalariados, diante de provas difíceis, marcadamente o fato de que seus salários hoje têm 1/3 do poder aquisitivo, desde que o Plano Collor foi editado.

Os comunistas, em Brasília, têm uma tradição de organização do movimento sindical, de organização de algumas das principais categorias — Sindicato da Construção Civil, Sindicato dos Rodoviários, Sindicatos dos Professores, Sindicato dos Bancários. De longa data havia, no setor progressista do movimento dos trabalhadores, naquela área que se vincula a grandes transformações sociais, uma falta de unidade que, acredito, está sendo agora resolvida com a notícia que gostaria de passar a todos os companheiros.

No último sábado, dia 19, a Central Única dos Trabalhadores ganhou mais uma tendência em seu interior e que certamente muito contribuirá para o seu fortalecimento: trata-se da Unidade Sindical, que reúne sindicalistas organizados em torno das propostas gerais defendidas pelo PCB e que têm na democracia seu principal fundamento. O encontro, que contou com a participação de aproximadamente 100 delegados, foi realizado na sede da CONTAG, no Núcleo Bandeirante.

Os comunistas, como bem o sabe esta Casa, têm uma larga folha de serviços prestados à causa dos trabalhadores e das liberdades em nosso País. Estiveram na linha de frente pela organização dos sindicatos e lutas reivindicatórias a partir de 1922; lutaram contra o atrelamento dos sindicatos ao Estado desde o governo Getúlio Vargas; contribuíram decisivamente para conquistas de direitos como o 13º salário e leis previdenciárias; foram decisivos na criação de entidades como o DIEESE e a CONTAG; não esmoreceram na luta contra a ditadura militar.

A marca dos comunistas no movimento sindical do Distrito Federal também sempre esteve presente. Participaram da criação da antiga Associação dos Servidores da Novacap e dos Sindicatos dos Motoristas da TCB, dos empregados em estabelecimentos bancários da construção civil. A partir de 1976, no bojo da rearticulação dos trabalhadores em nível nacional, ajudaram a retomar de mãos conservadoras as entidades dos bancários, dos jornalistas, e a criar o Sindicato dos Professores, entre outras.

Em decisão histórica, adotada na Praia Grande, Santos, no final do ano passado, os sindicalistas da Unidade Sindical resolveram agregar-se às fileiras da CUT, que hoje é o pólo mais avançado, consequente e organizado dos trabalhadores no Brasil. Independentemente desta posição, os comunistas e todos aqueles que se vinculam às suas concepções gerais têm a firme convicção da necessidade da unidade sindical como caminho privilegiado para conquistas do Estado e do empresariado, através do binômio pressão e negociação, vitórias para o conjunto dos assalariados.

Quero desta tribuna parabenizar os companheiros da Unidade Sindical pelo encontro. O movimento sindical em Brasília, com esta

iniciativa, será o grande beneficiado.

Ouço o Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE — Parabenizo a Unidade Sindical por essa disposição, esse passo concreto no fortalecimento da luta dos trabalhadores, através da Central Única dos Trabalhadores. Não é a Central Única dos Trabalhadores que está ganhando com essa decisão da unidade sindical, mas os trabalhadores como um todo neste País. Ainda que muitos não sejam filiados à Central Única dos Trabalhadores, entendem que ela é a única e legítima representante desta categoria sofrida que são os trabalhadores deste País, que necessitam sobreviver através de seus salários. Só temos de parabenizar os companheiros que, entendendo que a situação política é extremamente opressora para a classe trabalhadora, sobretudo através de uma política de arrocho salarial, se colocam na posição firme de optar por uma luta, através da Central Única dos Trabalhadores. Muito obrigado.

SR. CARLOS ALBERTO — Concedo um aparte ao nobre Deputado Geraldo Magela.

SR. GERALDO MAGELA — Deputado Carlos Alberto, congratulo-me com V. Exa. por trazer essa informação do Partido Comunista Brasileiro de que os seus sindicalistas virão formar uma corrente da Central Única dos Trabalhadores. Tivemos a honra de participar de todos os congressos da Central Única dos Trabalhadores, tanto a nível regional quanto a nível nacional, e sabemos da importância que teve a criação dessa Central para os trabalhadores brasileiros. Lamentávamos a ausência dos sindicalistas do PSB, uma vez que todos os setores combativos já se vinham somando na construção dessa Central, uma central autônoma, independente; uma central que, além da luta por melhores salários, melhores condições de vida, quer lutar para a construção de uma sociedade diferente da que temos hoje, onde impere a justiça social. Infelizmente, em muitos momentos, tivemos combates com os companheiros sindicalistas do PCB que estavam em outra trincheira, às vezes somando forças com sindicalistas de origem, de passado não tão recomendável como os que construíram e constroem a CUT hoje, e lamentávamos que isso acontecesse. Entendíamos naquele momento, e sempre entendemos, que o lugar para aqueles que sempre combateram pelas justas causas dos trabalhadores, justas causas democráticas, devia ser em uma central combativa. Lamentávamos que muitos sindicalistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro estivessem na Conelat, na CGT, somando-se com Luiz Antonio Medeiros, Antonio Rogério Magri, com Joaquim Andrade, o "Joaquinzão", que são os expoentes do peleguismo e do corporativismo neste País. Quero trazer esta efusiva saudação. Que os companheiros do Partido Socialista Brasileiro venham somar-se conosco na CUT, porque tenho certeza de que é o local onde eles sempre deveriam estar, desde a fundação da CUT. Deixo aqui as minhas saudações. Gostaria que V. Exa fosse portador destas saudações ao partido e todos os sindicalistas que o acompanham.

SR. CARLOS ALBERTO — Agradeço ao Deputado Geraldo Magela. A incorporação do PCB à Central Única dos Trabalhadores marca a entrada de uma corrente, que, efetivamente, tem respeito e compromisso com a democracia.

Parte das razões que nos levaram a estar distanciados durante um bom período, se situa em divergências que tínhamos no que concerne ao processo de transição democrática.

Nós, os comunistas, sindicalistas do PCB, fomos ao Colégio Eleitoral e, até hoje, temos convicção de que foi uma decisão justa.

Empenhamo-nos na convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Durante esse período havia tendências na CUT, e durante um bom período, no sentido de não ser favorável à convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Posteriormente, aprovaram esse ponto de vista, que também foi o do PT.

Durante o período de transição dizíamos claramente que queríamos garantir a estabilidade do processo de transição democrática. Não tínhamos nenhum interesse em derrubar o Presidente José Sarney; ao contrário, queríamos que a democracia recém-construída fosse fortalecida.

Agora, mais recentemente, em vários momentos em que greves gerais eram convocadas, sem a efetiva possibilidade de sucesso,

tivemos algumas divergências. Entendemos, no entanto, que essas divergências ocorreram em determinado momento conjuntural, mas, agora, estamos vivendo sob a égide do Estado de Direito democrático, sob a égide de uma democracia que queremos fortalecer e consolidar. Tais divergências, portanto, passaram a ser secundárias, dado que estamos numa fase de constituição de uma sociedade que não apenas conquistou direitos, mas precisa concretizá-los, fazer com que não sejam direitos apenas constantes no papel. É preciso, repito, que esses direitos passem a ser realidade na vida de cada dia dos trabalhadores.

Ficamos efetivamente muito felizes por estarmos ingressando na CUT, por reconhecermos que esta Central tende a ser a grande dirigente do movimento social em nosso País.

Estamos felizes também por saber que somos recebidos com grande alegria por todos os companheiros do PT e pelos companheiros da CUT.

Muito obrigado, Sr. Presidente e caros colegas Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Antes de encerrar a presente sessão, convoco os nobres Deputados para uma sessão extraordinária, às 18 horas, para votação dos Projetos de Resolução n.ºs. 002/91 e 003/91, respectivamente de autoria dos Deputados Fernando Naves e Carlos Alberto.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para o bom andamento dos trabalhos da Casa, eu gostaria

de sugerir que, ao invés das 18 horas, a sessão extraordinária fosse convocada para as 17h30min, já que teríamos apenas um lapso de tempo de trinta minutos e seriam mais agilizados os nossos trabalhos. Se possível, eu gostaria de ter a anuência de V. Exa.

O SR PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Atendendo à solicitação do Deputado Peniel Pacheco, a Presidência convoca a sessão extraordinária para hoje, às 17h30min.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

MESA

Presidente
 Salviano Guimarães (PFL)
 Vice-Presidente
 Tadeu Roriz (PSC)
 1º Secretário
 Pedro Celso (PT)
 2º Secretário
 José Ornellas (PL)
 3º Secretário
 Benício Tavares (PDT)
 Suplentes
 José Edmar (PTR)
 Fernando Naves (PDC)

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

Chefe de Divisão: Marcos de Alencar Dantas
Secretária: Nerice Estevão dos Santos
Aux. De Administração: José Geraldo do S. Oliveira

SETOR DE TAQUIGRAFIA

Chefe de Setor: André Lemgruber B. do Anjos
Chefe Substituto: Marcelo Ferreira Ribeiro
Aux. de Administração: Antônio Geraldo Filho
Assistente legislativo: Celio Souza V. Ferreira

Taquígrafas e Revisores

Alicéia Osório Guarany
Alzira dos Santos Magalhães
Ana Lúcia Rodrigues
Arnaud Rosa de Oliveira
Aya Maria P. Twamoto
Carlos Benedito C. de Menezes
Célia Ferreira Cabral
Cláudia Bianchini
Claudia Montezuma Firmino
Clarice Zanella
Denise Correa X. Giusti
Édson Theodoro dos Santos
Eliane Doro dos Anjos
Franceska Campos S. M. Saldoni
Geraldo Lopes
Hermioni Elias Chaves
Ivete Piccoli
Jacqueline Mamede Rauol
Kátia Back Carrizo
Lara Correa Xavier
Lilian Gonçalves de Araújo
Lizete de Almeida Castro
Lúcia Souto Maior Salgado
Luciene Jane P. da Costa
Maria Aparecida S. T. Pacheco
Márcia de Araújo Monteiro
Márcia de Carvalho Antunes
Maria Clara S. de Q. Lima
Maria Clara Branco Valença
Maria Gilvânia Cordeiro
Maria Helena Chavier
Mônica Percília C. Rodrigues
Ney Mandim Júnior
Regina Márcia Santana
Riva Van D. de Thuin
Sabá Cordeiro de M. C. Filha
Sulamita Sampaio F. C. Oliveira
Yeda de Barros

SETOR DE TRAMITAÇÃO ATA E SÚMULA

Chefe de Setor: Marise Duarte de Souza
Álba Luge Magalhães de B. Saldanha
Anahides Santos Sucar
Edi Freitas de Paula
Elioníldes Marques de Sousa
José Aparecido Peixoto
Mara Stela M. M. de Oliveira
Maria Emirene de Freitas
Maria Gislene dos S. Miranda
Maria Helena Pires
Sandra Regina de Oliveira

SETOR DE APOIO AO PLENÁRIO

Chefe de Setor: Willian Ricardo Esteves
André Pain
Elise Sayri Tomo
Ernani Cataldo Júnior
Fernando Carlos S. Araújo
Hugo Alves de Souza
José Nilson dos Santos
Milton Ruy S. Pantuzzo
Moacyr Martins A. Filho
Roberto Sarah de Paula
Tereza Cristina C. B. Cunha
Valdeli José da Silva
Wilson Carlos Jardim Vieira

RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA GRÁFICA

Chefe da Seção Produção Gráfica: Randal Martins Junqueira
Antônio Carlos Pereira de Lima
Oscar Rafael Montes Monterrojas
Abimael Amorin de S. Roma
Adeilton Martins de Godoy
Carlos Augusto de Macedo
Celso Vieira de Santana
Denilson Gomes Caldas
Edson de Lima
Glacy de Brito Barrozo
Gonçalo Oliveira Magalhães
José de Jesus Gomes
José Luiz Bergamaschi
José Teles de Albuquerque
Lázaro José Soares Tolentino
Luis Antonio Fidyk
Raimundo Nonato Teixeira de Carvalho
Reinaldo Andrade Mendes
Rogério Santos Muniz
Vicente Dias Lima
Wilton Sidou Pimentel

ESTA OBRA FOI IMPRESSA
NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL.
SAIN, PARQUE RURAL,
70086-900 - BRASÍLIA-DF
MARÇO DE 1995

**Câmara Legislativa
do Distrito Federal**

SAIN - Parque Rural
70.086-900 - Brasília - DF